UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

Marcos Catelli Rocha

A AGRICULTURA FAMILIAR E O USO DO CRÉDITO RURAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ASSOCIADOS DA COOPERATIVA CRESOL VALE EUROPEU

Florianópolis
2020

Marcos Catelli Rocha

A AGRICULTURA FAMILIAR E O USO DO CRÉDITO RURAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ASSOCIADOS DA COOPERATIVA CRESOL VALE EUROPEU

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas
Orientador: Prof. Dr. Fábio Luiz Búrigo

Florianópolis
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rocha, Marcos
A AGRICULTURA FAMILIAR E O USO DO CRÉDITO RURAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ASSOCIADOS DA COOPERATIVA CRESOL VALE EUROPEU / Marcos Rocha; orientador, Fábio Luiz Búrigo,2020.
157 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Agroecossistemas. 2. Cooperativa de crédito. 3. Crédito rural. 4. Agricultura familiar. 5. Governança Cooperativa. I. Búrigo, Fábio Luiz. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. III. Título.

Marcos Catelli Rocha

A Agricultura Familiar e o Uso do Crédito Rural: Uma Análise a Partir dos Associados da Cooperativa Cresol Vale Europeu

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Fábio Luiz Búrigo, Dr.
Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dirceu Basso, Dr.
Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política – ILAESP
Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA

Prof. Cristiano Desconsi, Dr.
Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em agroecossistemas.

Documento assinado digitalmente
Arcangelo Loss
Data: 05/05/2020 14:10:11-0300
CPF: 081.005.567-84

Prof. Arcângelo Loss, Dr.
Coordenador do Programa

Documento assinado digitalmente
Fabio Luiz Burigo
Data: 05/05/2020 13:46:12-0300
CPF: 575.872.999-04

Prof. Fábio Luiz Búrigo, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2020.

Este trabalho é dedicado aos meus pais, Monica Catelli Rocha e Luiz Marcos Suti Rocha, por não pouparem esforços, desde sempre, para proporcionar uma educação de qualidade aos seus três filhos.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) por disponibilizar a estrutura física e recursos humanos para o desenvolvimento desse trabalho de pesquisa. Sobretudo nesse momento difícil que a ciência, a educação e a pesquisa atravessam em nosso país, com corte de recursos, bolsas e investimentos, é oportuno ressaltar a importância da Universidade Pública, gratuita e de qualidade, para qualificação dos profissionais e o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

Estendo esses agradecimentos a todos (as) docentes do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas pelo empenho e dedicação com a pesquisa acadêmica, com a formação dos estudantes e com uma grande diversidade de estudos que envolvem a produção de alimentos em bases ecológicas, o uso e a conservação de agroecossistemas, aliado ao fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento rural em bases sustentáveis. Agradeço também à Fabiana Dassoler, secretária do Programa, sempre atenta aos prazos e nos apoiando nas necessidades regimentais. Também aos discentes da turma e do Programa, pela amizade, parceria e momentos de convívio ao longo do período de estudo.

Agradeço especialmente ao meu orientador Fábio Búrigo, docente com profundo conhecimento e envolvimento no tema do cooperativismo de crédito no estado de Santa Catarina. E que, com paciência, dedicação e entusiasmo me apresentou esse universo no qual está situado minha pesquisa. Também não poderia deixar de citar os docentes Valmir Stropasolas e Ilyas Siddique, os quais contribuíram com sugestões ao projeto de pesquisa, durante a disciplina de Epistemologia e Metodologia da Ciência. Além dos docentes Cristiano Desconsi e Marlene Grade, que contribuíram com sugestões durante a disciplina de Seminários, sendo o primeiro também parte da banca de defesa da dissertação e que juntamente ao professor da UNILA, Dirceu Basso contribuíram de forma muito oportuna e contundente para o aprimoramento deste trabalho.

Aos colegas do Lemate, especialmente os professores Ademir Cazella e Anderson Romão, pelos debates e incentivos à realização da pesquisa. Além da contribuição dos colegas: Luiz Pizzolo, Stéfani Perez, Eloiza Moraes, Ana Cecília na troca de ideias e no levantamento de informações durante a realização da pesquisa. Bem como dos colegas Karine Nunes, Marja Milano, Leandro Guimarães, Leonardo Moura e sem esquecer dos colegas do Núcleo de Desenvolvimento Rural Sustentável, em especial

Adevan Pugas e Rodrigo García. Além de Marina Carrieri, que gentilmente cedeu sua sala para que pudesse me concentrar durante a fase final de sistematização e elaboração da dissertação.

Ao Sistema Cresol por me apresentar o relevante histórico de pioneirismo e luta contra a exclusão financeira dos agricultores familiares, além de facilitar e disponibilizar o acesso à todas as informações necessárias para realização desta pesquisa. Em especial aos colaboradores, dirigentes e conselheiro da Cresol Baser: Eloi Schadeck, Marcos Kempf, Franciele Lorenzi, Janio de Souza, Adriana Voles e Jairo Lofi. Além dos colaboradores e dirigentes da Cresol Vale Europeu: Heber Kirchner, Marcus Gadotti, Roberto Antunes e Francisco Stolfi. Sem esquecer do apoio do agrônomo André Nicoluzzi e de todos agricultores familiares, que gentilmente me receberam em suas residências para realização das entrevistas.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por possibilitar o financiamento do projeto de pesquisa do Lemate sobre Educação Cooperativista e consequentemente a pesquisa de campo dessa dissertação. Além da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por disponibilizar a bolsa de estudos para que pudesse me dedicar com maior afinco ao projeto de pesquisa e à elaboração da dissertação.

À toda minha família especialmente aos meus pais Mônica e Marcos a quem dedico essa conquista, minhas irmãs Tatiana e Larissa pelo apoio e camaradagem típica de bons irmãos! Ao compadre Mauro Vianello, sempre disposto a emprestar seu ouvido para meus devaneios, conversas, onde contribuiu com um aspecto pertinente, uma reflexão e revisão sobre o trabalho. À minha companheira de todas as horas Fernanda Fonseca pela coragem, determinação e incentivo, sua ajuda foi e é fundamental em minha caminhada. Ao nosso querido e amado filho Francisco Ninawa, pelas travessuras, momentos de alegria, descontração e por me ajudar a ser um ser humano melhor.

Finalmente, agradeço à força criadora do Universo pelo dom da vida, pela inspiração e coragem para conseguir superar minhas limitações e os obstáculos do caminho, para assim, conquistar a cada dia uma nova vitória. Muito obrigado!

“Pois se uma grande pedra se atravessa no caminho e 20 pessoas querem passar, não o conseguirão se um por um a procuram remover individualmente. Mas se as 20 pessoas se unem e fazem força ao mesmo tempo, sob a orientação de uma delas, conseguirão solidariamente afastar a pedra e abrir o caminho para todos”

(Theodor Amstad, 1902)

RESUMO

A presente pesquisa teve como universo a cooperativa de crédito rural Cresol Vale Europeu, vinculada à Central Cresol Baser, pertencente ao Sistema Cresol. As cooperativas de crédito do sistema financeiro solidário, foram instituições criadas no final do século XX para democratizar os serviços financeiros à população excluída do sistema financeiro nacional. A Cresol Vale Europeu nasceu no final de 2018, por meio de um processo de incorporação de cinco cooperativas singulares, existentes nos municípios catarinenses de Águas Mornas, Botuverá, Ituporanga, São João do Itaperiú e Schröeder. Historicamente, o crédito rural para a agricultura familiar, especialmente o Pronaf, foi o principal produto financeiro do Sistema Cresol. Esse quadro vem sofrendo mudanças nos últimos anos em decorrência de fatores externos à cooperativa, bem como de mudanças internas que têm gerados ajustes na gestão institucional, principalmente em decorrência da política de expansão do Sistema no meio urbano. Esta pesquisa estudou como o crédito rural se insere nesse novo ambiente de atuação da Cresol. Para tanto, foi realizado um diagnóstico sobre o uso do crédito rural nos últimos 5 anos (2014-2018), analisando seus resultados, potencialidades e limites em termos da governança cooperativa e do desenvolvimento rural sustentável. Para isso estudou as operações na carteira de crédito rural da Cooperativa, a partir de indicadores sociais, econômicos e produtivos (análise quantitativa) e estabeleceu uma categorização dos agricultores familiares tomadores de empréstimos (análise qualitativa). Nesse contexto, os resultados obtidos pela Cresol Vale Europeu no período estudado impressionam pelo volume crescente de operações e de valores disponibilizados aos agricultores, quase na totalidade repassados por meio do Pronaf. Os resultados alcançados revelam o interesse em atender o público que fundou a Cooperativa, se traduziu num esforço contínuo para manter a proximidade com os agricultores familiares associados e aperfeiçoar a gestão da carteira de crédito rural. Não obstante, nos próximos anos esse desempenho positivo pode ser afetado por mudanças na governança da Cooperativa, geradas pela crescente presença do público urbano no quadro social e por mudanças estruturais do meio rural catarinense que ameaçam a reprodução social e econômica dos agricultores familiares.

Palavras-chave: Cooperativismo de crédito. Crédito rural. Agricultura familiar.

ABSTRACT

The present research had as universe the rural credit cooperative Cresol Vale Europeu, linked to the Central Cresol Baser, belonging to the Cresol System. Credit unions in the solidarity financial system were institutions created at the end of the 20th century to democratize financial services to the population excluded from the national financial system. Cresol Vale Europeu was born at the end of 2018, through a process of incorporating five singular cooperatives, existing in the municipalities of Águas Mornas, Botuverá, Ituporanga, São João do Itaperiú and Schröeder. Historically, rural credit for family farming, especially Pronaf, was the main financial product of the Cresol System. This situation has undergone changes in recent years due to factors external to the cooperative, as well as internal changes that have generated adjustments in institutional management, mainly due to the expansion policy of the System in the urban environment. This research studied how rural credit fits into this new environment in which Cresol operates. To this end, a diagnosis was made on the use of rural credit in the last 5 years (2014-2018), analyzing its results, potential and limits in terms of cooperative governance and sustainable rural development. For that, it studied the operations in the Cooperative's rural credit portfolio, based on social, economic and productive indicators (quantitative analysis) and established a categorization of the family farmers who took loans (qualitative analysis). In this context, the results obtained by Cresol Vale Europeu in the period studied are impressive due to the growing volume of operations and the amounts made available to farmers, almost entirely passed through Pronaf. The results achieved reveal the interest in serving the public that founded the Cooperative, translated into a continuous effort to maintain proximity with the associated family farmers and improve the management of the rural credit portfolio. Nevertheless, in the coming years, this positive performance may be affected by changes in the Cooperative's governance, generated by the growing presence of the urban public in the social framework and by structural changes in the Santa Catarina rural environment that threaten the social and economic reproduction of family farmers.

Keywords: Credit cooperatives. Rural credit. Family farming.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura dos sistemas de cooperativas de crédito no Brasil. 22
Figura 2: Área de abrangência da Cresol Vale Europeu 31
Figura 3: Representação do objeto da pesquisa – Cresol Vale Europeu 33
Figura 4: Estilos de agricultura..... 39
Figura 5: Modelos produtivos da agricultura familiar..... 40
Figura 6: Aplicações de crédito rural e o PIB agrícola no Brasil (1960-2004). 44
Figura 7: Desempenho do crédito rural no Brasil (2014-2018). 51
Figura 8: Desempenho do crédito rural no estado de Santa Catarina (2014-2018)..... 52
Figura 9: Números do Pronaf no Brasil (2014-2018). 53
Figura 10: Números do Pronaf no estado de Santa Catarina (2014-2018). 54
Figura 11: Desempenho do crédito rural na Cresol Vale Europeu (2014-2018). 59
Figura 12: Desempenho do Pronaf na Cresol Vale Europeu (2014-2018). 61
Figura 13: Números de aplicações em custeio. 65
Figura 14: Números do aplicações de investimento na Cresol Vale Europeu (2014 -2018). 66
Figura 15: Subprogramas e linhas de crédito rural, acessado pelos agricultores. 69
Figura 16: Número de contratos e montante do Pronaf, acessado segundo as faixas de valor na Cresol Vale Europeu 2014 -2018) - custeio e investimento somados. 72
Figura 17: Número de contratos por tamanho (ha) e de área total (ha). 82
Figura 18: Receita bruta dos estabelecimentos, faixas de valor e número de contratos (custeio). 96
Figura 19: Receita bruta dos estabelecimentos, faixas de valor e número de contratos (investimento). 97
Figura 20: Elementos para se alcançar o desenvolvimento rural, na opinião dos agricultores entrevistados. 135
Figura 21: Principais usos do crédito rural na Central Cresol Baser (custeio). 176
Figura 22: Principais usos do crédito rural na Central Cresol Baser (investimento). .. 176

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Resultados econômicos Central Baser e Confederação Cresol (2018). 23
Quadro 2: Informações socioeconômicas da Cresol Vale Europeu (2018). 23
Quadro 3: Abrangência da Cresol Vale Europeu após o processo de incorporação – 2018. 32
Quadro 4: Relação dos entrevistados (as) durante a pesquisa de campo..... 37
Quadro 5: Principais linhas de financiamento disponíveis aos produtores rurais. 50
Quadro 6: Participação dos entrevistados em organizações socioeconômicas coletivas. 103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tipos de contratos em número e montantes - (2014-2018). 64
Tabela 2: Linhas de crédito, número de contratos e montantes na Cresol Vale Europeu (2014 -2018). 67
Tabela 3: Faixas de valores de contratos, número de contratos e montante (2014-2018). 71
Tabela 4: Participação dos municípios e número de contratos por ano-safra (2014 -2019). 73
Tabela 5: Região, área total e n° de contratos da Cresol Vale Europeu (2014-2018). ... 74
Tabela 6: Responsáveis pelos contratos de crédito rural em relação ao gênero na Cresol Vale Europeu (2014-2018) 79
Tabela 7: Total de contratos por faixas de área (ha) na Cresol Vale Europeu (2014-2018). 81
Tabela 8: Número de contrato por tipo agropecuário na Cresol Vale Europeu (2014-2018). 85
Tabela 9: Número de contratos por tipo de cultivo na Vale Europeu (2014-2018). 86
Tabela 10: Receita bruta dos estabelecimentos – contratos de custeio (2014-2018). 95
Tabela 11: Receita bruta dos estabelecimentos – contratos de investimento (ano)..... 96
Tabela 12: Receita bruta dos estabelecimentos – todos os contratos (ano). 98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER Assistência Técnica e Extensão Rural

BCB Banco Central do Brasil

BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAI Complexo Agroindustrial

CRESOL Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária

DAP Declaração de Aptidão ao Pronaf

EPAGRI Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FAO Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MCR Manual de Crédito Rural

MDCR Matriz de Dados do Crédito Rural

NSE Nova Sociologia Econômica

ONG Organização Não-Governamental

PAA Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PNAE Programa Nacional da Alimentação Escolar

PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAMP Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural

SC Santa Catarina

SFN Sistema Financeiro Nacional

SICOOB Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil

SICREDI Sistema de Crédito Cooperativo

SNCC Sistema Nacional de Crédito Cooperativo

SNCR Sistema Nacional de Crédito Rural

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 16
1.1 O PROBLEMA DE PESQUISA 24
1.2 JUSTIFICATIVA 29
1.3 OBJETIVOS 30
1.4 METODOLOGIA DE PESQUISA 31
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO 42
2 UM BREVE PANORAMA DO CRÉDITO RURAL E A PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR 43
2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR E O PRONAF 45
2.2 O DESEMPENHO DO CRÉDITO RURAL E DO PRONAF NO BRASIL E EM SANTA CATARINA 49
3 O CRÉDITO RURAL NA CRESOL VALE EUROPEU 58
3.1 O DESEMPENHO DO CRÉDITO RURAL E DO PRONAF NO SISTEMA CRESOL E NA CRESOL VALE EUROPEU 58
3.1.1 Caraterísticas dos contratos de crédito rural 64
3.1.2 Valor dos contratos 70
3.1.3 Distribuição regional do crédito rural no território da Cresol Vale Europeu 72
3.2 CARACTERÍSTICAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES COOPERADOS E DOS CONTRATOS DE CRÉDITO RURAL 76
3.2.1 Os agricultores e os estabelecimentos rurais 76
3.2.2 Situação familiar nos estabelecimentos 79
3.2.3 Tamanho dos estabelecimentos 81
3.2.4 Disponibilidade de mão-de-obra 83
3.2.5 Padrão tecno-produtivo dos estabelecimentos 84
3.2.6 Assistência técnica e o crédito rural 91
3.2.7 Receita bruta dos estabelecimentos 95

3.2.8 Principais atividades produtivas e as relações com o mercado 98

3.2.9 Pluriatividade.....101

3.2.10 Participação dos agricultores em organizações socioeconômicas 102

3.2.11 A visão dos atores sociais do território da Vale Europeu sobre as políticas de crédito rural 104

3.2.12 Políticas públicas produtivas e sociais e a interface com o crédito rural..... 109

3.2.13 As relações entre o rural e o urbano e o crédito rural 112

3.3 A GOVERNANÇA NA CRESOL VALE EUROPEU E O USO DO CRÉDITO RURAL 115

3.3.1 Oferta e demanda de produtos e serviços financeiros pela Cooperativa 115

3.3.2 Motivações dos associados 117

3.3.3 Acesso ao crédito rural na visão dos tomadores e dos gestores.....119

3.3.4 A Cresol e o atendimento ao público urbano 124

3.3.5 Iniciativas de assistência técnica e educação na Cresol.....127

3.3.6 Agricultores cooperados que não utilizam o crédito rural por intermédio da cooperativa 131

3.4 A VISÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL E O PAPEL DA COOPERATIVA: AVANÇOS E DESAFIOS 132

4 PERFIL DOS COOPERADOS AGRICULTORES QUE ACESSAM O CRÉDITO RURAL 142

4.1 LAÇOS SOCIAIS NO USO DO CRÉDITO RURAL NA CRESOL VALE EUROPEU.....150

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....154

REFERÊNCIAS 161

1 INTRODUÇÃO

Uma das características mais marcantes da desigualdade social brasileira se reproduz nas políticas de acesso ao Sistema Financeiro Nacional (SFN). O alto nível de concentração bancária gera exclusão aos serviços e produtos bancários para milhões de pessoas, ao mesmo tempo em que o país é referência mundial em termos de sofisticação tecnológica e apresenta uma alta rentabilidade do setor (BÚRIGO, 2010a). Com base em informações do Banco Central do Brasil (2019), os bancos são responsáveis por 96% dos ativos financeiros, sendo que os cinco principais bancos comerciais do país representam mais de dois terços desse total (65%). Essa grande concentração também se reproduz no uso do crédito, em que esses mesmos cinco bancos respondem por 65,5% do total, nos volume de depósitos (72,1%) e no patrimônio (56,7%).

Em geral, a exclusão bancária ocorre devido ao processo seletivo dos bancos comerciais, que priorizam sua atuação nas regiões urbanas mais populosas e nos clientes de grande e médio porte econômico. Já nas zonas rurais, o financiamento público é decisivo para compensar, mesmo que parcialmente, as limitações do SFN. É ainda muito significativo, o número de regiões rurais em que a economia depende demasiadamente das transferências públicas, tais como os fundos de participação dos municípios, os recursos das aposentadorias rurais, os programas sociais e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (CAZELLA; BÚRIGO, 2013).

O principal vetor motivador para o surgimento do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol) foi atender a demanda financeira do público da agricultura familiar do Sul do Brasil. Essa categoria social ganhou visibilidade no país no final do século XX, sobretudo depois da criação do Pronaf e do fortalecimento da agricultura familiar brasileira em termos políticos e institucionais.

Grande parte desse reconhecimento tem origem nos trabalhos de Organizações Não-Governamentais (ONGs), setores da igreja católica, movimentos sociais do campo, sindicatos e oposições sindicais, que desde os anos 1970 passam a organizar os agricultores familiares e estabelecer pautas de lutas para a construção de políticas públicas em seu favor. A partir dos 1980, com apoio de entidades internacionais, criam-se em várias regiões do interior do país os chamados fundos de crédito rotativo, cujo principal objetivo era apoiar demandas creditícias dos agricultores familiares excluídos do SFN. Um pouco mais tarde, no início dos anos 1990, formam-se em Santa Catarina, com apoio

das mesmas organizações acima citadas e de alguns órgãos públicos sensibilizados para as causas da agricultura familiar, as primeiras cooperativas de crédito rurais alternativas. Essas organizações nasciam de forma independente das cooperativas de produção agropecuária, que até então controlavam o cooperativismo de crédito presente no estado. As cooperativas alternativas surgiam a partir de um intenso trabalho de mobilização social realizado nos municípios interessados, e tinham como objetivos atender as necessidades financeiras da agricultura familiar e fortalecer o desenvolvimento local (BÚRIGO, 2010). Em 1995, nasce no Sudoeste do Paraná a primeira cooperativa singular do Sistema Cresol com os mesmos propósitos. Em poucos anos, as cooperativas Cresol expandem-se para várias regiões rurais dos três estados do Sul (COLONIESE; LOURENCI; RODRIGUES, 2010; RISSON, 2010).

Apesar do seu tardio reconhecimento institucional no Brasil, para Wanderley (2003, p. 52) "a agricultura familiar não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural". A respeito das particularidades da agricultura familiar, acerca das relações entre o capital e trabalho no campo, a mesma autora discutindo a partir da produção acadêmica de outro importante pesquisador do rural dos inícios do século XX, Alexander Chayanov, aponta que:

> O eixo central da teoria de Chayanov consiste na afirmação de que a unidade de produção familiar na agricultura é regida por certos princípios gerais de funcionamento interno que a tornam diferente da unidade de produção capitalista. Estes princípios derivam do fato de que, ao contrário da empresa capitalista propriamente dita, a empresa familiar não se organiza sobre a base da extração e apropriação de trabalho alheio, de mais-valia. A fonte de trabalho que aciona o capital envolvido no seu processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção (WANDERLEY, 2014 p. 143).

O que é fundamental na perspectiva chayanoviana é que embora a unidade de produção camponesa esteja subordinada e seja afetada pelo contexto capitalista, não é diretamente condicionada por ele. Na realidade ela é governada por um conjunto de equilíbrios, quais sejam: um, trabalho e consumo e outro, penosidade e utilidade. Estes aparecem no interior de cada unidade camponesa de forma particular àquela propriedade e também às demandas e expectativas da família camponesa que vive e trabalha no local (PLOEG, 2016).

A ampliação das relações capitalistas de produção e a mercantilização da agricultura e do espaço rural observados no século XX também não resultaram em processos homogeneizantes e lineares, mas numa "diversidade de padrões tecnológicos e

institucionais, de organização do trabalho e da produção, de inserção nos mercados e de representação ideológica" (NIEDERLE; ESCHER; CONTERATO, 2014 p. 209).

Essa diversidade de tipos de agricultores foi discutida por Basso e Gehlen (2015), ao analisar as racionalidades dos agricultores familiares modernos. Os autores afirmam que os agricultores (re)constroem distintas racionalidades para guiar suas iniciativas de produção. Essas racionalidades podem ser classificadas em convencional, não convencional e em transição, formuladas a partir de significados que são atribuídos à sustentabilidade social, econômica e ambiental. De acordo com os pesquisadores, "a diversidade entre os agricultores familiares na contemporaneidade é resultante da sua capacidade de adaptação no universo social e, por sua vez, contribui de forma relevante na construção do conceito de agricultura e dos próprios agricultores familiares" (BASSO; SILVA; DAVID, 2019 p. 238).

Para Ploeg (2016, p. 78) "a agricultura é maleável", pois pode ser organizada de formas diferentes e contrastantes. As reflexões do autor produziram um espaço bidimensional que articula intensidade e escala, em que distintos estilos de agricultura podem ser encontrados. Para o autor: "um estilo de agricultura consiste em um modo específico e internamente coerente de agricultura. É uma forma distinta e válida de produção agrícola compartilhada por um grande grupo de agricultores" (PLOEG, 2011 p.131).

Para Granovetter, um dos principais teóricos da Nova Sociologia Econômica (NSE), as instituições econômicas, como as cooperativas, não surgem automaticamente no meio social. "São, antes, construídas por indivíduos cuja ação é, ambos, facilitada e limitada pela estrutura e pelos recursos disponíveis nas redes sociais onde encontram-se *embedded*" (GRANOVETTER, 1991, p.9). Abramovay (2004 p. 22) argumenta que a sociologia econômica contemporânea trabalha na ideia "de que a vida econômica - e financeira - das famílias só pode ser compreendida a partir de sua inserção (*embeddedness*) nos círculos sociais que lhe imprimem conteúdo e lhe dão sentido".

Tendo em conta esse contexto teórico e empírico de criação de organizações cooperativas de agricultores familiares e de geração de laços sociais na tentativa de reverter o processo de exclusão financeira no campo é que se situa a cooperativa de crédito Cresol Vale Europeu, objeto desta pesquisa.

As cooperativas de crédito são designadas como associações autônomas de pessoas, com fins econômicos, mas não lucrativos, que visam oferecer serviços

financeiros aos seus cooperados por meio do mutualismo e da cooperação (FLACH, 2010). Desse modo, as cooperativas de crédito podem atender "demandas relacionadas ao financiamento da produção, comercialização e consumo, além de minorar situações de emergência e de insegurança" (BÚRIGO et al, 2011 p. 31).

Para alcançarem legitimidade junto a sua base social e manterem-se ativas no sistema econômico, às cooperativas de crédito necessitam constantemente qualificar seus sistemas de governança. Dagnese (2016) aponta que uma estrutura de governança ou arranjo institucional de uma cooperativa, é caracterizada por uma combinação de pressupostos organizacionais. São regras internas de funcionamento, formais ou informais, de metodologias de mobilização e de distribuição dos recursos financeiros e de variáveis de cunho organizativo, social e econômico, que orientam as operações cotidianas da organização, as interações entre seus membros, as relações com seu público e com outras instituições.

De regra, as cooperativas de crédito têm sua base de atuação na oferta de serviços financeiros e na dinamização dos territórios e das economias locais, com participação social. As finanças de proximidade, intrínseca à atuação de uma cooperativa de crédito, é um componente diferenciador no contato com o cooperado (ABRAMOVAY, 2004). Em um agrupamento de operações financeiras de crédito (não subsidiado), poupança, depósitos bancários e seguros voltados àqueles que não conseguiam estes serviços com os bancos comerciais, que o Sistema Cresol retira os ganhos que permitem sua reprodução (ABRAMOVAY; MAGALHÃES; SCHRÖDER, 2010). Esse fenômeno já também foi destacado por Chayanov, ao estudar o potencial do crédito cooperativo no início do século XX:

> Pode-se notar que a importância do crédito cooperativo é infinitamente maior do que o simples auxílio a unidades familiares individuais em seu trabalho. À medida que o sistema de crédito cooperativo se desenvolve e fortalece inevitavelmente ele atrai, na forma de depósitos, todo o dinheiro utilizado disponível nas áreas rurais. Ao suplementá-los com recursos e capital do estado, obtidos através de bancos, o crédito se torna mais barato e acessível a todo o camponês, e amplamente disponível (CHAYANOV, 2017).

A cooperativa de crédito é, portanto, uma organização econômica que além disponibilizar crédito para fins produtivos, pode provocar transformações significativas nos territórios e na vida dos agricultores. Para tanto é necessário que esse processo envolva um conjunto de organizações e entidades que tem compromisso e relação com o público que vive em seus territórios de atuação (RISSON, 2010). Importante ressaltar que

a participação dos atores locais é base fundamental em processos de desenvolvimento territorial sustentável (CAZELLA, 2006). Para se pensar numa perspectiva de desenvolvimento o papel da cooperativa:

> Não é "amarrar" o tomador de crédito ao reembolso do crédito exclusivamente, mas garantir que esse tomador esteja incluído em uma rede de vínculos comunitários. É assim que as cooperativas vão se inserindo de forma inovadora na vida social das comunidades em que atuam. De um lado a atuação das cooperativas, ao criar uma estrutura de incentivos para a concessão de linhas de crédito que utilizam as relações de confiança (como o aval solidário) pode estimular o revigoramento dos laços comunitários. De outro lado os dirigentes das cooperativas, à medida que animam uma reflexão entre os agricultores sobre a aplicação do crédito para extrapolar a dimensão da propriedade individual e inseri-lo em um processo mais amplo de desenvolvimento comunitário, podem valorizar os atributos locais desse processo (SCHRÖDER, 2004 p. 21).

Assim, o crédito e outros serviços financeiros disponibilizados aos agricultores pelas cooperativas de crédito podem promover um processo mais amplo de desenvolvimento, que valoriza o contexto local e os atores sociais do território (RISSON, 2010). A busca de afinidades entre as propostas e agendas de desenvolvimento das instituições no território precisa propiciar a formação de um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento rural sustentável (BÚRIGO, 2010a). Os componentes do arranjo de atores locais, e a maior proximidade social que se pode estabelecer, dependem também "do ambiente institucional, político e macroeconômico em que as organizações financeiras se inserem e das variáveis sociais e culturais que caracterizam o espaço local em que atuam" (SCHRÖDER, 2004 p. 5).

Uma pesquisa sobre desempenho no crédito rural na antiga cooperativa de Águas Mornas[1], avalia o seu impacto na região com relação à disponibilização da política pública. Ela indica que quase 60% de sua carteira de crédito é proveniente de repasses de programas do governo, como o Pronaf (NICOLUZZI, 2015).

O mesmo autor destaca o papel fundamental exercido pelo cooperativismo dentro do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), pois, além de favorecer o acesso ao crédito para agricultores familiares mais estabilizados auxilia na inclusão de atores sociais de locais que outras organizações financeiras não trabalham. "Dentro do cooperativismo de crédito o caso específico da Cresol qualifica ainda mais esse repasse, pois esse sistema trabalha com a base social composta em grande maioria por agricultores familiares. Isso permite conhecer melhor suas necessidades" (NICOLUZZI, 2015 p. 65).

[1] Cooperativa singular da Cresol, antes do processo de incorporação.

Para entender melhor como o crédito rural se insere nessa diversidade de atores, de laços sociais, de sistemas produtivos e arranjos socioeconômicos que convivem no espaço de uma organização cooperativa e solidária, a pesquisa recorre aos estudos da NSE, visto que, diferentemente de outras correntes de pensamento econômico, a NSE enxerga as relações econômicas como construções sociais, o que pressupõe que a análise dos fenômenos econômicos relacionados ao uso do crédito precisam levar em conta as relações sociais presentes em torno desse processo.

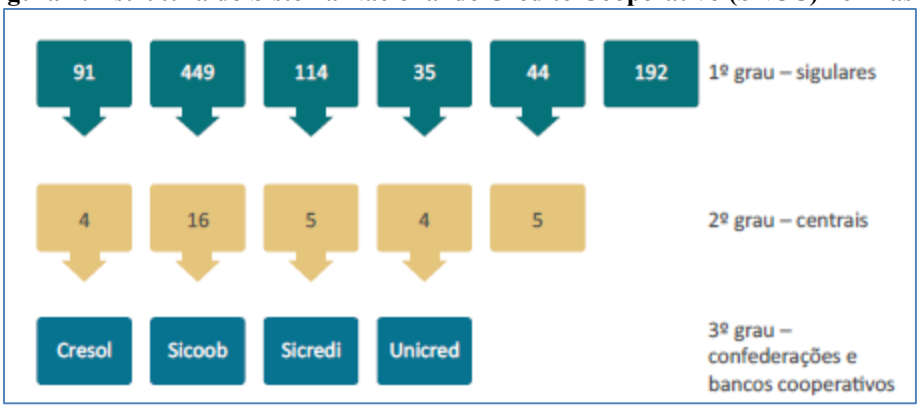
Em 2018, o cooperativismo de crédito brasileiro atendia 9,9 milhões de cooperados, sendo composto por 925 cooperativas de crédito singulares e mais de 5.300 Postos de Atendimento (PA), distribuídos em todos estados brasileiros. Na região Sul, cerca de 92% dos municípios são cobertos pelo cooperativismo de crédito, já as regiões Norte e Nordeste possuem pouca abrangência de municípios atendidos, 24% e 11% respectivamente (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018). Na carteira de crédito das cooperativas singulares sediadas na região Sul predominam as operações com pessoas físicas (63%), principalmente os financiamentos rurais e agroindustriais, com destaque para os estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Já a segunda modalidade mais importante, pertencente à carteira de pessoa jurídica, foi a de capital de giro, a qual o destaque é o estado de Santa Catarina (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

Apesar do cooperativismo de crédito ganhar escala nas últimas décadas, seu peso socioeconômico ainda é pouco significativo no Brasil, pois a participação dos ativos totais do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) alcança apenas 2,69% do SFN (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018). Essa baixa presença ocorre sob diferentes sistemas, pois historicamente o segmento se desenvolveu amparado em "distintas inspirações e diferenças em termos de concepção ideológica, arranjos institucionais e modelos de governança" (CAZELLA; BÚRIGO, 2013 p. 308).

A literatura indica que dos quatro maiores sistemas de cooperativas de crédito brasileiros, 03 são baseados em estruturas verticalizadas, próximas de uma cultura bancária. Entre eles, o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) e o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), atuam com um público urbano e rural diversificado, enquanto o terceiro, o Sistema Unicred Brasil (Unicred) atende principalmente aos profissionais da área da saúde (CAZELLA; BÚRIGO, 2013). Além desses 03 grandes sistemas, existe o Sistema de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol), que

historicamente baseou sua atuação no campo da agricultura familiar. Abaixo segue a estrutura que representa os 4 maiores sistemas do SNCC (Figura 1).

Figura 1: Estrutura do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) no Brasil.



Fonte: Unicad, Banco Central do Brasil, 2018.

Com o passar dos anos, as cooperativas de crédito ampliaram oportunidades de acesso ao crédito rural e outros serviços financeiros para os excluídos do sistema financeiro tradicional (BÚRIGO, 2010a).

Durante duas décadas e meia, cooperativas do Sistema Cresol se multiplicaram no Sul, e expandiram-se para outros estados do país, tornando-se o exemplo mais expressivo da vertente solidária do cooperativismo nacional (BÚRIGO, 2010a). De acordo com dados da Central Cresol Baser (2018), o Sistema Cresol[2] possuía uma confederação (3° grau), 3 centrais (2° grau), 91 cooperativas singulares, aproximadamente 501 mil cooperados, 528 agências, abrangendo 1.341 municípios em 17 estados da federação. A Baser é a cooperativa central na qual a singular Cresol Vale Europeu, objeto desta pesquisa, está vinculada. A Central possui 178 mil cooperados, 240 agências em 10 estados brasileiros. Abaixo, segue informações dos resultados econômicos de 2018 da Central Baser e da Confederação (Quadro 1):

[2] A Confederação Cresol foi criada em 2016. Têm sede em Florianópolis e atualmente é composta pelas seguintes cooperativas centrais: Cresol Baser, Cresol Central RS/SC, Cresol Sicoper e Ascoob Central. A Ascoob tem sede no estado da Bahia.

Quadro 1: Resultados econômicos Central Baser e Confederação Cresol (2018).

Resultados econômicos	Cresol Central Baser (R$)	Cresol Confederação (R$)
Patrimônio de Referência	604 milhões	1,01 bi
Depósitos totais	1,18 bi	2,76 bi
Crédito comercial	894,2 milhões	2 bi
Crédito Rural (custeio e investimento)	2,2 bi	3,14 bi
Resultado Financeiro	18,1 milhões	120 milhões
Recursos Administrados Totais	Sem informação	7,84 bi

Fonte: Relatório Central Cresol Baser, 2018.

A Cresol Vale Europeu nasceu no final de 2018, por meio de um processo de fusão/incorporação[3] de cinco cooperativas singulares existentes nos municípios catarinenses de Águas Mornas, Botuverá, Ituporanga, São João do Itaperiú e Schröeder. No seu registro, a nova cooperativa herdou o nome da cooperativa de Botuverá (Vale Europeu), já o CNPJ e a sede foram mantidos os da singular de Águas Mornas.

O processo de incorporação tornou a nova cooperativa uma organização de grande expressão em termos econômicos e sociais, tendo em conta os padrões do Sistema Cresol. Seguem, abaixo, outros dados sobre a estrutura da cooperativa Cresol Vale Europeu (Quadro 2).

Quadro 2: Informações socioeconômicas da Cresol Vale Europeu (2018).

ITEM /ANO	2018
Municípios atendidos	102
Agências	32
Associados	23.339
Associados ativos	22.814
Aplicadores (depositantes)	9.401
Tomadores de empréstimo	10.073
Crédito comercial	R$ 101,4 milhões
Crédito rural (custeio e investimento)	R$ 123,3 milhões
Patrimônio de Referência	R$ 54,1 milhões
Depósitos totais	R$ 220,9 milhões
Resultado financeiro	R$ 3,28 milhões
Recursos administrados totais	R$ 430 milhões

Fonte: Relatório de Atividades e Balanço Social 2018, adaptado pelo autor.

Historicamente, o crédito para a agricultura familiar, especialmente o Pronaf, foi o principal produto financeiro do Sistema Cresol. Contudo, esse perfil vem sofrendo mudanças nos últimos anos, sobretudo devido ao processo de ampliação do quadro social das cooperativas para a participação do público urbano. Esta pesquisa buscou refletir

[3] A literatura especializada trata do tema de forma conjunta, ou seja, como fusões/incorporações. O processo que ocorreu na Cresol Vale Europeu foi, juridicamente, uma incorporação, porém para facilitar o entendimento entre os cooperados, o processo foi denominado de fusão ou união. A partir daqui quando esse tema vier à tona será tratado como incorporação.

sobre como o crédito rural se insere nesse novo ambiente de atuação da Cresol, que se intensificou com o referido processo de incorporação.

1.1 O PROBLEMA DE PESQUISA

A criação do Sistema Cresol teve como objetivo a construção de um cooperativismo que não reproduzisse o modelo tradicional, controlado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)[4]. O objetivo era organizar um sistema alternativo, que atendesse agricultores familiares excluídos do pacote tecnológico convencional da "revolução verde", primando pela existência de uma cooperativa local, de preferência uma por município, que garantisse a participação social com maior qualidade. O envolvimento de organizações da agricultura familiar existentes nos espaços locais reforçaria a capacidade de gestão e seus quadros poderiam compor os conselhos administrativos e fiscal da cooperativa. A ideia era também dispor de um sistema de crédito como uma alavanca do desenvolvimento, que implicasse em uma "lógica de desenvolvimento", na qual o crédito atuasse como um instrumento indutor. Nas palavras de um cooperativista francês, que colaborou com a criação das primeiras cooperativas de crédito rural alternativas em Santa Catarina nos anos 1990, o cooperativismo de crédito pode ser "uma alavanca econômica a serviço de seus beneficiários: melhor ainda, ele é uma das alavancas de desenvolvimento e ele não é o único, mas insere-se em um conjunto de fatores que constituem um dispositivo mais ou menos completo e coerente" (LANCELIN, 1996 p. 17).

Ao contrário dos arranjos centralizados, baseados em cooperativas de grande porte, optou-se por estruturas descentralizadas, em forma de rede, articuladas entre si e com a comunidade local, favorecendo a democratização do uso do crédito rural e o efetivo controle social (COLONIESE; LOURENCI; RODRIGUES, 2010).

O argumento da imersão (*embeddedness*) destaca o papel das relações pessoais tangíveis e as estruturas (ou "redes") dessas relações como fonte da confiança e no desestímulo à má-fé. A opção imperante em fazer transações com indivíduos ou instituições de reputação conhecida significa que poucos se dispõem a confiar na

[4] A tarefa de representação nacional dos ramos cooperativos no Brasil é atribuída, tradicionalmente, à Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB. Diversos interlocutores e a legislação em vigor legitimam esse papel de representação. As cooperativas ligadas às organizações sociais da agricultura familiar e aos empreendimentos de economia solidária contestam a unicidade de representação do cooperativismo e não legitimam o papel da OCB (SCHRÖDER, 2005).

moralidade generalizada ou nos meios institucionais para impedir problemas (GRANOVETTER, 2007). Essa base de confiança motivou a criação e sustentou a Cresol ao longo de sua existência, apesar de existirem críticas que apontam que a organização cada vez mais vem se afastando de sua missão original.

Devido a suas características organizacionais, tendo em conta o conceito *embeddedness*, pode-se entender que as organizações cooperativas conformam um mosaico de laços sociais fracos e fortes, sendo uma cooperativa (como a Cresol Vale Europeu) expressão de um conjunto de múltiplos interesses econômicos, que se estruturam em torno da organização. Para tanto, formam-se redes internas e externas, envolvendo cooperados (como os agricultores familiares) e outros atores sociais e econômicos, entre os quais se estabelecem distintas conexões fortes e fracas relacionadas ao uso do crédito. Esse entendimento pode também ajudar a entender o papel do crédito rural disponibilizado pela cooperativa, bem como o papel que as políticas públicas a ele relacionadas podem desempenhar em termos de desenvolvimento rural.

Cabe ressaltar que a forte cultura de descentralização, presente na origem do Sistema, foi se modificando ao longo do tempo. Primeiro com a criação e fortalecimento das centrais, cooperativas de segundo grau, em detrimento das bases de serviços regionais, uma inovação que o Sistema Cresol criou nos primeiros anos e que davam suporte gerencial e contábil e articulavam as ações das singulares mais próximas territorialmente. Mais recentemente, se observa a instauração de um processo de incorporação das cooperativas de menor porte, para a criação de cooperativas de atuação regionalizada e instalação de mais agências (antigos PA) nos diversos municípios de atuação[5].

A Cresol Vale Europeu também viveu esse processo, o que nas palavras de seus dirigentes e administradores atuais reflete “a união importante e em busca do fortalecimento da cooperativa, com objetivo de torná-la mais sólida, melhorar a competitividade e o ganho de escala”[6]. No entanto, existe a preocupação do quadro social e também dos dirigentes da cooperativa de que esse processo de incorporação não signifique um processo de fortalecimento da “lógica bancária” e afastamento da

[5] Devido às limitações e escolhas metodológicas do autor, as razões que geraram essa mudança gerencial no Sistema Cresol não serão analisadas aqui em profundidade. Se abordará esse processo a partir da perspectiva da Cresol Vale Europeu.

[6] Anotações do autor na última assembleia do processo de incorporação das cooperativas (Cresol Vale Europeu), realizada em Águas Mornas-SC, no dia 18 de outubro de 2018.

cooperativa em relação às necessidades e interesses de seus cooperados atuais. Conforme destaca Bittencourt (2010 p. 462): “o grande desafio para as Cooperativas de Crédito com Interação Solidária é tornarem-se viáveis economicamente mantendo vivos seus princípios e valores”.

O processo de incorporação das cinco cooperativas singulares ampliou significativamente o número de cooperados (pouco mais de 23 mil), gerando novos desafios em termos de gestão. Por um lado, maiores são as possibilidades de continuidade e crescimento econômico (economia de escala e escopo), por outro lado, quanto maior o número de cooperados mais difícil torna-se a participação direta (CANÇADO et al., 2014).

No contexto da região do estudo, apesar dos resultados expressivos alcançados pelo crédito rural na antiga Cresol Águas Mornas e em praticamente em todas cooperativas do Sistema Cresol, os quais confirmam sua vocação de atuar nos pequenos municípios rurais e com o público da agricultura familiar, nos últimos anos esse quadro passou a sofrer modificações. Pesquisadores e gestores da Cresol Baser apontam a relevância de “compreender a dinâmica dos sistemas de produção dos agricultores e sua sociabilidade com os mercados, ou seja, analisar as diversas racionalidades presentes e a interface com a política de crédito rural e os mercados” (BASSO et al, 2017 p. 68). Os autores, comparando dados da Cresol Baser indicam que o Cresol está diminuindo o número de agricultores beneficiados pelo crédito rural, sendo os mais capitalizados que acessam e mais de 80-90% dos recursos dos projetos aprovados acabam sendo investidos em *commodities:*

> De acordo com análises realizadas pela Cresol Baser, os dados indicam que a tendência observada, no âmbito do PRONAF (...) também manifesta-se nas demandas de crédito, solicitadas pelos seus associados ou seja, uma estabilização do ritmo de crescimento do número de contratos, um aumento do volume dos recursos por contrato e a concentração da maior parte dos recursos na produção de grãos, em particular soja e milho (BASSO et al, 2017; p. 68).

Os pesquisadores apontam que a experiência da Cresol Baser e as preocupações sobre o Pronaf-Crédito são objetos de debates e de construção de ações para superação dos desafios no tocante ao crédito.

> O desafio está em assumir a perspectiva de um modelo de desenvolvimento rural que contemple a diversidade das estratégias produtivas, agrícolas e não-agrícolas, compatibilizando produção de riqueza, equidade social e valorização do meio ambiente (BASSO et al, 2017 p. 70).

Portanto, em termos gerais o que se observa em paralelo a esse processo de regionalização das cooperativas Cresol, são mudanças no número de tomadores e no volume de aplicação do crédito rural. Nos últimos anos, na maioria das cooperativas de crédito esses números também vêm se modificando rapidamente em termos relativos, fruto da redução da população rural e do aumento da inserção das cooperativas no público urbano. Por essa razão torna-se importante caracterizar o perfil dos tomadores de empréstimo e avaliar a importância do crédito rural no universo dos serviços financeiros disponibilizados pelas cooperativas que nasceram para atender primordialmente o público da agricultura familiar, como é o caso do Sistema Cresol. Um levantamento realizado pelo autor em dezembro de 2018 constatou-se que somente 43% do quadro social (10.073 cooperados) da Cresol Vale Europeu acessaram o crédito de forma geral, o que significa que atualmente um percentual ainda menor de associados fazem uso da carteira de crédito rural.

Diante desse quadro de transformações no volume de uso do crédito rural, que podem estar refletindo alterações profundas da dinâmica do meio rural da região e do país, a Cresol Vale Europeu é particularmente importante para o Sistema Cresol devido a uma série de características que a torna uma cooperativa um tanto diferentes das demais que conformaram a origem do Sistema Cresol, marcado por atuação em regiões tipicamente rurais e relativamente longe dos grandes aglomerados urbanos.

Como se verá em detalhes mais adiante, embora focada no público que atua na agricultura, a Cresol Vale Europeu está instalada numa região urbanizada, em que o rural sofre forte influência dessa proximidade espacial, econômica e social com as cidades. Desse modo, os seus associados oriundos do meio rural convivem de perto com um grande universo de cooperados (rurais ou não), que também desenvolvem atividades consideradas urbanas, o que resulta, entre outras características, na presença concomitante de rendas e atividades agrícolas e não-agrícolas. Além disso, na área de abrangência da Cresol Vale Europeu, os sistemas de produção agrícolas de grãos não têm tanta importância como em outras regiões atendida pelo Sistema. Por isso muitos projetos de crédito rural nesta cooperativa são direcionados para produção de hortaliças, fruticultura e outras atividades intensivas em mão de obra familiar.

Essas novas características da região certamente afetam a distribuição e uso do crédito rural pelos cooperados, o que torna ainda mais importante traçar perfis mais definidos sobre os tomadores, a partir de indicadores sociais, econômicos e produtivos

extraídos da carteira de crédito e de investigações de campo junto à base social da cooperativa. Essas mudanças no uso do crédito também têm implicações nos processos de planejamento e análise sobre o futuro da região e nas ações relacionadas ao tema do desenvolvimento rural sustentável e da produção de alimentos mais saudáveis, como os de base agroecológica, cujo consumo está se ampliando nos centros urbanos.

Em outras palavras, como a região base deste estudo contempla atividades rurais e urbanas, que se relaciona com o uso do crédito rural e dos financiamentos de outras fontes, a pesquisa buscou, então, entender a dinâmica do uso crédito rural pela Cresol Vale Europeu em relação aos sistemas produtivos e apontar tendências para os quais os projetos dos cooperados e, portanto, os recursos da cooperativa, estão sendo direcionados.

A literatura e pesquisas correlatas também reforçam a importância de se conhecer melhor os atores locais (no caso, os projetos de crédito dos cooperados) para o sucesso da gestão da cooperativa, pois a diversidade social da agricultura familiar é pouco conhecida e muitas vezes, ignorada enquanto um trunfo importante para o desenvolvimento territorial sustentável (CAZELLA, 2006). Nesse sentido, por meio do uso do crédito nas unidades produtivas dos cooperados, pode-se também detectar aspectos da pluriatividade dos agricultores e iniciativas relacionadas a uma visão multifuncional da agricultura, questões essas que qualificam o debate em torno do desenvolvimento rural da região.

No caso da Central Cresol Baser, o quadro social da cooperativa é formado, em sua maioria e como público preferencial, por agricultores familiares com diferentes modos de fazer agricultura (racionalidades) e de habitar o meio rural (BASSO; SILVA; DAVID, 2019). Os autores identificaram que a racionalidade “em transição” encontra-se presente na ampla maioria dos agricultores cooperados, e dentre estes, o contexto produtivo e seus projetos de vida encontram-se aberto e diverso. Já que as iniciativas produtivas, tanto quanto a organização do trabalho, estão relacionadas à forma como estes agricultores integram-se aos mercados. Esses agricultores “situam-se em um momento muito diferente dos agricultores com racionalidade convencional e/ou agroecológica que já possuem projetos produtivos definidos e inseridos na dinâmica socioeconômica vigente” (BASSO; SILVA; DAVID, 2019 p. 245).

Esse quadro embasa a configuração do problema e na definição das questões norteadoras que orientam esta dissertação. Desse modo, a pesquisa busca saber em que medida a cooperativa está se adaptando a essas transformações no mundo rural na base

socioeconômica de seus associados e se ocorrem incentivos inovadores nessa área, como por exemplo, em projetos de apoio às atividades não agrícolas realizadas no meio rural e aos sistemas de produção mais sustentáveis, que atendam as expectativas de consumidores urbanos que procuram alimentos mais saudáveis. Em termos concretos as questões norteadoras da pesquisa foram assim definidas:

1) Face as mudanças observadas no meio rural e no funcionamento do SFN desde a origem do Sistema Cresol, as políticas de oferta e uso de crédito rural da Cooperativa Vale Europeu atendem as expectativas atuais do seu quadro social?
2) A governança cooperativa da Vale Europeu relacionada ao crédito rural vem acompanhando o cenário de transformações conforme o quadro descrito acima?

1.2 JUSTIFICATIVA

Desde a graduação e durante a trajetória profissional, o mestrando pautou suas atividades em temáticas relacionadas ao desenvolvimento rural sustentável, na perspectiva da agroecologia e da agricultura familiar. A presente pesquisa dá continuidade à esse campo de atuação, a partir da análise das ações de uma organização financeira cooperativa que atua junto à agricultura familiar. Outro fator de motivação da pesquisa é o fato da cooperativa escolhida, a Cresol Vale Europeu, situar-se em Santa Catarina, estado com forte tradição da agricultura familiar e na organização dos agricultores em associações, cooperativas e movimentos sociais. No estado, merece destaque também para as experiências ligadas a modelos agroecológicos de produção e outros sistemas não convencionais (agricultura orgânica e biodinâmica), como também articulação de agricultores em redes alimentares alternativas (RAAs) que se vinculam ao chamado movimento agroecológico.

Em muitos países, os sistemas oficiais de crédito rural são essenciais para melhorar a condição social e econômica dos agricultores. O Pronaf possui grande relevância para a economia do estado catarinense, especialmente pela sua capilaridade e distribuição do crédito na maioria das regiões (EPAGRI, 2018). Entender o desempenho do sistema de crédito rural permite analisar também as “potencialidades e limites das políticas e ações de desenvolvimento rural” (BÚRIGO, 2010a p. 452).

Assim, o diagnóstico de uma importante solução financeira disponibilizada aos cooperados por meio da cooperativa (sobretudo o crédito rural aos agricultores familiares) é, portanto, relevante para realização de estudos sobre a dinâmica do desenvolvimento rural na região. A tipificação/categorização dos cooperados "tomadores de empréstimo" permite também às cooperativas aprimorarem a sua governança além de contribuir de forma mais qualificada no planejamento de seus produtos e serviços para atendimento aos agricultores familiares.

O presente estudo também responde a necessidade de se ampliar a articulação entre a cooperativa e pesquisadores que estudam o tema do cooperativismo solidário e do desenvolvimento rural. Nesse sentido, fortalece uma rede de pesquisadores das universidades (públicas e privadas) que pretende:

> Debater (produzir conhecimentos) sobre os desafios e as perspectivas/cenários, presentes nas cadeias produtivas (curtas e longas) e políticas públicas, na gestão do credito solidário, entre outros temas ligados à agricultura familiar, ao cooperativismo solidário e ao desenvolvimento local e regional (BASSO et al, 2017 p. 70).

Este projeto também está inserido em um conjunto de pesquisas que vem sendo realizadas pelo Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate), pertencente à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). No final de setembro de 2018, o Lemate aprovou um projeto na chamada pública CNPq/SESCOOP 007/2018 – Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação em Cooperativismo. O projeto aprovado pretende realizar um estudo dos programas educacionais e de formação da Cresol Vale Europeu, relacionando-as com os mecanismos de governança das cooperativas, especialmente em relação à organização do quadro social, resultados socioeconômicos e ambientais e na expansão da cultura cooperativista. Esse projeto, somado a esta dissertação e outras iniciativas do Lemate podem resultar em conhecimentos importantes para qualificar o sistema cooperativo e o desenvolvimento da região.

1.3 OBJETIVOS

A dissertação tem como objetivo geral estudar as aplicações de crédito rural da Cresol Vale Europeu e suas implicações na vida social, econômica dos associados e nas formas de governança da Cooperativa:

Para tanto pretende desenvolver os seguintes objetivos específicos:

1) Compreender a evolução das carteiras de crédito rural nos últimos 5 anos e suas implicações na vida dos agricultores.
2) Categorizar os usuários do crédito rural da Cresol Vale Europeu, com base em indicadores sociais, econômicos e produtivos registrados nos sistemas de gestão do Sistema Cresol (cadastros, planilhas de controle, etc.) e em coleta de dados junto a base social da cooperativa;
3) Conhecer a opinião dos agricultores familiares cooperados sobre o trabalho da Cooperativa no crédito rural;
4) Discutir a governança da Cresol Vale Europeu a partir dos laços sociais existentes e das aplicações do crédito rural para fins de promoção/fomento do desenvolvimento rural.

1.4 METODOLOGIA DE PESQUISA

O local de realização da pesquisa foi a área de atuação da Cresol Vale Europeu, que abrange, praticamente todos os municípios da faixa do Litoral Catarinense, além da Grande Florianópolis, Norte do Estado e Alto Vale do Itajaí, também o município de Nova Friburgo e parte da região serrana do estado do Rio de Janeiro (Figura 2).

Figura 2: Área de abrangência da Cresol Vale Europeu.

Fonte: Cresol Vale Europeu.

O mapa acima evidencia a amplitude do território da nova cooperativa, composto por 95 municípios das 5 regiões do estado[7], que estão listados abaixo (Quadro 3).

[7] Contabilizando somente as regiões do estado de Santa Catarina, que foi o foco da pesquisa.

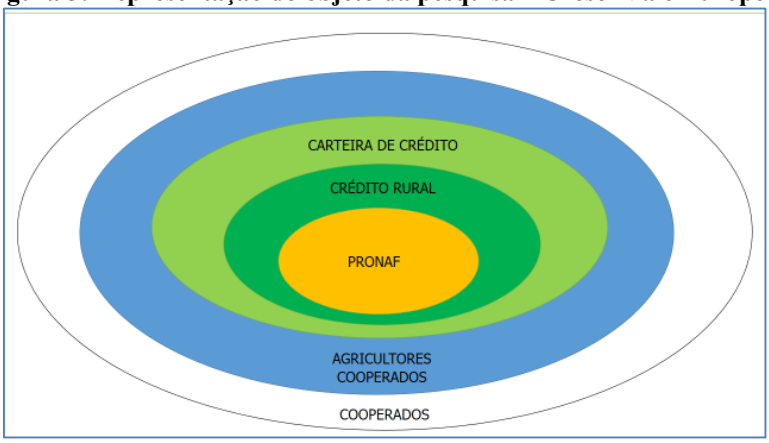
Quadro 3: Abrangência da Cresol Vale Europeu após o processo de incorporação – 2018.

Nome da cooperativa anterior	Área de abrangência (municípios)
Cresol Águas Mornas	Águas Mornas (município sede), Angelina, São Bonifácio, Anitápolis, Antônio Carlos, Governador Celso Ramos, Biguaçu, São Pedro de Alcântara, Major Gercino, São José, Laguna, Paulo Lopes, Pedras Grandes, Gravatal, Braço do Norte, São Martinho, Armazém, Imbituba, Tubarão, Capivari de Baixo, Tijucas, Palhoça, Florianópolis, Imaruí, Garopaba, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, e ainda nos municípios de Cachoeira de Macacu, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro, Teresópolis, Trajano de Moraes e Nova Friburgo, localizados no estado do Rio de Janeiro.
Cresol São João do Itaperiú	São João do Itaperiú (Município sede) Araquari, Barra Velha, Balneário Barra do Sul, São Francisco do Sul, Guaruva, Itapoá, Penha, Massaranduba e Balneário de Piçarras e ainda o município de Guaratuba localizado no Estado do Paraná.
Cresol Vale Europeu	Botuverá (Município sede), Brusque, Guabiruba, Vidal Ramos, São João Batista, Canelinha, Nova Trento, Itajaí, Itapema, Porto Belo, Bombinhas, Leoberto Leal, Camboriú e Balneário Camboriú.
Cresol Schröeder	Schröeder (Município sede), Jaraguá do Sul, Blumenau, Rodeio, Pomerode, Guaramirim, Campo Alegre, Rio Negrinho, São Bento do Sul, Corupá, Joinville, Luiz Alves, Indaial, Timbó, Benedito Novo, Rio dos Cedros, Ascurra, Dr. Pedrinho, Gaspar, Ilhota e Navegantes.
Cresol Alto Vale	Ituporanga (município sede), Petrolândia, Imbuia, Chapadão do Lageado, Aurora, Agrolândia, Atalanta, Agronômica, Braço do Trombudo, Trombudo Central, Rio do Sul, Otacílio Costa, Laurentino, Rio do Oeste e Palmeira.

Fonte: Acervo técnico da Cresol, adaptado pelo autor.

Para fins de análise da utilização do crédito rural neste território da Cresol Vale Europeu, foram acessados os dados e informações da carteira de crédito rural da cooperativa. Como o interesse dessa pesquisa recai sobre os agricultores familiares e a promoção do/impacto sobre o desenvolvimento rural e que a carteira de crédito rural da Cresol é composta principalmente com recursos obtidos junto ao Pronaf, buscou-se compreender sua lógica de funcionamento como uma política pública, a qual exige da cooperativa o cumprimento de regras de aplicação estabelecidas pelo Governo Federal e pelo Banco Central do Brasil (BCB). O diagrama abaixo ajuda a visualizar os diversos estratos relacionados ao objeto de estudo (Figura 3).

Figura 3: Representação do objeto da pesquisa – Cresol Vale Europeu.



Fonte: Elaboração do autor.

A primeira etapa da pesquisa consistiu no levantamento e estudo da produção bibliográfica (revisão da bibliografia) sobre o tema e a região de estudo. Nesse sentido a revisão aprofundou os conceitos mobilizados no referencial teórico e na construção das ferramentas da pesquisa, como: cooperativismo de crédito, crédito rural, agricultura familiar, iniciativas financeiras solidárias, nova sociologia econômica, políticas públicas, dentre outros temas relevantes. Além disso, nessa etapa também foi realizada a fase exploratória da pesquisa, configurando visitas de reconhecimento à sede da cooperativa, contato pessoal com alguns colaboradores, dirigentes e cooperados, participando de reuniões e pré-assembleias nas áreas de atuação das antigas cooperativas que deram origem a Vale Europeu. Esses contatos prévios contribuíram na perspectiva da observação participante ao longo da pesquisa. Nesse processo também ocorreram a apresentação do projeto de pesquisa junto aos dirigentes/cooperados em duas reuniões da cooperativa.

Na segunda etapa foi realizada uma pesquisa documental no banco de dados das antigas cooperativas singulares e principalmente na carteira de crédito rural da cooperativa Vale Europeu. Foi elaborado, num primeiro momento, um levantamento dos últimos cinco anos da carteira de crédito rural (2014-2018), para verificar a evolução e tendências no uso desse tipo de financiamento. Esta ação foi complementada pela análise documental dos Planos Safra da Agricultura Familiar de 2014/15 até 2018/19, da Matriz de Dados do Crédito Rural (MDCR), publicados pelo Banco Central. A pesquisa documental se dedicou também aos Relatórios de Atividades Anuais do Sistema Cresol Baser e de sua cooperativa Cresol Vale Europeu.

As informações disponibilizadas pela Cresol foram organizadas em planilha Excel, para posteriormente serem sistematizadas e analisadas contando com auxílio desse mesmo software. É importante ressaltar que esta pesquisa teve acesso as informações agregadas, sem a identificação individual, respeitando o sigilo bancário dos cooperados.

Na linguagem da Cooperativa, os tomadores de crédito são classificados geralmente em três grupos: pequeno, médio e grande produtor rural, de acordo com o porte financeiro do beneficiário. Esta determinação é realizada com base no rendimento bruto anual do tomador e apresenta diferenciações no acesso à linhas de crédito rural em termos de custeio e investimento. Apesar de ser usual e prática para operacionalizar o acesso à política pública, essa classificação não engloba toda a diversidade de público que compõe o rural no Brasil e em Santa Catarina. Esse é mais um dos desafios operacionais para estudar as finanças junto ao público da agricultura familiar, que devido à sua diversidade social, muitas vezes acaba não tendo suas demandas contempladas em razão das ações padronizadas e normatizadas que são próprias das políticas públicas de caráter mais abrangente (CAPELESSO, 2016).

Procurou-se também, evidenciar o papel desempenhado pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) entre o público da Cooperativa. Tentou-se refletir sobre o acompanhamento técnico o uso orientado dos financiamentos oficiais, já que as pesquisas demonstram a influência decisiva desses serviços sobre o uso qualificado do crédito rural, ou seja, em que a falta de assistência técnica ou a sua baixa qualidade afetam negativamente na geração de renda pelos tomadores do Pronaf (OLIVEIRA; ARAÚJO; QUEIROZ, 2017).

Além dessa perspectiva sobre o trabalho de ATER, buscou-se ampliar a análise sobre a iniciativa de assistência técnica desenvolvida pela Cresol Baser. A ação é resultante de uma demanda do quadro social, discutida em seu último Planejamento Estratégico Participativo (2016 a 2020), que tem o propósito de fortalecer os projetos produtivos, com forma de melhorar as condições de vida das famílias e promover o desenvolvimento local/regional (BASSO; DAVID; SILVA, 2019). Segundo os autores, a proposta da Cresol visa superar a visão centrada na técnica e no produtivismo que sempre foi predominante. Para isso, procura desenvolver uma ação extensionista que valorize a perspectiva sistêmica, no qual as diversas dimensões (econômica, organizativa, ambiental, social e cultural) presentes na unidade familiar sejam valorizadas.

Para realizar uma leitura mais abrangente da diversidade dos agricultores cooperados da Cresol Valeu Europeu, foram incluídas também algumas informações sobre as principais estratégias de financiamento utilizadas pelos agricultores familiares, cooperados da Cresol, que não utilizam o crédito rural por intermédio da Cooperativa.

As informações coletadas para se estudar o público usuário dos financiamentos rurais da Cooperativa foram previamente agrupadas em itens ou indicadores, que serviram para se montar, posteriormente, tipologias sobre o perfil dos tomadores. Esses indicadores foram as seguintes: 1. Gênero e geração; 2. Número de moradores nos estabelecimentos; 3. Receita bruta do estabelecimento; 4. Tamanho do estabelecimento; 5. Valor do contrato; 6. Linha de crédito/modalidade; 7. Tipo de contrato; 8. Mão-de-obra predominante; 9. Padrão tecno-produtivo (convencional, orgânico, etc.).

Para fundamentação da pesquisa, do ponto de vista epistemológico, foi adotada a abordagem interpretativa sobre o tema de estudo, a qual, resumidamente, define que a posse de um significado é o que diferencia fenômenos naturais e fenômenos humanos (CUPANI, 2009). De forma a aprofundar o enfoque nessa abordagem, destaque também para contribuição de Weber (2000), o qual indica que o (a) cientista social deve compreender quais são os valores e ideias que norteiam ações e estruturas sociais, isto é, direciona a análise sobre os sujeitos e não sobre os objetos.

A pesquisa recorreu a outra contribuição de Weber, os chamados “tipos ideais”, que representam uma forma de organizar parâmetros para o pesquisador relacionar os dados de sua pesquisa. Essa medida possibilita ao pesquisador aproximar-se de forma mais objetiva da “realidade”, uma vez que ela possui múltiplas formas, e o “tipo ideal” de Weber possibilita a construção mental de uma realidade, um todo tangível (CUPANI, 2009).

Após dispor os dados acima, fornecidos pelos setores de controle da cooperativa e da Central Baser, foi possível iniciar a criação das tipologias baseadas na metodologia dos tipos ideais weberianos. Para tanto, tais informações foram organizadas tendo em conta os aportes oriundos dos estudos de Ploeg (2008, 2016) e Lamarche (1998) – que serão abordados mais adiante – além de se pautar também nas regras de classificação dos agricultores familiares empregadas pelo SNCR e particularmente pelo Pronaf, mas também de outros programas de financiamento público como o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

Para alcançar os objetivos da pesquisa e ter maior fidedignidade com a realidade empírica, as características apontadas nessa primeira classificação dos agricultores, construídas com base no uso dos dados quantitativos da carteira de crédito rural e na tipificação foram confirmadas e qualificadas por novas investigações de campo, de natureza qualitativa, realizada na terceira etapa.

Essa terceira etapa compreendeu, portanto, a pesquisa de campo, e foi efetuada por meio de entrevistas e aplicação de questionários, baseados em roteiros semiestruturados pré-elaborados. A seleção dos entrevistados foi realizada pela cooperativa de acordo com solicitação do mestrando, tendo em conta as tipologias pré-definidas e as diferentes regiões de atuação da cooperativa. O público das entrevistas foi circunscrito a um território amostral, que contemplou a sede das antigas cinco cooperativas e entorno[8] e o qual foi definido após a conclusão das duas primeiras etapas da pesquisa, levando em conta as informações dos contratos que foram sistematizadas nas etapas anteriores, podendo ser caracterizada como amostra induzida.

Assim, conforme disposto no quadro abaixo (Quadro 4), foram realizadas 33 entrevistas, que contemplaram: 03 técnicos envolvidos com o trabalho de assistência técnica aos agricultores, 6 gestores e colaboradores, 2 agentes comunitários de desenvolvimento[9] e 22 agricultores. Nas entrevistas incluiu-se também agricultores cooperados que não fazem o uso do crédito rural, para conhecer as estratégias utilizadas por eles no financiamento da produção rural. Buscou-se, em média, selecionar 3 entrevistados por cada perfil, de modo a garantir uma amostra representativa. As questões abertas foram transcritas e submetidas à análise de conteúdo com o auxílio do software Excel e com o propósito de complementar as respostas das questões norteadoras do estudo.

[8] Os 09 municípios envolvidos na fase da pesquisa de campo foram 05 município sede das antigas cooperativas singulares: Águas Mornas, Botuverá, Ituporanga, São João do Itaperiú e Schröeder, além dos 4 municípios do entorno: Aurora, Massaranduba, Santo Amaro da Imperatriz e São José.
[9] Esse programa da cooperativa atualmente é denominado Lideranças.

Quadro 4: Relação dos entrevistados (as) durante a pesquisa de campo.

N° de entrevistados	Perfil de entrevistado (a)	Principais temas tratados
3	Agricultor cooperado da Vale Europeu usuário do Pronaf – receita bruta até R$ 40.000,00	Informações sobre o perfil dos cooperados (estabelecimentos), sobre o crédito rural e a cooperativa
4	Agricultor cooperado da Vale Europeu usuário do Pronaf – receita bruta até R$ 80.000,00	
3	Agricultor cooperado da Vale Europeu, usuário do Pronaf – receita bruta maior que R$ 80.000,00	
3	Agricultor cooperado da Vale Europeu médio, usuário do Pronamp	
2	Agricultor cooperado da Vale Europeu de grande usuário de outras linhas de financiamento	
4	Agricultor cooperado orgânico/agroecológico	
3	Agricultor cooperado que não acessou o crédito nos últimos cinco anos (2014-2018)	Estratégias de financiamento da produção sem a utilização do crédito rural
2	Agente comunitário	A importância do Crédito rural/Pronaf para os cooperados
5	Gestor/colaborador da Cresol Vale Europeu	Crédito rural e o Pronaf na Cresol Vale Europeu
1	Gestor da Central Cresol Baser	O crédito rural e o Pronaf no Sistema Cresol
3	Prestadores de assistência técnica e extensão rural	Acompanhamento técnico dos agricultores e o crédito rural

Fonte: Elaborado pelo autor.

As entrevistas só foram gravadas mediante o consentimento do (a) entrevistado (a) e a sua manifestação de estar se sentindo confortável para tal procedimento. A análise de conteúdo, a escolha das expressões utilizadas pelo locutor, a sua frequência, a construção do discurso e o seu desenvolvimento são fontes de informações em que o investigador pode recorrer para aprofundar seus conhecimentos sobre a realidade estudada. As análises de conteúdo têm se destacado cada vez mais na investigação social, porque concede a possibilidade de tratar, de forma metódica, informações e testemunhos que apresentam certo grau de profundidade e de complexidade. Quando incide sobre o material rico e penetrante, ela permite satisfazer de forma harmoniosa as exigências do rigor metodológico e da profundidade criativa que nem sempre são facilmente compatíveis (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1988).

Uma variante da análise de conteúdo corresponde à análise temática, a qual almeja, sobretudo, revelar as representações sociais ou os juízos dos locutores, a partir de um exame de certos elementos constitutivos do discurso. Destaque para a análise categorial, a qual consiste em calcular e comparar as frequências de certas características previamente agrupadas em categorias significativas. Fundamenta-se na hipótese segundo a qual uma característica é tanto mais frequentemente citada quanto mais importante é

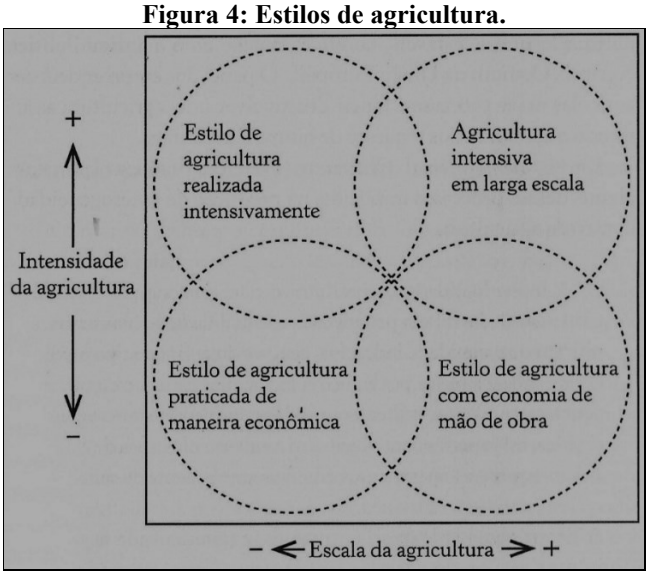
para o locutor. Esse método é muito utilizado em abordagens quantitativas (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1988).

Assim, a união das abordagens quantitativa e qualitativa empregadas pela pesquisa foi considerada imprescindível para alcançar os objetivos da pesquisa, pois as duas abordagens se coadunam e são importantes para aumentar a compreensão sobre o porte das operações estudadas e também sobre o sentido que os autores dão às suas práticas, as suas interpretações a respeito das próprias experiências (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1988).

Na quarta etapa foi realizada a tabulação, análise e sistematização dos dados das entrevistas e questionários e a elaboração da análise final e da redação da dissertação. Juntamente com as informações obtidas nas etapas anteriores, esses dados sistematizados serviram de base para definição do perfil dos agricultores que acessam financiamentos rurais na cooperativa, além da análise geral sobre o uso do crédito rural e suas implicações no desenvolvimento rural e na governança da cooperativa. Por se tratar de uma vasta gama de informações levantadas durante a pesquisa e no intuito de facilitar a compreensão sobre o uso do crédito rural acessado pelos cooperados, nessa analise foram priorizados os dados agregados englobando todas as regiões de atuação das antigas cinco cooperativas, e não uma análise individual, baseada em cada cooperativa de origem.

A classificação dos estilos de agricultura de Ploeg (2016) leva em consideração a intensidade e a escala em que a agricultura é desenvolvida (Figura 4). Essa metodologia de classificação foi utilizada na pesquisa com objetivo de encaixar a diversidade do rural observada entre os agricultores cooperados que acessaram o crédito rural na Cooperativa durante o período analisado.

Figura 4: Estilos de agricultura.



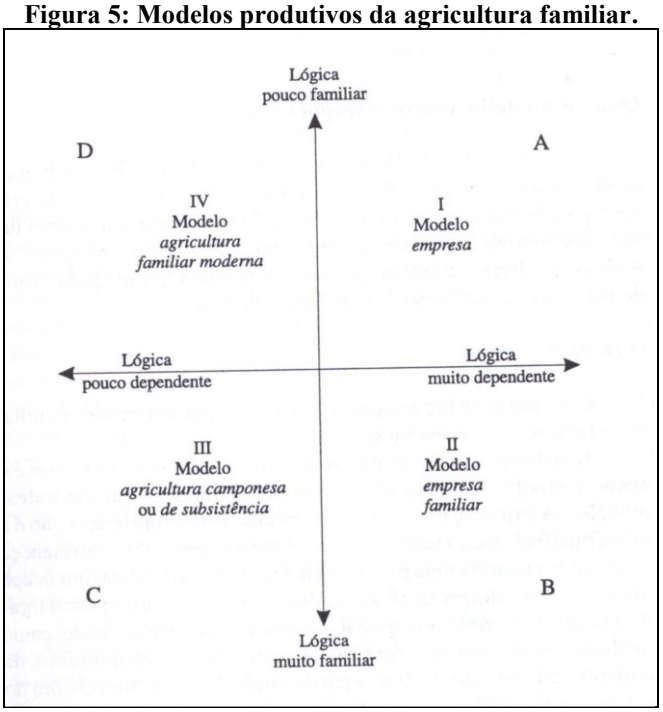
Fonte: PLOEG, 2016.

Para o autor a diversidade de estilos depende da interação de fatores sociais, econômicos e políticos institucionais em que a agricultura é praticada:

> O estilo de agricultura praticada de maneira econômica se caracteriza por uma escala relativamente baixa e uma intensidade relativamente baixa. O estilo de agricultura intensiva de larga escala é uma construção de políticas agrárias e desenvolvimento tecnológico, de um lado, e a estratégia de empreendedores agrícolas, de outro (...) A heterogeneidade criada ativamente (condensada aqui como diferentes estilos de agricultura) interage constantemente com diversas mudanças no contexto em que a agricultura está inserida (PLOEG, 2016 p. 78;80).

Outra referência teórica que se pretende utilizar para traçar perfis sobre o uso do crédito rural em ambientes de agricultura familiar está baseada nos estudos de Lamarche, autor de uma obra clássica sobre a diversidade da agricultura familiar. Ele propõe uma "reflexão a respeito da agricultura familiar se organiza em torno de um eixo definido pelo grau de integração à economia de mercado" (LAMARCHE, 1998 p. 62). Após analisar experiências em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, o autor cria um método para "analisar as lógicas de funcionamento das unidades de produção, de um lado levando em conta o nível familiar nos comportamentos e, de outro, avaliando o grau de dependência do estabelecimento" (LAMARCHE, 1998 p. 62). Na Figura 5 é possível visualizar os quatro modelos teóricos de análise que foram estabelecidos a partir da relação entre as lógicas familiares de produção e o grau de dependência dos estabelecimentos (LAMARCHE, 1998).

Figura 5: Modelos produtivos da agricultura familiar.



Fonte: LAMARCHE, 1998.

As características principais dos quatro modelos de agricultura familiar do autor podem ser assim resumidos:

I) **Modelo empresa:** Apresenta relações de produção pouco (ou não) familiares e com forte dependência. Os objetivos fundamentais são vender e realizar, senão um lucro, ao menos um rendimento suficiente para remunerar adequadamente sua força de trabalho.

II) **Modelo empresa familiar:** O que difere este modelo do anterior é a importância da família. O trabalho organiza-se basicamente em torno de uma mão-de-obra familiar e o futuro da unidade de produção é pensado em termos de reprodução familiar. No entanto, o responsável pelo estabelecimento é muito dependente do exterior.

III) **Modelo agricultura camponesa e de subsistência:** Apresenta forte predominância das lógicas familiares e fraca dependência em relação ao exterior. São estabelecimentos que produzem pouco e utilizam técnicas tradicionais, o objetivo principal é satisfazer as necessidades familiares.

IV) **Modelo agricultura familiar moderna:** Organiza-se em volta de uma dupla dinâmica: a busca de uma diminuição constante do papel da família nas relações de produção e a busca da maior autonomia possível. Representa um modo de

> funcionamento que teria se libertado das limitações familiares materiais, mas principalmente morais e ideológicas, e das dependências técnico-econômicas.

Nesse desafio de encaixar a diversidade de agricultores em modelos e tipologias, é importante destacar que modelos absolutos não existem (LAMARCHE, 1998). Para definição dessas categorias, o autor assinala a questão da dependência, pois: "a partir do momento em que decidimos analisar a agricultura familiar no contexto de suas relações com a economia de mercado, a noção de dependência se torna um conceito de análise incontornável" (LAMARCHE, 1998 p. 65). Destaque para três aspectos considerados fundamentais para avaliar o grau de autonomia/dependência da organização da produção agrícola, são elas: dependência tecnológica, a dependência financeira e a dependência do mercado. Em muitos casos essa diversidade de agriculturas e os aspectos que apontam a heterogeneidade da agricultura familiar não são bem contemplados nas políticas públicas, em razão dos critérios adotados pela legislação e pelas ações governamentais. No caso a ser estudado, em termos práticos essa definição muitas vezes se expressa nas regras de acesso e aplicação das verbas do Pronaf, muito embora essas regras nem sempre devem ser interpretadas como equivalentes:

> Para uns, o conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento. Para outros, agricultura familiar corresponde a certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais "pequenos produtores" incapazes de assimilar tais modificações. São os chamados agricultores "consolidados" ou os que têm condições, em curto prazo, de se consolidar. Supõe-se que as políticas públicas devem construir as bases para a formação desse segmento (WANDERLEY, 1998).

Tendo em conta as contribuições dos autores acima sobre a diversidade da agricultura familiar, este estudo procura refletir sobre os diferentes perfis de usuários do crédito na cooperativa. E a partir desses perfis busca-se analisar as repercussões que o uso do crédito rural alcança no contexto das famílias envolvidas e em termos de desenvolvimento rural.

Por fim cabe assinalar que o projeto de pesquisa que resultou nesta dissertação foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e aprovado mediante o Parecer número 3.585.320 de 19 de setembro de 2019. Por exigência da Cresol Baser, a proposta de pesquisa também foi analisada por um comitê interno do Sistema, que somente após essa aprovação autorizou a liberação dos dados e a realização das entrevistas.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Além desta primeira parte introdutória, esta dissertação é composta por outros 4 capítulos. O capítulo dois procura contextualizar a evolução da política de crédito rural, com a perspectiva histórica e socioeconômica da política, além de informações sobre uso atual do crédito rural no Brasil e no estado de Santa Catarina, destacando-se a agricultura familiar e o Pronaf.

No capítulo três são apresentadas e problematizadas as informações de campo e os dados coletados, relacionando-as com informações de pesquisas e do censo agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), juntamente com pesquisas realizadas junto à agricultura familiar no território nacional e catarinense.

O capítulo quatro faz uma análise dos resultados empíricos apresentados no capítulo anterior, sob a ótica dos conceitos da governança cooperativa e no crédito rural, numa perspectiva que envolve as finanças de proximidade, conectando uma abordagem sobre laços sociais oriundo da nova sociologia econômica com estudos sobre o uso do crédito como ferramenta de promoção do desenvolvimento rural. Para compreender melhor as características e a diversidade do público que utiliza o crédito rural, se recorreu também aos estudos sobre a diferenciação social e os estilos de agricultura, especialmente as presentes em PLOEG, 2008; 2016, e as tipologias de agricultura familiar apresentadas por Lamarche, 1998.

O capítulo cinco traz as considerações finais como resultado-síntese da discussão, a partir do olhar do autor com sugestões sobre as reflexões e os dados apresentados, além de novas pesquisas e lacunas a serem enfrentadas. Finalmente, as referências bibliográficas, além do apêndice com o roteiro de entrevistas realizado na fase de campo finalizam a dissertação.

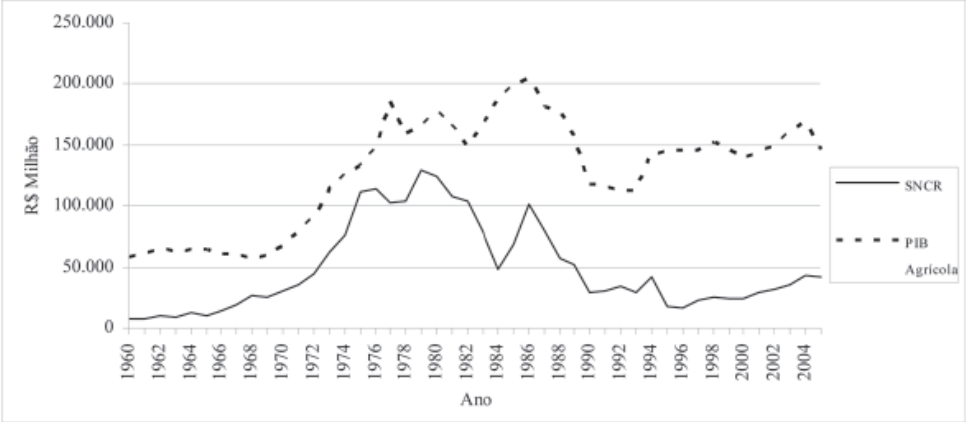
2 UM BREVE PANORAMA DO CRÉDITO RURAL E A PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

No ano de 1965 foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), o qual pretendia "estimular os financiamentos de custeio e investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização de produtos" (BÚRIGO et al, no prelo, p.02). A Lei que instituiu o SNCR (n.º 4.829 de 5/11/1965) serviu para financiar não só a modernização da agricultura, mas também a consolidação dos Complexos Agroindustriais (CAI) e cadeias agroalimentares e na integração dos capitais agrários no campo de valorização do capital financeiro (DELGADO, 1985, 2012; LEITE, 2001).

Estudos apontam que desde a sua constituição, o SNCR passou por diferentes fases. A primeira compreende o período que vai de 1967 a 1979, que estava atrelada ao processo de incentivo para a modernização (conservadora) da agricultura[10], a qual aponta, em linhas gerais, que a mudança do padrão técnico se deu com forte apoio da mecanização (trator), fortalecimento dos CAI e dos parques industriais existentes a montante e a jusante do setor agrícola. Embora tenha conseguido aumentar de forma significativa o PIB agrícola (Figura 6), os projetos de crédito rural operavam com um perfil seletivo de agricultores, o que fez com que naquele período somente 1% dos tomadores dos empréstimos (cerca de 15 mil grandes produtores) tenham recebido cerca de 40% dos recursos (BITTENCOURT, 2003). A estratégia acabou concentrando a riqueza gerada no campo e aumentando o êxodo rural (BÚRIGO, 2010b).

[10] O processo de modernização conservadora que ocorreu no país (GRAZIANO DA SILVA, 1982) pode ser definido de forma geral, como a transformação da base técnica dos estabelecimentos agropecuários sem alterar a estrutura agrária. Com a adoção de um processo que se denominou internacionalmente "Revolução Verde", caracterizada pela utilização de tecnologia baseada no uso de sementes com alta produtividade, agroquímicos e motomecanização (BIANCHINI, 2015).

Figura 6: Aplicações de crédito rural e o PIB agrícola no Brasil (1960-2004).



Fonte: BÚRIGO, 2010b.

A segunda fase do SNCR vai de 1980 a 1996, ocorreu no período conhecido como década perdida da economia, no qual predominou uma intensa instabilidade econômica, com crise nas contas nacionais, baixo investimento, alta inflação e redução do volume de crédito rural, especialmente dos investimentos. Nesse tempo crescem outros instrumentos de política pública (Política Nacional de Preço Mínimo - PNPM, estoques reguladores, etc.). Observa-se também a busca de novas fontes de recursos para o crédito rural, como: criação da poupança rural, emprego dos Fundos Constitucionais e do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Outra importante medida adotada foi o sistema de equalização de juros, que obriga o Tesouro Nacional cobrir as eventuais diferenças entre as taxas de juros praticadas no mercado financeiro e as cobradas dos agricultores nos empréstimos do crédito rural. No período, o setor agropecuário é beneficiado pela abertura comercial (ganhos cambiais e produtividade – insumos importados caem de preço). No entanto, as críticas se avolumam devido à manutenção do perfil anterior do SNCR relacionado à seletividade no acesso (setores estratégicos ao mercado exportador e com atrativa taxa de retorno aos bancos), além da adoção do padrão tecnológico gerador de danos ambientais aliado a uma visão reducionista do crédito, que financia o produto e não a propriedade e nem projetos integrados de desenvolvimento rural (BÚRIGO, 2010b).

A terceira fase do SNCR inicia em 1997 e se estende até os dias atuais, podendo ser definido como um novo ciclo de expansão e de mudanças qualitativas. A estabilidade da economia, a queda da inflação e a nova conjuntura política e institucional revigoraram as linhas de crédito rural. A partir desse período observa-se a retomada dos financiamentos rurais de médio e longo prazo, os juros voltam a ser pré-acordados e

ocorre o fim da correção monetária automática nos contratos. A globalização do mercado financeiro passa a atender parte da demanda de crédito oriunda da agricultura empresarial (BÚRIGO, 2010b).

Mesmo com a estruturação do SNCR, nas décadas seguintes à sua criação a agricultura familiar continuou a ser tratada de forma marginal pelo SFN, fruto das estratégias de desenvolvimento adotadas no Brasil entre os anos 1960 e 1990 (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Essa realidade sofreu mudanças parciais a partir dos anos 1990, principalmente em relação à definição e o significado do grupo social denominado agricultura familiar, o que permitiu ampliar o reconhecimento quanto a sua diversidade econômica e heterogeneidade social. Essas mudanças levaram a criação do Pronaf, o primeiro programa de financiamento rural de amplo alcance que beneficiava exclusivamente o público da agricultura familiar.

2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR E O PRONAF

No meio da década de 1990 surgem estudos sobre a importância e a diversidade da agricultura familiar no Brasil. O principal deles, (FAO/INCRA, 1995), apontava que 75% dos estabelecimentos agrícolas brasileiros apresentavam regimes de exploração tipicamente familiares, embora respondesse por apenas 22% da área total. A agricultura familiar era responsável por cerca de 60% do pessoal ocupado e por 28% do valor total da produção agropecuária do país, embora tivesse acesso a somente 11% do financiamento do crédito rural (BÚRIGO, 2010b). Esse e outros estudos sobre a heterogeneidade da agricultura do Brasil, somados ao ambiente político e socioeconômico da época, colaboraram para que o governo criasse em 1995 o Pronaf, que pouco tempo depois tornou-se a principal política pública voltada à agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2015; MATTEI, 2014),

No campo da gestão governamental e dos atores e organizações sociais, a agricultura familiar passou a ser valorizada pelo seu papel estratégico no processo de desenvolvimento social e econômico (SCHNEIDER; CASSOL, 2017). A agricultura familiar sempre compôs uma categoria social diversificada no meio rural brasileiro. Em termos gerais, ela pode ser definida por aqueles agricultores que empregam “o uso da força de trabalho dos membros de suas famílias, produzindo tanto para seu autoconsumo como para a comercialização, vivendo em pequenas comunidades ou povoados rurais” (SCHNEIDER; CASSOL, 2017 p. 85).

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, do total de 5.073.324 estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil, cerca de 3,9 milhões são enquadrados na categoria de familiares[11]. Essa categoria, que corresponde a 77% do total de estabelecimentos, ocupa 80,9 milhões de hectares de área, representando 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país (cerca de 351 milhões de hectares) e responde por 23% de toda a produção agropecuária brasileira, o que significa a geração de um valor de produção de R$ 107 bilhões (IBGE, 2019).

Analisando os dados do censo de 2006, o estado de Santa Catarina é um bom exemplo da importância da agricultura familiar, mas também dos contrastes existentes no meio rural do país (MATTEI, 2010). No censo de 2017, algumas dessas contradições seguiram, o total de estabelecimentos rurais[12] registrados no estado foi de 183.066, os quais ocupam 6,45 milhões de hectares. Destes, 142.987 estabelecimentos foram classificados como agricultura familiar e ocupando 2,45 milhões de hectares representando 78,1% do total de estabelecimentos. Com relação à desigualdade de distribuição da posse de terra no meio rural catarinense, os estabelecimentos dos agricultores familiares detém apenas 38,1% da área total, enquanto os estabelecimentos não familiares, embora representando 21,9% do total dos estabelecimentos, detinham 62% da área (IBGE, 2019).

Quanto ao pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, foi registrado o número de 364 mil pessoas, representando 72,5% do pessoal ocupado total nos estabelecimentos agropecuários. Em relação ao valor da produção da agricultura familiar, os números do estado o colocaram como 5° maior do Brasil, com R$ 10,38 bilhões, representando 50,7% do valor total da produção catarinense (IBGE, 2019).

O Pronaf desencadeou a elaboração de um conjunto inédito de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar (CAZELLA et al, 2016; SCHNEIDER; CASSOL, 2017; LEITE; WESZ JUNIOR, 2014). Ao passar a representar um conjunto diversificado

[11] A definição legal de agricultura familiar adotada pelo censo agropecuário 2017 consta no Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017.

[12] Segundo o IBGE: estabelecimento agropecuário é toda unidade de produção ou exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais ou aquícolas, independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica (se pertence a um produtor, a vários produtores, a uma empresa, a um conjunto de empresas), ou de sua localização (área urbana ou rural), tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção), seja para subsistência (sustento do produtor ou de sua família). Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/coleta-censo-agro-2017/estabelecimentos-censo-agro-2017.html, acessado em 10 de janeiro de 2020.Oliveira

de populações do campo, o Pronaf levou a criação de um novo arranjo político-institucional, pois obteve:

> O reconhecimento e a legitimação do Estado, em relação às especificidades de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004 p.2).

Além de desempenhar um importante papel para o reconhecimento institucional da agricultura familiar, o Pronaf alcançou expressão financeira junto ao SNCR. Os segmentos sociais da agricultura familiar tiveram pela primeira vez oportunidade de expandirem o volume de recursos acessados via crédito rural (BÚRIGO; WESZ JUNIOR; CAPELLESSO; CAZELLA, *no prelo*). Porém, em termos operacionais e financeiros globais, a participação do Pronaf manteve-se relativamente estável, respondendo por cerca de dois terços do número de contratos e por 15% dos recursos aplicados pelo SNCR (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017a).

Uma publicação retrospectiva sobre o Programa verifica que depois de 20 anos:

> O PRONAF se consolidou como uma política de crédito presente em todo o território nacional, realizando em torno de 2 milhões de contratos, atingindo mais de 1 milhão de famílias por ano safra (CPFs), com uma carteira de 3,5 milhões de contratos ativos, R$56 bilhões aplicados, atingindo aproximadamente 2,5 milhões (CPFs) presente nos 4.963 municípios rurais brasileiros. Cerca de 30% destes contratos e do público atingido são de mulheres agricultoras, predominando sua presença no microcrédito produtivo rural (BIANCHINI, 2015).

Os estudos sobre o crédito rural demonstram que a partir de 2003 até 2014, aconteceram algumas mudanças operacionais que ampliaram o acesso ao Pronaf, tais como a expansão do volume de recursos aplicados, redução da burocracia de acesso ao financiamento, ampliação do público alvo, criação de novas linhas de crédito (Pronaf Mais Alimentos, Floresta, Semiárido, Mulher, Jovem, etc.), maior discussão com a sociedade civil e construção de novos instrumentos complementares ao crédito do Pronaf, a exemplo do Seguro da Agricultura Familiar. Embora importantes essas mudanças tiveram pouco impacto em termos institucionais no restante do SNCR. Ou seja, em termos gerais a política de financiamento do crédito rural seguiu uma perspectiva de continuidade durante os governos Fernando Henrique, Lula e Dilma. (BÚRIGO; WESZ JUNIOR; CAPELLESSO; CAZELLA, *no prelo*).

Conforme aponta a Lei nº 11.326/2006, é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de

até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família. Também são considerados agricultores familiares: silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária. Para garantir o acesso à política é preciso que o agricultor obtenha a Declaração de Aptidão da Agricultura Familiar (DAP)[13].

Abaixo estão relacionados os requisitos para enquadramento no Pronaf[14]:

a) Explorar parcela de terra como proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;

b) Residir na propriedade ou em local próximo;

c) Não dispor, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados segundo a legislação em vigor;

d) Obter, no mínimo, 50% da renda bruta familiar originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;

e) Ter o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor ou igual ao número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar;

f) Ter obtido renda bruta anual familiar de até R$ 415.000,00 (quatrocentos e quinze mil reais) nos últimos 12 meses de produção normal que antecedem a solicitação da DAP, considerando neste limite a soma de todo o Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebidas por qualquer componente familiar, exceto os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

De forma a representar a diversidade da agricultura familiar, a DAP classifica os agricultores familiares em quatro grupos com relação ao regime de trabalho e ainda, de acordo com critérios de renda e de acesso a políticas públicas, tal como descrito a seguir:

---

[13] A DAP é um documento que habilita o agricultor como agricultor familiar, beneficiário do Pronaf. Na sequência um conjunto de outras políticas passou a exigir a DAP para que o agricultor familiar se beneficiasse dessas políticas. Esse documento é auto declaratório e emitido pelos órgãos de assistência técnica oficial (Ematers e Sindicatos).

[14] Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-requisitos, acessado em: 22 de março de 2019, às 16h26.

Grupo "A": agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf;

Grupo "B": agricultores familiares com renda familiar anual de até R$ 20 mil;

Grupo "A/C": agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que (1) tenham contratado a primeira operação no Grupo "A" e (2) não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo "A/C"; e

Grupo "V": agricultores familiares com renda familiar anual de até R$ 415 mil.

2.2 O DESEMPENHO DO CRÉDITO RURAL E DO PRONAF NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

No Brasil, os Planos Safra do governo federal têm seus períodos de vigência de 1º de julho a 30 de junho do ano seguinte. Desde 2003, eram dois planos distintos, sendo um específico para a agricultura familiar: o Plano Safra da Agricultura Familiar e outro para a agricultura em geral: o Plano Agrícola e Pecuário (PAP). Porém, nesse último Plano Safra (2019-2020), o primeiro após a reunificação dos ministérios, o Plano também foi unificado e ficou sob gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

As linhas de financiamento disponíveis para os agricultores variam de acordo com a renda bruta anual e os objetivos do agricultor. O crédito rural para agricultura familiar, Pronaf, opera com juros subsidiados pelo governo. O Pronamp subsidia juros para agricultores que possuem limite de renda bruta anual de até R$ 2 milhões. Já as demais linhas de financiamento não possuem limite de renda. Abaixo destaque para as principais linhas de financiamento rural e seus objetivos (Quadro 5).

Quadro 5: Principais linhas de financiamento disponíveis aos produtores rurais.

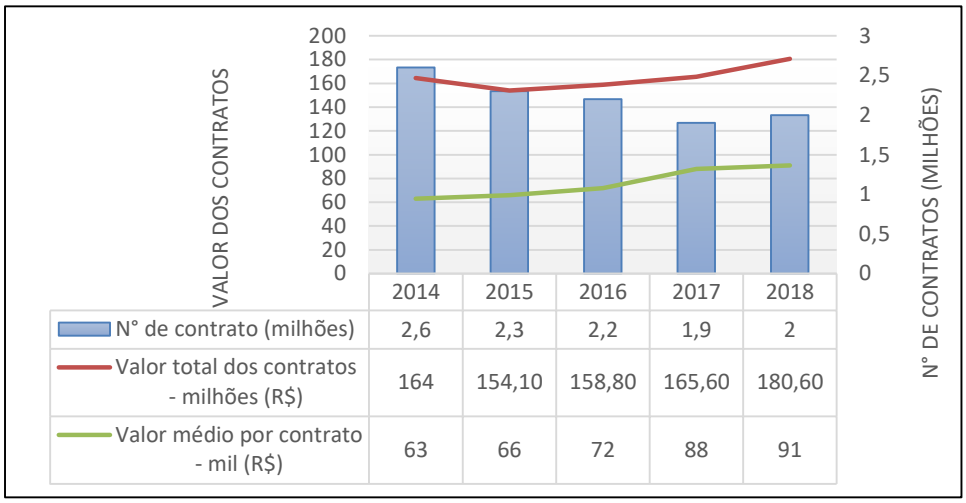
Linha de crédito	Objetivo
Pronamp - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural	Investimentos dos médios produtores rurais em atividades agropecuárias.
BNDES Agro	Apoio ao aumento da capacidade de armazenagem das agroindústrias e à aquisição de pulverizadores aéreos agrícolas.
Programa ABC	Investimentos que contribuam para a redução de impactos ambientais causados por atividades agropecuárias.
Moderinfra	Desenvolvimento da agropecuária irrigada sustentável, bem como para o incentivo à utilização de estruturas de produção em ambiente protegido e para a proteção da fruticultura em climas temperados contra a incidência de granizo.
Inovagro	Incorporação de inovações tecnológicas nas propriedades rurais, visando ao aumento da produtividade e melhoria de gestão.
Moderagro	Projetos de modernização e expansão da produtividade nos setores agropecuários, e para ações voltadas à recuperação do solo e à defesa animal.

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do BNDES 2020[15].

O total de recursos aplicados na agricultura brasileira, em valores nominais, caiu um pouco de 2014 para 2015 (cerca de R$ 10 milhões), mas manteve pequeno crescimento de 2015 para 2016 e desse ano para 2017, até atingir o maior volume em 2018. Porém, quanto ao número de operações contratadas chama a atenção a forte tendência de redução entre 2014 e 2017, com uma leve recuperação em 2018 (Figura 7).

[15] Folheto explicativo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – Apoio à agroindústria. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/90bcd5b4-40f8-49c6-82b6-036c019ee2b7/BNDES_FOLHETO+AGRO_spreads_210819.pdf?MOD=AJPERES&CVID=mQ88K3e, acessado em 15/01/2020.

Figura 7: Desempenho do crédito rural no Brasil (2014-2018).

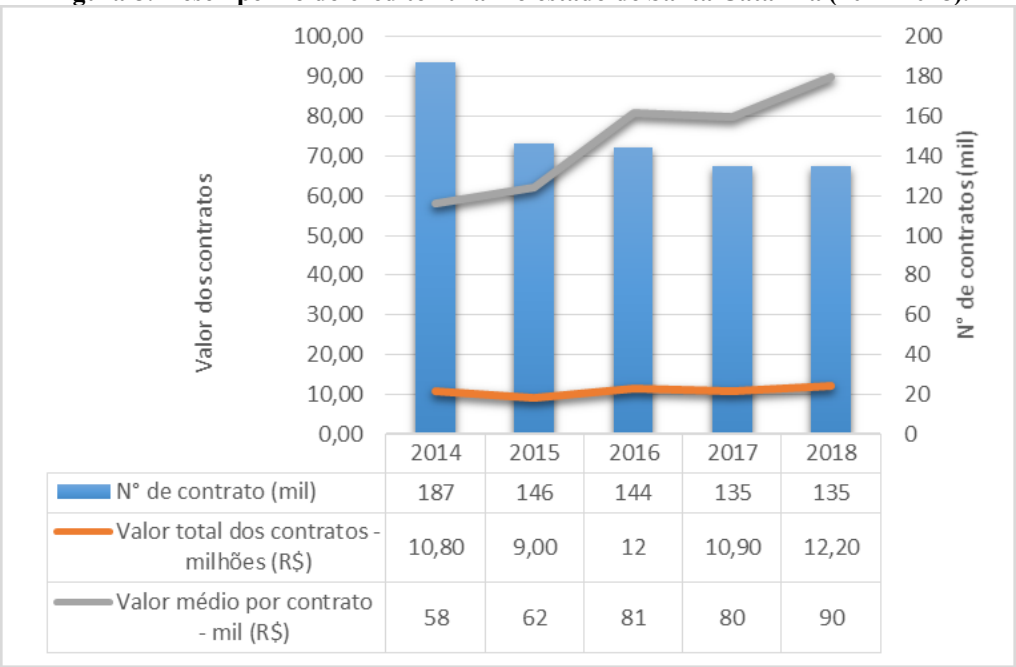


	2014	2015	2016	2017	2018
N° de contrato (milhões)	2,6	2,3	2,2	1,9	2
Valor total dos contratos - milhões (R$)	164	154,10	158,80	165,60	180,60
Valor médio por contrato - mil (R$)	63	66	72	88	91

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil, 2020.

Historicamente, Santa Catarina destaca-se pelos significativos volumes aplicados no crédito rural. Do valor total aplicado no país, o estado foi responsável por 6,59 % em 2014, 5,89% em 2015, 7,21% em 2016, 6,55% em 2017 e 6,78% em 2018 (EPAGRI, 2018; BANCO CENTRAL, 2020). O estado teve redução significativa no número de operações, sobretudo no primeiro ano estudado, onde saiu de 187.134 contratos em 2014 para 146.286 operações em 2015, uma redução de 40.848 operações (21,83%); em 2016 foram 144.388 operações, uma redução de 1.898 contratações; em 2017 foram 135.630 operações, uma redução de 8.758 contratos; em 2018 foram 135.146 operações, com redução bem menor de contratações: 484 (Figura 8). O total de recursos aplicados no estado se manteve praticamente estável, na casa dos R$ 9 a 12 milhões. O valor médio dos contratos também seguiu a tendência de aumento observado no nível federal, de R$ 58 mil em 2014 para R$ 90 mil em 2018 (56,58%), também sinalizando tendência de concentração.

Figura 8: Desempenho do crédito rural no estado de Santa Catarina (2014-2018).

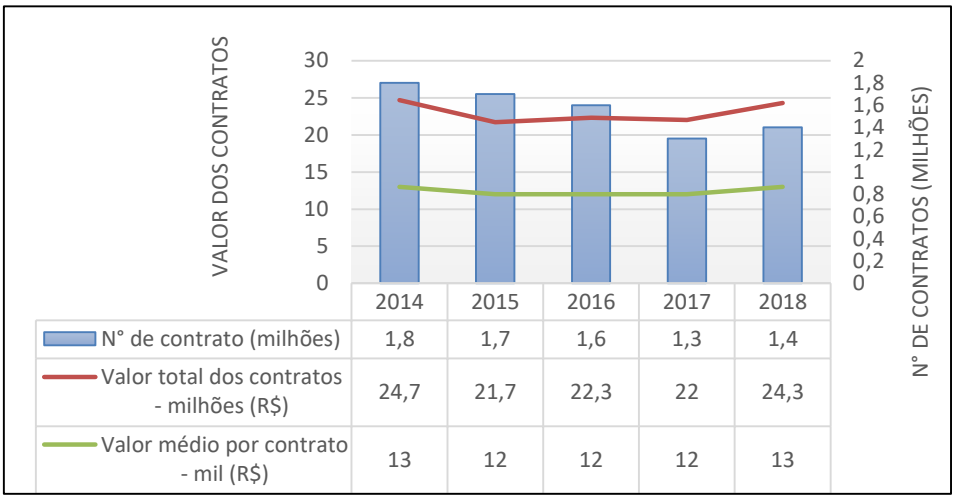


	2014	2015	2016	2017	2018
N° de contrato (mil)	187	146	144	135	135
Valor total dos contratos - milhões (R$)	10,80	9,00	12	10,90	12,20
Valor médio por contrato - mil (R$)	58	62	81	80	90

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central, 2020.

Quanto ao Pronaf observa-se que o total de recursos aplicados na agricultura familiar brasileira caiu gradativamente, em valores nominais, de 2014 para 2017 (R$ 2,6 milhões ou 10,7%), apresentando uma ligeira recuperação no ano de 2018. Quanto ao número de operações contratadas chama a atenção a forte tendência de redução entre 2014 a 2017 (27,76%), com uma leve recuperação em 2018 (Figura 9). O valor médio dos contratos manteve um valor praticamente constante de cerca de R$ 13,5 mil em 2014 para R$ 13,4 mil em 2018 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2020).

Figura 9: Números do Pronaf no Brasil (2014-2018).

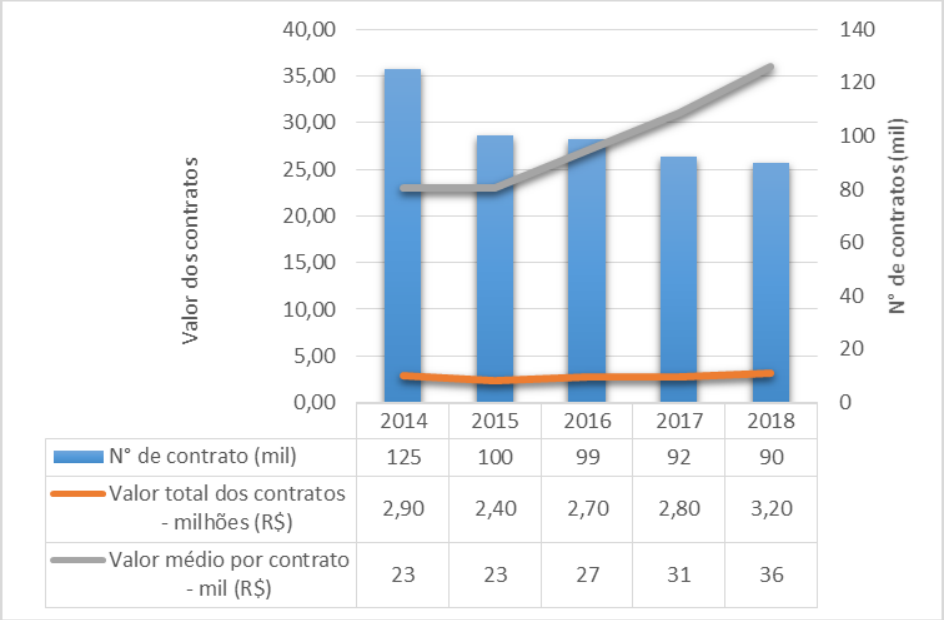


	2014	2015	2016	2017	2018
N° de contrato (milhões)	1,8	1,7	1,6	1,3	1,4
Valor total dos contratos - milhões (R$)	24,7	21,7	22,3	22	24,3
Valor médio por contrato - mil (R$)	13	12	12	12	13

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central, 2020.

Apesar de manter a 5ª posição na lista de acesso ao Pronaf no Brasil, Santa Catarina, teve redução significativa no número de operações do programa a partir de 2014, pois saiu de 125 mil contratos em 2014 para cerca de 90 mil operações em 2018. O total de recursos aplicados no estado se manteve praticamente estável, na casa dos R$ 2,4 a 3,2 milhões. O valor médio dos contratos também seguiu a tendência de aumento observado no nível federal, de R$ 23 mil em 2014 para R$ 36 mil em 2018 (53,96%), também sinalizando tendência de concentração da aplicação dos recursos (Figura 10).

Figura 10: Números do Pronaf no estado de Santa Catarina (2014-2018).



	2014	2015	2016	2017	2018
N° de contrato (mil)	125	100	99	92	90
Valor total dos contratos - milhões (R$)	2,90	2,40	2,70	2,80	3,20
Valor médio por contrato - mil (R$)	23	23	27	31	36

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central, 2020.

Em 2018, embora tenha significado apenas 26,40% de todo o crédito rural aplicado em Santa Catarina, o número de operações do Pronaf foi de 90.754, representando 67,15% das contratações. Com relação à evolução da participação relativa de Santa Catarina na aplicação dos recursos do Pronaf no Brasil, em 2014 o estado participou com 11,78%, e em 2018 passou para 13,28% do total.

A significativa participação de Santa Catarina, com relativa estabilidade, pode ser contextualizada pela inserção da agricultura familiar e do agronegócio na economia estadual, A força da participação da agricultura familiar nas principais cadeias produtivas do estado se associa a ampla rede de serviços bancários que cobrem os municípios catarinenses, seja por bancos públicos e privados ou pelo cooperativismo de crédito. Outro fator de destaque é a grande presença do serviço público de extensão rural presente em todas as regiões e municípios catarinenses e das secretarias municipais de agricultura, bem como as articulações e trabalho de mobilização e de comunicação realizados pelo movimento cooperativista de produção e sindical do meio rural. Este conjunto de organizações e suas ações em parceria contribuem historicamente para o sucesso das ações nessa área (EPAGRI, 2018).

Pesquisa sobre o Pronaf em Santa Catarina indica que no período de 1996 a 2018 o estado realizou 2.525.128 contratos de crédito rural via Pronaf, sendo a maior parte dos contratos de custeio: 2.019.273 contratos, que representam 80% do total, que se aproxima do que foi observado nesta pesquisa (ver mais adiante). Uma das explicações para esse

expressivo percentual pode estar a garantia do seguro, acessado juntamente com o crédito custeio do Pronaf. Quanto ao valor médio do contrato dessa modalidade (custeio), o crescimento anual, foi de 13,3%, ao longo do período (1996-2018) passando de R$ de 5.276 em 1996 para R$ 30.436 no ano de 2018. Já nos contratos de investimento, os mesmos autores identificaram 505.692 operações, ou 20% dos contratos. O valor médio dos contratos dessa modalidade (investimento), passou de R$ 23.543 em 1996 para R$ 48.108 em 2018, mais que dobrando de valor durante a existência do programa. (FOSSÁ; MATTEI; SCHNEIDER, *no prelo*).

Após mais de duas décadas de existência do Pronaf, constata-se a criação de quase um consenso a respeito tanto quanto aos seus resultados positivos como de suas limitações (CAZELLA et al, 2016). As principais críticas evidenciam a permanência de desigualdades na distribuição de recursos entre as cinco macrorregiões do país, a concentração de contratos no cultivo de *commodities* e a incapacidade de atender de maneira abrangente segmentos da agricultura familiar mais pobre (SOUZA et al, 2013, GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014 apud CAZELLA et al, 2016).

Esse cenário é reforçado pelos dados do Censo Agropecuário 2017[16], o qual aponta que em todo país, somente 15% dos estabelecimentos (784.538) acessaram financiamento, em Santa Catarina o número foi maior 53.058 estabelecimentos (29%). Esse percentual reduz mais ainda quando o financiamento é realizado por intermédio do governo, 53% (418.853 estabelecimentos), em Santa Catarina foi registrado uma participação mais significativa das políticas governamentais, 68% (37.670 estabelecimentos). Ressalta-se a proeminência do Pronaf, responsável por quase 77%, ou 320.922 estabelecimentos em nível federal e quase 82% no estado de Santa Catarina (30.801 estabelecimentos).

Esse quadro fez alguns pesquisadores concluir que o Programa está inovando pouco. Ou seja, apesar de sua grande contribuição para fornecer crédito para segmentos sociais antes excluídos dessa política pública, o Pronaf tem se orientado numa linha do "mais do mesmo"[17], em que seus recursos servem predominantemente "para fomentar o padrão de desenvolvimento produtivista assentado no uso de insumos químicos e

[16] Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/estabelecimentos.html, acessado em 02 de abril de 2020.

[17] A expressão "mais do mesmo" foi empregada por Schejtman e Berdegué (2004) para simbolizar a ideia "de que as políticas públicas para as zonas rurais têm dificuldades de romper com a tradição agrícola e, no interior desse setor, com as cadeias produtivas tradicionais" (CAZELLA; BÚRIGO, 2013 p. 302).

promover a especialização dos agricultores familiares na produção de grãos e *commodities* agrícolas como o milho, a soja e o trigo" (AQUINO; SCHNEIDER, 2015 p. 72). Esse contexto foi caracterizado por Cazella et al (2016), como crédito para o "agronegocinho". Desse modo o Pronaf acaba apoiando "agricultores familiares já com maior familiaridade com o sistema bancário, ainda que também alijados das políticas de modernização da agricultura nas décadas de 1960-70" (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014 p. 341).

Nessa perspectiva, Cazella et al (2016) avaliando a participação dos beneficiários do Pronaf com relação ao CPF, concluem que uma grande quantidade (71,7%) de agricultores familiares não acessam o Pronaf, o que significa que:

> Uma parcela importante da população rural continua distante dos processos mais tradicionais de apoio oferecidos pelo Estado, mantendo-se um hiato entre as demandas gerais de parcela importante da população do campo e a capacidade das organizações e dos gestores públicos canalizarem essas aspirações em termos de recursos (CAZELLA et al, 2016 p. 73).

Esse quadro fez com que esses pesquisadores demonstrassem o predomínio de uma "dicotomia entre as ações públicas de caráter produtivo e aquelas cuja finalidade principal é o assistencialismo social" (CAZELLA et al, 2016 p. 71). As de caráter produtivo beneficiam unidades familiares que aderiram ao uso de tecnologias e práticas agronômicas convencionais destinadas a maximizar a produtividade, sem estabelecer contrapartidas concernentes aos impactos socioambientais. Já as políticas de caráter assistencialista apresentam, como foco central, a assistência social a membros de estabelecimentos mais frágeis do ponto de vista produtivo com o propósito de retardar o êxodo rural.

A pesquisa de Toledo (2009) concluiu que a utilização do crédito rural amplia a diferenciação social e produtiva entre os agricultores familiares, uma vez que os agricultores capitalizados potencializam os recursos do Pronaf, transformando parte destes em capital de giro da unidade produtiva, que possibilita, inclusive a ampliação patrimonial desses agricultores. Enquanto aqueles agricultores em situação de fragilidade produtiva e econômica direcionam os recursos para a sobrevivência imediata, complicando ainda mais suas condições financeiras.

Os agricultores, que são subordinados à lógica do crédito, privilegiam a lavoura mercantil, aquela que "dá mais lucro", em prejuízo aos produtos voltados para o consumo familiar (CARNEIRO; PALM; ALVARENGA, 2017; AQUINO; SCHNEIDER, 2010).

Assim, se avolumam as indagações acerca da capacidade do Pronaf no fomento a um modelo de desenvolvimento agrícola alternativo e que faça frente ao convencional, marcado pelo uso do pacote convencional e o aumento da produtividade. Devido ao fato de que a maioria das operações do programa atende agricultores "integrados às principais cadeias produtivas e com maior movimentação econômica, passou a ser recorrente a rotulação do Programa como sendo uma política para o "agronegocinho" (CAZELLA et al 2016 p. 61).

Na pesquisa de Fossá, Mattei & Schneider (*no prelo*), avaliando o Pronaf no estado de Santa Catarina, entre os anos de 2013 e 2018, os pesquisadores concluíram que dos 271.151 contratos de custeio agrícola, a maior parte dos contratos e recursos são destinados à produção *commodities*, como o arroz, cebola, milho e soja. Estas quatro culturas somadas acumularam no período de 2013 a 2018 o expressivo percentual de 79,8% dos contratos e 77,5% em relação aos recursos, assinalando que o caráter de concentração produtiva também já está estabelecido no estado catarinense.

Os autores avaliam ainda o considerável aumento das operações do Pronaf contratadas somente para a soja em relação ao período de 2000-2012, o qual passou de 3,2% dos contratos e 4,1% dos recursos nesse período analisado para 14,2% dos contratos e 15,9% dos recursos nos últimos 6 anos (2013-2018). Assim, podemos verificar significativo crescimento da cultura da soja, no estado de Santa Catarina, fenômeno em expansão por todo país. Esses números confirmam as análises que apontam que a soja, tem sido cultivada em grandes proporções pela agricultura familiar e não apenas pelo agronegócio. No caso do milho, os autores concluem que o significativo montante pode ser explicado pela relação da cultura com a pecuária, e no caso da soja, pelo aumento da demanda do mercado (FOSSÁ; MATTEI; SCHNEIDER, *no prelo*). A soja responde por mais de 40% da produção brasileira de grãos, cereais e oleaginosas, somando-se ao milho, são mais de dois terços destes produtos, o que representa uma enorme concentração e risco sob o aspecto da geração de renda e divisas a partir do campo (BELIK, 2014)[18].

Outra crítica ao Pronaf relaciona a questão da sustentabilidade e o seu caráter setorial, mesmo quando deveria prevalecer ações mais integradoras: "apesar das manifestações formais serem muitas vezes de apoio à sustentabilidade, essa constatação

[18] Dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019) confirmam que a soja lidera a área colhida de lavoura temporária no estado de Santa Catarina, com 35,7%, seguida pelo milho com 26%. Em 2006, quase metade da área colhida era de milho (48,9%), enquanto a soja representava apenas 14,9%.

prática acaba reforçando a posição de distanciamento do Programa em relação às suas diretrizes (GODOI, 2016 p.659).

3 O CRÉDITO RURAL NA CRESOL VALE EUROPEU

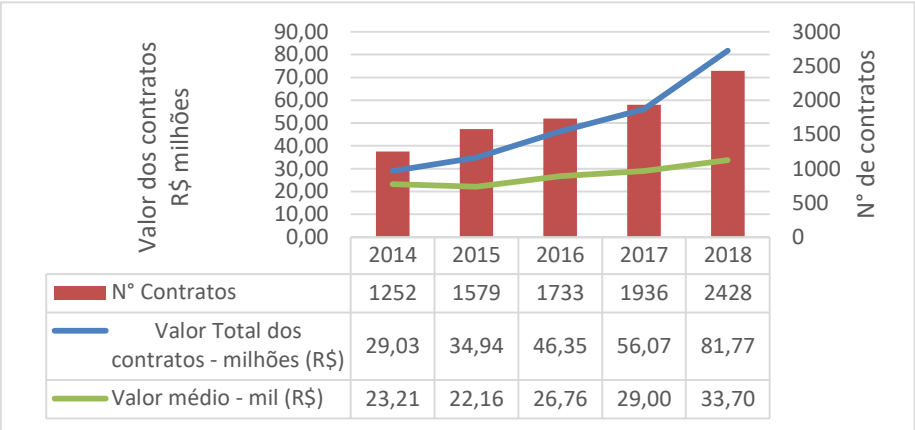
Nesse tópico serão apresentadas informações relativas aos contratos de crédito rural acessados pelos cooperados da Cresol Vale Europeu no período 2014-2018, os quais foram repassados pela cooperativa Central Cresol Baser. Em alguns momentos serão interpretados dados do uso do crédito rural em geral, já em outros, com objetivo de aprofundar a análise no crédito para a agricultura familiar, serão analisados os dados do Pronaf em separado. Em muitos aspectos, isso não foi necessário, já que o Pronaf representa grande parte das operações de crédito rural da Cresol Vale Europeu. De forma a completar a abordagem, eventualmente serão apresentadas informações do Censo Agropecuário de 2017 e resultados de outras pesquisas e estudos realizados no mesmo âmbito do tema trabalhado[19].

3.1 O DESEMPENHO DO CRÉDITO RURAL E DO PRONAF NO SISTEMA CRESOL E NA CRESOL VALE EUROPEU

Entre 2014 e 2018, as carteiras de crédito rural tiveram um desempenho crescente na Cresol Vale Europeu, em relação ao número de operações, no valor total e no valor médio dos contratos. Neste período foram efetuados 8.928 contratos e dispendidos perto de R$ 248 milhões, com valor médio que subiu de R$ 23 mil para quase R$ 34 mil (Figura 11).

[19] Cabe assinalar que a planilha de dados fornecida ao pesquisador pelo Sistema Cresol adota o ano safra e não o ano civil. Para simplificar o texto, em alguns momentos é citado somente o ano inicial.

Figura 11: Desempenho do crédito rural na Cresol Vale Europeu (2014-2018).



	2014	2015	2016	2017	2018
N° Contratos	1252	1579	1733	1936	2428
Valor Total dos contratos - milhões (R$)	29,03	34,94	46,35	56,07	81,77
Valor médio - mil (R$)	23,21	22,16	26,76	29,00	33,70

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados cedidos pela cooperativa.

No período, a taxa do crescimento no número de contratos foi de 93,93% (1.176 contratos). E os valores aplicados também tiveram um crescimento elevado, partindo de R$ 29 milhões no ano de 2014 para quase R$ 82 milhões em 2018, um crescimento total de 181,7% (quase R$ 53 milhões). Acompanhando ano a ano, o último período, 2017 para 2018, foi o mais expressivo, com aumento de 46%.

O valor médio dos contratos tem uma ligeira queda do primeiro para o segundo ano (2014 para 2015) e depois fica numa tendência de crescimento linear (2016 e 2017), com um aumento do ano de 2017 (cerca de R$ 29 mil) para 2018 (cerca de R$ 33 mil e setecentos).

A partir dos dados extraídos da planilha (carteira de crédito rural) fornecida pela Cooperativa, pôde-se calcular também o custo médio de produção dos estabelecimentos (contratos), que é cerca de R$ 62 mil. Colocando esse valor em relação à média da receita bruta descrita por contrato (cerca de R$ 152 mil) chega-se a um valor de 40,8%, ou seja, o custo médio de produção compromete quase 41% da média da receita bruta dos estabelecimentos que realizaram contratos de crédito no período desta pesquisa.

A informação que consta na planilha disponibilizada pela Cresol é auto declaratória, isto é, fornecida pelos próprios cooperados no projeto técnico de contratação do crédito rural. Ela também é agregada, ou seja, apresenta uma estimativa dos custos de produção (custos variáveis) de todo estabelecimento e dos cultivos trabalhados, sem trazer informações detalhadas sobre a composição desse custo. Assim, fica difícil aprofundar a análise e fazer conclusões a partir de comparações com outros estudos, culturas, regiões ou modelos de produção. Contudo, pesquisadores do Instituto de

Economia Agrícola de São Paulo (IEA/SP) desenvolveram a metodologia do custo operacional, na qual indicam que:

> No custo operacional se incluem apenas as despesas efetivamente desembolsadas pelo agricultor mais uma taxa de depreciação de máquinas e benfeitorias e o custo estimado da mão-de-obra familiar. A remuneração devida a todos os outros fatores de produção não incluídos fica a cargo do "resíduo", ou seja, a diferença entre o custo operacional e a venda (MATSUNAGA et al, 1976 p. 123).

Comparando essa metodologia do custo operacional com os dados deste trabalho, em que o custo médio de produção alcança 41% (sendo basicamente composto de custo variável), pode-se afirmar que os agricultores estão tendo uma receita ou um fluxo positivo. Em média, estão obtendo uma receita bruta superior aos custos variáveis de produção, o que lhes permite se reproduzir social e economicamente. Os quase 60%, correspondente à receita líquida, ainda precisam ser considerados para remunerar os custos fixos relacionados à depreciação das máquinas e benfeitorias, além de cobrir o custo da terra[20] e o pagamento de funcionários fixos contratados, quando houver. Após esses abatimentos, deve ser reservada uma sobra/poupança de capital para o agricultor realizar os investimentos necessários à manutenção do estabelecimento e a reprodução de sua família.

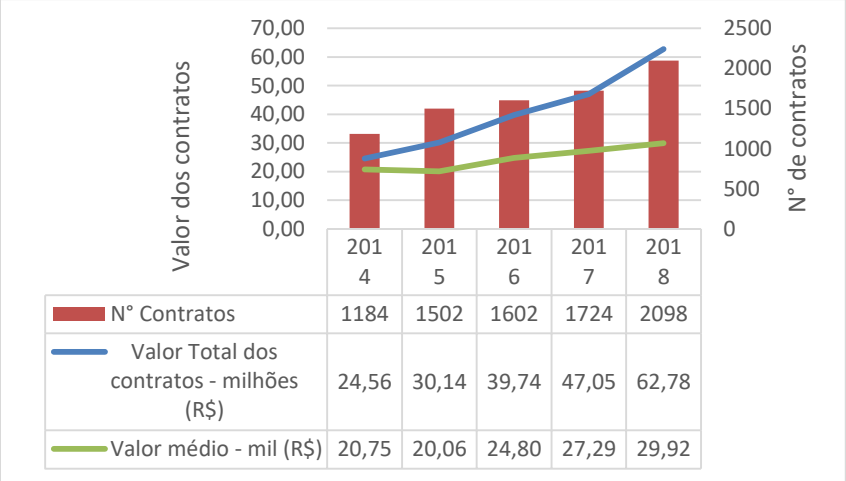
Fica evidente que a discussão desses dados referentes ao custo médio de produção possui uma função heurística, pois afirmações mais contundentes sobre as implicações do custo de produção dos cooperados e a receita bruta dos estabelecimentos deveriam ser acompanhadas de mais detalhes. No entanto, durante a fase de campo desta pesquisa, a questão do aumento constante do custo de produção foi muitas vezes problematizada pelos agricultores, gestores da Cooperativa e técnicos de ATER. Ressaltam também que essa elevação tem um reflexo na contínua demanda por crédito rural, como também que esses aumentos de custos nem sempre são repassados aos preços dos produtos vendidos pelos agricultores.

Do total de operações de crédito rural, o Pronaf é responsável por 8.110 contratos, R$ 204 milhões de valor total contratado e cerca de R$ 25 mil de valor médio. Esses números evidenciam a representatividade do programa entre as operações de crédito rural da cooperativa. E por isso, os números apresentados pelo programa não

[20] Na definição do custo operacional, os pesquisadores do IEA/SP privilegiaram os custos variáveis relacionados à produção e alguns custos fixos de curto prazo. A remuneração do custo da terra, foi desconsiderada, pois deixaria o valor do custo de produção muito elevado, diminuindo a rentabilidade da agricultura e a desencorajando como atividade produtiva.

diferem muito dos que foram evidenciados acima. Da mesma forma, observa-se um crescimento do número de operações contratadas anualmente, aumento do valor total e do valor médio dos contratos (Figura 12).

Figura 12: Desempenho do Pronaf na Cresol Vale Europeu (2014-2018).



	2014	2015	2016	2017	2018
N° Contratos	1184	1502	1602	1724	2098
Valor Total dos contratos - milhões (R$)	24,56	30,14	39,74	47,05	62,78
Valor médio - mil (R$)	20,75	20,06	24,80	27,29	29,92

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados cedidos pela cooperativa.

A taxa do crescimento no número de contratos no período 2014-2018 foi menor do que foi constatado no crédito rural em geral, 77,2% (914 contratos). O valor aplicado partiu de cerca de R$ 24,5 milhões no ano de 2014 para quase R$ 63 milhões em 2018, um crescimento considerável de 155,62% (cerca de R$ 38 milhões). O valor médio dos contratos, assim como nos dados do crédito rural, também apresenta uma ligeira queda do primeiro para o segundo ano (2014 para 2015) e depois fica numa tendência de crescimento linear (2016 e 2017), com um aumento do ano de 2017 (cerca de R$ 27,3 mil) para 2018 (cerca de R$ 30 mil). Foi calculado também, a média do custo de produção (cerca de R$ 56 mil) em relação à média da receita bruta (cerca de R$ 141 mil) e o número obtido foi de 39,8%. Ou seja, o custo de produção compromete mais de um terço do orçamento familiar nos estabelecimentos que realizaram contratos de crédito com a Cresol Vale Europeu no período estudado.

A entrevista abaixo apresenta razões para o crescimento das operações de crédito rural no contexto atual:

> Não só a Cresol, mas todo o sistema cooperativo contribuiu muito para facilitar o crédito, levar o crédito a esses municípios aonde os bancos públicos estão fechando agências e em outros lugares não atuam no rural. Preferem trabalhar com o público mais urbano e atrelado a tudo isso o Sistema Cresol vem crescendo no crédito rural em torno de 22 a 24%, fica nessa faixa todos os anos. E não aumenta só em volume de recurso, como também em tomadores de crédito. Claro que a gente tem espaço e tem perna, tem condição de crescer muito mais, mas eu acho que olhando assim pela boa aplicação do crédito, você

> ter sistemas de controle, conhecer bem o cooperado, você tem que ir mesmo nessa velocidade dos 20%, de crescimento, que tá muito bacana (Gestor da Central Baser - Entrevistado 30).

Um dos fundadores da cooperativa faz uma contextualização sobre os avanços que o crédito rural proporcionou para a cooperativa e para os agricultores:

> A cooperativa não pode só emprestar o crédito rural que ele dá prejuízo, a cooperativa não ganha nada com o crédito rural e ainda paga se nós fazermos uma análise, o funcionário é pago pra fazer o crédito rural pro agricultor. Então o avanço foi muito grande, tanto pra cooperativa como pro agricultor (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 29).

Uma questão que faz muita diferença e pode explicar a expressividade do Pronaf Custeio na Cooperativa é que a Cresol Vale Europeu foi responsável por inserir e modular alguns sistemas produtivos baseados em espécies olerícolas cultivadas na região. Até então, esses sistemas tinham dificuldades de serem contemplados pelo SNCR. O mesmo gestor da entrevista acima, analisa o pioneirismo e o papel que teve a Cresol Vale Europeu nessa ampliação dos produtos financiados pelo Plano Safra, como a olericultura:

> Tive que correr e cadastrar e lutar perante o Banco Central, o Manual do Crédito Rural, o Ministério da Agricultura, na Secretaria da Agricultura, pra conseguir encaixar que se financiasse a olericultura, que isso não era financiado pelo Pronaf [...]. Hoje se financia tudo. Se você quiser financiar o chá, um pé de cebola, cebolinha, rúcula, alface, se financia. Isso foi um avanço e a chave para o avanço da agricultura familiar. Foi também o Ministério entender que isso tinha que ser financiado, [...]. Essa cooperativa, foi ela que começou a trabalhar isso (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 29).

O desempenho do crédito rural e do Pronaf na Cresol Vale Europeu é bem expressivo entre 2014 e 2018. Isso diverge parcialmente do que se observa no Brasil e em Santa Catarina, que apresentam um aumento do volume de recursos aplicados e do valor médio dos contratos, mas uma redução do número de contratos, o que sinaliza uma concentração de recursos. Complementando essa análise, a entrevista abaixo aponta a cooperativa Vale Europeu como bem especializada na operação do crédito e ainda avalia a questão da agilidade no acesso:

> Vejo na Cresol uma cooperativa especializada na operação do crédito rural, então todos os trabalhos que envolvem, várias agências, nessa preocupação de levar ao cooperado o crédito rural. O grande produto da Cresol é o crédito rural, não se sustenta com o crédito rural mas é o que faz toda máquina girar em torno disso, a forma como eles operam e agilidade que eles conseguiram hoje na operação faz a diferença. No começo tinha dificuldade, demorava, o Banco do Brasil era muito mais rápido. Hoje se o analista for rápido em três dias [o crédito] tá na conta (Técnico de ATER - Entrevistado 31).

Uma questão importante é suscitada na entrevista abaixo, a qual avalia a seriedade e o compromisso da cooperativa com o cooperado e também com o critério técnico na liberação do crédito. O que a diferencia a cooperativa de um banco, já que esse último trabalha com metas de venda de produtos e não importa a situação financeira do cliente, já para a cooperativa de crédito, seu sucesso depende do bom desenvolvimento econômico do cooperado:

> Tem a preocupação realmente de fazer um negócio certo, não é aquela coisa do gerente ter que bater a meta. Tem que fazer o financiamento sempre com embasamento técnico junto, eles questionam muito, acho muito bom. Eu trabalhando para isso, eles levarem bastante em conta o nosso projeto. Se o cara quer financiar um trator, ele tem dinheiro para financiar o trator, mas ele não precisa, não preciso dar meu aval. Eles realmente obedecem e não vai pra frente a liberação do crédito, a preocupação não é liberar o crédito, é que o cooperado consiga fazer que isso rentabilize para ele (Técnico de ATER - Entrevistado 31).

Um gestor acredita que a Cooperativa possui um portfólio bem variado para atendimento às demandas de financiamento entre os diferentes "tipos" de cooperados, ressaltando que, apesar disso, a Cooperativa não perde o foco e tem na agricultura familiar o principal ator que motiva e mobiliza, reforçando a proposta da cooperativa entrar e atuar nesses espaços onde a instituição financeira pública ou tá deixando de atender ou não atende. Esse gestor complementa sobre as linhas de crédito e iniciativas que estão desenvolvendo junto ao público urbano:

> E mais recente, estamos disponibilizando crédito também, um pouco mais específico, para apoiar empreendimentos urbanos, chama Cresol empresarial, tem a linha do BNDES caminhoneiro, estamos apoiando algumas iniciativas colocando usinas CHG[21] na região Sudoeste do Paraná, que vai pelas linhas do FINAME (Gestor da Central Baser - Entrevistado 30).

Quanto à linha de crédito para comercialização, um gestor da Cooperativa comenta sobre ela e os motivos desta não ser muito acessada na Vale Europeu, enfatizando a finalidade geral do uso do crédito entre os cooperados agricultores:

> O crédito de comercialização é muito recente e não existe uma demanda clara pra isso e até as próprias linhas do governo não estão muito claras e existe linhas de comercialização mais pra grandes produtores, não é o caso do pequeno. O pequeno geralmente não utiliza. O agricultor de pequeno porte, pronafiano, até o Pronamp eles utilizam o crédito pra produção e pra melhoramento de propriedade, mas não pra comercialização em si (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 26).

[21] As Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) são usinas hidrelétricas de tamanho e potência reduzidos, podendo gerar de 0 até 5MW de energia, sendo menores que as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), Disponível em: https://abrapch.org.br/faq/o-que-e-uma-cgh/, acessado em 07 de abril de 2020.

Como pudemos observar o desempenho do crédito rural na Cooperativa, com destaque ao Pronaf, é muito significativo. Esse sucesso resulta de uma série de fatores, tais como: presença cada vez mais marcante em localidades preteridas pelos bancos comerciais, oferta especializada do crédito rural. Essa profissionalização do serviço creditício é fruto de uma ação duradoura de aproximação entre a cooperativa e os agricultores, o que amplia a reciprocidade e a oferta a outros serviços financeiros por meio do atendimento diferenciado.

3.1.1 Caraterísticas dos contratos de crédito rural

Nesta subseção trata-se dos tipos de contratos predominantes, das linhas de crédito e subprogramas que foram mais acessadas. Tais informações ajudarão a mapear o uso do crédito na Cooperativa e as características que permitem construir os "perfis" de agricultores que fazem o uso dos financiamentos. Primeiramente, visualiza-se o número de contratações de crédito rural por finalidade (Tabela 1).

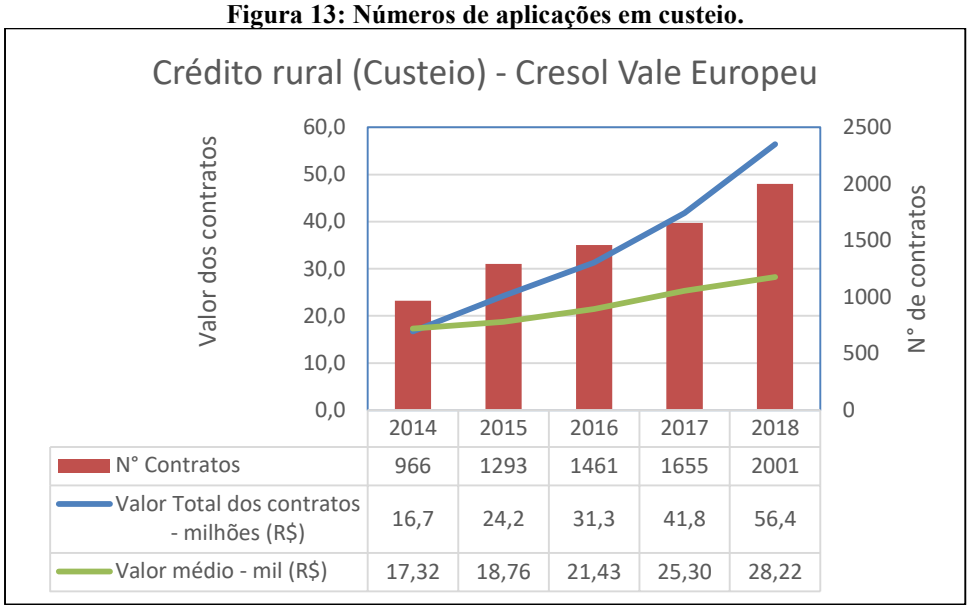
Tabela 1: Tipos de contratos em número e montantes - (2014-2018).

Tipos de Contrato	Nº de Contratos	Valor (milhões R$)
Custeio	7376	170,4
Investimento	1552	77,6
Total	8928	248

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações fornecidas pela cooperativa.

A relevância do crédito de custeio para a Cooperativa fica evidente se visualizar a considerável evolução ao longo dos anos (Figura 13).

Figura 13: Números de aplicações em custeio.



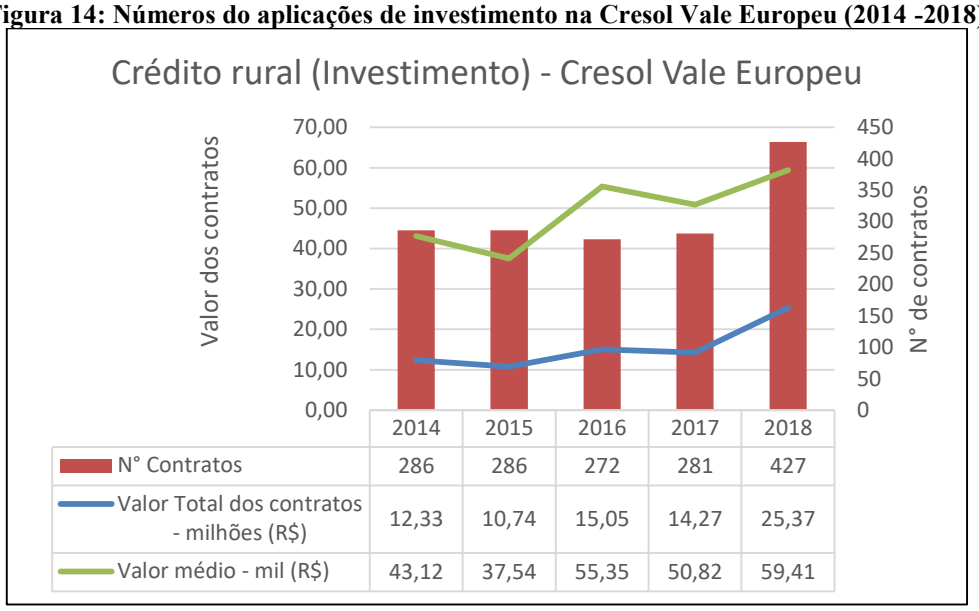
	2014	2015	2016	2017	2018
N° Contratos	966	1293	1461	1655	2001
Valor Total dos contratos - milhões (R$)	16,7	24,2	31,3	41,8	56,4
Valor médio - mil (R$)	17,32	18,76	21,43	25,30	28,22

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações fornecidas pela cooperativa.

A taxa de crescimento no número de contratos de custeio no período 2014-208 foi de 107,1% (1.035 contratos). O valor dos contratos também teve um crescimento elevado no período, partindo de R$ 16,7 milhões no ano de 2014 para pouco mais de R$ 56 milhões em 2018, um crescimento de 237,72% (quase R$ 40 milhões). O valor médio dos contratos apresenta igualmente uma taxa de crescimento elevada no período estudado, de 62,9% (R$ 10,9 mil).

Abaixo, podemos verificar que os números dos contratos de investimento apresentam certa instabilidade (Figura 14).

Figura 14: Números do aplicações de investimento na Cresol Vale Europeu (2014 -2018).



	2014	2015	2016	2017	2018
N° Contratos	286	286	272	281	427
Valor Total dos contratos - milhões (R$)	12,33	10,74	15,05	14,27	25,37
Valor médio - mil (R$)	43,12	37,54	55,35	50,82	59,41

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações fornecidas pela cooperativa.

Conforme podemos observar, os montantes aplicados, anualmente, apresentam oscilações, mas tiveram crescimento de 105,76% (pouco mais de R$ 13 milhões), partindo de R$ 12,33 milhões no ano de 2014 para pouco mais de R$ 25 milhões em 2018. O valor médio dos contratos também apresentou crescimento, de 37,8% (R$ 16,29 mil) no período estudado.

Dentre os tipos de contrato entre as linhas de crédito contratadas, vê-se uma participação preponderante do Pronaf, em todos seus tipos (custeio agrícola, pecuária e investimento) sobre as outras linhas de crédito, com a maior parte dos contratos e também dos valores contratados (Tabela 2).

Tabela 2: Linhas de crédito, número de contratos e montantes na Cresol Vale Europeu (2014 - 2018).

Linha de crédito/Tipo	Nº de Contratos	Valor dos Contratos (milhões – R$)
Pronaf custeio agrícola	5140	104,02
Pronaf custeio pecuária	1529	34,78
Pronaf investimento	1441	65,47
Pronamp custeio agrícola	185	11,4
Pronamp custeio pecuária	204	14,25
Pronamp investimento	95	11
Custeio de fumo	317	6,14
Custeio agrícola (demais produtores)	1	0,04
Demais linhas (investimento)	16	1,3
Total	8928	248,4

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações fornecidas pela cooperativa.

O Pronaf custeio agrícola chama atenção, com grande parte das operações no período (58%, ou 5140 contratos), seguido do Pronaf custeio pecuária (17%, com 1529 contratos) e do Pronaf investimento, com 15%, ou 1380 contratos. O custeio de fumo aparece na sequência, com 317 contratos (4%). Quanto ao valor dos contratos, destaque para o Pronaf custeio agrícola que fica com 45% do valor total.

Sobre a grande participação do Pronaf Mais Alimentos (investimento), segue trecho transcrito de uma entrevista sobre este subprograma:

> É claro que o pessoal vai procurar sempre o Pronaf Mais Alimentos geral que é aquela linha aquele financiamento que tem o prazo de 10 anos e ele vai financiar a construção nova, reforma de máquinas e equipamentos, construção de cerca tá dentro desse Pronaf Mais Alimentos. E esse ano até por uma questão de rubrica específica e por uma redução de prazo tem o Pronaf Máquinas e Equipamentos finalizou que não é mais 10 anos de prazo, é sete anos e é bastante notório a procura por ela (Gestor da Central Baser - Entrevistado 30).

O Pronamp custeio pecuária tem a maior parte dos contratos (42%) e é responsável por praticamente essa mesma soma (40%) na divisão dos valores contratados. Já o Pronamp custeio agrícola responde por 38% do número de contratos mas sua participação cai para 32% no valor total contratado. Por sua vez, a linha do Pronamp investimentos é responsável por 20% do número de contratos, mas utiliza 28% do valor total dos contratos. Esse programa quando foi criado, movimentou o cenário acadêmico e institucional pois se referia à emergência de uma nova noção, o qual não se conhecia ao certo do que se tratava: “médio produtor rural”. E ainda mais incorporado como ação do Estado:

> A proclamada “classe média rural” tem sido adotada como expressão de um novo ator social e político. Há um risco evidente de este termo ser rapidamente incorporado pela pesquisa. Produzir um entendimento sobre seu significado, não apenas do ponto de vista econômico, mas da identidade sociopolítica que ele suporta, seguramente não será uma tarefa menos desafiadora e questionável (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014).

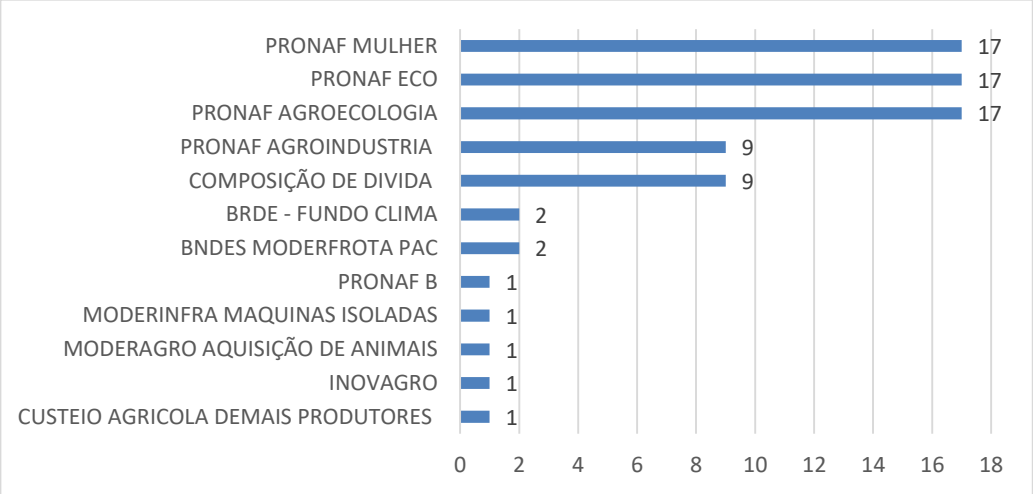
De acordo com os entrevistados, os tipos de contratos de crédito rural acessados pelos cooperados são custeio, com 10 citações, além de custeio e investimento empatado também com 10 citações. Dentre esses últimos, 9 agricultores afirmaram que o investimento foi realizado em infraestrutura e somente 1 afirmou ter investido em animais. O que confirma a importância da modalidade de custeio para os cooperados, pois foi a mais citada entre os entrevistados que fazem o uso do crédito rural.

Um entrevistado trouxe uma questão que chamou a atenção, sobre o que ele chamou de “contrato chupa-cabra”, uma prática realizada por produtores que possuem dinheiro para custear sua produção, mas que se utilizam do crédito rural como garantia e talvez como uma forma de acessar o seguro ou obter um rendimento maior de seu dinheiro no mercado financeiro.

Sobre a dependência gerada pelo crédito rural ela ocorre por falta de capital de giro, principalmente quando dá uma tempestade, ou alguma frustração de safra. Mas, para um gestor da Cresol o agricultor que já tem acesso há 5 ou 10 anos ao crédito rural, não é mais tão dependente, apesar de serem pessoas “que não tinham credibilidade, uma conta bancária, não tinham nada” (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 29).

A seguir um detalhamento das sublinhas do crédito rural que não estão enquadrados nas linhas tradicionais de custeio e investimento, em que se observa o baixo número de operações (Figura 15).

Figura 15: Subprogramas e linhas de crédito rural, acessado pelos agricultores.



Fonte: Elaboração do autor a partir de informações fornecidas pela cooperativa.

Avaliando o baixo desempenho dos subprogramas verdes – Pronaf (Floresta, Semiárido, Agroecologia e Eco) e a dificuldade do Pronaf em converter o discurso do desenvolvimento rural em ações efetivas voltadas a esse fim (AQUINO & SCHNEIDER, 2015, p. 73) questionam: "porque ele [Pronaf] tem apresentado tanta dificuldade em diversificar os meios de vida das famílias rurais e promover inovações tecnológicas visando contrapor-se à lógica do modelo produtivista que vigora no campo brasileiro?" Cazella et al, 2016 avaliando o acesso dos agricultores à modalidade do Pronaf criada para apoiar a agroecologia[22] concluem que este permanece residual e sem grande participação da maioria dos agricultores familiares.

O baixo acesso aos subprogramas do Pronaf pode ser contextualizado pela fala transcrita abaixo:

> Meu conhecimento dessas diversas linhas de crédito, pra abrir pra mulher, pra jovem, meu conhecimento regional é que essas linhas de crédito não têm surtido efeito, [os agricultores] buscam o que é mais barato, adequam pra buscar o dinheiro mais barato e fácil. Inclusive as instituições financeiras não querem trabalhar muito com esse detalhamento da linha de crédito. Buscam o crédito pelo crédito e fazem o que tem que ser feito (Técnico de ATER - Entrevistado 32).

O trecho abaixo explora o contexto atual de oferta de crédito rural, enfatizando a diversidade de linhas de crédito que existem atualmente e que elas estão atendendo os agricultores de forma geral:

[22] Os autores sintetizam o conceito da agroecologia como: "um conjunto de práticas e técnicas agrícolas que restringe o uso de insumos de síntese industrial e sementes geneticamente modificadas, além de privilegiar os chamados mercados de proximidade" (CAZELLA et al, 2016 p. 61).

> Sim, porque hoje em dia tem tantas linhas de recursos oficiais: Moderfrota, Pronamp, Pronaf investimento, Mais alimentos, não tem o que o agricultor não consiga financiar. As linhas de crédito que tem hoje pro agricultor atende à demanda de modo geral, o que ele quiser tem dinheiro disponível pra ele acessar, então o agricultor não pode se queixar (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 29).

3.1.2 Valor dos contratos

Primeiramente serão apresentados os dados quantitativos dos valores das operações de crédito rural (todas as linhas) dos cooperados e na sequência serão retratados os contratos do Pronaf. Nessa primeira análise, é possível observar que os contratos com valores superiores a R$ 80 mil, apesar de representar cerca de 4% dos contratos, representam aproximadamente 17% do valor total dos projetos. Por outro lado, os contratos com valor até R$ 20 mil representam a maioria (65%), mas correspondem a apenas 30% do valor total (Tabela 3). O valor médio dos contratos de custeio nesse período analisado foi R$ 23.132,15. No cenário de investimento observa-se mais de equilíbrio (em relação à modalidade custeio) entre o número de contratos em cada faixa de valores. Porém, a faixa até R$ 40 mil representa 60% do número total de contratos, mas apenas 25% do valor total. Neste caso, a faixa de valores acima de R$ 80 mil que são 20% dos contratos, representam aproximadamente 53% do valor total dos contratos. Isso ocorre pois geralmente os contratos de investimento possuem valores mais elevados, pois muitas vezes trata-se de bens e equipamentos que possuem maior custo como caminhões, tratores, máquinas, etc. Além das reformas de infraestrutura, construções de galpão e outras obras que envolvem custos elevados. O valor médio dos contratos de investimento nesse período analisado (2014-2018) foi R$ 50.114,38

Tabela 3: Faixas de valores de contratos, número de contratos e montante (2014-2018).

Valor dos contratos - mil (R$)	N° Contratos	% Em relação ao total	Valor total - milhões (R$)	% Em relação ao valor total
		Custeio		
0-20	4794	65	50,8	30
20-40	1523	21	45	26
40-80	793	11	45	26
>80	266	4	29,7	17
Total	7376	100	170,6	100
		Investimento		
0-20	470	30	5,8	7
20-40	472	30	14,2	18
40-80	295	19	16,2	21
>80	315	20	41,5	53
Total	1552	100	77,8	100
Total Geral	8928	100	248,4	100

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações fornecidas pela cooperativa.

Quando os dados são agrupados (custeio e investimento), a maioria dos contratos (59%) está situado na faixa de valores até R$ 20 mil, mas representa a menor porcentagem do valor dos contratos (23%). Se somar a faixa até R$ 40 mil, temos 81% do total de contratos de crédito mas que correspondem a menos da metade do valor total dos contratos (47%). Já os contratos acima de R$ 80 mil têm uma representatividade quatro vezes maior em seu valor do que em número de contratos em relação ao total, 7%.

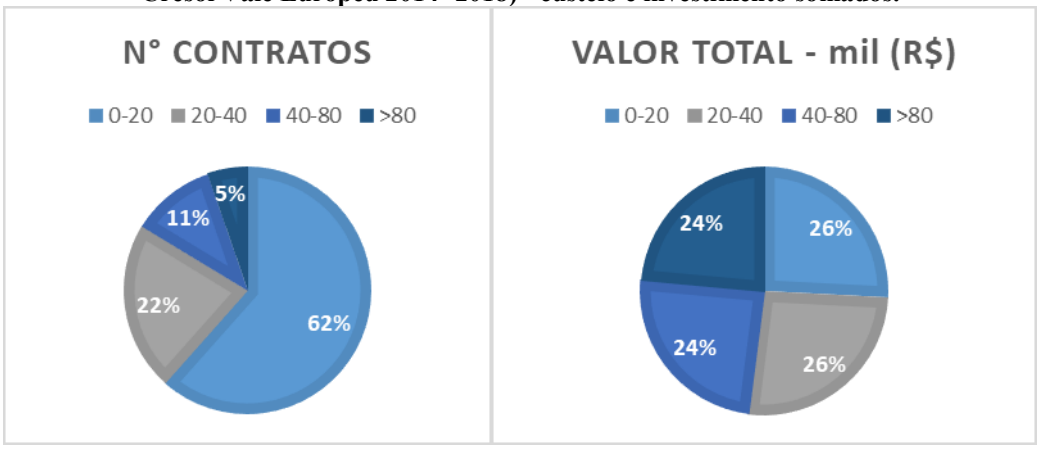
Ao analisar os projetos de custeio do Pronaf observa-se que os contratos com valores superiores a R$ 80 mil, apesar de representar cerca de 3% dos contratos, representam aproximadamente 12% do valor total dos contratos. Nessa faixa, os contratos de crédito rural representam 17% do valor total. Por outro lado, os contratos com valor até R$ 20 mil representam a maioria (68%), mas correspondem a 34% do valor total. O valor médio dos contratos de custeio nesse período analisado (2014-2018) foi R$ 19.406, 88. O que representa cerca de R$ 3,7 mil de diferença do valor médio do crédito rural geral.

No investimento, a maior concentração de projetos situa-se na faixa até R$ 40 mil (63%), mas representam 30% do valor total, seguindo a lógica da totalidade do crédito rural, em que o valor total cai praticamente pela metade em relação ao número de contratos. Aqui, também como nos dados de investimento do crédito rural geral, existe um pouco mais de equilíbrio entre o número de contratos em cada faixa de valores. Neste caso, a faixa de valores acima de R$ 80 mil que são 18% dos contratos, representam aproximadamente 48% do valor total dos contratos. O valor médio dos contratos de

investimento nesse período analisado (2014-2018) foi R$ 45.436,63. O que representa cerca de R$ 4,7 mil de diferença do valor médio do crédito rural geral nessa modalidade

Os dados juntos (custeio e investimento) possuem uma grande variação no número de contratos em cada faixa, mas uma relativa uniformidade quando observamos a porcentagem de cada faixa em relação ao valor total. Analisando as extremidades para exemplificar, a maioria dos contratos (62%) está situado na faixa de valores até R$ 20 mil, mas representa 26% do valor dos contratos. Já os contratos acima de R$ 80 mil, tem uma representatividade quase cinco vezes maior em seu valor do que em número de contratos em relação ao total, 24% (Figura 16).

Figura 16: Número de contratos e montante do Pronaf, acessado segundo as faixas de valor na Cresol Vale Europeu 2014 -2018) - custeio e investimento somados.



Fonte: Elaboração do autor a partir de informações fornecidas pela cooperativa.

Ao somar a faixa até R$ 40 mil, existe 84% do total de contratos de crédito mas que correspondem a um pouco mais da metade do valor total dos contratos (52%). O valor médio dos dois tipos de financiamento juntos é R$ 24.497,66 cerca de R$ 3,3 mil de diferença para o valor médio do crédito rural. O valor cai muito em relação ao valor médio dos contratos de investimento, devido à maior representatividade das operações de custeio (82,2%) ante às operações de investimento (17,8%).

3.1.3 Distribuição regional do crédito rural no território da Cresol Vale Europeu

Este tópico trata de aspectos relacionados à distribuição regional do crédito rural na Cresol Vale Europeu, no território conformado após o processo de incorporação. Inicialmente, serão apresentadas as informações agregadas dos contratos de crédito rural,

para depois se destacar os resultados específicos de cada região, e finalizar com a participação dos municípios. Um ponto a ressaltar é que essa análise regionalizada só foi possível de ser realizada com as informações dos contratos de custeio, que constam na planilha disponibilizada pela Cooperativa. Esse fato ocorreu, pois, os contratos de investimento não possuíam as informações referentes ao município e região a que pertence.

Verifica-se abaixo a distribuição da quantidade de operações por ano/safra e a quantidade de municípios vinculados aos contratos (Tabela 4).

Tabela 4: Participação dos municípios[23] e número de contratos por ano-safra (2014 -2019).

Ano/Safra	N° contratos	N° municípios
2014-2015	966	41
2015-2016	1293	54
2016-2017	1461	63
2017-2018	1655	70
2018-2019	1998	59
Total	7373	57[24]

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados cedidos pela cooperativa.

Pode-se observar que o crescimento do número de municípios é da ordem de 31,7% de 2014 para 2015; um pouco menos de 2015 para 2016 (21,95%) e a menor marca de crescimento é registrada entre o ano de 2016 para 2017 (17,07%). Já no ano de 2018 teve uma regressão do número de municípios, conforme comentado no parágrafo acima.

Na tabela abaixo verifica-se os municípios sede, denominado também por região. Na segunda coluna estão a área total da região em km^2 e a quantidade de contratos na terceira e última coluna (Tabela 5). Observa-se então, que a maior região é a de Águas Mornas com cerca de 12.600 km^2, também é a região que possui maior número de municípios (34) e o maior número de contratos de crédito de custeio no período analisado (3.384). A região menor em termos de área é São João do Itaperiú, com mais de 2.600 km distribuídos em 11 municípios e com o menor número de contratos no período (241).

[23] O número de municípios levou em conta os 95 municípios que compõe a área de abrangência da Cresol Vale Europeu. No entanto, por razões desconhecidas havia alguns municípios na planilha fornecida pela Cooperativa que não compunham a área oficial de abrangência da Cooperativa. Portanto, caso o leitor queira somar os municípios de cada região separadamente, os números não vão coincidir com os dados dessa tabela.

[24] Esse valor está diferente pois não se trata de um somatório, trata do total de municípios que aparecem em todas as safras, eliminando repetições.

Tabela 5: Região, área total e n° de contratos da Cresol Vale Europeu (2014-2018).

Município Sede (Região)	Área Total[25] (km^2)	Nº de Contratos
Águas Mornas	12.655,713	3384
Botuverá	2.896,132	573
Ituporanga	3.451,402	2528
São João do Itaperiú	2.635,395	241
Schröeder	8.239,155	581
Total	29.877,80	7.307

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados cedidos pela cooperativa.

Chama a atenção o peso da região de Águas Mornas, com 42% da área e 46% do total de contratos de custeio. Já Schröeder está em segundo lugar com 28% da área total, mas possui somente 8% do total de contratos. Ituporanga também se destaca pois possui 11% da área total mas 35% do número de contratos.

A região de Águas Mornas possui muitos municípios da Grande Florianópolis, contando com produtores que abastecem a região, principalmente com hortaliças e frutíferas. Já Ituporanga é conhecida como a capital nacional da cebola e nos últimos anos vem se destacando no cultivo de grãos, principalmente de milho e soja. A agricultura na região de Schröeder destaca-se pela produção de banana e arroz. Na região de São João do Itaperiú destaque também para a produção de banana e outra atividade agropecuária relevante no município é o abate de bovinos e ovinos. A região de Botuverá desenvolve uma agricultura familiar com características de subsistência, porém, alguns agricultores se dedicam ao cultivo do fumo[26].

Na análise consolidada fica evidente a prevalência das regiões de Águas Mornas, Ituporanga e Schröeder. Já Botuverá e São João do Itaperiú participam com poucos municípios que contrataram crédito rural no período estudado. Chama a atenção a questão relacionada aos contratos realizados na safra 2017-2018 que estão situados em 9 municípios localizados fora da área de abrangência da cooperativa.

Um gestor da cooperativa analisa o fato de sua região (São João do Itaperiú) não ser tão pujante nos contratos de crédito rural e aponta para alguns fatores, tais como: o tamanho do município não ser muito grande, a formação criteriosa do agricultor, ou talvez a renda. Ele afirma que existem agricultores que estão abrindo mão do custeio, pois

[25] A área total utilizada é referente à área somada de cada município que compõe a referida regional.
[26] Disponível em: https://www.sc.gov.br/conhecasc/municipios-de-sc, acessado em 08 de abril de 2020.

empregava esse recurso junto com outras aplicações, ou seja avaliando qual o melhor cenário de rendimento:

> Agricultores que faziam o custeio e deixavam aplicado, a rentabilidade maior na aplicação [...]. Pintou uma oportunidade de comprar o insumo mais barato, tiro da aplicação, vou lá e compro. Ah, hoje a aplicação não está rendendo nada, não quero mais pegar o custeio. O [...] nosso agricultor aqui é criterioso na avaliação disso, devido à maior informação, renda per capita maior e ele vai decidir se vai querer ou não o custeio, se é uma política atrativa para ele (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 27).

Botuverá foi outra região que apresentou poucos contratos de crédito rural, mas segundo gestores e colaboradores da Cooperativa, antigamente o município era forte na agricultura. Havia plantação de fumo, milho, feijão, dentre outros alimentos. Porém, começaram a chegar indústrias na região e muitos agricultores abandonaram a atividade agrícola e começaram a trabalhar nas indústrias. Relatam que há uns10 anos, alguns agricultores começaram a plantar eucalipto nas roças onde tinham lavouras, e que eles pegavam o Pronaf pra fazer esse plantio. Agora estão começando o corte, só que o preço do eucalipto não está vantajoso e acreditam que não vale mais a pena fazer um replantio desse eucalipto:

> Botuverá é um município do interior que é pra ser agrícola, mas na verdade já não é mais agrícola. A agricultura está mais localizada na parte alta e os que estão ainda são plantadores de fumo, teve um êxodo rural na parte alta de Botuverá, os jovens vieram embora pra Brusque, Guabiruba, ao redor na cidade de Botuverá e lá ficou os mais idosos, aposentados. [...] O técnico da Epagri conversou com nós um dia e disse que a maioria das DAP foram canceladas porque eles estão cruzando dados com dados da Receita Federal e viram que os dados da DAP não estavam batendo com a realidade (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 28).

Assim, pensando em estabelecer um contexto regional diversificado, com várias culturas como carro-chefe, aliado à possibilidade de constituir uma organização financeira que pudesse funcionar como uma balança para equilibrar as incertezas, benefícios e frustrações da agricultura de cada região, foi um dos fatores que motivou a incorporação e criação da cooperativa Vale Europeu:

> Começamos a fazer uma leitura: se tivesse uma cooperativa regional, se a produção de banana aqui estava ruim, mas a produção de morango na região de Águas Mornas estava num mercado ascendente, opa, vamos equilibrar. Lá caiu, o preço do arroz e da banana melhorou, o preço da cebola lá em Ituporanga tá lá em cima, pois acontece o vai-e-vem também, então foi uma das leituras que a gente fez, de como a gente podia chegar nessa sustentabilidade à médio e longo prazo de forma clara (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 27).

3.2 CARACTERÍSTICAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES COOPERADOS E DOS CONTRATOS DE CRÉDITO RURAL

Neste tópico, são apresentados aspectos gerais sobre características dos agricultores aliado às percepções dos associados/agricultores sobre o acesso ao crédito rural, o que permite refletir sobre seus potenciais e limites dessa política pública federal.

3.2.1 Os agricultores e os estabelecimentos rurais

A maior parte do público que será retratado daqui em diante é composto de agricultores familiares. Alguns desses agricultores se encaixam como "pronafianos", outros como "pronampianos" e outros como grandes produtores. Essa classificação para acesso à política, que pode ser simplificada em pequenos, médios e grandes produtores, respectivamente, não encerra um debate histórico sobre a diferenciação social dos agricultores. Muitas vezes, por mais que um agricultor não se enquadre nas regras de acesso ao Pronaf, ele não deixa de ser um agricultor familiar devido ao regime de trabalho e de gestão de sua propriedade.

A origem da agricultura familiar no Estado de Santa Catarina está relacionada a um modelo de colonização fundamentado na presença de imigrantes oriundos de outros países, mais intensamente da Itália, Alemanha e Polônia (MUSSOI, 2002). Para Paulilo & Schmidt (2003 p. 7): "a imagem de Santa Catarina ainda é fortemente associada a uma agricultura do tipo "colonial", com base no modelo de agricultura familiar de origem europeia".

Assim, corroborando com os autores, os agricultores que participaram da pesquisa de campo são, em sua maioria, descendentes de imigrantes, sobretudo de países do continente europeu, sendo de origem alemã a mais expressiva, com 17 representantes seguido da italiana com 6 respondentes e da polonesa com 2. A descendência brasileira também foi citada por 3 entrevistados e outras nacionalidades foram citadas somente uma vez, tais como: austríaca, cabocla, japonesa e portuguesa.

Os agricultores entrevistados se enquadram nas seguintes faixas de idade: 8 representantes situam-se entre os 36 à 45 anos e a mesma quantidade estão entre os 45 à 55 anos. Outros 4 agricultores estão entre os que têm 55 à 65 anos e 3 respondentes possuem 65 anos ou mais, somente um agricultor possui menos de 35 anos. Se ampliarmos para a mesma faixa do censo (45 a 75 anos), a representatividade de

agricultores aumenta para 58,33%, sendo a maioria do público entrevistado. Os dados da entrevista divergem um pouco do censo, o que é natural devido à pesquisa ser realizado em um universo reduzido de agricultores.

O censo agropecuário de 2017 (IBGE, 2019) apontou que a faixa de idade predominante do produtor no estado de Santa Catarina foi a de 45 a menos de 55 anos (27,2%), seguida de perto pela faixa de 55 a menos de 65 anos (27,1%). Mais de dois terços dos produtores, 69,8% (127.795) tinham de 45 a 75 anos, que faz o Estado possuir o 3° maior percentual do Brasil. E que comprova, o que apontam os estudos de envelhecimento da população rural. Somente 8,4% dos produtores tinham menos de 35 anos de idade, o que corresponde ao 5° menor do Brasil.

Não foi possível obter a informação da idade dos responsáveis por cada contrato de crédito firmado junto à cooperativa no período de estudo. No entanto, segundo informações fornecidas pela Cresol Vale Europeu, a maioria do público que trabalha com a Cooperativa, é pessoas na faixa de 40-48 anos e a média de idade do cooperado que acessa as linhas de crédito da cooperativa é de 46 anos. Evidente que é difícil traçar paralelos, pois o dado fornecido pela Cooperativa é da média, não apresentando classes de idade como no Censo, mas a média de 46 anos aponta que um público relativamente mais jovem que o apresentado no Censo Agropecuário está acessando o crédito rural por intermédio da Cooperativa.

Os dados de acesso ao crédito por faixa etária no período 2013-2018 no estado de Santa Catarina evidenciam uma acumulação de grande parte das operações nas faixas entre 30 a 39 anos, 40 a 49 anos e 50 a 59 anos. As três faixas juntas somam quase 75% dos contratos e praticamente a mesma proporção dos recursos. Adicionalmente, entre 2013 e 2018 os contratantes com idade inferior a 30 anos constituíram nesse período 11% das operações, ao passo que os agricultores acima de 60 anos representaram 14% das operações do Pronaf em Santa Catarina (FOSSÁ; MATTEI; SCHNEIDER, no prelo).

Segundo os autores, essa distribuição por faixa etária pode ser considerada dentro da normalidade considerando o ciclo de vida e de produção no âmbito da agricultura familiar. Todavia, destacam o subprograma Pronaf Jovem, por estar sendo pouco acessada e de certa forma vulnerável considerando a realidade catarinense (FOSSÁ; MATTEI; SCHNEIDER, no prelo). Com referência a essa vulnerabilidade mencionada pelos pesquisadores sobre o Pronaf Jovem, a mesma realidade foi encontrada nos números da Vale Europeu, com nenhuma operação desse subprograma no período do

estudo. De forma geral, não foi possível quantificar a participação dos jovens nas outras linhas de crédito acessadas pelos cooperados no período do estudo.

Quanto à taxa de alfabetização, Santa Catarina é o estado com maior marca do país (96,95%), à frente de São Paulo (96,92%). Foram identificados 176.134 produtores que sabem ler e escrever. Dentre os produtores que concluíram o curso que frequentaram, 51,1% tinha como nível de escolaridade o antigo primário (elementar). Isso representou um total de 65.181 produtores. Já 17% tinham o ensino médio ou segundo grau e os produtores com ensino superior totalizaram 8.950 produtores – 7% do total com curso concluído. Ainda quanto à escolaridade, 4.300 produtores do estado declararam nunca ter frequentado a escola (IBGE, 2019).

Dentre os agricultores entrevistados, a maior parte (11 agricultores), estudou até a 4° série do ensino fundamental, na sequência estão aqueles que concluíram o ensino médio (6 agricultores). Logo após (3 entrevistados) estão os que não concluíram o ensino médio e com o mesmo número estão aqueles que concluíram o ensino superior. Somente um agricultor mencionou ter completado somente o ensino fundamental. Essa questão do nível de escolaridade entre os agricultores ser mais expressiva até o ensino fundamental, pode ser contextualizada pela fala de um agricultor: “O acesso facilitou, antes não tinha pontes pra sair. Meu pai falava pra nós”:

> É melhor um burro aqui em casa do que um que quer estudar e não pode. Naquela época pra ir pra cidade tinha que sair daqui a pé até ali fora, pegar ônibus que saia às10h da manhã chegava as 23h30 em casa, tinha uma pinguela pra passar em cima, se era tempo bom tudo bem, mas se chovia ou coisa assim, não tinha sombrinha pra levar, daí a gente falava o pai tinha razão. A gente queria estudar, mas parece que...E agora mandar o filho estudar é um...eles pegam o ônibus em frente da casa, vai lá, volta ao 12h00 (Agricultor familiar-Entrevistado 10).

Sobre a questão da satisfação dos agricultores em viver no meio rural e a perspectiva de continuidade na vida no campo, todos os agricultores afirmaram que estão satisfeitos e pretendem continuar vivendo no meio rural. Muitos avaliam que não querem ir pra cidade, alguns citaram o sossego do campo, vínculos históricos e afetivos como: “eu nasci aqui”. Alguns agricultores citaram que, apesar das dificuldades existentes na agricultura, tais como: as oscilações de preço, intempéries climáticas e o trabalho pesado; a vida na zona rural vale o esforço.

3.2.2 Situação familiar nos estabelecimentos

Quanto ao número de moradores que constam na planilha das operações de crédito rural contratadas junto à Cresol Vale Europeu, os números reunidos abaixo sinalizam que uma grande parte dos contratantes de crédito, 6.007, possuem somente dois moradores. Já os contratos que selecionaram 3 moradores somaram 1.540, na terceira colocação ficaram os contratos que afirmaram possuir somente um morador, 663 no total e por fim 125 afirmaram viver com 5 ou mais moradores.

Como 73% do total de contratantes vivem em estabelecimentos com até dois moradores, existe uma forte preocupação do ponto de vista da sucessão. Assim como em outras regiões do estado, a baixa quantidade de jovens que permanecem no convívio familiar ameaça o futuro das comunidades rurais.

Quanto ao estado civil dos entrevistados, a grande maioria (22) se encontra casado ou em regime de união estável. Somente uma agricultora mencionou estar solteira e outro agricultor afirmou que está separado. De acordo com o que foi observado nas entrevistas, na grande maioria dos estabelecimentos (21) a família auxilia na gestão, sendo que no restante (3), o agricultor é quem realiza as atividades produtivas.

De acordo com os dados fornecidos pela Cooperativa em relação ao gênero, é possível constatar que as mulheres foram as responsáveis por somente 16% dos contratos de crédito rural (1.446), sendo que o Pronaf também apresenta a mesma porcentagem (Tabela 6).

Tabela 6: Responsáveis pelos contratos de crédito rural em relação ao gênero na Cresol Vale Europeu (2014-2018)

N°	Gênero	N° Contratos Pronaf	% em relação total	Nº Contratos Geral	% em relação total
1	Masculino	6771	83,49	7477	83,74
2	Feminino	1335	16,46	1446	16,20
3	Sem informação	4	0,05	5	0,06
	Total	8110	100	8928	100

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações fornecdidas pela cooperativa.

Os dados levantados reproduzem a situação do meio rural em geral. No Alto Vale do Rio Itajaí, em Santa Catarina, De Grandi (2003) observou que a divisão do trabalho, na maioria das unidades familiares era realizada sob orientação do chefe da família, o pai, que, caracterizado como o administrador da propriedade, condicionava um caráter extremamente patriarcal da organização familiar.

De acordo com dados do Censo agropecuário do IBGE, Santa Catarina foi o estado que teve o menor percentual de produtoras mulheres (10,25%). O que corresponde a 18.774 mulheres ante 162.900 homens. Apesar disso, a região intermediária de Florianópolis tinha o maior percentual de produtoras mulheres (16%), o que se assemelha ao identificado na pesquisa. Já a região intermediária de Chapecó tinha o menor percentual (9,3%). No entanto, Santa Catarina tem o maior percentual de mulheres entre a pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários (1 em cada 3) e de casais na direção do estabelecimento (33,9%) dos estabelecimentos, o que perfaz um total de 61.700 estabelecimentos dirigidos por casais.

Quantos aos agricultores que participaram da pesquisa de campo, somente 3 são do sexo feminino. Sobre a questão da participação das famílias na gestão dos estabelecimentos, um gestor da Cresol analisa o contexto histórico de prevalência do patriarca na gestão e tomada de decisão, mas fala das mudanças que estão ocorrendo, inclusive do "fator mercado", como escolha dos investimentos a serem feitos nos estabelecimentos:

> Já foi muito pior, quem decidia o que ia ser produzido era o sócio, então os investimentos acabavam vindo muito da cabeça dele, muito no passado foi assim. Com o passar dos anos, a gente vem tendo a participação, um pouco mais atuante, de toda a família e quando falo toda, é trocar ideia com a esposa, com os filhos, do que vai fazer, para que lado vamos. Mas a gente ainda vive em uma situação que poderia ser melhor, ainda é bastante machista, infelizmente é assim que funciona. Agora, a gente tem boas iniciativas de jovens participando na tomada de decisão, de jovens se preocupando com a sucessão, de jovens que fazem a gestão de propriedades através de planilhas. (Gestor da Central Baser - Entrevistado 30).

Em pesquisa sobre o Pronaf em Santa Catarina (FOSSÁ; MATTEI; SCHNEIDER, *no prelo*) com referência ao acesso por gênero, constataram que no período de 2013 a 2018, dos 648.857 contratos, 90,5% foram realizados por pessoas do sexo masculino. Já no cenário brasileiro, o percentual é menor, registrando 72,2% do total de operações realizadas no período.

O trecho abaixo reflete sobre esse tema da participação feminina no crédito rural e apresenta uma solução tecnológica que a Central Baser está querendo implementar, com objetivo de melhorar a forma de contabilizar o crédito Pronaf Mulher:

> Nós estamos pensando em fazer aqui uma questão de programação de sistema, quando o CPF cair no sistema e identificar o CPF de uma pessoa do sexo feminino ele já enquadrar ele diretamente no Pronaf Mulher, porque é igual ao Pronaf Mais Alimentos, então a gente começa a separar um pouquinho isso (Gestor da Central Baser - Entrevistado 30).

Para atender o seu propósito original de ampliar a participação e atender a demanda das mulheres, é preciso que sejam realizadas investigações aprofundadas sobre essa questão, as quais podem contribuir para refletir sobre adaptações ao crédito Pronaf Mulher, já que muitas vezes, esse subprograma não tem sido utilizado conforme foram idealizados (FOSSÁ; MATTEI; SCHNEIDER*, no prelo*).

3.2.3 Tamanho dos estabelecimentos

Não foi possível obter junto à Cooperativa informações do tamanho dos estabelecimentos que acessaram crédito no período do estudo. No entanto, foi disponibilizado dados relativos ao tamanho (em hectares) da área financiada dos estabelecimentos contida nos contratos de crédito. Como os números do Pronaf diferiam muito pouco dos dados de acesso ao crédito rural no geral, serão apresentados os dados de todas operações contratadas (Tabela 7).

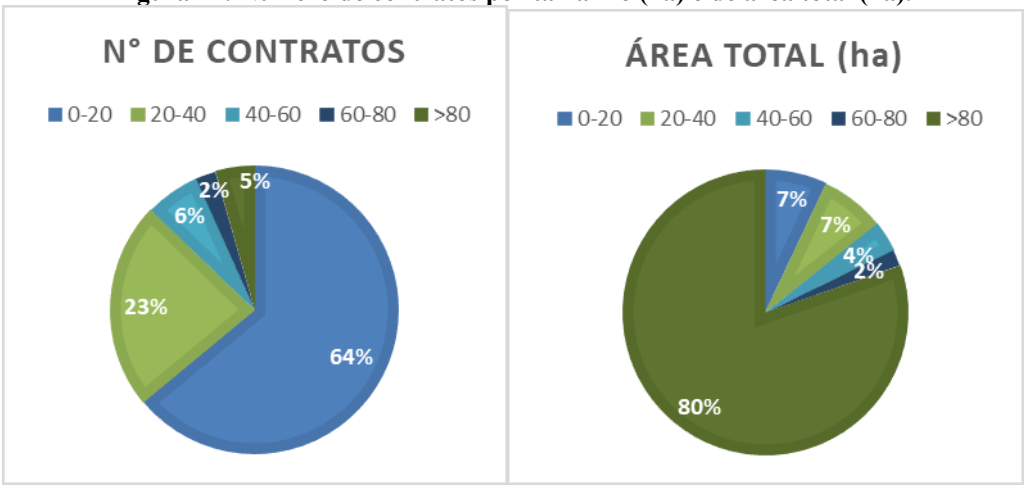
Tabela 7: Total de contratos por faixas de área (ha) na Cresol Vale Europeu (2014-2018).

Tamanho da área (ha)	N° de Contratos	Área total - mil (ha)
0-20	5715	53
20-40	2074	55,90
40-60	553	26,70
60-80	198	13,74
>80	388	609,60
Total	8928	758,89

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações fornecidas pela cooperativa.

Com relação ao tamanho da área financiada nas operações do crédito rural na Cresol Vale Europeu, observa-se uma disparidade muito grande. Os contratos que possuem área situados na faixa entre 0 e 40 hectares representam 87% do número total. Porém, esses contratos juntos somam cerca de 14% da área total informada. Já os contratos com área superior a 80 hectares (4,35%) do total de contratos, perfazem um total de 80% da área dos estabelecimentos (Figura 17).

Figura 17: Número de contratos por tamanho (ha) e de área total (ha).



Fonte: Elaboração do autor a partir de informações fornecidas pela cooperativa.

Outra conclusão que se pode apontar é que grande parte das operações de crédito rural contratadas pela Cresol Vale Europeu ocorre em áreas pequenas, até 20 hectares em sua maioria. Espelha a realidade do estado de Santa Catarina, onde o tamanho médio dos estabelecimentos de agricultura familiar de em 2017, foi de 17,1 hectares e o grupo de área predominante no Estado foi o de 10 a menos de 20 hectares, representando 27,8% dos estabelecimentos, seguido pelos estabelecimentos de 20 a menos de 50 hectares, 24% do total (IBGE, 2019).

A pesquisa de campo demonstrou que muitas vezes a renda agrícola depende menos da extensão de terra e mais do tipo de cultivo e do padrão tecnológico do estabelecimento. A criação de gado de forma intensiva, cultivo protegido, dentre outras técnicas e culturas permitem o uso intensivo da área com alta tecnologia, e por isso a área utilizada não necessita ser de grandes extensões. Segundo Abramovay (2012, p. 251) "a relação entre eficiência econômica e tamanho da exploração agrícola é um dos temas mais controversos entre os especialistas". Essa informação foi reconhecida no trecho destacado abaixo:

> O próprio produtor de leite para ele ter 70 vacas de leite, por exemplo. O que é o que tem apontado grande parte dos financiamentos? Os agricultores estão pensando nisso, eles têm lá seus 10 alqueires nem isso, aonde ele coloca lá os animais embaixo no coberto e usa a área para plantar o milho para fazer silagem para tratar os animais, aonde você jamais conseguiria em 10 alqueires ter 70 vacas fazendo rotação de passagem. Então essa análise realmente é muito válida as grandes propriedades com maior número de hectares estão aí no produtor de grãos. Para você ter uma ideia, o sócio Cresol ele fica com menos de 20 hectares a média. A gente fez esse levantamento, nós temos um sistema de mapeamento de propriedades via satélite. E aí o pessoal tem monitorado aqui as culturas: milho, feijão, soja, café, mas essa questão do tamanho das propriedades é importante para os grãos, que sejam propriedades

> grandes devido ao custo de produção e o volume produtivo que seja realizado em grandes proporções o mesmo vale para pecuária extensiva também porque o resto das culturas o tamanho da propriedade já não é mais tão importante quanto antes (Gestor da Central Baser - Entrevistado 30).

Quanto à forma de acesso à terra a informação não consta da planilha dos contratos. Assim, os dados apresentados a seguir foram obtidos nas entrevistas. Dos 24 agricultores entrevistados, 8 tiveram acesso à terra por meio de herança, além de 4 que tiveram acesso por herança e também adquiriram mais terra comprando com recursos próprios. Empatados com 3 respondentes cada estão: aqueles agricultores que trabalham em terra da família; outros que além de trabalharem na terra da família arrendam de terceiros; aqueles que trabalham na terra da família, mas também incrementaram sua área de trabalho adquirindo outras terras com recursos próprios e finalmente aqueles que adquiriram suas terras com recursos próprios. Somente 1 agricultor citou que além de seu estabelecimento também é meeiro junto a um agricultor de outra região.

Esse quadro comprova a importância da família, também na transmissão dos estabelecimentos da agricultura familiar dessa região catarinense. Pois, se formos elencar todas as respostas que envolvem a participação das famílias no acesso às terras, chegaremos a 88% do total de entrevistados que vinculam o acesso à terra com a participação de suas famílias, via herança, arrendamento ou outras formas. Conforme aponta Stropasolas (2006 p. 132): “É principalmente em torno da dinâmica reunida nas categorias terra, trabalho e família que os agricultores familiares organizam seus valores, expectativas e representações da vida social, que embasam suas estratégias para reprodução social do patrimônio econômico e cultural”.

3.2.4 Disponibilidade de mão-de-obra

Nos 8928 contratos tabulados verifica-se que entre 2014 e 2018 a maior parte dos estabelecimentos (80,99%) mencionou que não possui mão-de-obra contratada, em seguida aparecem aqueles estabelecimentos que contratam 2 pessoas (15,20%), seguidos daqueles que afirmaram contratar 3 pessoas (2,27%). Em menor expressão aparecem aqueles estabelecimentos que contratam 1 trabalhador (1%), seguido daqueles que empregam 4 pessoas (0,44%) e 5 ou mais (0,10%).

Conforme podemos constatar a maior parte dos estabelecimentos 81% não contrata mão de obra, isso demonstra a relevância da produção familiar na agricultura. O que faz dela um setor único no capitalismo contemporâneo atualmente, pois: “Não há

atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturem-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e na qual a participação de mão de obra não contratada seja tão importante" (ABRAMOVAY, 2012 P. 219).

Já no público entrevistado se observa que 10 agricultores mencionaram contratar mão-de-obra de forma esporádica, como "bico" ou como diaristas ou até mesmo na empreitada. Geralmente essa forma esporádica de trabalho na agricultura se concentra nas épocas de plantio ou colheita e eventualmente quando tem alguma demanda urgente no estabelecimento.

São poucos os estabelecimentos que conseguem ter capital de giro e uma organização socioprodutiva para conseguir manter funcionários registrados. Pelo que foi observado em campo, somente 4 famílias de agricultores de médio a grande porte, com algum tipo de empresa, entreposto ou central de beneficiamento conseguem contratar trabalhadores com carteira de trabalho.

A renda que circula no estabelecimento, muitas vezes não permite que o agricultor faça investimentos significativos, tendo que contar com mão-de-obra da família ou contratações esporádicas. Para Ploeg (2016 p. 74): "a renda do trabalho é, dentro da análise chayanoviana, a fonte central de renda dentro da agricultura camponesa".

Sobre a participação dos filhos nas atividades do estabelecimento agrícola, não é consenso entre os pais, pois alguns entrevistados chegaram a questionar se querem que os filhos deem sequência ao trabalho com a agricultura, devido aos riscos envolvidos, à penosidade do trabalho, dentre outros aspectos desfavoráveis da atividade agropecuária.

Nesse campo das relações estabelecidas entre os pais e filhos (as) no campo é que se identifica um dos principais fatores de tensão e, ao mesmo tempo, de redefinição dos valores na agricultura familiar (STROPASOLAS, 2006). Sobre a contratação de mão-de-obra, foi praticamente consenso em todas as entrevistas, a dificuldade cada vez maior de encontrar trabalhadores para trabalhar na agricultura.

3.2.5 Padrão tecno-produtivo dos estabelecimentos

> Essa agricultura da foice e da enxada já é inexistente, hoje é maquinário, é trator, é uma propriedade com internet wi-fi, o produtor está lá em cima do trator dele falando com a gente aqui no banco (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 27).

Quanto ao padrão tecno-produtivo dos estabelecimentos serão apresentados a seguir (Tabela 8) somente os dados gerais observados nos contratos de crédito rural da Cooperativa, pois as informações do Pronaf pouco diferem desse padrão.

Tabela 8: Número de contrato por tipo agropecuário na Cresol Vale Europeu (2014-2018).

Tipo Agropecuário	N° de Contratos	%
Agroecológico	22	0,25
Convencional	6220	69,67
Orgânica	65	0,73
Transgênica	509	5,70
ND - Não declarado	2112	23,66
Total	8928	100

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações fornecidas pela cooperativa.

Nos 8928 financiamentos analisados predomina o tipo agropecuário convencional, escolhido por quase 70%[27]. Se somar os que escolheram o tipo agropecuário transgênica se alcança 75% dos contratos. O número de contratos com o tipo agropecuário não declarado também é muito grande, chegando a quase 24%. Chama a atenção, no caso, a baixa quantidade de estabelecimentos que identificaram o perfil orgânico (0,73%) e agroecológico (0,25%). Isso reproduz o quadro presente em outras regiões do estado. Segundo Capelesso, 2016 (p. 41): "entre os agricultores beneficiados do Pronaf, a sua maioria adota sistemas de produção convencional".

Outra informação diz respeito aos tipos de cultivo (agroecológico, convencional, pré-germinado, cultivo mínimo, estufa, hidroponia e plantio direto), os quais foram preenchidos pelos responsáveis pelos projetos de crédito e foi sistematizado abaixo (Tabela 9).

[27] A produção convencional pode ser chamada também de agricultura industrial e é caracterizada pelo uso de adubação química e agrotóxicos, motomecanização e de sementes melhoradas geneticamente. Todo esse pacote tecnológico desenvolvido e difundido a partir dos anos 60,70 do século XX, visando elevar a produção e a produtividade foi denominado: "Revolução Verde" (ALTIERI, 2004).

Tabela 9: Número de contratos por tipo de cultivo na Vale Europeu (2014-2018).

Tipo de Cultivo	N° de Contratos	% Em relação ao total
Agroecológico	33	0,37
Convencional	6019	67,42
Pré-germinado	9	0,10
Cultivo mínimo	59	0,66
Estufa	75	0,84
Hidroponia	20	0,22
Plantio direto	592	6,63
ND - Não declarado	2121	23,76
Total	8928	100

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações fornecidas pela cooperativa.

Da mesma forma, chama a atenção a predominância do tipo de cultivo convencional, com quase 68%, dentre todas opções disponíveis. O plantio direto foi citado por quase 7% dos estabelecimentos e, de certa forma, pode ser incluída junto ao tipo convencional, somando 75%. Pois, apesar do plantio direto utilizar a palhada da cultura anterior como cobertura do solo, sendo uma prática de conservação e manejo do solo interessante, ela ainda utiliza agrotóxicos (herbicidas, dissecantes) para secar a palhada.

Dentre os agricultores entrevistados, a grande maioria (20) também está classificada como tipo de produção convencional. Somente 4 agricultores se consideram produtores orgânicos e são certificados via cooperativa de produtores orgânicos pela empresa Ecocert. Segue um trecho de uma entrevista de uma agricultora orgânica, um exemplo também de uma *neo-rural*[28] (mas que está há 20 anos na atividade agrícola), vejamos:

> Queria produzir alguma coisa que não precisasse derrubar nada e que aproveitasse alguma coisa que tinha aqui no ambiente. Aí a única coisa que me veio na cabeça na época foi a apicultura. Já tinha uma noção dessa questão da produção mais limpa. E fui sempre urbana, acho que essa consciência vem mais do [pessoal] urbano do que do pessoal que mora na zona rural. Porque eu era urbana e resolvi vir para o sítio que meus pais tinham aqui (Agricultora familiar - Entrevistada 16).

Vale ressaltar que apesar de se considerarem "convencionais", 6 agricultores entrevistados mencionaram realizar algum tipo de controle no uso de agrotóxicos, no uso de produtos biológicos. Isso ocorre seja por pressão dos compradores, um despertar da

[28] Segundo Stropasolas, 2006 (p. 62), O conceito de neo-rural nasceu na França, principalmente após os acontecimentos políticos de maio de 1968. "Atribuía-se a esse movimento uma dimensão crítica e de ruptura com a mentalidade moderno-desenvolvimentista, redefinindo o campo mais além da conhecida oposição tradicional-moderno".

consciência ecológica ou mesmo pela rastreabilidade da produção, que está pressionando os agricultores a adotarem boas práticas no uso de agroquímicos,

> A gente atende o convencional, mas tenta manter o mínimo possível de fungicidas, utilizando produtos com registro. Lá na Cooper são bem exigentes, lá vem direto o fiscal, tira amostra. Aí todo produto que sai daqui, sai com nome do produtor, rastreado, lá eles já sabem de onde é. Eles já fazem isso há 2 anos, são registrados, agora parece que ficou obrigatório (Agricultor familiar - Entrevistado 2).

Contudo, a maior parte dos entrevistados classificados como convencional (7) não está interessada em modificar sua rotina de trabalho e também desacreditam totalmente a agricultura orgânica, classificando-a como sendo uma prática agropecuária impossível de realizar.

> Orgânico não adianta, vamos ser sinceros? Quem começou, quebrou! Eu gostaria, mas adianta? Não dá, dizer assim: é até uma vergonha dizer, faz 3 anos o cara chegou lá em casa e pegou 200 caixas de tomate meu e foi vender para orgânico e vendeu, caríssimo, o povo comprou. Isso desanima o cara, sabe que não dá e engana os outros e vende caro. Quem não gostaria? A minha média de gastar numa agropecuária é R$30 mil por mês que eu gasto, de insumos/adubos. Agora imagina se não precisasse usar isso. Mas não dá. O problema maior é a praga, tu colhe um mês, no outro mês o bicho come tudo e ninguém quer coisa feia. Ninguém come mais coisa feia, não adianta (Agricultor familiar - Entrevistado 20).

Porém, 4 entrevistados que utilizam agrotóxicos ou produtos do "pacote tecnológico" na produção comercial, não utilizam esses produtos nos alimentos de consumo da família:

> Nós usamos um pouco de veneno na plantação de milho, tem que usar senão a gente não dá mais conta de não usar um pouco de agrotóxico, de adubo. Mas na verdura, essas coisas pra casa assim, a gente não usa. Verduras, parreira de uva, banana, frutas (Agricultor familiar e agente comunitário - Entrevistado 23).

Uma parcela dos entrevistados (3 agricultores) mencionaram conhecer a agricultura orgânica e querem experimentar trabalhar com ela um dia: "Já ouvi falar do orgânico, estou investindo, tirando um lugar pra fazer uma estufa pra produzir orgânico mas ainda não consegui, não vai demorar, vou conseguir" (Agricultor familiar - Entrevistado 10).

Empatados com 3 votos cada, estão aqueles agricultores que apresentaram as dificuldades da produção orgânica, por um lado relacionada à comercialização da produção:

> Não vejo vantagem no orgânico porque hoje em dia pra você permanecer no mercado, você tem que ter uma boa fruta e com a orgânica você não consegue

> suprir. O mercado da orgânica ainda é muito pequeno hoje em dia e a gente não vai ter espaço pra nossa lavoura que são quase 100 mil pés. Pra orgânica então, a gente teria que ter as duas e no momento não é viável (Agricultora familiar - Entrevistado 14).

E por outro lado afirmam que o custo de produção da agricultura orgânica é mais alto que o custo da produção convencional. Na visão de alguns entrevistados esse modelo de agricultura apresentaria maiores graus de dificuldade, de risco, ou tempo de retorno do investimento:

> Já vi, participei de dias, encontros regionais de agricultura orgânica através da Cresol e outros, eu acho muito bom, só que tem um freio, é que o custo dela não é tão fácil produzir produto orgânico. No começo é complicado e tem que produzir muito pra aproveitar pouco, diminui a produtividade, depois que pega o jeito vai, mas demora (Agricultora familiar - Entrevistado 3).

Um dos técnicos da ATER entrevistados, mencionou a questão da demanda que foi criada nas cidades pela produção orgânica e o "pioneirismo" de alguns agricultores que se aventuraram mas sem respaldo técnico e se frustraram no caminho:

> Esses caras começaram sozinhos. O orgânico tem a utilização, o consumo de insumos menores. Então aí já perdeu assistência técnica das agropecuárias e também não tinha aporte das Emater para ser sustentável. Muita gente que começou, começou errado e aí produziu mal, se frustrou, não produziu um produto de qualidade, não conseguiu chegar no mercado. [...] E teve também reportagem de repercussão nacional, de vendedor grande esquentando produto e vendendo como orgânico. Isso abala um pouco a credibilidade da produção orgânica, gera esse comentário. O principal é isso, foi criado essa demanda, essa necessidade de produção e muita gente foi para o lado do orgânico, só que sem aporte de informação, de estrutura, fazendo na tentativa e erro. E o orgânico está muito mais suscetível a qualquer problema, então para quem não tem uma garantia financeira é um risco muito grande, [...] teria que ter um trabalho de acompanhamento público (Técnico de ATER - Entrevistado 31).

Um dos gestores da cooperativa enfatiza a questão da falta de tecnologia para a produção orgânica, o elevado custo de produção e relaciona a comercialização com baixa produtividade e o sucesso financeiro do estabelecimento quando comparado a um estabelecimento com manejo convencional:

> Como a produção orgânica é muito complexa, ela tem um custo muito elevado de produção, porque você tem que ver a relação custo-produção. Eu tenho quanto que eu produzo a mais em relação à mão-de-obra que eu tenho. Em geral a produção orgânica reduz pra 1/4 da produção convencional em termos gerais e a mão-de-obra continua a mesma. Mas o preço vendido por esse produto orgânico ele é 4 vezes maior que o produto convencional? Não é, ninguém paga por isso. Nós temos produtores orgânicos que vão bem sim, mas temos muitos que estão peleando e não estão conseguindo. Até pagam suas contas, mas a propriedade como um todo não avança. O produtor convencional você vai até a propriedade dele a casa é bonita, é organizada, ele tem um carro novo na garagem, popular e até de alto nível como uma caminhoneta. Enquanto que na casa do produtor orgânico, me refiro aquele que não pega mercadoria

> dos demais, não atravessa, só cultiva orgânico, lá dificilmente você vê um carro novo, ou uma casa melhor (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 26).

O mesmo técnico da ATER fala sobre a questão das certificadoras de produção orgânica e reforça o papel do mercado, da comercialização e das políticas públicas para garantir mercado.

> Não tenho contato direto com a Ecovida, mas vejo muita reclamação dos produtores, de ser muito na questão financeira também e pouco a parte de assessoria técnica. Uma visão que o pessoal passa das certificadoras tanto Ecovida, como Ecocert. É importante garantir a comercialização e evitar o atravessador senão cai na mesma lógica e tem gente ganhando dinheiro com orgânico. Uma coisa que ajuda nessa questão é o mercado, no caso a política pública também atuando para garantir mercado como a questão da merenda, o PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar]. E acho também que a gente teria que ter uma preocupação muito grande com o resíduo, fazer uma produção zero resíduo é o caminho. Porque isso é uma coisa palpável, eu consigo ver se o produtor fez uma produção zero resíduo. Mas o orgânico eu não tenho certeza, na banca eu não vou conseguir ver, mas se tem resíduo de defensivo dá para saber, tem análises (Técnico de ATER - Entrevistado 31).

Outro técnico de ATER reforça a crítica às certificadoras e também ao trabalho que é realizado pelos técnicos das agropecuárias, inclusive trabalhando para desacreditar práticas alternativas ao pacote tecnológico. Reforça também a visão sobre a produção sem resíduo e elogia a utilização do SPDH – Sistema de Plantio Direto de Hortaliças, uma técnica de manejo fruto do trabalho de pesquisadores da Epagri em parceria com professores do CCA/UFSC.

> Um dos pontos críticos é a certificação, a auditada acaba custando bem caro e os grupos da participativa no município não tem, muito associado está nos municípios vizinhos e tá bem fechado. A Ecovida tem nos municípios ao redor e agora a gente conseguiu entrar com ela [produtora] nos grupos, aí ela fica um ano pra conseguir certificação. Teria potencial bem pipocado [agricultura orgânica] porque o município é extremamente produtivista e a pressão de venda é fortíssima, cada esquina que tu andar aqui vai ter uma agropecuária e cada uma deve ter uns 5 técnicos vendendo porta-porta no interior. Então pra começar a entrar com um trabalho se tu começar a falar em produção diferenciada eles vão dizer que não dá, então é toda uma lapidação. A gente até com o PNAE, pois vai para as crianças e a gente teve que fazer toda uma lapidação pra trabalhar com os produtos sem resíduo e um limitante também é que as propriedades são estreitas e aí tem a deriva do vizinho. Até porque se tu pegar a renda da região é altíssima, o fumo e a cebola trazem uma renda monstruosa, o padrão de vida é tremendo, casas maravilhosas. Mas assim, melhorou bastante, os agricultores que a gente atende tem diminuído bastante o uso de agrotóxicos, mostrando pra eles que conseguem usar muito menos adubo e produzir bem melhor. O manejo do solo, nós temos trabalhado a questão de rotação, uso de adubação verde, o SPDH que é uma baita ferramenta e um coringa para o manejo de todo cultivo, temos trabalhado bastante essa questão aqui e tem realmente dado bastante efeito. Mas isso ainda está muito incipiente, gostaríamos que estivesse muito mais difundido, já tem vários resultados positivos. Mas a competição com as agropecuárias é desleal (Técnico de ATER - Entrevistado 33).

No âmbito da comercialização, o trecho da entrevista transcrita abaixo reforça a visão sobre a dificuldade da produção orgânica avançar, quando comparada à convencional que tem um mercado já estruturado, segue o seu depoimento:

> A maioria é do cultivo convencional, bem pouca coisa orgânica, vem mudando alguma coisa aí e o que pegou bastante na inserção do orgânico foi o mercado consumidor, vou produzir mas pra quem que vou vender? Ainda tem pouco conhecimento, acho que falta o conhecimento do agricultor pra onde que ele vai vender se ele produzir o orgânico (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 25).

Já o trecho abaixo aborda a questão da superioridade do pacote convencional e as dificuldades enfrentadas pelos produtores orgânicos/agroecológicos. Aponta ainda que muitos desses produtores agroecológicos e orgânicos ou não acessam o crédito rural ou são enquadrados na "vala comum do crédito":

> Olhando por uma questão de produção transgênica ou produção agroecológica, orgânica e a produção convencional. Hoje o agronegócio, o pacote convencional está muito à frente, tá muito fácil. A gente tem técnicos rodando os municípios, as comunidades através das cooperativas de assessoramento técnico, de suporte, com muita facilidade, então acaba que o pacote da Revolução Verde, a revolução tecnológica ainda está muito presente e muito forte. Eu digo isso porque se for buscar hoje dentro do meu sistema uma dúzia de empreendimentos financiados na linha da agroecologia, eu não encontro. Isso a gente já buscou através das entidades que defendem, entidades históricas da região que trabalham com os produtores e sempre defenderam a agroecologia mas não conseguem mobilizar os agricultores para vir buscar esse crédito. Talvez a gente esteja ainda brigando com essa questão do pacotão químico, talvez não, a gente está brigando, porque colocaram na cabeça das pessoas que é muito difícil produzir de forma orgânica. Mas hoje olhando os sistemas a gente tem quase nada de adesão de pessoas, que mesmo tendo incentivo, mesmo tendo juros subsidiados a gente tem muito poucas operações. Aí a gente entra para outro olhar: aqueles que fazem agroecologia mas que não usam o sistema, as linhas de crédito da agroecologia e entram na vala comum do crédito. Talvez por desconhecimento da cooperativa, talvez por desconhecimento dele, mas eu conheço muitos produtores que trabalham com produção orgânica e que não financiam (Gestor da Central Baser - Entrevistado 30).

Para um gestor da cooperativa, existe uma dificuldade de regulamentação de produtos orgânicos e isso acontece também na agricultura convencional, na questão da liberação de agroquímicos. Ele relata que sempre que surge um produto novo, existe uma briga entre setores da sociedade, cita a lei do pacote de venenos, que estava no legislativo federal e, na sua visão, foi problematizado demais, mas sem um diálogo entre as partes. Encerra dizendo que os novos produtos, vêm com alta tecnologia e que por isso são melhores do que os "produtos antigos" que contém alta concentração de venenos:

> E quando vem um setor que não conhece nada de agricultura questionar outro setor que é especializado no assunto, tá faltando um pouco de bom senso no

> negócio, deixa aqueles que sabem conduzir falar daquilo que sabem. Não estou defendendo o pacote de veneno não, tem que facilitar sim, pra melhorar e dar produtos com tecnologia mais adequada senão vai ficar usando aqueles produtos antigos com alta concentração de venenos realmente, mas primeiro tem que entender do assunto pra dar opinião (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 26).

Esse depoimento motivou uma reflexão: Até que ponto essa afirmação carrega um positivismo, um tipo de fé que mistura o desenvolvimento econômico e a tecnologia, a novidade, um produto novo vindo das empresas de agrotóxicos (que só querem "ajudar" os agricultores a produzir melhor), só traria benefícios, seria um tipo de fé cega no modelo que "aparentemente" está dando certo, sem questionar os interesses que estão por trás desse processo? Como avaliou Sauer (2008) se utilizando das discussões de Marcuse acerca da tecnologia moderna, para explicar que "a tecnologia – como modelo de produção da sociedade moderna ou industrial-capitalista -, mais do que um conjunto de técnicas produtivas, 'é um instrumento de controle e dominação' (MARCUSE, 1999, p. 73)".

3.2.6 Assistência técnica e o crédito rural

A questão da assistência técnica aos agricultores familiares depende muito do cultivo o qual o produtor se dedica, ao porte e à região que se encontra o estabelecimento. O serviço de assistência técnica pública não atende à demanda de todos os produtores em muitas regiões e por isso, algumas vezes, os técnicos dessas instituições optam por priorizar o atendimento aos agricultores mais descapitalizados, ou também denominados de "pequenos agricultores". Existem muitos agricultores que são atendidos pelas empresas que comercializam insumos (adubos, demais produtos), ou agropecuárias, conforme será aprofundado abaixo.

Dentre os agricultores entrevistados, 20 mencionaram receber acompanhamento técnico nos estabelecimentos. Já 2 agricultores afirmaram que não contam com esse serviço e empatados com somente 1 citação cada, estão aquelas situações que: ou o agricultor mencionou receber pouco acompanhamento, ou que afirmou que contrata quando precisa de conhecimento técnico específico.

Alguns agricultores que já estão há muito tempo na atividade agrícola, mencionaram que a demanda por assistência técnica é muitas vezes pontual, uma vez que já dominam o processo produtivo, o qual é realizado há gerações.

Dentre as instituições que realizam o trabalho de acompanhamento técnico, a Epagri foi a mais citada pelos entrevistados (11 vezes). Em seguida com 5 citações estão as empresas de insumos e as agropecuárias. A seguir com 2 citações aparecem as cooperativas, as quais estão aprimorando o trabalho de atendimento aos produtores, conforme cita esse entrevistado:

> Tem outro rapazinho da cooperativa, que agora vai dar assistência no campo é outro projeto pra 2020, ele vai criar uma planilha do que o produtor tá plantando, quando vai colher, o que vai colher, vai plantar até quando, porque esse ano foi trabalhado meio chutado, só na cabeça. E agora vai botar no papel, em planilha, mais registrado para ter um controle melhor e saber o que vai fazer lá na frente. Isso daí dá um descanso (Agricultor familiar - Entrevistado 17).

Também com 2 citações estão as empresas que compram a produção e as prefeituras. Finalmente foram citadas somente uma vez o SENAR, a Cresol e o próprio produtor.

Dentre os entrevistados, 15 consideram que o trabalho realizado pelas prestadores de assistência técnica é adequado às necessidades dos produtores. Um total de 3 agricultores mencionaram que o atendimento poderia ser melhor e empatados com 1 citação estão aqueles que informaram que o trabalho não é adequado, bem como aqueles que disseram o atendimento está melhorando

Com relação às críticas e sugestões sobre o trabalho desenvolvido pelas prestadoras de assistência técnica, foram mencionadas algumas vezes o fato do trabalho de ATER ser muito grande para a Epagri (muitos produtores, pouca estrutura) e esta não dar conta da demanda de atendimentos ao produtor. Essa questão não foi consenso, pois variou de região para região.

O trabalho das agropecuárias, apesar de ser muito elogiado, também recebeu algumas críticas, principalmente dos pequenos produtores devido à estas empresas priorizarem os grandes produtores que adquirem maior quantidade de produtos e por consequência gastam mais recursos junto à essas empresas.

Com relação à assistência técnica e o modelo de produção fomentado, dentre os agricultores entrevistados, a maioria (12) acredita que os profissionais que fornecem assistência técnica e extensão rural e que elaboram projetos técnicos para financiamentos rurais fomentam uma produção agropecuária dependente de insumos externos (adubos químicos, defensivos, sementes transgênicas, etc) e uma inserção no mercado das cadeias produtivas agroindustriais e de *commodities* (grãos, mercado futuro, etc). Além desses, 2 entrevistados concordam em partes com essa orientação, já que esse modelo descrito

acima não é unanimidade entre os técnicos. Outros 6 entrevistados não concordam que os técnicos privilegiem um modelo de produção.

Outra entrevistada reforça que esse modelo já vem desde a cooperativa de produção à qual está vinculada, seria como "o padrão que a cooperativa fornece":

> Assim, aqui, as sementes de arroz eles mesmo mandam fazer e os agrotóxicos pegam na cooperativa e são obrigados a colocar. Eles sempre usam o melhor (...) só quando não tem tá em falta eles pegam noutro lugar, eles vão pagando com a produção de arroz, vai descontando. Que nem nós, colocamos o arroz lá e fica no preço aberto, arroz do ano passado nós temos lá se sobe o preço ele sobe, senão ele fica pagando juro pra nós lá. O Pronaf [projeto técnico] é elaborado pela cooperativa, mas é feito pela Cresol (Agricultora familiar e agente comunitária - Entrevistada 24).

No caso da assistência técnica existem diferentes nuances, entre a ação da Cresol, os técnicos que elaboram projetos – esse quadro técnico na maior parte das vezes não presta assistência técnica efetivamente –, e outras formas de ATER, sem esquecer da ação de técnicos e vendedores das agropecuárias. Muitas vezes esses últimos, embora não sejam considerados como ligado a ATER, em sua ação cotidiana exercem forte influência na condução do sistema de produção e na gestão da unidade de produção.

Um pouco desse contexto, dos que concordaram em partes com a orientação da ATER e o modelo produtivo, é comentado por um agricultor orgânico que trabalha liderando uma cooperativa de produtores orgânicos e que aponta as diferentes abordagens dos técnicos:

> Depende qual o funcionário que vem visitar, se for os da agropecuária eles querem incentivar a inovação, mas querem vender os transgênicos e muita gente nem sabe o que é, conhecem muito pouco, e assim de adubação, um tipo de inseticida diferente. Se deu um problema eles já mandam aplicar três, muito disso, demais. Tem muita gente fazendo errado devido à vontade de vender, de fazer volume de venda para as agropecuárias. [...] Agora na cooperativa, estamos com um galpão quase pronto aqui, para uma central de distribuição de insumos e sementes pra distribuir pros sócios. Sócio vem aqui trazer seu produto e já sai com os insumos de volta com um preço 20 % menor do que os da agropecuária (Agricultor familiar - Entrevistado 17).

Outro agricultor orgânico não acredita que essa orientação dos técnicos seja um problema, pois devido ao tempo que se dedica à produção orgânica já possui experiência e sabe como "afastar" os técnicos/vendedores de insumos químicos.

O trecho abaixo traz uma reflexão interessante sobre a racionalidade dos agricultores e a relevância do fator econômico na escolha do que plantar no estabelecimento, relativizando até mesmo a orientação que possa vir dos profissionais que prestam assistência técnica e extensão rural:

> Não é que eles [assistência técnica] incentivam tanto. Mas é assim ó: Se eu posso plantar uma coisa que eu posso colher por exemplo 1.000 pés de tomate que eu possa colher 500 caixas que é uma semente mais melhorada. Porque eu vou plantar uma que colhe 150? Que nem agora nós temos esses tomates aqui, mandamos trazer tudo de São Paulo as sementes. O tomate normal é R$ 200,00 o milheiro, eu paguei R$ 2.050,00 o milheiro. Mas eu colho bem mais, não murcha o pé, que é tudo feito de enxerto. Então compensa isso daí. É o próprio rendimento da cultura. A gente tem que ser esperto, eu não tenho estudo mas a matemática eu faço rápido (Agricultor familiar - Entrevistado 20).

Um agricultor, que discorda que os técnicos privilegiem o modelo convencional, afirma que os técnicos das agropecuárias estão incentivando a diminuição do uso de agrotóxicos e até mesmo privilegiando produtos orgânicos:

> Eles incentivam [técnicos de ATER], contribuem para a gente usar menos agrotóxicos. Até já está vindo bastante produto orgânico, que alguns a gente vê que faz o efeito, a gente já deixa o tóxico. Porque não é só com a planta, com o fruto, a gente também fica ali dentro e estamos prejudicando a si próprio. Só que tem momentos que não tem, se não aplicar o tóxico a gente perde a lavoura por causa dos insetos, doenças. Mas na verdade os caras das agropecuárias eles estão pedindo e com muitos cuidados com os tóxicos, eles estão alertando mais pro orgânico. Eles não incentivam muito forçado, fora da carência, não pode (Agricultor familiar - Entrevistado 22).

Um produtor orgânico relatou as dificuldades enfrentadas por esses agricultores e ressalta a necessidade de uma assistência técnica mais comprometida com a produção orgânica. Um ponto preocupante e que contribui para esse fato (pouca assistência para cultivos orgânicos/agroecológicos) é que boa parte dos agricultores estão reféns de um atendimento de assistência técnica das lojas agropecuárias, que vendem insumos e agrotóxicos. Esses técnicos, muitas vezes, se aproveitam da falta de conhecimentos de alguns agricultores para vender produtos que não são necessários, conforme relato de situações vivenciadas por um técnico de ATER. Sabe-se que a realidade de Santa Catarina é bem diferente de outros estados do Brasil, pois a Epagri está presente em todos os municípios do estado e muitas vezes realizando um bom trabalho como foi possível observar. Mesmo assim ela não consegue oferecer um atendimento de qualidade à todos os agricultores.

Um ponto que pode ajudar a conter ou minimizar a contaminação dos cultivares por resíduos de agrotóxicos é a política de rastreabilidade dos alimentos. Isso poderia ser uma exigência, uma espécie de contrapartida dos financiamentos, para auxiliar no monitoramento dessa questão que envolve a saúde pública da população brasileira.

3.2.7 Receita bruta dos estabelecimentos

Durante a pesquisa de campo, observou-se que muitos agricultores ficavam receosos em divulgar seus rendimentos, inclusive questionavam se eles teriam algum tipo de problema caso fosse contrastado as informações repassadas com suas notas. Por isso as informações aqui retratadas são somente oriundas da planilha Cresol.

Assim sendo, para se analisar a receita bruta dos estabelecimentos os dados foram separados em faixas de valor, e, seguindo o enquadramento definido nas políticas públicas de crédito rural, a saber: até R$ 415 mil – Pronaf; R$ 415 mil até R$ 2 milhões – Pronamp e demais linhas de financiamento – sem limite de renda.

Nas operações de custeio, observa-se que a faixa de receita bruta que possui maior participação nos contratos (29,2%) é a situada entre R$ 80 e 200 mil e corresponde a maior fatia também dos valores (39,43%), seguida da faixa entre R$ 40 a 80 mil (15,04%) representando 9,19% do valor total (Tabela 10).

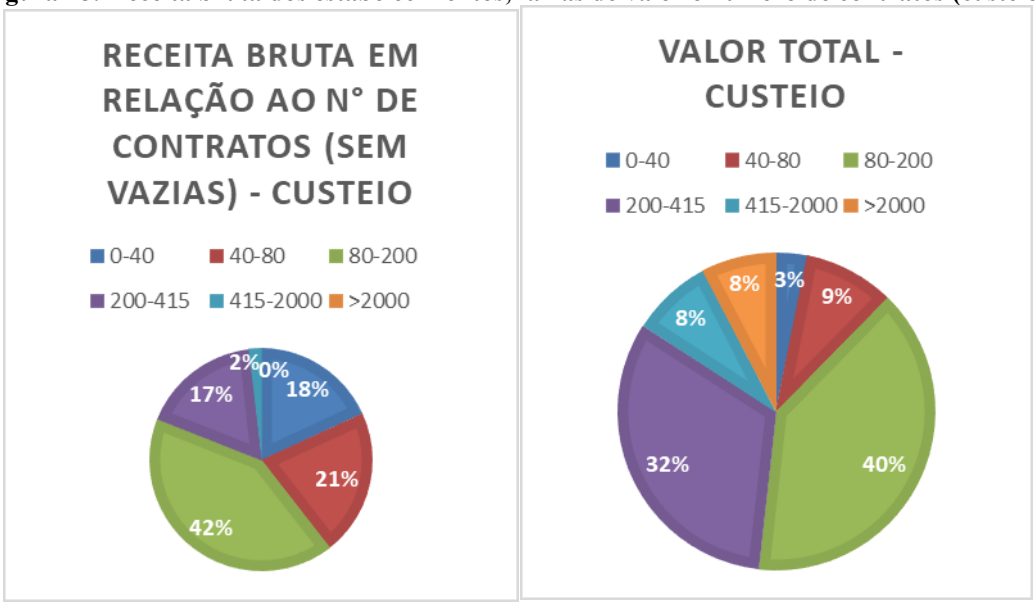
Tabela 10: Receita bruta dos estabelecimentos – contratos de custeio (2014-2018).

Receita bruta dos estabelecimentos - mil (R$)	N° Contratos	Valor total – milhões (R$)
0-40	940	22,85
40-80	1109	66,47
80-200	2154	285,32
200-415	895	234
415-2000	88	59,82
>2000	1	55,2
Vazias	2189	
Total	7376	723,65

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações fornecidas pela cooperativa.

Pelos dados dos contratos dos agricultores quase todos seriam enquadrados no Pronaf, somente 1,19% seriam enquadrados ao Pronamp, com a participação de 8,27% do valor. E existe 01 contrato com receita bruta maior que R$ 2 milhões, mas participa com 7,63% do valor total da receita dos estabelecimentos (Figura 18).

Figura 18: Receita bruta dos estabelecimentos, faixas de valor e número de contratos (custeio).



Fonte: Elaboração do autor a partir de informações fornecidas pela cooperativa.

Nos contratos de investimento, observa-se abaixo (Tabela 11), que a faixa de receita bruta que possui maior participação nos contratos (47,29%) é a situada também entre R$ 80 e 200 mil e corresponde a segunda maior fatia dos valores (33,81%). Ela é seguida da faixa entre R$ 200 a 415 mil (26,16%) representando a maior faixa (38,20%) do valor total.

Tabela 11: Receita bruta dos estabelecimentos – contratos de investimento (ano).

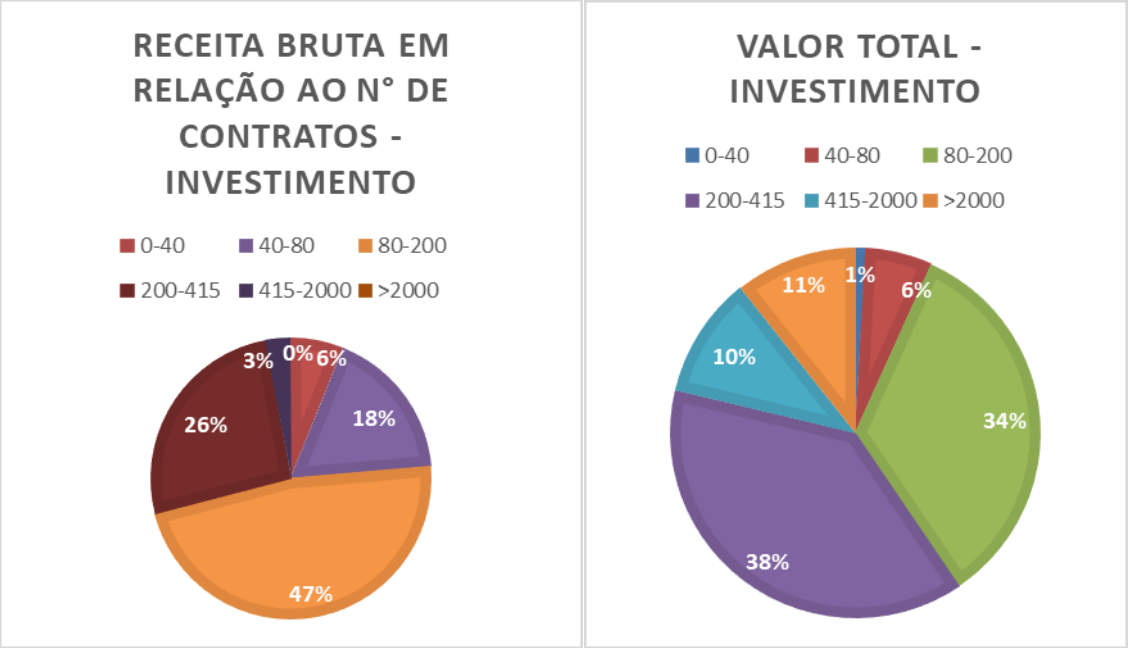
Receita bruta dos estabelecimentos - mil (R$)	N° Contratos	Valor total (R$)
0-40	94	2,62
40-80	273	17,03
80-200	734	98,99
200-415	406	111,83
415-2000	43	30,93
>2000	2	31,35
Total	1552	292,76

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações fornecidas pela cooperativa.

Assim, conclui-se que 97,1% de agricultores se enquadram no Pronaf[29], e representam 79% do valor total financiado. Somente 2,77% dos contratos dos agricultores seriam enquadrados como Pronamp, com a participação de 10,57% do valor total e 02 contratos possuem receita bruta maior que R$ 2 milhões, mas participam com 10,71% do valor total da receita dos estabelecimentos (Figura 19).

[29] Os contratos de investimento não possuíam células de receita bruta vazias.

Figura 19: Receita bruta dos estabelecimentos, faixas de valor e número de contratos (investimento).



Fonte: Elaboração do autor a partir de informações fornecidas pela cooperativa.

Nos dados agregados das operações de custeio e de investimento (Tabela 12) observa-se que a faixa de receita bruta que possui maior participação nos contratos (32,35%) é a situada entre R$ 80 e 200 mil e corresponde a maior fatia dos valores (37,81%), sendo seguida pela faixa entre R$ 40 a 80 mil com 15,48% dos contratos e 8,22% do valor total (penúltima na faixa dos valores). A seguir aparece a faixa de R$ 200 a 415 mil com 14,57% dos contratos, mas representando a segunda maior faixa (34,02%) do valor total. Na sequência temos a faixa entre R$ 0 a 40 mil (11,58%) representando a menor fatia do valor 2,51%. Assim, somam perto de 75% os agricultores que se enquadram no Pronaf, mas esse número pode chegar a 98% do número de contratos e 82% do valor total, se desconsiderarmos as células vazias da planilha. Somente 1,47% dos agricultores seriam enquadrados como Pronamp, com a participação de 8,93% do total e apenas 03 contratantes possuem receita bruta maior que R$ 2 milhões, mas participam com 8,52% do valor total da receita dos estabelecimentos.

Tabela 12: Receita bruta dos estabelecimentos – todos os contratos (ano).

Receita bruta dos estabelecimentos - mil (R$)	N° Contratos	Valor total - milhões (R$)
0-40	1034	25,47
40-80	1382	83,50
80-200	2888	384,31
200-415	1301	345,83
415-2000	131	90,75
>2000	3	86,55
Vazias	2189	
Total	8928	1,016 (bi)

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações fornecidas pela cooperativa.

Assim, podemos concluir que grande parte dos cooperados da Cresol Vale Europeu que acessam o crédito rural estão, podemos dizer, nas faixas intermediária e limite do Pronaf, ou seja, de R$ 80 a 415 mil, que correspondem a cerca de 62% dos contratos. Estes, poderiam ser classificados como agricultores mais capitalizados, ou como já foi citado anteriormente, em transição para a "classe média rural" (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014). Nesse aspecto os cooperados que se situam na faixa limite do Pronaf também tem um diferencial, pois, apesar de ser a terceira em número de contratos é a segunda em receita total.

Contudo, existe um público significativo também situado entre as faixas iniciais de receita bruta R$ 0 até 80 mil, que correspondem a pouco mais de um terço (quase 36%) do público que acessa o crédito rural na Cresol Vale Europeu. Esses números evidenciam o que já foi mencionado anteriormente sobre o destaque do público pronafiano entre os agricultores cooperados que acessam o crédito rural nas diferentes faixas de receita bruta.

3.2.8 Principais atividades produtivas e as relações com o mercado

> A gente tem uma diversidade bastante grande de culturas. Vai desde o pescador, até o plantador de soja, de arroz, criação de gado, de aves, enfim é muita coisa que a gente consegue financiar através do crédito rural (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 25).

O depoimento acima demonstra o quão abrangente é o conjunto de atividades produtivas/culturas financiadas pelo crédito rural na Cresol Vale Europeu. Infelizmente não foi possível obter junto à cooperativa as informações sobre as atividades/produtos e culturas que foram financiados nos contratos de crédito rural no período analisado. No entanto, a Central Cresol Baser disponibilizou algumas informações sobre o uso do crédito rural nas cooperativas singulares pertencentes à Central, da qual faz parte a Vale

Europeu, porém, por não fazerem parte da pesquisa na Cooperativa os dados serão inseridos nos anexos. No entanto, o gestor da Cresol apontou que das operações para produção de grãos e raízes, 68% do total é para a cultura da soja.

Essas informações acima reforçam o que já foi mencionado anteriormente sobre o uso do Pronaf na escala federal, o que alguns pesquisadores denominaram “mais do mesmo”.

Segundo os entrevistados, antigamente a produção agrícola dos estabelecimentos era mais voltada para o consumo, o peso da comercialização da produção, na renda familiar não era tão dependente, como é atualmente. E com relação à comercialização, segundo um agricultor, atualmente em sua região: “O que nós plantarmos vende tudo”. Eles relacionam a questão dos avanços a alguns aspectos, como: a melhorias na comunicação (internet), um fluxo maior de pessoas na zona rural facilitado por melhorias no acesso, na fala de um agricultor “antes não tinha pontes pra sair”:

Com relação às questões relativas à comercialização também se apresenta e analisa somente os dados obtidos durante as entrevistas. Dentre os entrevistados, a maior parte (11) afirmou que trabalha com fruticultura, sendo a produção de banana, morango e maracujá as frutas mais citadas. Em seguida, empatados com 10 citações, estão a produção animal (gado de leite, gado de corte, peixe e apicultura) e a olericultura (verduras e legumes). Com 6 citações está a produção de grãos, sendo as culturas do feijão, soja, milho e arroz as citadas. Com somente uma citação estão a exploração florestal, a criação de cogumelos e o cultivo do fumo.

Verifica-se que a maioria, 12 agricultores, mencionaram que se dedicam somente a uma atividade produtiva comercial enquanto 11 mencionaram se dedicar a várias atividades. Somente um agricultor mencionou que está se dedicando muito pouco à agricultura, uma vez que sua família está à frente de uma espécie de centro de beneficiamento e processamento da produção dos agricultores de uma associação/cooperativa, a qual contém uma grande diversidade de produtos da agricultura familiar.

Com relação aos canais de comercialização utilizados pelos agricultores entrevistados, a maioria (14) mencionou a venda direta à empresas e mercados. Em segundo lugar, com 6 representantes ficaram os agricultores que entregam para o atravessador que vai comercializar sua produção. A venda para cooperativas de produtores ficou em terceiro lugar, com 4 entrevistados, como estratégia de

comercialização da produção. Já em quarto colocado ficou a venda direita ao consumidor em feiras ou cestas de produtos, com 3 citações. A última opção escolhida foi a comercialização no próprio comércio, contabilizando 2 agricultores. Esses são produtores que possuem restaurante (pousada e pesque-pague), onde comercializam a sua produção em seu próprio estabelecimento

As estratégias de comercialização variam devido ao porte do estabelecimento e da atividade produtiva, quantidade de pessoas envolvidas no processo produtivo, o contexto regional a que está inserido, a demanda e a relação com o mercado consumidor.

O agricultor orgânico que tem uma empresa de beneficiamento e lidera uma cooperativa de produtores apresenta sua experiência de comercialização em duas frentes, uma com a empresa, que vende para mercados, feiras, casas de produtos naturais. E outra frente com a cooperativa, em que o foco é a merenda escolar via políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Destaque também para a utilização das redes sociais para comercialização:

> É uma empresa familiar, um centro de processamento de acordo com o que o cliente vai querer na ponta. E é responsável por todo trabalho, o que tiver que processar, embalar, essa parte. Hoje o foco é mercado, a gente trabalha com mercado grande, feira (tem muitos feirantes que compram produtos daqui), casas de produtos naturais tem muita procura. Também tem havido muito a procura de restaurantes, cozinhas que fazem comidas prontas. A cooperativa está mais focada na merenda escolar, PAA e PNAE. Agora que ela abriu um espaço lá embaixo de venda e em 2020 será explorado isso, venda [direta] no privado. Tem atravessador que compra pra revender também. A rede de mercados que mais vende é o Giassi, já tivemos o Imperatriz muito forte, o Bistek, mas já paramos. É um pessoal que não olha pro lado do agricultor, aí descartamos, não abria espaço, ou queria muito volume, ganhar muito em cima do produto. E agora com essas redes sociais, o próprio agricultor leva os pedidos até a casa, facilitou e o mercado fica pra trás (Agricultor familiar - Entrevistado 17).

O trecho abaixo reflete sobre o trabalho que vêm realizando com os agricultores na proposta de evitar o atravessador e aumentar o ganho dos agricultores, estabelecendo relações com o mercado e abrindo oportunidades para os agricultores. Trabalho que é facilitado pelo crédito rural, que oportuniza o atendimento à esses agricultores:

> Com o trabalho que a gente faz eles conseguiram abrir uma linha de mercado direto, evitando atravessador e tendo um ganho maior. E as linhas de financiamento abrem portas pra gente chegar nesses agricultores, que daí vêm nos procurar para realização do financiamento e acaba desenvolvendo um trabalho com eles nesse sentido. Não só liberar o crédito, mas também fazer o acompanhamento, orientar eles, reduzir o uso de agroquímicos, a questão da comercialização (Técnico de ATER - Entrevistado 33).

Finalmente, no trecho abaixo o entrevistado faz um balanço sobre o processo de comercialização da produção em relação aos atravessadores e o perfil de agricultores, pronafianos e pronampianos, vejamos:

> Vamos pensar na situação de pronafianos, em geral, a maior parte entrega [sua produção] para atravessadores. No médio porte, um pronampiano ele [mesmo] vai entregar. O pronafiano ou entrega pra atravessadores, ou reúne numa família, porque a produção é muito pequena, ele vai reunir e o vizinho leva dos demais. Não é que ele seja o atravessador, ele também tá produzindo, temos essas situações em que se reúnem em um veículo de transporte e temos a situação que o atravessador vai com um veículo até a propriedade e leva. É muito misto essa situação na Vale Europeu como um todo (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 26).

3.2.9 Pluriatividade

A pluriatividade é um conceito que começou a ser discutido no Brasil por volta dos anos 1990, por influências de análises sobre transformações no meio rural europeu. Trata de uma decisão voluntária de indivíduos e famílias que pretendem possibilitar formas de garantir sua reprodução social, e pode ser avaliada como uma das principais estratégias relacionadas à redução da vulnerabilidade socioeconômica dos agricultores familiares (SCHNEIDER, 2003; BRANDEBURG, 2017). Na perspectiva da agricultura familiar, "o estudo da pluriatividade consiste em um fenômeno que se reveste de várias particularidades sendo uma delas o indivíduo que a exerce" (SCHNEIDER, 2003 p. 214).

A diversificação das atividades econômicas acontece no âmbito interno e externo da unidade produtiva, o que se permite identificar um conjunto de atividades de natureza agrícola e não agrícola (BRANDEBURG, 2017). As características das famílias pluriativas variam de acordo com o sexo e o local do indivíduo na hierarquia familiar. Além disso, o próprio objetivo da pluriatividade pode ser diferente, pois a opção por um trabalho fora do estabelecimento agrícola pode não ser decorrente de uma necessidade econômica ou social, mas sim uma opção espontânea dos indivíduos que integram a família (SCHNEIDER, 2003). Brandeburg (2017) identificou em sua pesquisa que a diversificação das atividades dos agricultores responde à lógica organizacional produtiva que tem por objetivo garantir uma renda compatível com a reprodução social das famílias de agricultores.

Basso; David; Silva (2019), analisando dados de agricultores acompanhados pelo Programa de Extensão Rural da Cresol Baser, concluíram que com objetivo de permanecer no meio rural e desenvolver atividades ligadas a agricultura, parte das

famílias reorganizam os cultivos produtivos e valorizam a pluriatividade objetivando ampliar sua renda:

> Uma parte dessas famílias desejam alcançar uma estratégia de diversificação, com três ou mais produtos comerciais; outra, organiza o projeto produtivo com inserção simultânea em diferentes canais de comercialização, ou seja, no mercado de proximidade e no mercado a distância; ao mesmo tempo, outras famílias complementam a renda com venda da força de trabalho para atividades não agrícolas e/ou serviços agrícolas para terceiros, entre outras estratégias (BASSO; DAVID; SILVA, 2019 p. 239).

Não foi possível identificar dados sobre a pluriatividade na planilha Cresol. Mas na pesquisa de campo foi encontrado um empate, onde 12 entrevistados tinham algum membro da família exercendo atividade remunerada fora do estabelecimento, e os outros 12 mencionaram que ninguém da família exerce atividade fora.

Dentre os que exercem atividade remunerada fora do estabelecimento, chama a atenção para o fato dos produtores de médio e grande porte. Entre esses, todos (5) declararam a pluriatividade na família e todos trabalham em negócios da própria família, seja em empresas de distribuição de frutas, agropecuária ou de turismo rural. Na sequência, 2 entrevistados mencionaram que possuem algum membro da família que exerce atividade remunerada em empresas da cidade. Com somente 1 citação, estão àqueles que: se dedicam à política municipal; possuem negócio próprio desvinculado da agricultura; trabalham no setor de serviços; na indústria e no conselho tutelar.

3.2.10 Participação dos agricultores em organizações socioeconômicas

As organizações formais de agricultores constituem estruturas sócio-profissionais e voluntaristas, nesse caso, não é possível se tornar membro da associação por essência ou por nascimento, como ocorre na comunidade, mas por escolha própria. “No Brasil, encontramos as três formas clássicas de organização profissional agrícola: o sindicato, a cooperativa e a associação de produtores” (SABOURIN, 2009 p. 83). No estado de Santa Catarina, mais da metade dos produtores (50,1%) são associados a entidades de classe ou sindicatos, o que representam um total de 91.687 agricultores. Os produtores associados a cooperativas totalizaram 34,8%, ou seja, 63.842 produtores (IBGE, 2019).

No caso dos agricultores entrevistados, todos são associados a uma cooperativa de crédito, no caso a Cresol Vale Europeu. E ainda no ramo do cooperativismo de crédito,

4% mencionaram fazer parte também do Sicoob e outros 8% são cooperados do Sicredi (Quadro 6).

Quadro 6: Participação dos entrevistados em organizações socioeconômicas coletivas.

Cooperativas	Associações	Sindicatos	Partidos políticos	Organização comunitária e social
37,5%	33%	66,7%	16,7%	29%

Fonte: Elaboração do autor a partir de informações da pesquisa de campo.

Os entrevistados também mencionaram fazer parte de cooperativas de comercialização ou de produtores. A condição atual da agricultura de Santa Catarina demonstra a relevância que o cooperativismo teve na estruturação da economia agrícola do Estado (SCHMIDT et al, 2002). No estado, observa-se que "as relações de cooperação são mais evidentes, quer pela confiança desenvolvida ou pelas obrigações de reciprocidade" (GONÇALVES SILVA et al, 2014). No nível nacional, alguns autores acreditam que o "compromisso do cooperativismo com as demandas sociais é um tema controverso" (BÚRIGO, 2010a p. 54), pois remonta suas origens com a chancela das elites que encontra apoio numa lógica institucional e jurídica que privilegia o cooperativismo empreendedor ou empresarial.

Para um grupo de pesquisadores, o estado de Santa Catarina é um estado em que o associativismo ocorre com sucesso, devido ao número de organizações associativas e cooperativas e a relevância do trabalho realizado. Para avançar, "é necessário superar as posturas excludentes e os monopólios dos canais institucionais e adotar uma postura criativa será a melhor forma de propiciar aos agricultores esta forma de organização" (SCHMIDT et al, 2002 p. 108).

Os sindicatos dos trabalhadores rurais foram citados pela maioria dos entrevistados, reforçando a importância dessas entidades nos municípios e na representação dos interesses dos agricultores familiares. No caso da Cresol esses sindicatos tiveram um importante papel na criação do Sistema (BÚRIGO, 2007). Um pequeno número de cooperados mencionou fazer parte de partidos políticos e quase um terço dos entrevistados citaram participar de organizações comunitárias e sociais, no caso, igrejas.

3.2.11 A visão dos atores sociais do território da Vale Europeu sobre as políticas de crédito rural

A avaliação da política de crédito rural remonta ao histórico de criação das cooperativas de crédito, as quais surgiram para disponibilizar essa política aos agricultores, como já foi discutido anteriormente. No depoimento destacado abaixo, um dos fundadores da cooperativa faz uma avaliação desse histórico e reflete sobre a evolução do processo de criação da cooperativa em co-evolução com a facilitação do acesso ao crédito rural para os agricultores:

> Foi o motivo de nós trazermos a cooperativa aqui para o litoral. Porque nós, os agricultores na época existia o Pronaf mais o agricultor não tinha acesso ao Pronaf, tinha acesso ao Pronaf quem tinha dinheiro e podia calçar o dinheiro do Pronaf no Banco do Brasil. [...] Hoje quando a gente vai pros municípios e isso foi também a nível nacional, mudou essa visão do crédito rural, o povo teve acesso. E olha de uns 15 anos pra cá o crescimento da agricultura no Brasil, então isso voga muito pelas políticas estimuladas pelo governo e as cooperativas que fizeram esse trabalho e deram acesso pro agricultor ao crédito rural. Outra coisa que mudou é que esse crédito no município, mais de 70,75% ele veio pra dentro da cooperativa. Criou uma dimensão muito grande também na captação, no giro, no dia-dia do agricultor (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 29).

Todos os entrevistados (agricultores familiares, agentes comunitários, técnicos de ATER, colaboradores e gestores da cooperativa) afirmaram que o acesso aos recursos do financiamento têm efetivamente permitido ao agricultor familiar produzir mais, aumentando a escala de produção.

O segundo aspecto discutido não teve unanimidade entre os entrevistados, pois 27 destes, acreditam que o recurso do crédito rural permitiu aos agricultores produzir melhor, com mais qualidade, mas 3 entrevistados relacionam o fato de produzir melhor com a assistência técnica. Nesse trecho abaixo, também é destacado o papel do mercado consumidor na seleção dos melhores produtos e uma necessária adequação dos produtores para atendimento à demanda:

> O Pronaf em si ele não dá produção melhor, com mais qualidade. Isso daí é assistência técnica. O mercado faz muito isso também, ele se encaixa no meio. Quando o Pronaf te dá acesso ao recurso pra investir mais na produção, consequentemente temos um maior número de pessoas produzindo mais. Então vai ter muito produto chegando lá na mesa pro consumidor (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 26).

Importante o destaque ao depoimento abaixo sobre o fato do crédito, muitas vezes, funcionar como um "tampão", ou seja, ajudando os agricultores a suportarem as oscilações do mercado e das safras:

> Ajudou a produzir mais, pegar esse crédito para fins de aplicação na agricultura. A banana é assim, ela tem muitos altos e baixos, tem épocas que o preço está bom e épocas que não. E justo quando o preço é baixo você tem que estar investindo pra quando melhorar o preço você ter uma fruta de qualidade pra vender, pra suprir o que você teve que investir lá atrás (Agricultora familiar - Entrevistada 14).

Desde sua criação até hoje, apesar das diversas modificações que sofreu durante esse período, o Pronaf trabalha para fortalecer a capacidade produtiva dos agricultores; contribuir para a elevação de renda monetária deste público e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares (SCHNEIDER, MATTEI, CAZELLA, 2004). No entanto, Carneiro; Palm e Alvarenga, (2017) avaliam que para os dois primeiros objetivos, foram concebidos índices de avaliação, o que não aconteceu quanto ao terceiro objetivo do Programa. Para eles, existem lacunas de conhecimento no que se refere ao impacto da política na melhoria da qualidade de vida dos beneficiários.

Nas entrevistas foi unânime a opinião que o acesso aos recursos do crédito proporciona um aumento de renda e qualidade de vida no meio rural: “não teríamos a renda, a qualidade de vida, a produção e produtividade que temos no país se não tivesse acesso ao crédito rural. Uma alavancada positiva com certeza (Técnico de ATER - Entrevistado 32)”.

Porém, algumas questões ainda permanecem para aprofundamento de pesquisas: quais parâmetros utilizar para avaliar este fator? Como os pesquisadores tem trabalhado essa questão? O que indica a literatura sobre o tema com relação aos critérios de definição e avaliação de "qualidade de vida"? Quais evidências podem ser utilizadas para evidenciar o impacto do Pronaf na qualidade de vida dos agricultores familiares? (CARNEIRO; PALM; ALVARENGA, 2017 p. 119).

A discussão do crédito rural na política agrícola brasileira traz também a questão do “agricultor empreendedor”, trabalhando a propriedade como um negócio e destaca também a agregação de valor na produção:

> Vejo hoje o crédito rural e o Pronaf como o principal programa do governo para o meio rural. Mas hoje o crédito rural é além do trabalho que as Ematers fazem, que é o primeiro lugar de programa do governo para o meio rural. E estando ali diariamente a gente vê que hoje é fundamental [...] E é notório se tu pegar um histórico de 10 anos da agricultura [...] o quanto a gente conseguiu que esse agricultor virasse empreendedor. Trabalhar a propriedade dele como um negócio, por causa dos investimentos, maquinário, muita agroindústria surgindo, agregação de valor, a produção. Pessoal fazendo polpa, vendendo produto minimamente processado (Técnico de ATER - Entrevistado 31).

Um olhar mais amplo sobre a política é colocado nesse depoimento abaixo, que engloba também o seguro (Proagro) como um pacote, oferecendo segurança aos produtores frente às instabilidades climáticas vivenciada pelos agricultores:

> Quando falo da política como um todo, é tendo um olhar mais amplo. Tô falando também do Proagro, já que a gente passa por anos com muita instabilidade e como a gente passa por várias regiões do país, a gente sente isso com mais frequência. Ora num lugar, ora em outro, mas sempre tem o fator climático que têm prejudicado a produção dos agricultores. Pegando e envelopando esse pacote como um todo: crédito com juros subsidiado, suficiente e oportuno. E olhando essa questão da segurança, é um pacote que não temos muito que reclamar não (Gestor da Central Baser - Entrevistado 30).

A questão do crédito como um mecanismo que proporciona tanto melhorias nas condições de trabalho, quanto um aumento de produtividade foi tratada nessa entrevista abaixo. Que também aborda as condições facilitadas do crédito para acesso dos agricultores, que proporciona um movimento financeiro que faz "girar a máquina".

> E com isso mudou muito a vida do produtor no campo pelo acesso do crédito, se tu pegar uma foto aérea ou de satélite e ver 10 anos atrás. A quantidade de cultivo protegido que aumentou na região é absurdo. E aí tu tá dando uma condição de trabalho melhor para o produtor hoje no morango, a nível de cintura, até por questão de mão-de-obra facilita. Aumentou a produtividade, tanto pessoal que trabalha com morango, que rentabiliza bastante por área, então é realmente algo que fez e faz diferença no meio rural. E aí falando das linhas, a gente opera na maioria das vezes Pronaf e é fantástico. (...) Hoje estamos trabalhando com linhas de 3% ao ano, carência 10 anos de prazo para pagamento, é algo que faz viabilizar os investimentos. E imagino que o retorno também por parte do governo é bem importante o movimento financeiro que o crédito rural faz é grande, gira a máquina (Técnico de ATER - Entrevistado 31).

Sobre as instituições financeiras que operam a política de crédito rural no país, o gestor da Cresol aponta os principais "players" que trabalham a política, principalmente na região sul e mais precisamente em Santa Catarina:

> Hoje quem tem expertise em crédito rural é o Banco do Brasil, aí vem na sequencia as cooperativas: Cresol, Sicredi e o Sicoob também tem alguma coisa. Esses são os 4 players em relação ao crédito rural que são os experts, eu não sei dizer quanto aos outros bancos mais ao norte do país que é outra situação. Mas aqui na região sul, Santa Catarina principalmente é assim que funciona (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 26).

Como sugestões para o aprimoramento da política, o trecho abaixo indica as dificuldades operacionais das muitas linhas de crédito existentes, no caso do Pronaf e propõe algumas ações para "enxugar" as linhas disponíveis, oferecendo mais agilidade ao processo de escolha e obtenção do crédito rural:

> Se precisar de um ajuste ou outro, no sentido de reduzir um pouco essas linhas de crédito, colocar numa linha só. Uma instituição financeira para operar o

> Pronaf, por exemplo: Tem mais de 8 linhas de crédito que você tem que tá antenado, com regras próprias, é Pronaf Jovem, Pronaf Mulher, Pronaf Eco, Agroindústria. Você acaba tendo muito custo operacional para fazer a coisa bem feita. Talvez para melhorar um pouco ainda essa situação, seria dar uma enxugada nessas linhas de crédito para facilitar um pouco o trabalho, até pro agricultor não se perder quando ele pega um Pronaf Mulher, ou um Pronaf Mais Alimentos, qual a diferença? (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 30).

Outra sugestão proposta, trata do aumento dos recursos disponibilizados pelo governo para o crédito, com vistas à atender a demanda dos agricultores, uma vez que: "o volume de crédito rural colocado à disposição dos produtores ainda é reduzido em relação às suas necessidades" (BELIK, 2014 p. 368):

> O que talvez precisaria seria aumentar o volume de recursos a ser disponibilizado pra população em geral acessar. Que apesar do governo ter aumentado os subsídios em relação ao ano anterior ainda não é suficiente para atender toda demanda de evolução do país em relação à agricultura. (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 26).

Dentre os entrevistados, a grande maioria (23) concordou que os financiamentos no âmbito do Pronaf, têm apoiado a ampliação da escala de produção dos agricultores familiares, aliado à utilização de insumos modernos e a ampliação do uso da tecnologia nos sistemas produtivos. Conforme aponta o trecho da entrevista destacado abaixo, em que enfatiza o papel da tecnologia e dos insumos modernos na agricultura contemporânea, inclusive aventando a possibilidade de um processo de eliminação de um perfil de agricultores familiares que não se adequarem ao modelo, vejamos:

> Produtor que não estiver atento à essa questão da tecnologia, mesmo na pequena propriedade, ele é fadado ao fracasso. O crédito só vem a consolidar a ligação intrínseca, uma adubação química com melhor qualidade, fertilização foliar com tecnologia, com nanotecnologia investida na formulação desses produtos. Tudo isso chega na propriedade de modo bem eficiente, é só um casamento das coisas (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 27).

Outro gestor reflete sobre os benefícios trazidos pela adoção de tecnologias pelos produtores rurais, tanto no processo produtivo, no manejo, bem como despertando a confiança do agricultor e até mesmo superando barreiras na comercialização da produção, a saber:

> Tem os agricultores que investiram em tecnologia, correção de solo pegar uma análise solo, colocar uma tecnologia adequada. Produtor de leite fez uma pastagem, fez rotação, piquete. Produtor de leite que tirava na mão, agora tira com ordenhadeira e vai direto para o resfriador. Então ele agregou o valor na produção e fez com que desce mais confiança, inclusive hoje a gente tem alguns municípios que já regulamentaram e os produtores conseguem vender queijo nas feiras livres. O que antes não era possível em função da forma de produzir, então um pacote com toda a tecnologia ela veio sim a somar e trazer

> maior lucratividade para o produtor não tenho dúvida (Gestor da Central Baser - Entrevistado 30).

Com relação a questão da diferenciação do uso de tecnologias entre a produção convencional e orgânica/agroecológica, segue a contribuição abaixo, a qual relaciona a ligação da tecnologia e da produtividade:

> A gente tem um modelo de produção convencional, que exige aumento produtivo e a gente tem um modelo de produção do sistema agroecológico, orgânico, que aí tu agrega valor não precisa produzir tanto para ter uma boa rentabilidade da propriedade. Só que hoje a tecnologia, sem dúvida melhorou muito a produtividade e diminuiu também a penosidade do trabalho (Técnico de ATER - Entrevistado 31).

Uma agricultora reclama da falta de uma empresa que desenvolva equipamentos adequados para a agricultura familiar e as características da região da grande Florianópolis, também critica a prefeitura que não libera máquina para os agricultores, porque ignoram a existência desses atores sociais no campo da região.

Na mesma perspectiva, o trecho abaixo discute o uso dos insumos modernos em demasia na atualidade e conclui lamentando o abandono dos insumos tradicionais e orgânicos:

> Positivo, foi ampliado essa escala. Por outro lado quando se diz insumos modernos estão sendo usados até de uma forma demasiada, sem critérios e sem conhecimento, nós temos insumos naturais que estão sendo deixados de lado, pela comodidade que os insumos modernos nos trazem. Insumos tradicionais e orgânicos não deveriam ser deixados de lado (Técnico de ATER - Entrevistado 32).

Outro gestor da cooperativa relativiza o papel do crédito rural nesse contexto da demanda em relação aos insumos modernos, contextualiza a classificação do produtor familiar realizada pela Cooperativa quanto ao uso da tecnologia:

> Sim, mas não diretamente pelo Pronaf. Aqui na Cresol nós temos algumas classificações no cultivo do Pronaf, então ela vai ter de alta tecnologia e de baixa tecnologia na hora de fazer o custeio. E aí a gente classifica ele conforme o que ele apresenta pra nós e o que a gente identifica na propriedade dele. A hora que chego lá vou entender se essa pessoa é um produtor de baixa tecnologia ou de alta tecnologia, aí vou classificar o Pronaf dele entre um dos dois. Pegando o tomate como exemplo: Não é porque a pessoa vai plantar 20 mil pés de tomate que ele vai ter o mesmo recurso que outra que vai plantar 20 mil pés também. Vai depender da tecnologia que ele aplica, se é baixa tecnologia o recurso que ele vai acessar vai ser bem menor do que aquele mais especializado, com alta tecnologia. Então essa questão dos insumos modernos está muito relacionada à tecnologia que o produtor utiliza na propriedade (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 26).

O depoimento apresenta a questão da classificação do produtor por nível tecnológico. Entre aqueles classificados como de baixa tecnologia podem estar os

agricultores considerados como pequenos ou, em alguns casos, os de médio porte. Por outro lado, agricultores com alta tecnologia podem ser classificados como de médio e grande porte. Essa classificação operacional realizada por técnicos da Cooperativa define o valor a ser financiado para um e para outro caso. E nela, os critérios podem ser específicos e distintos de outros agentes financeiros que operam o Pronaf.

3.2.12 Políticas públicas produtivas e sociais e a interface com o crédito rural

Dentre as políticas públicas produtivas citadas pelos agricultores, o Pronaf se destaca (21 vezes), seguida pelo Seguro Agrícola - Proagro (20), o Programa Microbacias (12), as Compras Institucionais (7), o Programa SC Rural (6) e o Pronamp (6 vezes). Isso reforça a importância do Pronaf na cooperativa, pois até mesmo alguns agricultores que estão acessando o Pronamp, citaram que já acessaram o Pronaf, o que foi mencionado por um cooperado como: "evoluiu".

Com relação aos programas de compras institucionais (PAA/PNAE), alguns agricultores pronafianos que estão vinculados à cooperativas trabalham com essa política, na maior parte das vezes relacionada à comercialização para merenda escolar (PNAE), uns de forma direta, participando de uma cooperativa, outras de forma indireta, produzindo alimentos para cooperativas que trabalham com a alimentação escolar.

O Programa de seguro agrícola foi o segundo mais citado, mas de forma bastante controversa. Apesar de ser uma demanda histórica da agricultura familiar, devido às incertezas climáticas e ambientais que envolvem à agricultura, o Programa se mostrou adequado à algumas situações, regiões, culturas e a outras não. Na região de Ituporanga, por exemplo, onde ocorre chuvas de granizo, ou “pedra”, o seguro é valorizado, pois protege os agricultores em caso de prejuízos à produção. Já em outra região, que possui a cultura da banana como carro chefe e os agricultores sofrem com vendavais, o seguro não cobre e a cooperativa não consegue ter margem para apoiar os cooperados que enfrentam essa situação.

> A banana funciona de modo diferente, não tem um período de safra definida, como o arroz, a soja. Então, por exemplo, se tenho um bananal produzindo com 2 anos, vem um vento e derruba tudo, eu não consigo acessar esse desconto, não tenho essa perspectiva. A leitura que o BNDES faz da situação é que meu bananal já vinha produzindo, então teoricamente eu já tinha o recurso pra quitar a situação. Isso às vezes é algo que não procede, pois a minha dívida não é só o custeio, é o implemento que comprei, o insumo que tenho que pagar. Isso não é justo, mas no contexto geral é equalizado, é um caso ou outro. O governo põe tudo num pacote só e às vezes não funciona assim (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 27).

Outro agricultor traz uma reflexão da aplicabilidade do seguro para a horticultura, compara com outras culturas de ciclo mais longo e demonstra, pelo ciclo de produção de uma hortaliça específica, o alface, a rapidez do processo produtivo e a dificuldade em fazer o acompanhamento em caso de danos, vejamos sua reflexão:

> Já teve mas nunca acessamos alguma coisa. A gente já pagou seguro porque até no contrato era obrigatório. Quem trabalha com olericultura é difícil receber porque gira muito rápido, principalmente o alface. Até vir uma pessoa pra analisar já não tem mais nada, isso é muito bom esse seguro pra culturas mais longas, daí funciona melhor (Agricultor familiar - Entrevistado 17).

Sobre o acesso dos cooperados à políticas públicas, programas e projetos sociais, tais quais: aposentadoria, pensão, habitação rural, bolsa família e cursos de formação realizados pelo sistema S (Senai, Senar, etc), dentre os entrevistados, 9 afirmaram não ter acessado políticas públicas sociais, 8 são aposentados, 4 mencionaram ter participado de cursos de formação do sistema S e a mesma quantia mencionou ter sido beneficiada pelo programa de habitação rural. Finalmente, somente 2 entrevistados recebem pensão (por morte e saúde) e somente 1 agricultor mencionou já receber recursos do programa Bolsa Família.

Ficou claro na parte de campo, a importância das políticas sociais para a parcela de agricultores que mencionaram acessar essas políticas. Sobretudo a aposentadoria, que é responsável pela manutenção de algumas famílias no campo, não tão competitivas no âmbito da produção e produtividade agrícola, mas que seguem plantando para o autoconsumo e vivendo no meio rural.

A maior parte de agricultores que afirmaram ter acessado as políticas sociais se encaixam como pronafianos, principalmente os de renda mais baixa (até R$ 40 mil), ou intermediária (até R$200 mil), os grandes e médio produtores afirmaram que não acessam essas políticas.

O programa de habitação rural também foi utilizado por alguns cooperados. E segundo um colaborador da Cresol que trabalha com crédito, esse ano o Plano Safra abriu a possibilidade de financiar projetos de reforma, ampliação e construção de residências rurais, via Pronaf. Pode financiar até R$50 mil, é 10 anos pra pagar, juros de 4,6% ao ano e 3 anos de carência pra começar a pagar.

O programa Bolsa Família não demonstrou ser importante entre os entrevistados, haja visto o desenvolvimento econômico das famílias de agricultores que participaram da pesquisa. Somente um agricultor citou que participou do Programa por certo tempo.

Com relação à como os cooperados têm acesso às informações referentes as políticas públicas, a grande maioria citou que recebe por meio da Cresol (17 citações), em seguida foi as Prefeituras (15), depois a Epagri (13), Sindicatos (12), Outros Agricultores (11), Cooperativas (7), Redes sociais/internet (6), Jornais/mídia (4), Igrejas (4), Câmara de vereadores (2) e Associações de agricultores (2).

Foi questionado aos agricultores quais eram as principais melhorias que aconteceram nos últimos no acesso às políticas públicas. As respostas foram muito variadas e se dirigiram, algumas vezes, à questões que não necessariamente teriam a ver com o acesso à políticas públicas, tais como: melhorias na comunicação/tecnologia/internet, prefeitura dando mais apoio, melhorias no acesso, asfalto.

Entretanto, as respostas foram agrupadas e a melhoria que mais foi citada (8 vezes) diz respeito ao acesso ao Pronaf e o crédito rural, na sequência foi a criação da Cresol (4) e o acesso à saúde (2). Com somente um voto ficaram: máquinas mais modernas, relacionamento dos agricultores com órgãos públicos, mudança de CPF da DAP[30]

> A principal foi a Cresol, a gente dependia do Banco do Brasil, era uma burocracia, a gente não era bem visto pelos gravatinhas do banco e o sindicato trouxe o banco pra fazer os projetos pelo sindicato que eles tinham a agropecuária também e no meio disso a Cresol começou a caminhar. Acho que A Cresol foi a grande alavancada para o desenvolvimento da região (Agricultor familiar - Entrevistado 6).

Também foi questionado aos agricultores se eles achavam que algo havia piorado no acesso à políticas públicas nos últimos anos. Da mesma forma como ocorreu acima, aqui também as respostas também foram bem variadas e muitas fugiram do tema. Mas dentre os mais citados (2 vezes) estão: o Proagro, os altos custos de produção e as notícias falsas. O acesso à terra e os cortes que estão ocorrendo nas políticas públicas no período recente também foram citados por um agricultor, cada uma.

De acordo com 2 entrevistados, o Seguro Agrícola (Proagro) vem prejudicando os agricultores. Eles criticaram o fato de ser obrigatório à contratação do crédito e na forma da cobrança em cima do valor do projeto, enfatizando que para projetos pequenos (até R$ 15 mil) o Proagro é quase inviável. Em conversa com um colaborador da Cresol,

[30] Segundo um agricultor entrevistado, em 2015 ocorreu uma alteração nas regras de comercialização utilizando o CPF da DAP do produtor, que era de R$ 20 mil no estado e passou para R$ 20 mil no município. Segundo ele: “Isso daí foi um grande avanço, que abriu a mente dos agricultores começar a trabalhar com PAA e PNAE (Entrevistado 19).

este me informou que estão entrando empresas privadas, para contratação particular, a um preço mais acessível, o que vai facilitar essa questão para os cooperados.

Um agricultor manifestou reiteradas vezes durante a entrevista, o interesse dele no crédito fundiário, uma vez que mora num terreno pequeno com seu pai, trabalham juntos arrendando uma área e gostaria de adquirir o próprio estabelecimento agrícola, mas não possui recursos para comprar uma terra.

3.2.13 As relações entre o rural e o urbano e o crédito rural

De forma geral, foi unanimidade a afirmação que a relação rural / urbano evoluiu muito ao longo dos anos. Foi possível extrair das respostas os dois temas mais citados (6 vezes): a maior valorização do agricultor e a melhora na comercialização da produção. Na sequência, outro aspecto citado foi a redução do preconceito dos moradores da cidade com os agricultores (5 vezes). E empatados com 3 citações estão a melhoria na comunicação, mais tecnologia no campo e mais oportunidades na zona rural. O último fator que qualifica essa relação na visão de 2 entrevistados é a melhoria de acesso à zona rural, ou seja, está mais próxima e com fácil acesso aos núcleos urbanos.

Os agricultores ressaltaram a dependência que cada dimensão da vida social tem sobre a outra, ou seja, da conexão entre o rural e o urbano. Sobretudo em regiões onde a agricultura é muito forte, gera empregos e movimenta toda a economia local. Frisaram ainda que atualmente, numa perspectiva da multifuncionalidade do rural, os citadinos preferem se dirigir para as áreas rurais no final de semana para descanso, ou para passar férias. Nesse contexto, destaque para o lazer e o turismo rural como estratégia de pluriatividade que vem sendo difundida pela agricultura familiar, com vistas à oferecer uma oportunidade de rentabilidade e a reprodução social das famílias no meio rural. O depoimento desse jovem agricultor/piscicultor que montou um pesque-pague demonstra essa situação:

> Evoluiu bem. Para nós hoje tem um movimento muito grande, não dependo de venda pra fora, vendo tudo aqui. Tudo que nós produzimos se botar aqui vende. Tem muita evolução de gente em final de semana aqui, no restaurante, pesque pague. Pessoal de Brusque, Camboriú e agora com a pesca esportiva também pessoal de Florianópolis, Curitiba, eles querem tipo pousada, vir aqui e ficar o final de semana todo (Agricultor familiar - Entrevistado 1).

Abaixo, outro agricultor que estabeleceu uma pousada em seu estabelecimento e estava tendo dificuldades em enquadrar o estabelecimento no Pronaf, o que demonstra a dificuldade de financiar atividades não agrícolas no meio rural. No entanto, o agricultor

avalia que chegou o momento de não usar mais o financiamento e começar a usar o seu capital de giro que está melhorando com a atividade do turismo:

> Faz 2,3 anos que não pego o Pronaf, esse último que peguei foi difícil, porque eu já não estava mais na agricultura, tava mais não tava. Tô, mas é pouco então eles não tinham como provar isso aí. Eu queria botar turismo rural, não deu pra botar, aí tive que botar pousada e restaurante, mas tu está no rural. Trabalhar com o Pronaf é bom, mas quero andar com meus próprios pés (Agricultor familiar - Entrevistado 10).

Nessa perspectiva do desenvolvimento econômico dos agricultores, tendo acesso e podendo "fazer coisas" que eram reservadas somente aos moradores da cidade, como andar de avião ou ter carro próprio.

Um aspecto bem comentado foi referente à diminuição do preconceito com relação aos agricultores, já que na opinião de um entrevistado "no passado os agricultores eram vistos como bicho do mato". Eles acreditam que o preconceito diminuiu, mas ainda não é o ideal. O trecho transcrito abaixo aborda a redução dos preconceitos com a chegada da cooperativa:

> Porque antes a gente ia no banco, meu pai teve uma vez que ele foi no banco e quase acabaram com ele lá no Banco do Brasil (BESC). Se fosse tipo a cooperativa, isso nunca teria acontecido. Então, isso melhorou, na relação do rural com o urbano, mais respeito, diminuição dos preconceitos com agricultor (Agricultor familiar - Entrevistado 12).

Uma agricultora menciona que apesar de ter tido uma evolução, na redução do preconceito, ainda está faltando uma valorização do agricultor. Ela acredita que, muita gente, políticos inclusive, imaginam o agricultor como o "Jeca Tatu", desprovido de recursos, quem tá fora desse "modelo idealizado" não é agricultor familiar. Mas ao mesmo tempo acham normal ter *commodities*, maquinário pesado. "Ainda existe um preconceito com o agricultor familiar, mas não com as *commodities"* (Agricultora familiar – Entrevistada 16).

Outros apontaram para o fato da cidade estar entendendo um pouco mais a importância do rural e apoiando os agricultores e, vice-versa, como pode ser observado nas falas transcritas abaixo:

> Estava três dias num evento, no Sebrae Floripa, o pessoal tratou nós, produtores rurais, de peixe e banana, com uma dignidade fora de série. Porque hoje estão vendo que sem o produtor rural não tem comida (Agricultor familiar - Entrevistado 3).

> Na verdade, hoje eu meu orgulho de ser um agricultor que produz alimento pro pessoal da cidade. Hoje o pessoal da cidade respeita mais o agricultor, diminuiu o preconceito (Agricultor familiar - Entrevistado 20).

Um agricultor que trabalha numa cooperativa que comercializa no CEASA fala das dificuldades para o movimento cooperativo devido ao individualismo que impera para quem trabalha na central. Sendo difícil de criar cooperativas devido ao fato do agricultor valorizar o individual: “Ele carrega o produto dele, vai no CEASA e ganha um centavo a mais”. Nessas condições, o agricultor não se associa para dividir, havia um medo de criar cooperativas por isso, mas depois eles criaram uma experiência cooperativa que deu certo e influenciou na criação de mais cooperativas de produção.

O processo do crescimento das cidades e a criação desordenada de loteamentos é vista pelos agricultores entrevistados como uma ameaça. Para eles é preciso controlar um pouco esse processo, sob pena de acabar com os agricultores, principalmente os pequenos.

Outro aspecto citado pelos entrevistados foi a questão do êxodo rural, em que muitos agricultores saíram do rural para a cidade, em busca de oportunidades de emprego. A região da Cooperativa abarca atualmente um grande território com realidades distintas, mas inserida em um estado com economia dinâmica e ativa. Em muitas regiões em que a agricultura não é tão forte, comparada à outras atividades econômicas, ocorreu o processo de êxodo e retorno da população mais idosa, como também atualmente o fenômeno de rural como moradia, conforme podemos acompanhar nesse rico depoimento:

> É difícil a agricultura competir, é o que está acontecendo aqui, porque hoje tem pouca agricultura aqui no município e está caindo muito. Aqui passa transporte três turnos pra trabalhar aqui em Botuverá, três turnos. Os novos não ficam mais na roça trabalhando, vão lá ficam as 8 horinhas e deu. Só que tem um lado bom isso, o lugar aqui há 30, 40 anos atrás o pessoal ia embora, ia pra cidade, Joinville, Blumenau. Agora o pessoal se aposenta e volta, tem um sitiozinho lá e estão voltando, mas na época era obrigado a ir embora, não tinha emprego, não tinha terras que chegue pra família toda, Hoje o pessoal, os novos casam, fazem casa aqui, moram aqui e vão trabalhar lá [na cidade]. Tem um lado ruim que diminuiu muito a agricultura, mas tem o lado bom que o pessoal não precisa ir embora, pode estar morando aqui, vai lá trabalha e volta, tem a hortinha, suas coisinhas pra consumir em casa. Mas a produção agrícola para venda diminuiu de 70 a 80% de 20 anos pra cá. Aí cai muito os empréstimos do Pronaf, vai diminuindo (Agricultor familiar e Agente Comunitário - Entrevistado 23).

Uma agricultora orgânica acredita que teve uma evolução na relação entre as duas dimensões: rural e urbano, porém, acredita que, na imagem da sociedade o agricultor é sempre o vilão, sempre a culpa recai sobre esse ator social. Uma vez que é ele quem tem que preservar a floresta, que tem que preservar a água. Avalia também a pressão sobre os produtores, realizado pelas agropecuárias, empresas e a questão do custo de produção cada vez mais elevado e “movimentando essa indústria, sustentando eles, que

envenenam o povo, mas quem fica culpado é o agricultor" (Agricultora familiar – Entrevistada 16).

As informações que foram levantadas com os prestadores de ATER e gestores da cooperativa concernentes à relação entre a assistência técnica e o crédito rural. Segue então um trecho que reflete sobre essa temática:

> O crédito rural e assistência técnica são ferramentas fundamentais para a gente chegar aonde o agricultor quer chegar. Como eu já trabalho com projetos da forma tradicional a gente faz uma visita, vê o potencial produtivo do cooperado, vê se aquele investimento é necessário e faz o projeto de crédito. É muito diferente de ter um acompanhamento, conhecer essa propriedade já há um ano e desenvolver esse projeto junto com o cooperado, ver realmente a demanda, estudar realmente a necessidade do investimento e aplicar esse investimento de forma correta. Então as chances desse investimento ser bem sucedido é muito grande, de todos que a gente fez no Programa de Empreendedorismo Rural da Cresol foram bem sucedidos. Muito por isso, por acesso à informação que a Cresol já faz muito bem que é o crédito, são duas coisas [assistência técnica e o crédito rural] que se agregam muito (Técnico de ATER - Entrevistado 31).

Sobre a questão da obrigatoriedade do responsável técnico pelo projeto de crédito, com a porcentagem pelo trabalho (2% do valor), o mesmo entrevistado afirma que a proposta é boa, mas não funciona na prática, vejamos:

> Tem as 3 vistorias: germinação, pré-floração e pré-colheita, o cara que fez o custeio é o responsável pelas visitas, com esses laudos. Isso é independente dos trabalhos realizados pela Epagri ou pelas agropecuárias, é assistência técnica vinculada aos projetos de crédito. Essa forma foi muito bem pensada só que não funciona. Essas três visitas só servem para colocar no papel e pegar mais assinatura. Até porque três visitas técnicas em uma safra de 120 dias não vai ajudar o cara. Mas a ideia em si foi boa, a questão de ter que fazer análise de solo, recomendação. Mas até R$ 40 mil não precisa de responsável técnico (Técnico de ATER - Entrevistado 31).

3.3 A GOVERNANÇA NA CRESOL VALE EUROPEU E O USO DO CRÉDITO RURAL

3.3.1 Oferta e demanda de produtos e serviços financeiros pela Cooperativa

O questionamento sobre a oferta e demanda de serviços financeiros da Cooperativa não foi realizada de forma direta aos agricultores, portanto seguem apenas trechos extraídos dos depoimentos dos gestores da Cooperativa e técnicos de ATER. Para os gestores, não há demandas de produtos e serviços financeiros voltados ao meio rural que não vêm sendo atendidos, eles ressaltaram que estão sempre pensando em melhorias para o aprimoramento dos produtos e serviços, como por exemplo o cartão, o atendimento via internet banking, entre outros.

Em um comentário bem específico, um gestor da cooperativa aponta para questão de criação de seguros particulares para atividades produtivas que não estão cadastradas no zoneamento agrícola e não poderiam ser seguradas pelas linhas de crédito oficiais, como é o caso do maracujá em algumas regiões.

Visando atender a necessidade de alguns agricultores em realizar o controle gerencial de suas atividades produtivas e do estabelecimento agrícola, o trecho abaixo traz uma sugestão, uma espécie de serviço que a Cresol poderia oferecer aos seus associados, segue o depoimento:

> Hoje, aquele agricultor, aquele que plantou, carece muito de uma informação gerencial. E aí não seria nem produto, seria um serviço que a cooperativa, por meio da existência do cooperado, poderia estar entregando para ele, como se fosse uma contabilidade gerencial. Por que o agricultor hoje, na sua grande maioria, apesar deles estarem obrigados pela receita federal, que fazem a declaração do imposto de renda, mas não fazem controle contábil nenhum da sua atividade. Talvez você poderia levar aos produtores uma referência gerencial, isso falta. É entregar para o cooperado, para que ele possa fazer a gestão da sua propriedade, por meio de rastreamento via satélite, por exemplo. Ele acompanhar o desenvolvimento da cultura que ele plantou, comparando com vizinho, comparando com anos anteriores, já tem tecnologia para isso (Gestor da Central Baser - Entrevistado 30).

Outro gestor traz uma reflexão, ou até mesmo "um sonho" em suas palavras, uma espécie de utopia do mundo cooperativo. Consiste em, basicamente, que as cooperativas de crédito possam oferecer outros serviços cooperativos aos seus associados. Nesse caso, ele traz a ideia da inclusão de serviços ligados à área da saúde, vejamos:

> Era uma coisa que eu sempre queria, mas a legislação brasileira não permite. Qual seria o meu sonho, modelos de crédito não faltam, mas modelos de serviço faltam. Que seriam dentistas, farmácia que hoje é uma facada tudo e a legislação não permite que nós da cooperativa termos uma farmácia pra atender nosso associado, que eu tenho certeza que eu coloco o mesmo remédio que ele compra na farmácia com 70% de desconto, então isso é lamentável (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 29).

Retomando o que foi discutido por um agricultor acima, o trecho abaixo propõe a criação de uma linha de crédito específica para aquisição de terra:

> Uma linha de acesso à aquisição de terras, talvez até pensar numa forma de recurso próprio, aproveitar toda estruturação que a Cresol tem hoje, de movimentação e de capital e tentar desenhar uma linha de recurso próprio, para aquisição de moradia e de terreno. Acho que o pessoal teria *know how* e recursos para isso, já que não vem de cima (Técnico de ATER - Entrevistado 31).

3.3.2 Motivações dos associados

Sobre os fatores que mantém os associados ligados à Cresol, os agricultores puderam escolher dentre 20 opções, quais seriam as mais importantes para traduzir as motivações dos sócios para manter o vínculo com a Cooperativa. Somente 1 cooperado mencionou uma opção que não havia sido pré-selecionada pelo pesquisador. Essa opção, no caso, foi a falta de capital próprio.

Dentre os fatores que foram mais citados (23 vezes) estão: a facilidade e o atendimento da Cooperativa. Na sequência (22 vezes) aparecem os fatores: juros mais atrativos, processos menos burocráticos, a amizade e a participação nas sobras. Logo após, com 21 citações foram selecionados: a forma de pensar e de atuar junto à sociedade (ideologia do cooperativismo), as taxas, a orientação técnica fornecida ao crédito rural, a diversidade de serviços financeiros e o fato da cooperativa ser dirigida por agricultores. Os fatores que foram menos citados foram: se o cooperado era um dos fundadores da Cooperativa (11 vezes) e relação parental com gestores (4 vezes).

Dentre os fatores mais citados: facilidade, atendimento, processos menos burocráticos e a amizade, reforçam o "diferencial Cresol", tema que será aprofundado mais adiante:

> O bom da Cresol é que tu liga e fala com uma pessoa aqui dentro, tu precisa, ela te dá uma orientação. No banco, é só eletrônico, tu digita aqui, pula pra lá e não tem um esclarecimento da coisa. Nessa parte a Cresol dá um show, orientam ao telefone, pelo aplicativo, aqui na agência mesmo (Agricultor familiar - Entrevistado 12).

A síntese do relacionamento utilizada pela Cresol: "oferecer tecnologia e atender com simplicidade", a qual contém uma miríade de opções para atender os diversos públicos da agricultura familiar, do pequeno ao grande produtor, do que busca tecnologia à aquele que prefere ir à agência, conversar. Buscando sempre estar próximo e fortalecendo o relacionamento, e ainda por cima entendendo a expectativa do agricultor. A ênfase no relacionamento é a marca da Cresol, trata-se do contato pessoal, de relações entre colaboradores, técnicos, dirigentes e cooperados que se conhecem, que "falam a mesma língua". Na verdade, pode se entender que a cooperativa nem sempre cria novos laços sociais, por vezes ela se instaura a partir de laços existentes, podendo fortalecê-los, ou não. Aqui se evidencia uma abordagem da Nova Sociologia Econômica, que será aprofundada mais adiante.

A amizade foi outro fator bem citado como um motivador do relacionamento dos cooperados com a cooperativa. Expressões como: “conhece todo mundo lá dentro”; “é como chegar lá e conversar, é quase como família”; Esse sentimento de “sentir-se em casa”, “como família”, é muito expressivo de uma situação de conforto, de confiança, aconchego e acolhimento.

Outro ponto que chamou a atenção foi a Cooperativa ser dirigida por agricultores, demonstrando um sentimento de confiança e identidade. Ao utilizar as expressões: “geralmente é gente que nem nós”; “fala que nem a gente, né?”; “É melhor pois sabe o que o agricultor precisa”. Somente um comentário discordante foi realizado, refletindo sobre as mudanças da Cooperativa: “hoje já não é mais, na verdade não tem mais nada a ver com agricultor quase, ficou a cooperativa dos agricultores, mas os funcionários a maioria não são mais, mudou isso” (Agricultor Familiar - Entrevistado 19).

O atendimento diferenciado e a questão da realização dos cursos de formação foi lembrada por um cooperado que, quando abriu sua empresa, a cooperativa lhe ofereceu um curso para oportunizar aprendizado gerencial à família. Somente um entrevistado mencionou que está um pouco elevado o juro do governo e outro fez uma reclamação quanto às taxas cobradas pela Cooperativa.

Vale ressaltar que muitos dos serviços oferecidos pela cooperativa não são específicos para o meio rural, por exemplo, seguros, consórcios, aplicações, dentre outros. Mas ao examinar as outras respostas que aparecem na motivação, por exemplo: facilidade, atendimento, menos burocracia, pode-se concluir que é por estar na Cooperativa e ter acesso ao Pronaf que o cooperado acaba tendo acesso a outros serviços financeiros, mesmo aqueles que não são específicos ao público rural.

Com relação à orientação sobre o uso do crédito, 21 entrevistados afirmaram que a Cooperativa auxilia na orientação, já 1 mencionou que a Cooperativa não deu orientação e outro agricultor afirmou não precisar, pois já está a muitos anos na atividade agrícola e conhece bem o processo produtivo e também o processo de obtenção do crédito.

Os entrevistados mencionaram que a orientação disponibilizada pelos colaboradores da Cresol acontece nos momentos de conversa, quando os cooperados se dirigem até a agência com a proposta de fazer um financiamento e também nas visitas que os colaboradores e técnicos realizam no estabelecimento rural para avaliar melhor o interesse e objetivos do cooperado, a necessidade do crédito e as melhores opções disponíveis (taxa de juros, condições de pagamento, etc). Também foram citadas as

reuniões de lançamento do Plano Safra realizadas anualmente pela Cooperativa, assim que o governo disponibiliza o Plano.

Somente um agricultor que está tentando acessar o crédito rural pela primeira vez, mencionou que não teve muita orientação e relatou sua situação de pouca movimentação da conta fora da época da captura do pescado como um complicador para liberação do crédito.

3.3.3 Acesso ao crédito rural na visão dos tomadores e dos gestores

Entre os 23 agricultores entrevistados que responderam esse questionamento, 17 afirmaram nunca ter enfrentado problema para acessar alguma linha de financiamento do Pronaf ou do crédito rural, em bancos ou em cooperativas de crédito. No entanto, quando consideramos o acesso ao crédito rural somente pelas cooperativas de crédito, o número dos que afirmaram nunca ter enfrentado problema em relação à essas instituições sobe para 20. Isso evidencia a eficiência das cooperativas de crédito na visão dos agricultores entrevistados, em particular da Cresol, na operacionalização das contratações do crédito rural na região da Cooperativa.

O histórico do processo de contratação do crédito rural pela agricultura familiar, a experiência com os bancos, a questão do relacionamento, o movimento que culminou com a criação das cooperativas e a participação da agricultura familiar é ressaltado nos depoimentos abaixo:

> O primeiro Pronaf (investimento), veio do Banco do Brasil mas pela Cresol. Na época eu fazia parte do conselho fiscal da Cresol, trabalhava em parceria, Cresol e Banco do Brasil. Então o primeiro Pronaf que a Cresol que fez, mas o dinheiro mesmo veio do Banco do Brasil. Nunca tive problemas, nunca atrasei pagamento, mas sempre que precisei me atenderam muito bem (Agricultor familiar e agente comunitário - Entrevistado 23).
>
> Pra financiamento do Pronaf e Pronamp nunca tive problema, foi bem tranquilo. No começo tirei Pronaf pelo Banco do Brasil e depois que trouxe pra cooperativa aí ficou muito fácil (Agricultor familiar - Entrevistado 17).
>
> Antes da Cresol, no Banco do Brasil era mais difícil de acessar, depois que a Cresol se instalou aqui no município, ficou mais fácil. Os bancos não se interessavam muito pelos pequenos agricultores né? Estavam mais focados nos grandes agricultores (Agricultor familiar - Entrevistado 1).

Agricultores que relataram dificuldades ao tentar acessar alguma linha de financiamento estão relacionadas em sua maioria com os bancos, principalmente o Banco do Brasil, com relato de que "o recurso demorou para liberar - 6/7 meses", que os agricultores não eram bem atendidos, dentre os problemas relacionados à elaboração de

projetos; Mas também existem agricultores que reclamam da demora sobretudo quando "vem um novo projeto". Essa demora colocada pelo agricultor pode ser quando o recurso acaba e o governo interrompe novas operações de crédito.

Quanto à questão da agricultura ser uma atividade produtiva com forte relação com a natureza, os ciclos naturais e também suscetível à condições adversas, que podem colocar em risco à produção. A frustração da safra e os impactos no orçamento familiar, apontam ainda que o Proagro poderia ter uma responsabilidade maior:

> A preocupação quando faz isso aí é que a lavoura pode não dar produção, não ter retorno e ali tem que pagar. E isso já aconteceu, teve ano que teve doenças e perca e a gente não teve retorno, mas o empréstimo a gente teve que retornar. Aí deixa o cara na pior, o ano todo e mais o outro pra recuperar, é bem difícil. Isso aí, o seguro (Proagro), eles podiam tomar uma providência e vistoriar isso aí pra favorecer esse momento (Agricultor familiar - Entrevistado 22).

A questão da falta de acesso ao Pronaf pelos plantadores de fumo foi uma dificuldade relatada por um técnico de ATER, já que o fumo não é alimento e o Pronaf só financia a produção de alimentos.

Uma visão compartilhada por todos é quando acaba o recurso disponibilizado no Plano Safra pelo governo federal. Os gestores ressaltam que o diálogo entre a Cooperativa, a Central e o BNDES não é um problema, pois é um relacionamento que foi "construído ao longo do tempo". Na visão desse entrevistado abaixo, observamos uma visão sobre essa evolução no tempo de atendimento e contratação do crédito, onde podemos constatar o "Jeito Cresol" em entender a demanda do agricultor e disponibilizar um serviço financeiro, que é também uma política pública, de forma eficiente e eficaz:

> O acesso da cooperativa ao BNDES é muito bom, muito rápido, eles te liberam operação de custeio em dois, três dias. Em uma hora a gente gera o contrato e já está pronto para pegar assinatura. Isso foi construído ao longo do tempo, não era assim, demorava 90 dias, quando eu comecei a trabalhar era 90 dias para sair uma operação. Então hoje em 3 dias foi um avanço muito grande (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 25).

O depoimento abaixo aponta para a inadequação da distribuição do crédito rural, da necessidade de ter que utilizar recursos dos outros bancos, que segundo o gestor: "Se colocasse o dinheiro no BNDES para as cooperativas usarem, seria mais correto". Menciona também a questão dos contratos de investimento serem prejudicados quando acaba o recurso e sugere que sejam colocados mais recursos nessas linhas, ou fazer uma distribuição, redistribuição do recurso, pois a DIR – Depósito Interfinanceiro Vinculado ao crédito rural, a exigibilidade bancária hoje, somente pode ser aplicada em custeio:

> A distribuição do crédito não tá muito adequada aonde tem demanda, a gente usa o recurso dos outros bancos. O problema é que esses bancos, hoje a resolução que autoriza exigibilidade bancária, que é a aplicação de um percentual dos depósitos à vista que os bancos arrecadam diariamente para aplicar no crédito rural, só serve para o custeio. Então quando acaba o investimento por exemplo, na modalidade Inovagro, não tenho onde aplicar. (Gestor da Central Baser - Entrevistado 30).

Ainda segundo o gestor, a Cresol possui muitas fontes de financiamentos: via equalização econômica (BNDES e do Tesouro); tem o crédito de bancos parceiros, mas vem do BNDES. Então a hora que acabou do BNDES também acaba do banco parceiro. Trabalha ainda com recursos próprios, que aplica no crédito rural de custeio. Estão autorizados a trabalhar com a poupança rural para crédito de custeio, mas que vai servir para investimento também. A formatação da poupança rural, embora autorizada em 2019, está ainda em planejamento da carteira:

> Existe o crédito e o governo divulga, pensando no que foi o ano passado projetando um percentual para o próximo ano, que vai ter tantos bilhões, que seria da exigibilidade bancária disponível. Essa informação que você tem, só que para mim tomar esse crédito e chegar até o produtor, a caminhada é longa. Aí é lucro, banco quer lucro, tá melhorando, consegui operar a DIR esse ano com reciprocidade zero. Peguei a DIR e apliquei, não precisei deixar R$ 1 aplicado. Então talvez vai durar pelos próximos anos safras também, talvez esse banco vai estar sempre sub aplicado e ele vai ter que achar outro banco e não vai cobrar nenhuma reciprocidade. Talvez ano que vem mude o cenário e ele não tenha tanta obrigação de aplicar, vai depender das condições que a cooperativa tem. Então o melhor crédito hoje é o crédito da equalização econômica, o segundo melhor crédito é o DIR, mas para isso tem que ter minimamente uma intervenção do Banco Central para dizer você é banqueiro você vai emprestar R$ 1, mas você não pode cobrar R$ 1 de caução de garantia. Mas ele não vai dizer porque é uma ingerência na gestão do banco e o repassador tem que se precaver, como é que eu vou emprestar R$1 para o Marcos e saber se ele vai me devolver amanhã? Tem que me dar um calção uma garantia é uma questão comercial (Gestor da Central Baser - Entrevistado 30).

Quanto aos procedimentos para obtenção do crédito, dos 20 agricultores que responderam essa questão, 19 mencionaram que se trata de um processo simples, que parte da ideia, do projeto que eles têm para melhoria da sua produção, ou do estabelecimento e posteriormente a articulação com a Cooperativa, técnicos e colaboradores. As entrevistas dos agricultores transcritas abaixo evidenciam parte dos procedimentos necessários à obtenção do crédito rural junto à Cresol:

> Hoje é simples né, antigamente...Tem que apresentar documento da terra, tem a DAP, que tem que ter como produtor rural. Fazendo o projeto e vai embora (Agricultor familiar - Entrevistado 3).

> Para conseguir, primeira coisa se não tiver terra própria, vai precisar de uma matrícula. Tem que ter uma área ou uma carta de arrendamento, com croqui indicando o que ele vai produzir ali, onde vai ser utilizado o financiamento, o

> que vai produzir, a cultura que vai produzir. E outra parte é documentos pessoais que vai precisar. Aí procura a cooperativa e organiza o projeto (Agricultor familiar - Entrevistado 17).

> Vem na cooperativa, faz a solicitação para a funcionária, faz o levantamento do que precisa da terra, análise, essas coisas e deixa a documentação. Daí o técnico vai lá, avalia a cultura, faz o projeto pra que será utilizado o crédito (Agricultor familiar - Entrevistado 12).

Quanto às garantias solicitadas pela cooperativa, dos 21 agricultores que responderam essa questão, 8 citaram somente avalistas como garantia. Já 7 cooperados mencionaram a necessidade de avalistas, mais garantia real (hipoteca ou alienação de bens/imóvel). Na sequência estão aqueles que afirmaram não precisar de garantias (4 agricultores) e somente 2 citaram somente a garantia real.

De acordo com os gestores da Cresol, hoje o relacionamento que o cooperado tem com a cooperativa é o fator chave, também, na questão das garantias a serem exigidas. Assim, consideram que os critérios e garantias são bem negociáveis, dependem: da renda do agricultor, do patrimônio dele, do valor solicitado, da experiência do cooperado com aquela cultura ou atividade para qual está solicitando recursos. E a mesma situação vale para o crédito utilizando recursos próprios. O depoimento abaixo traz alguns desses elementos e finaliza com a questão da autonomia local de cada cooperativa decidir sobre detalhes relacionados à exigência da garantia:

> Acho que atualmente, a principal análise que seria utilizada é o relacionamento, que por si só, já mata uma série de outras dúvidas. Porque se você tem um bom relacionamento com a cooperativa, não tem porque você ficar burocratizando. Se o gerente, ou alguém da cooperativa conhece a atividade que o agricultor desenvolve, não tem porque ficar burocratizando. É claro que, por uma questão legal, aí é muito pautando pelo que os processos normativos dizem, que é preciso se cercar de garantias em determinados momentos. Mas hoje para tu ter uma ideia, tendo relacionamento, tem agricultores que pegam crédito de Pronaf Custeio sem necessariamente trazer o avalista, só ele. E aí tá muito aberto, cada região, cada gerente, cada superintendente local pode reunir com sua equipe e analisar. Aqui, eu cooperativa quero crédito assim: acima de R$ 60 mil quero garantia real, essa é uma questão local, de conhecimento, de prática (Gestor da Central Baser - Entrevistado 30).

Além do relacionamento, o mesmo gestor aponta que um projeto bem elaborado também ajuda na análise da viabilidade da cooperativa aprovar aquele crédito solicitado pelo cooperado e finaliza trazendo a questão do conhecimento técnico do cooperado como um fator importante na análise.

Outro gestor da cooperativa trabalha com a ideia da normatização do crédito rural e a garantia como uma exigência do sistema que opera a política, mas também expõe

a questão da autonomia da cooperativa decidir o valor do crédito até R$ 20 mil sem garantia e remete à importância da garantia como instrumento de proteção ao crédito:

> Hoje, os critérios de garantia vem pelo MCR [Manual do Crédito Rural], o próprio Banco Central, próprio modelo do Pronaf traz que ele tem que trazer as garantias. Mas assim, a Cresol hoje, eu acredito que aqui nessa cooperativa, nós emprestamos até R$ 20 mil sem garantia nenhuma, porque a gente conhece o agricultor, ele paga até 20 mil. Daí pra cima o sistema exige que ele tenha uma garantia, o próprio sistema, porque se você emprestar R$ 20 mil pra 200 pessoas dá R$ 4 milhões. Então, são coisas assim que também te dá uma insegurança, vai que esses caras não pagam ou pegam muito empréstimo, aí você tem que ter alguma coisa que força ele próprio a vir pagar pra não perder aquilo também. Então, é pra proteger um pouco que o crédito realmente volta, ele é uma proteção ao crédito, não é uma garantia pra nós executarmos ele. A gente trabalha nesse sentido, mas já tem muita gente que pega o crédito sem garantia, sem nada e a gente sabe que paga (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 29).

Com relação aos critérios e garantias, a contribuição de um técnico de ATER que acredita serem adequadas as exigências, por se tratar de um recurso subsidiado, além de serem úteis para evitar a aplicação do recurso de forma inadequada. Toda operação financeira envolve risco e o Banco Central tem faixas para classificação do risco. Assim, outro gestor comenta que a Cooperativa não as enxerga as operações de crédito como caridade. Tem que ser encarado com seriedade, mas também tem que ter uma avaliação individualizada e que não dificulte o acesso.

Com relação às ações (normas, regulamentos, processos) do Banco Central e se estas atendem às especificidades ou particularidades da Cooperativa, a entrevista abaixo aborda a questão do contato com o cooperado como um diferencial da agenda externa, do relacionamento:

> Tem que marcar agenda fora, com os sócios é importante para não ser só um banco, ficar só na burocracia da agência que toma muito tempo. O Banco Central uniformiza a análise, mesmas normas, resultados, índices, as curvas de equilíbrio para cooperativas e bancos, tudo procede da mesma forma. O BNDES é mais aberto, visão mais angelical, algo muito positivo. Cresol tem uma cadeira cativa lá, respaldo para dialogar, é ouvido, pois fazemos um trabalho bem feito (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 27).

Existem críticas direcionadas à burocracia excessiva do MCR, do BNDES e dos cartórios, "um exagero". Afirmando que o processo de obtenção do crédito poderia ser mais simples:

> Atende, inclusive temos que dar até os parabéns, porque eles ajudam a olhar isso também, as garantias, que tenha dinheiro pra emprestar. A única coisa que ali, eu questiono o MCR [Manual do Crédito Rural] ele pede muito papel. Hoje pra tu liberar um investimento de R$ 100 mil pelo BNDES é um calhamaço de assinaturas que é uma loucura. E os cartórios exigem isso também, acho que podia ser mais simples, tu assina, o cartório tem que saber que isso aqui

> [contrato] se não pagou tem que ser executado, não precisa ter 100 folhas (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 29).

Outro gestor da cooperativa discorda dos colegas e qualifica o Banco Central como um apoiador da Cresol, que auxilia e orienta a Cooperativa a ir por bons caminhos: "O Banco Central é um grande apoiador da cooperativa na verdade. Aí quando a gente está tomando um rumo que não é o melhor, eles vem e nos dão um puxão de orelha. Estão sempre nos orientando para seguir um caminho correto" (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 25).

O que parece pelos relatos dos gestores é que a relação com o BNDES, Banco Central já foi pior, mas a relação evoluiu com os resultados que a Cresol conseguiu atingir. No entanto, o trecho transcrito abaixo, comenta sobre alguns pontos que poderiam melhorar:

> As cooperativas são muito precavidas ainda na questão do *check list* de documentos talvez por ter uma carteira não tão pujante, que nem o Banco do Brasil a gente acaba pecando muitas vezes pelo excesso. E às vezes por querer desburocratizar, você acaba burocratizando, por questão de ser melhor pedir isso daqui do que depois vir uma fiscalização e ser penalizado por não ter isso. Eu digo assim, você não ter uma licença ambiental de um empreendimento que você precisaria, hoje a gente pede quase na sua totalidade (Gestor da Central Baser - Entrevistado 30).

De forma geral, conforme pode-se concluir por meio dos trechos apresentados das entrevistas, sobretudo a dos gestores, que os critérios e garantias utilizados pela Cooperativa, são bem negociáveis. A priori, as normas dizem que a garantia deve obedecer um padrão, porém, em função do tipo de relacionamento estabelecido com o cooperado, ela poderia ser até dispensada em algumas situações. Nesse caso, evidencia-se a questão da autonomia dos gerentes de cada agência, que conhecem os cooperados e podem decidir muitas vezes, como, quando e de que forma essas garantias podem ser operacionalizadas. Destaque mais uma vez para o papel do relacionamento com o cooperado na Cresol e como o crédito rural serve de alavanca para fortalecer este relacionamento.

3.3.4 A Cresol e o atendimento ao público urbano

De forma geral, a ampliação do público urbano está considerada positiva para os entrevistados. Avaliam que a Cresol está realizando um trabalho bem feito e conseguindo atender bem tanto o agricultor, como o empresário, pequeno empresário, o trabalhador da cidade.

Todos entrevistados afirmaram que a Cooperativa pode ampliar seu público: “está crescendo e é melhor para atender os 2 públicos”. Reiteram também, como se viu em outras vezes neste trabalho, o diferencial do atendimento da Cresol: “A Cresol tem que ampliar, crescer, como qualquer empresa”. “Somente tendo mais público a Cooperativa pode ficar maior, mais forte”. Assim, a Cooperativa estava fazendo a “coisa certa”, em melhorar a captação de recursos e novos cooperados, diminuindo a dependência de um público só, o rural. Também destacaram esse crescimento como um sinal de sucesso do trabalho dos agricultores.

Essa diminuição da dependência da agricultura é relevante para a Cooperativa, sobretudo em regiões onde a agricultura está enfraquecendo. A abertura foi mais uma necessidade para a Cooperativa seguir em funcionamento. Como sintetiza esse trecho:

> Pode fazer um trabalho bem feito para atender os 2 públicos (rural e urbano), acho que se a Cresol não tivesse mudado o estatuto, se o Banco Central não abrisse essa brecha a Cresol teria que fechar em alguns municípios, porque aqui em Botuverá hoje não, mas futuramente a agricultura já está diminuindo bastante e se não abrisse essa brecha aí por exemplo com as empresas, teria que fechar (Agricultor familiar e agente comunitário - Entrevistado 23).

Nessa perspectiva, o depoimento abaixo traz um olhar sobre a sustentabilidade da cooperativa, na possibilidade de alguma cadeia de produção, da sucessão aos poucos ser quebrada, precisavam abrir o estatuto para o público urbano. Assim, ampliando o olhar para além do relacionamento, da origem da Cresol, confrontando com a realidade do envelhecimento dos cooperados, a falta de sucessão, a dependência das oscilações da agricultura, enfim, vejamos seu depoimento:

> Estrategicamente a criação da Vale Europeu passou por outro viés que é a capacidade que nós teríamos abrindo o estatuto, fomentar a curva de equilíbrio, ser maior. A Cresol São João sozinha não conseguiria ter esses sócios, ferramenteiro que é filho de agricultor, filho de agricultor que virou farmacêutico. Ampliar o público, não só o rural, mas o urbano também, pensar estrategicamente em ter rentabilidade em outros campos, responsabilidade de levar a cooperativa para frente, com toda informação que possuem, abrir mão do conforto e criar ares mais urbanizados. Mesmo com esse viés urbanizado, estamos comprando 8/9 terminais de autoatendimento para instalar em algumas cooperativas, então a gente tem uma necessidade de abertura, vamos construir pra lá e pra cá. Mas e nossa raiz? Nosso agricultor? Temos que trazer ele junto, mas temos o dever de observar essa rentabilidade, esse problema da sucessão familiar, até onde a Cresol Vale Europeu seria sustentável só com agricultores? Até onde os filhos dos nossos sócios serão cooperados? E se serão produtores? Algo que a gente se vê de mãos atadas (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 27).

Mas também existiram comentários que apresentaram ressalvas, de que com a ampliação a Cresol vai ter que controlar mais os empréstimos para o público urbano,

analisar se o indivíduo tem trabalho estável e se vai conseguir devolver o dinheiro emprestado. Essa demonstração de preconceito por parte de alguns agricultores com relação ao público urbano pareceu ser o afloramento de um sentimento de identidade, ou uma espécie de *ethos* dos agricultores com relação ao compromisso em honrar despesas, o que na cidade, no pensamento deles, não é assim. Conforme pode ser observado neste trecho, transcrito abaixo:

> Abertura pra cidade é bom cuidar um pouco. Porque o agricultor, se ele pegar um crédito ele se preocupa em pagar e já como é cooperativa já quer dizer um negócio mais da agricultura, aí tu abre espaço pra todo mundo, daqui a pouco a coisa tá bem formado por nós, aí vem uns picareta lá e derruba ela e daí? Não é porque a gente é dos sócios fundadores que a gente quer a parte mais...nada a ver com isso. A gente quer a coisa prática e que funciona pra nós (Agricultor familiar - Entrevistado 20).

Nas palavras de outro cooperado: "ela não pode perder o foco", e que a Cooperativa não pode esquecer ou perder a sua origem rural. Deve continuar tendo a visão de priorizar o agricultor, pois foi dali que ela surgiu. Eles enfatizaram que a cooperativa de crédito é forte na agricultura, na área rural e não pode atender só a cidade e esquecer o rural, teria que continuar a atender bem os agricultores, manter a proximidade como podemos verificar no trecho abaixo:

> Ela pode trabalhar bem com os dois, só que eu acho que ela não pode perder aquela origem dela, que ela se criou através da agricultura. Não pode se desfazer dessa raiz, que o produtor que é o fundamental dela, que o agricultor que tinha que ser a vitrine, o representante, aquela pessoa preferencial que está no campo produzindo, sempre incentivar mais essa produção, esse produtor que seja o primeiro. Não depois, que chegue um capitalista urbano e ele seja o bã-bã-bã lá dentro e não pode perder essas características (Agricultor familiar - Entrevistado 17).

Outros agricultores destacaram a questão do conhecimento, conectado com a confiança. Pegando um exemplo de uma situação colocada por um agricultor que diferencia a Cresol de um Banco, pois nesse último, existem uma alta rotatividade de funcionários e na Cooperativa não.

Partindo da premissa: Como posso confiar em algo que não conheço? Alguns agricultores valorizam essa premissa e acreditam que a Cooperativa: "tem que dar pra todo mundo, mas tomar cuidado para não se complicar". Tiveram agricultores que, resignados, manifestaram ser contra no começo, achando que não ia dar certo, mas depois viram que foi uma boa, até como uma oportunidade para o cooperativismo na região, "abrir para todos". No começo foram relutantes à abertura, pois, a ideia original foi criar a cooperativa só com os agricultores, mas depois de conversar com os dirigentes mudaram

de ideia e viram que atualmente foram obrigados a avançar pra cidade também. E hoje até analisam como uma oportunidade de aproximação entre o rural e o urbano

Nesse contexto de aproximação com o mundo urbano o trecho selecionado abaixo discorre sobre as linhas de crédito que a cooperativa está oferecendo para as empresas:

> Não é só no mundo rural, esse ano a gente fez mais do que 130 operações para PJ [pessoa jurídica]. Então são 130 empresas que tomaram crédito para capital de giro, só empresas que a Cresol adotou, vem acompanhando, são empresas que não tem dois anos de existência. Entra na contramão do que o sistema fala, que até dois anos a empresa quebra, então a gente tá apoiando e fazendo um trabalho. Também daquelas [empresas] que não tem obviamente controle gerencial, para que a gente possa estar fomentando isso nos nossos pequenos municípios, que não é rural mais ele tá no município que é rural, então de certa forma, meio que indiretamente acaba beneficiando o meio rural (Gestor da Central Baser - Entrevistado 30).

A questão da capacitação, formação foi levantada por um cooperado, já que a especialidade da cooperativa é o público rural, ela teria que investir em programas da área de educação para poder levar o conhecimento de como trabalhar com o público urbano para os seus colaboradores e gestores.

3.3.5 Iniciativas de assistência técnica e educação na Cresol

Um gestor da cooperativa aponta para a importância de trazer mais associados e que a Cresol pode levar o conhecimento sobre o cooperativismo à essas pessoas. Fica evidente, uma oportunidade de um trabalho de educação cooperativista, o qual a cooperativa já desenvolve, mas que pode ser aprimorado com vistas à ampliar a cultura cooperativista na sociedade:

> O que falta talvez é que tem pessoas que ainda precisam conhecer a cooperativa. Então, de que forma que a gente vai levar esse conhecimento da cooperativa, da Cresol, do cooperativismo para que contagie essas pessoas? Esse é o pulo do gato, como chegar lá, como chegar nessas pessoas (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 25).

Algumas ações são desenvolvidas pela Cresol no âmbito da educação cooperativista[31], destaque para a Trilha do Conhecimento que é um programa de formação à distância voltado para os colaboradores da Cooperativa, o Programa Juventude

[31] Não será dado muito enfoque a essas ações de educação cooperativista, uma vez que está sendo desenvolvido o Projeto CNPq/Lemate com esse tema, bem como uma dissertação de mestrado no Programa de Agroecossistemas que tratará sobre essa temática.

cooperativa e os Agentes comunitários de desenvolvimento. O trecho transcrito abaixo traz um pouco desse trabalho:

> Nós temos um departamento interno, que está relacionado a gerência de divulgação e marketing, é uma área estratégica, possui algumas propriedades em que os técnicos acompanham, tem todo um trabalho de divulgação dos agentes, dos jovens, temos um trabalho feito nas escolas que se chama um olhar para o futuro, para trabalhar com as criancinhas. Tem todo um rol de ações pensadas ao público da melhor idade, são várias ações que o pessoal do departamento estratégico vem pensando, para poder estar inserido em todos os públicos, em todas as faixas etárias, essa é uma preocupação constante, principalmente trabalhar com essa questão da sucessão (Gestor da Central Baser - Entrevistado 30).

Em relação ao uso do crédito pelo Sistema Cresol e sua importância para o desenvolvimento do cooperado e para a permanência da família no meio rural, surge o Programa de Extensão Rural Cresol, o qual foi iniciado em 2015, como uma ação estratégica dos gestores da Cresol Baser. O Programa busca avaliar os desafios ligados ao uso orientado do crédito rural e a construir novos arranjos produtivos que beneficiem os agricultores familiares associados. Atualmente, a iniciativa presta um acompanhamento direto para mais de 300 estabelecimentos familiares pré-selecionados, buscando ampliar "os conhecimentos sobre os projetos produtivos dos agricultores e suas interfaces com o cooperativismo de crédito solidário, os mercados e o desenvolvimento rural" (BASSO et al, 2017 p. 70).

Nesse mesmo ano teve início o projeto de assistência técnica na Cresol Águas Mornas (antes da incorporação). O qual seria um programa piloto, uma ideia nova, de trabalhar assistência técnica de forma direta com o cooperado, sem vínculo com o projeto de crédito. Foi fruto de reflexões e avaliações históricas de parceiros e gestores da Cresol sobre a relevância da assistência técnica no desenvolvimento dos sistemas produtivos e dos estabelecimentos agrícolas, surge assim o programa de ATER desenvolvido pela cooperativa.

A ideia inicial foi trabalhar com seis famílias na região de Águas Mornas (não existia Vale Europeu ainda) e também em Schröeder, contudo iniciou com 10 famílias em cada município, depois aumentou para 15 em Águas Mornas e dez em Schröeder. Nos dois primeiros anos (2015, 2016) participaram entre 20 e 25 famílias, alternando:

> Depois desses quatro anos de programa a gente consegue direcionar as demandas junto com as agências, em cada agência eu converso diretamente com os gerentes. Por que a grande intenção da Cresol hoje é que isso seja gerador de negócios para Cresol também. Não apenas um programa social. Que a Cresol consiga gerar negócios através desse programa, a gente com um relacionamento junto com os gerentes consegue desenvolver. Porque daí tu

> aplica assistência técnica e a gente tem o crédito como uma baita ferramenta, juntando os dois com uma assistência contínua a gente tem tido bastante exemplo de sucesso (Técnico de ATER - Entrevistado 31).

Recentemente a cooperativa realizou uma avaliação com os envolvidos no programa, relacionado à melhoria financeira dos cooperados medindo a movimentação em conta. Nesta, foi possível observar que os cooperados cresceram numa média de 100% no ano de movimentação dentro da conta Cresol.

O Programa realizou parcerias com empresa de comercialização de frutas, estreitando laços para comercialização da produção da agricultura familiar. A proposta de ATER da cooperativa busca observar e valorizar os recursos locais, fazendo um trabalho para frear a questão de compra dos produtos sem muita orientação, equilibrando nutricionalmente a planta para redução da utilização de agrotóxicos.

Segundo os técnicos e gestores, no início do Programa a Cooperativa objetivou oferecer assistência técnica para o cooperado com dificuldade financeira. Geralmente o participante estava endividado e sem muita possibilidade de fazer novos investimentos e algumas vezes resistente à assistência técnica, o que dificultou o trabalho. A Cooperativa concluiu que não adianta, em muitos casos, vincular assistência para auxiliar um cooperado com problemas financeiros, pois as experiências não foram satisfatórias. Por isso o desafio inicial foi encaixar um perfil ideal para o Programa.

Hoje a Cresol avalia positivamente a experiência, agora denominado Programa de Empreendedorismo Rural. E acreditam que o sucesso está extremamente relacionado com a escolha da família, pois além de ter um bom relacionamento com a Cresol, ela tem que querer melhorar sua produção, acessar o crédito e aumentar sua renda.

Observando os resultados e objetivos do programa, um gestor da cooperativa avalia que:

> O projeto de ATER que a gente desenvolve é transformar uma propriedade, pra que aquela propriedade seja referência na comunidade e os demais enxerguem que uma propriedade que tem uma assistência técnica como um todo, ela gera resultado. Qual a diferença do nosso ATER para o ATER de uma agropecuária, ou de qualquer outro? É que o nosso agrônomo não atende aquele produto específico não atende somente o tomate, ele atende a propriedade. Então o que o produtor quer da propriedade dele? Essa pergunta que o nosso agrônomo faz. Aonde você quer chegar na sua propriedade? Estão no programa 38 famílias na área das 5 antigas cooperativas (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 26).

Outro gestor chama a atenção para o poder irradiador da proposta entre os agricultores que desenvolvem essas unidades de referência:

> Se espelhar no que o outro tá fazendo, então unidade de referência é justamente para isso para que contagie os demais e depois a gente consiga espalhar isso, sem ter o técnico lá, mas ele passou por um acompanhamento de dois anos ele sabe como fazer e vem um vizinho e vai passando para o outro (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 25).

Além desse programa, o trecho abaixo reflete sobre uma iniciativa que estão desenvolvendo com parceiros nos estados do Sul visando o desenvolvimento de projetos mais elaborados, com mais qualidade, conforme pode ser observado:

> Hoje o Sistema Cresol conta com 2.200 técnicos que estão credenciados e hábitos a elaborar projetos, ajudar a fomentar o crédito rural nos municípios. E por último a gente tem um processo de parceria, aonde estamos afiando a viola agora com Epagri, temos um trabalho com a Emater no Paraná, um sindicato no Rio Grande do Sul, estão fechando com a Fetaep no Paraná, com profissionais autônomos, com parcerias aonde a Cresol remunera o parceiro do trabalho que ele desenvolve justamente para trazer pro produtor um projeto um pouco mais elaborado, com mais qualidade para que ambas as instituições tanto o parceiro como a Cresol ganhem é uma política de ganha-ganha (Gestor da Central Baser - Entrevistado 30).

O trecho acima destaca parcerias importantes para qualificar o uso do crédito rural entre os cooperados da Cresol. E como se pôde avaliar, os programas educacionais possuem grande relevância para o Sistema Cresol, sobretudo os que são mais diretamente relacionado ao crédito rural, tais como o programa dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento (atual Programa Lideranças) e o Programa de Empreendedorismo Rural. O primeiro trata de um dos programas mais importantes e antigos do Sistema Cresol, pois possibilita o intercâmbio entre a demanda/realidade dos agricultores e o universo da Cooperativa.

Contudo, uma pesquisadora que estudou o desenvolvimento do programa na Cooperativa de Águas Mornas, apesar dos seus avanços, "ainda é pouco compreendido como uma poderosa ferramenta de desenvolvimento da sociedade local e da cooperativa que realiza o operacionaliza. O programa é, aliás, é um processo de formação com análises reflexivas da realidade" (PÉREZ 2017, p.48).

Já o segundo programa, ao proporcionar um serviço de assistência técnica personalizada aos objetivos dos produtores possibilita vantagens para todos envolvidos, pois:

> O desenho organizativo da Ação de ER contempla uma estrutura de descentralização das ações com os atores locais, com destaque para o papel da Cooperativa de Crédito Singular, dos beneficiários, dos extensionistas e a contribuição de atores das redes sociais locais e afins. É importante considerar o fato de que a dinâmica adquirida pela Ação de ER, em cada local de inserção, está fortemente tributada pelas condições organizativas, culturais e políticas

> vigentes (em outras palavras, do seu capital social) no contexto onde se insere (BASSO; DAVID; SILVA, 2019).

3.3.6 Agricultores cooperados que não utilizam o crédito rural por intermédio da cooperativa[32]

Durante a preparação da pesquisa de campo houve dificuldades para a Cooperativa identificar o público que não está utilizando o crédito rural para participar da pesquisa. Por isso foi possível incluir somente 4 agricultores entre os entrevistados. Porém, além da participação destes agricultores, na medida do possível se indagou outros entrevistados (gestores e colaboradores da cooperativa, agentes comunitários e prestadores de assistência técnica e extensão rural) sobre o tema.

De forma geral, todos entrevistados acreditam que o universo de agricultores cooperados que não está utilizando o crédito rural para financiar a sua produção é pequeno e eles acreditam que isso não ocorre por uma falha da cooperativa. Assim, esses agricultores foram categorizados em 4 grupos, ou tipos.

O primeiro tipo diz respeito aquele agricultor endividado, que está tendo ou já teve problemas, ficando com seu nome "sujo" por não conseguir honrar seus compromissos. Esse problema pode ter ocorrido ao tentar em financiamentos com projetos de crédito mal elaborados, falta de acompanhamento ou experiência, ou ainda com projetos que geraram problemas ambientais no decorrer da safra:

> No passado tentaram financiar um micro trator e, vocês sabem, que no começo a taxa de juros era bastante elevada, eles não deram conta e quando foram ver estavam super endividados, tiveram que vender pedaço de terra, tiveram que emprestar dinheiro dos vizinhos, existem situações que essa pessoa não vai querer acessar o recurso (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 26).

O segundo tipo de agricultor, diz respeito àqueles que não gostam de trabalhar com bancos ou cooperativas, muito menos fazem financiamentos: "Aí nós vamos falar de uns 3% do nosso povo que não faz dívidas nem que o juro é zero, ele não pega dinheiro porque tem o compromisso de pagar e ele não quer ter compromisso, muitas vezes tem medo do banco (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 29)". Um agricultor está mudando de opinião por necessidade: "sempre tive um pé atrás para fazer as coisas com banco, mas daqui pra frente está bem apertadinho, se tivesse pouca coisa, mas agora tenho as lagoas

[32] A introdução desta abordagem surgiu como proposta da banca de defesa do projeto, com objetivo de envolver e trazer informações sobre um vasto público de agricultores familiares da região, complementando informações sobre o crédito rural na Cresol Vale Europeu.

e tenho meu filho aqui morando comigo, preciso pagar as coisas dele" (Agricultor familiar - Entrevistado 21).

O terceiro tipo de agricultor que não faz o uso do crédito rural, diz respeito ao agricultor mais capitalizado, que investe seu próprio capital no financiamento de sua produção agropecuária. "Custeio com recursos próprios, sempre foi assim. Dinheiro que a gente tem guardado, capital de giro. Não exerci nenhuma atividade fora da agricultura, sempre batalhando (...) Aí consegui trabalhar e construir esse capital de giro alto" (Agricultor familiar - Entrevistado 20).

O quarto diz respeito àqueles agricultores que não tem sucessor para seguir com a agricultura e se encontram sem perspectivas para investir no estabelecimento agrícola, geralmente estão com a idade avançada, possuem aposentadoria e preferem seguir morando na área rural, produzindo sobretudo para o autoconsumo da família. "No momento não estou precisando [de crédito], porque eu produzindo o que estou produzindo não preciso de empréstimo, de crédito rural nem de nada pra agricultura." (Agricultor familiar - Entrevistado 23).

Os entrevistados acreditam que o caminho para chegar naqueles cooperados que não estão acessando o crédito é investir no relacionamento, visitar o proprietário, saber porque ele não está acessando. Além disso, o projeto de ATER – Assistência técnica e extensão rural da cooperativa foi ventilado também como uma possibilidade, por meio do acompanhamento técnico, com intercâmbios que possam servir de referência, mostrando a viabilidade do crédito rural para gerar mais renda e melhorar o estabelecimento.

3.4 A VISÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL E O PAPEL DA COOPERATIVA: AVANÇOS E DESAFIOS

Nesse contexto de transformações no cenário econômico, social e ambiental das regiões atendidas, a Cresol precisa se adaptar às mudanças e seguir oferecendo serviços financeiros aos cooperados. O trecho transcrito abaixo, discute esse contexto de transformações e a atuação da cooperativa como uma "ferramenta de desenvolvimento":

> Essas transformações trazem um significado importante para a cooperativa, a gente atuando como ferramenta de desenvolvimento. O nosso cooperado, querendo crescer, ele vai buscar muito mais a cooperativa para fazer os seus investimentos, os seus custeios, até os financiamentos para aquisição de veículos, melhorar a moradia dele [...]. A cooperativa tem lidado bem com essas mudanças, tem se adaptado, tem evoluído. A cooperativa deixou de ser apenas rural e abriu suas portas também para o pessoal do público urbano, assalariado. Tá iniciando um trabalho grande com pessoa jurídica, tá entrando

> em parceria também com o BNDES com linhas de crédito para pessoa jurídica, o pequeno, o micro empresário que precisam também de um incentivo, assim como produtor rural precisa para iniciar suas atividades. Então, a cooperativa tá iniciando, é semelhante ao Pronaf, é uma taxa de juros bem em conta para pessoa jurídica e isso causa também transformação (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 25).

Nas palavras de um técnico: "No início os cooperados tinham a ideia da Cooperativa ser pequena e pudesse atender a sua localidade, mas a competitividade do mercado financeiro foi um fator que forçou essa ampliação" (Técnico de ATER – Entrevistado 31). E conclui que, se a Cresol não tivesse realizado a incorporação, juntando as cinco cooperativas, ela não conseguiria acessar o volume de recursos atual e também não conseguiria chegar a tantos produtores e a população em geral dos municípios.

Dentre as mudanças na configuração do rural e do urbano, merece destaque a região de Botuverá, onde há alguns anos vem diminuindo a relevância da agricultura. Nesse cenário, surgem estratégias da agricultura familiar que se reinventam em busca da permanência da família no meio rural. O exemplo é do agricultor, já citado anteriormente, que está se dedicando ao turismo rural, depois de já ter sido produtor de fumo, pecuarista e ter utilizado financiamento para essas produções. Então, nesse contexto regional desfavorável à produção agrícola, ele resolveu investir em outra atividade:

> Em 2001 fiz um curso de administração rural, foi o dono do Recanto Feliz e foi eu. Quem acabava o curso ganhava uma viagem, pra estrada Bonita em Joinville, ver pesque-pague, coisas bonitas. Eu cheguei em casa e já queria fazer, já queria botar isso aqui pra funcionar, cheio de ideias, mas a mulher não tinha ido e eu gostando da coisa. Fiquei 18 anos martelando. Aí veio o dono do recanto feliz e disse, você não quer trabalhar no recanto, a gente está alugando [arrendando]. [...] Quando saí do arrendamento, tinha R$ 88 mil pra investir aqui. Tinha eucalipto, derrubei e abri em 2015, comecei a abrir chalés, foi começando a vir gente, deslanchou e está cada vez melhor[...]. Turismo rural, eu queria encaixar no Pronaf, mas parece que não dá, a minha [renda] que acho que não. Financiei 6 chalés pelo Pronaf investimento (Agricultor familiar - Entrevistado 10).

Segundo os cooperados, com a crise política e econômica que o Brasil atravessa, muita gente voltou para o campo, "voltou a olhar para o campo de forma diferente". No entanto, apesar de que realmente um contingente de pessoas pode ter retornado ao trabalho na agricultura, a preocupação sobre o envelhecimento da população do campo foi comentada em todas as entrevistas realizadas. Essa preocupação é evidente ao se acompanhar os dados do Censo agropecuário, além de pesquisas e estudos no campo brasileiro. Por diversas razões os jovens estão saindo da zona rural, o que atrapalha a continuidade da produção familiar, ou seja, a sucessão. De acordo com sua experiência

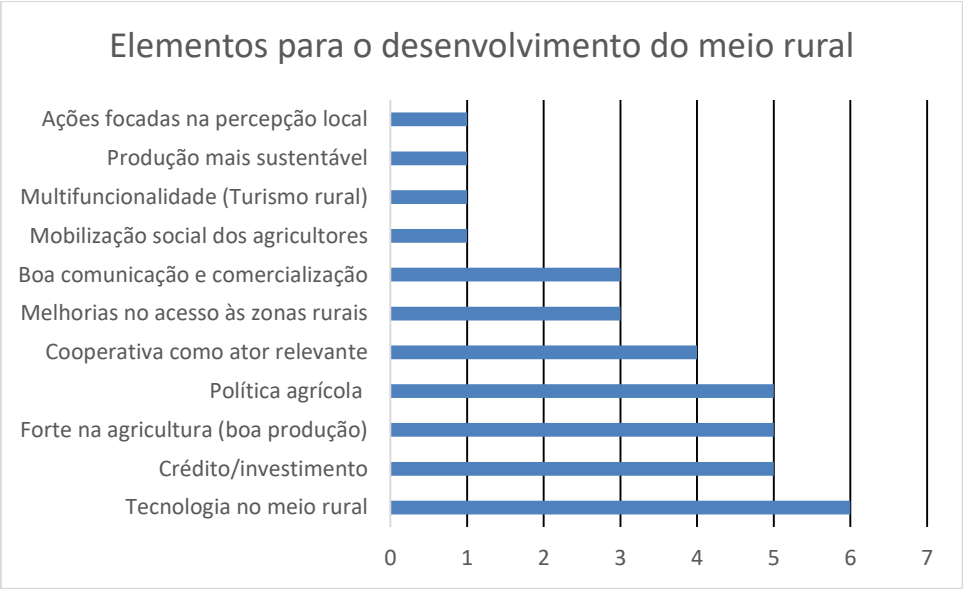
prática, um técnico de ATER acredita que a sucessão tem relação direta com o sucesso do agricultor em sua atividade, com segurança na comercialização, com abertura dos pais à participação dos jovens na gestão da produção e do estabelecimento

Para enfrentar o dilema da sucessão, o trecho abaixo identifica algumas ações que a Cresol Vale Europeu pode desencadear para enfrentar esse quadro. Ressalta a valorização do agricultor e também a participação dos agricultores nos espaços de tomada de decisão da cooperativa, vejamos sua abordagem:

> Quando reúne com agricultores, tentam valorizar o que eles fazem, aí há um casamento brilhante quando os conselhos administrativos, presidentes, vice-presidentes que são mais ligados à administração são agricultores. Não tenho vergonha nenhuma, numa reunião dessas, focar muito mais no meu lado agricultor com essas pessoas e vender a valorização do agricultor, que tem sua cooperativa, que tem a capacidade de ter isso a seu favor e aí a gente trabalha como isso é importante, que o trabalho dele tem uma escala impactante na sociedade e começa a entrar na rentabilidade/estratégia (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 27).

Já a visão dos agricultores entrevistados sobre o desenvolvimento rural é muito difusa, alguns apontam para um cenário de superação dos desafios enfrentados pela agricultura, outros direcionam a abordagem para solução de problemas relacionados à sua localidade ou produção. Mas de forma geral as entrevistas apontaram para um cenário rural que tenha crescimento econômico e qualidade de vida para as famílias, em que os agricultores tenham produção, com quantidade e qualidade para uma boa comercialização e consequente renda para família. Para conseguir atingir esse cenário, algumas necessidades foram levantadas, tais como: muito trabalho, dedicação, investimento, melhorar a comercialização, capacitação e que o governo possa fornecer os recursos necessários para desenvolver o meio rural. As respostas dos agricultores foram reunidas por tema e estão dispostas abaixo (Figura 20).

Figura 20: Elementos para se alcançar o desenvolvimento rural, na opinião dos agricultores entrevistados.



Fonte: Elaboração do autor a partir de informações da pesquisa de campo.

Com relação ao tema mais abordado nas entrevistas: tecnologia no meio rural, a abordagem dos agricultores variou entre aquelas que direcionaram um cenário de um campo onde os agricultores obterem mais acesso à aquisição de maquinário, infraestrutura, para aprimoramento do processo produtivo ou outras necessidades nas propriedades. Também foram citadas parcerias com o poder público municipal, para disponibilização de maquinário, pelas quais a "prefeitura entra com a máquina e o produtor com o óleo". Finalmente, foi citada a necessidade do aprimoramento constante dos agricultores à "novas técnicas", que possibilitará novos ganhos econômicos. Num cenário de desenvolvimento tecnológico, com a automatização e informatização da agricultura o futuro do mercado de trabalho num contexto de baixa escolaridade é preocupante:

> Hoje em dia a gente trabalha com bastante mão-de-obra com pouca instrução, então o pessoal que trabalha nessa área, eles deveriam estar se aprimorando mais, são pessoas que tem pouco estudo e não pensam que é preciso estar se adequando, são pessoas que vão acabar futuramente ficando fora do mercado de trabalho, ou vão ficar com o que sobra de trabalho. Para se chegar a esse desenvolvimento do meio rural é importante que os trabalhadores busquem mais qualificação (Agricultora familiar - Entrevistada 14).

Por meio de uma reflexão sobre a sua experiência familiar envolvendo o desenvolvimento tecnológico na agricultura, um agricultor cita que antigamente, 5 pessoas trabalhavam pra lavar uma caixa de beterraba, o que ocupava quase meio dia de

trabalho, tudo muito manual. Hoje em dia, trabalham com máquina de lavar beterraba, que lava 300 caixas em 1 hora com 3 pessoas:

> Ter infraestrutura para produzir, o maquinário em si melhorou muito, caminhões pra transporte, antigamente ninguém tinha trator, caminhonete, a infraestrutura melhorou do pessoal, galpões se você ver meus tios como lavavam verdura e hoje as máquinas que eu tenho, tudo pela Cresol e aí sim diminuiu e facilita a mão-de-obra (Agricultor familiar - Entrevistado 12).

O segundo tema mais comentado pelos agricultores com relação ao desenvolvimento rural é o papel do investimento e do crédito rural. Para muitos, os investimentos na agricultura são essenciais para os agricultores tocarem suas produções. Nesse aspecto, valorizam, mais uma vez, o papel da Cresol no processo de operacionalização do crédito e afirmam que o investimento que tem que fazer na produção é muito alto, nas palavras de um cooperado "tudo que você faz tem que ter o dinheiro na frente". Assim, consideram importante o produtor se planejar e, poder acessar o Pronaf ou outro financiamento que ele possa aplicar em sua propriedade e que dê retorno, "a coisa comece a crescer, desenvolver".

Neste campo socioeconômico, vale complementar com a opinião dos gestores da Cooperativa. Para esses, as famílias rurais estão aumentando suas rendas significativamente. Suas casas e a qualidade de vida estão melhorando, estão adquirindo veículos para passeio e para trabalho também. Isso auxilia na dignidade para quem vive no campo, ajudando também a girar a economia dos municípios. Ressaltam que se o agricultor cresce economicamente, aumenta o consumo na cidade e aquece a economia local:

> A gente vê um meio rural, cada vez mais, com recurso, com crédito. Hoje tu vem aqui, quase todos os produtores tem os seus maquinários próprios, tem seu micro trator, seu trator, seus implementos para cultivo. Poucos dependem de máquinas da prefeitura, isso sem dúvida acelera o processo produtivo, reduz dependência. E isso só tornou possível por causa do acesso ao crédito, porque se for para comprar um trator [com recursos próprios] dificilmente a gente chegaria nesse nível que a gente tem hoje (Técnico de ATER - Entrevistado 31).

Por outro lado, para os agricultores também existem incertezas oriundas do mercado capitalista globalizado, que podem provocar impactos desastrosos nas cadeias produtivas consolidadas e para os agricultores envolvidos. Um agricultor cita como exemplo a tentativa de importação de banana do Panamá e do Equador, que poderia causar sérios danos aos produtores de sua região. O fato desencadeou uma mobilização e

articulação da associação dos produtores, que pressionaram os políticos, chegando até a esfera federal.

O terceiro tema mais comentado pelos agricultores, diz respeito a um desenvolvimento rural associado com a agricultura forte, tendo “boa produção para alimentar as pessoas”. Muitos agricultores se orgulham pelo trabalho que realizam cultivando uma diversidade de alimentos.

Nessa perspectiva surge o quarto tema, que trata da política agrícola. Segundo foi possível agrupar, para manutenção de uma política agrícola, na visão dos agricultores, tem que manter e expandir os subsídios à agricultura, principalmente entre os pequenos agricultores e que valorize a produção nacional com preço justo. E na interface com a política agrária é importante que essa política possibilite uma melhoraria no acesso à terra para os agricultores.

O quinto tema mais citado nas entrevistas trata especificamente do papel que a Cresol teve e tem no desenvolvimento rural dos municípios que atua. Esse assunto será tratado mais adiante.

O sexto tema citado entre os entrevistados trata das melhorias de acesso à zona rural, como asfalto, que apesar de terem evoluído ainda não está ideal na visão dos agricultores. Para eles essa ação é necessária, pois, além de melhorar a qualidade de vida das famílias, auxilia na retirada da produção dos agricultores.

Já o sétimo tema traz a questão da importância da comunicação no meio rural e as facilidades proporcionadas pelas tecnologias, como as redes sociais, também na comercialização da produção. No caso, os agricultores merecem o mesmo tratamento, em termos de serviços públicos, que ocorre nos centros urbanos, com energia elétrica de qualidade, coleta de lixo permanente, internet. Para um agricultor se as autoridades públicas pensassem em disponibilizar esses serviços, não teria tantos jovens saindo do meio rural, pois, eles “querem ter as mesmas comodidades que o pessoal da cidade”.

Dentre os temas pouco citados está a mobilização social, o qual foi apresentado por uma agricultora que acredita que está faltando mobilização dos agricultores para lutarem por um desenvolvimento no meio rural, contra os baixos preços pagos à produção agrícola, o alto custo de produção, enfatizando que os agricultores “são muito acomodados”. Outro agricultor reforça uma visão multifuncional da agricultura, por meio das oportunidades geradas pelo turismo rural, que na sua visão pode oferecer um grande

leque de opções de lazer, oferecendo atividades de educação ambiental, até mesmo regionais e podendo inclusive, auxiliar na comercialização da produção.

Somente um agricultor, que curiosamente também é comerciante de produtos agropecuários, apontou para a necessidade do fortalecimento de atividades que causem menor impacto ambiental para promover o desenvolvimento rural:

> Produzindo de forma mais sustentável, com menos agressão ao meio ambiente, respeitando as normas técnicas e que ajudem as pessoas. Melhorando as tecnologias de plantio, adubação, reduzir a aplicação de defensivos agrícolas e cada um cuidar um pouco da sua propriedade com relação ao meio ambiente, água, solo (Agricultor familiar - Entrevistado 13).

De forma complementar, para os gestores entrevistados o Sistema Cresol e as cooperativas têm uma grande preocupação com a questão ambiental, às vezes até deixando de aprovar contratos de crédito, de atender um cooperado, porque não está de acordo com o órgão ambiental regulador do estado. Claro que o fato da questão ambiental estar presente na aprovação do crédito, por si só não garante que o agricultor não vá fazer um trabalho que seja poluidor ou algo que vá causar um impacto aos recursos naturais, mas garantem que tentam evitar ao máximo que isso aconteça.

Outro agricultor traz uma reflexão interessante e crítica sobre importância das cooperativas como canal de representação das necessidades da população rural. Por isso as políticas públicas muitas vezes não conseguem captar a diversidade do rural:

> Precisa um pouco mais eles visitarem, virem em busca do que a agricultura está precisando. Eles têm a oferecer algo, mas eles não buscam o que realmente está precisando no local. Eles seriam a cooperativa, o governo. Porque o pessoal só bota a culpa no governo, mas pra chegar no governo, alguém tem que levar. E no nosso caso quem é representante: a cooperativa (Agricultor familiar - Entrevistado 19).

Com relação à questão, se a Cooperativa está trabalhando para atingir o desenvolvimento rural por eles almejado, a maioria dos agricultores cooperados (19) acredita que sim, já 2 entrevistados mencionaram que a Cooperativa pode melhorar e 3 agricultores afirmaram que ela não está trabalhando nessa direção.

No entanto esse último dado é relativo, uma vez que os cooperados que afirmaram que a cooperativa está fazendo a sua parte, também consideram que existem questões relacionadas às políticas públicas, ou ao mercado, onde a atuação da Cooperativa de crédito é indireta. Assim, "Não depende muito da cooperativa, acho que depende mais dos políticos, de políticas públicas. A cooperativa está fazendo a parte dela, facilitando o acesso ao crédito, para o homem ficar no campo (Agricultora familiar - Entrevistado 16)".

Mas um agricultor avalia que, depois que começou a Cooperativa ela aproximou as pessoas, disponibilizando serviços financeiros adequados, com isso: “a pessoa se abriu na comunidade, ele se desenvolveu mais”. Ele avalia as oportunidades trazidas pela Cooperativa, possibilitou que esses cooperados se deslocassem mais do interior para cidade, uma espécie de desenvolvimento relacionado à abertura de horizontes, possibilidades, que gerou aprendizados entre os agricultores e movimentando a vida econômica e social no meio rural.

Pode-se concluir que, entre os principais desafios para o desenvolvimento rural que os agricultores identificaram frente ao cenário atual. Dois pontos chamaram a atenção, pois foram por reiteradas vezes repetidos durante a fase de campo da pesquisa, são eles: a dificuldade em encontrar mão-de-obra para trabalhar na agricultura e a sucessão. Outro desafio citado em algumas entrevistas é a comercialização.

No caso da mão-de-obra para trabalhar na agricultura, foi questionado se por acaso, devido à Cooperativa situar-se em uma região socioeconomicamente desenvolvida, devido à competição da agricultura com outras atividades econômicas (indústria, comércio, construção civil) se os entrevistados tinham alguma dificuldade em encontrar mão-de obra. Assim, 16 agricultores entrevistados consideraram a mão-de-obra um fator limitante para ampliar a produção, mencionaram que não é fácil encontrar trabalhadores dispostos à trabalhar “não tem quem queira trabalhar na agricultura”, na visão de um agricultor. Já um total de 3 agricultores não concorda, pois afirmam que não têm dificuldade de encontrar mão-de-obra, talvez devido à contextos regionais favoráveis. Um técnico de ATER fala um pouco sobre essas dificuldades no trecho transcrito abaixo:

> Acho que é um caminho sem volta, muito difícil a gente conseguir reverter isso. Cada vez mais a gente tem pessoas que não querem trabalhar na agricultura, no pesado, teria que existir uma política pública. Porque a gente tem uma demanda muito grande de mão-de-obra na agricultura e o índice de desemprego muito alto, então aquela coisa de 2 + 2, não tá fechando, mas realmente é uma limitação grande. (Técnico de ATER - Entrevistado 31).

Além dos fatos citados pelo técnico, os agricultores acreditam que essa dificuldade em conseguir mão-de-obra está ocorrendo devido ao trabalho na agricultura não possuir as mesmas garantias que um trabalho com carteira assinada (férias, 13° salário, horário de trabalho definido) dentre outros. Outro ponto colocado pelos agricultores diz respeito às incertezas envolvidas no processo produtivo e com isso, o agricultor fica com medo de investir, já que ele não sabe se vai colher, pois sua produção tá concorrendo com chuvas, tempestades, seca, pragas, doenças, preço baixo, enfim,

fatores que desencorajam o investimento do produtor. Já em regiões com tradição agrícola e produtores bem estabelecidos observamos essa prática de "importação" de mão-de-obra, conforme relata esse técnico:

> Temos muito problema com mão-de-obra aqui na cebola, nos últimos anos estão importando mão-de-obra do Pernambuco, da Bahia, do nordeste estão vindo ônibus e ônibus, vários. Na safra, acredito que chega no município cerca de 3 mil trabalhadores que vêm de fora, pra atender a mão-de-obra de plantio e colheita, 2 épocas bem características (Técnico de ATER - Entrevistado 33).

A questão da sucessão foi um problema identificado em todas as entrevistas realizadas, desde agricultores, técnicos de ATER e gestores da cooperativa, todos concordam que esse é um dos maiores desafios para a continuidade da agricultura familiar. Segundo os entrevistados, isso está ocorrendo pois o campo está envelhecendo e os jovens, em sua grande maioria, estão saindo do meio rural, geralmente atrás de oportunidades que não encontram no campo, nas palavras de um agricultor: "aqui é uma vilinha de aposentados né?"

> A dificuldade de manter o jovem no meio rural está bastante grande, mesmo que na nossa região hoje, a grande maioria dos jovens já tem acesso à informação, internet, celular, transporte, é uma região bem melhor que outras regiões que tem dificuldades. Aqui é mais agrícola, mas tem bastante demanda para empresas na cidade, está pegando bastante jovens (Técnico de ATER - Entrevistado 33).

Outro problema citado por um agricultor é a limitação de tamanho dos estabelecimentos rurais, que muitas vezes são pequenos e não comportam todos os filhos ficarem e formarem suas famílias. Nesse contexto, um agricultor aponta que em sua região, os filhos que estão sucedendo os pais na atividade, são de grandes produtores, pois estes têm uma renda maior e produção com mais volume, preço diferenciado e conseguem retorno econômico para envolver toda família no processo produtivo.

Um agricultor de grande porte, que trabalha no seu estabelecimento com toda família, traz uma questão interessante sobre a necessidade de abertura dos pais para que os filhos sintam liberdade e tenham condições de seguir na atividade. No seu caso, todos os seus filhos estudaram e retornaram para trabalhar na roça, inclusive com os (as) esposos (as), ele possui um canal de comercialização há 20 anos com grandes mercados na grande Florianópolis, o que de certa forma, facilitou o processo de sucessão, reforçando o que foi falado por um técnico de ATER anteriormente neste tópico, vejamos a análise do agricultor:

> Às vezes tem que ter um incentivo do pai, tem que abrir para participação dos filhos, a liberdade da família. Não adianta ter a mente fechada e só eu querer, os filhos vão embora procurar alguma coisa. Ah, o meu amigo pode sair, tem dinheiro pra sair, comprar um carro e eu não tenho, daí eles fogem (Agricultor familiar - Entrevistado 20).

Um gestor da Cresol avalia que o problema da sucessão seja o grande desafio para a Cooperativa nos próximos anos, aponta ainda para a importância do crédito nesse contexto, mencionando exemplos de situações em que o uso do crédito proporcionou oportunidades, trazendo filhos que saíram para estudar de volta para os estabelecimentos rurais conseguindo fixar ou trazer os jovens de volta ao campo, "porque trouxe aquilo que a cidade oferecia: conforto, internet, lazer, as oportunidades no meio rural modificaram (Gestor da Central Baser - Entrevistado 30).

Outro desafio apontado por um técnico de ATER é a questão da comercialização dos agricultores, onde ele relaciona a questão do aumento do custo de produção e o necessário aumento de produtividade para que os agricultores possam ter um ganho econômico, cita a articulação que está fazendo com o comércio para melhorar o preço final que os agricultores recebem.

Nesse campo da comercialização, outro técnico de ATER cita a questão da qualidade e da transformação dos produtos, agregação de valor como um gargalo e uma oportunidade para se trabalhar com os agricultores visando melhorar a comercialização e enfatiza que principalmente os agricultores familiares (pequenos) estão desamparados nessa questão "o SENAR faz alguns cursos, mas não acompanha, a Epagri está tentando fomentar isso" (Técnico de ATER - Entrevistado 33).

O mesmo técnico traz uma reflexão interessante sobre o cenário futuro, de oportunidades e perspectivas no campo do cooperativismo de crédito. Na seleção de público que os bancos operam mais (grandes) e no crescimento do público que a cooperativa atende principalmente, os pequenos, observemos o que ele aponta:

> Percebo bastante nos últimos 3,4 anos um aumento bastante grande da ação das cooperativas com esses pequenos produtores rurais. Então por exemplo Banco do Brasil, Caixa Econômica eles estão ficando com essa parcela de agricultores maiores, com volumes maiores, financiamento maiores e as cooperativas estão realmente trazendo esse público que provavelmente o Banco do Brasil tá com a política deles mas as cooperativas estão conseguindo pegar esses pequenos agricultores e trazer para a cooperativa. Então acredito que as cooperativas vão crescer ainda muito mais nesse ramo dos pequenos, dos pequenos financiamentos. Tem grandes também, mas vejo assim principalmente os pequenos as cooperativas estão conseguindo arrebanhar mais essa faixa de agricultores que teriam uma dificuldade maior de acessar nesse Banco do Brasil, ou outros (Técnico de ATER - Entrevistado 33).

4 PERFIL DOS COOPERADOS AGRICULTORES QUE ACESSAM O CRÉDITO RURAL

Com o objetivo de compreender o processo de evolução da agricultura, é importante o discernimento acerca da estrutura social no meio rural, ou seja, da tipologia das propriedades agrícolas (CARVALHO, 2014). A definição de "perfis", é útil para aproximação de modelos de pesquisa, para caracterização do desenvolvimento rural e no caso da cooperativa de crédito, para compreender melhor os públicos que demandam seus serviços e produtos, sem esquecer que essa análise de tipologias é crucial para elaboração de políticas públicas.

De forma a operacionalizar o desenvolvimento da política de crédito entre o diverso público da agricultura familiar, o próprio Pronaf reúne os agricultores em grupos, como apresentado anteriormente neste trabalho, item 2.1 – A Agricultura Familiar e o Pronaf. Destes grupos, entre o público da cooperativa encontram-se escassos representantes do *Grupo "B":* agricultores familiares com renda familiar anual de até R$ 20 mil; e a grande maioria pertencente ao *Grupo "V":* agricultores familiares com renda familiar anual de até R$ 415 mil.

No entanto, a definição de tipologias é um processo complexo, pois, como aponta Stropasolas (2004, p. 158): "na intenção de se estabelecer uma média, bastante questionável, todas as pontas desaparecem, anulam-se, e os mais pobres, os diferentes, os outros, as mulheres, os jovens, acabam não aparecendo". Nesse contexto, a abordagem de Lamarche e Ploeg foram utilizadas nesta pesquisa como referência teórico-metodológica.

Assim, como apontam os modelos de Lamarche (1998), indicados na metodologia, esta delimitação de tipologias de agricultores familiares depende da relação dialética entre alguns fatores internos à unidade de produção e à organização das famílias agricultoras (mão de obra disponível, tecnologia utilizada, organização financeira do produtor), bem como alguns fatores externos à unidade (mercado, políticas públicas, contexto regional). Destarte sua importância para o reconhecimento institucional da diversidade da agricultura familiar, nesta pesquisa, o relevante esquema de Lamarche tem um valor heurístico, pois como foi possível observar no campo da pesquisa e na afirmação do próprio autor, não existem os modelos em sua forma absoluta.

Um fator que foi um complicador na análise foi o eixo da relação com o mercado, pois a pesquisa de campo indicou que a grande maioria dos agricultores familiares entrevistados depende da agricultura para sua reprodução social e econômica, sendo a pouca dependência do mercado restrito à algumas unidades camponesas. Isso ficou evidente no Modelo Agricultor Familiar Moderno, pois apesar desse modelo possuir significativa representação entre o público entrevistado, a questão da baixa dependência do mercado desse modelo no esquema do Lamarche foi relativizada devido à dependência das relações mercantis para reprodução social e econômica deste público.

Com base na perspectiva de Lamarche (1998) e observando os dados qualitativos da pesquisa (entrevistas) e quantitativos (receita bruta dos cooperados) foram encontrados os quatro modelos de agricultores identificados pelo pesquisador, que serão apresentados a seguir de acordo com a representatividade encontrada na pesquisa. O **modelo agricultura familiar moderna** (quadrante D no esquema) foi o mais encontrado. Já o segundo mais representativo trata do **modelo empresa familiar,** quadrante B do esquema do pesquisador, o qual possui diferentes gradientes de desenvolvimento econômico (que vão desde chamados pronafianos até os aqui denominados de pronampianos).

Os modelos que tiveram menor representatividade no conjunto de agricultores entrevistados foram o **modelo agricultura camponesa e de subsistência**, referente ao quadrante C do esquema de Lamarche; e o **modelo empresa** referente ao quadrante A. O primeiro envolve geralmente com agricultores mais velhos, com pouca mão de obra familiar disponível, receita bruta anual relativamente baixa (até R$ 80 mil) e que não possuem investimentos em tecnologia. O segundo tem baixa representatividade devido à grande participação de membros das famílias na condução dos estabelecimentos visitados.

De forma complementar, Ploeg (2008) descreve que os fluxos de desenvolvimento interagem com uma determinada segmentação da agricultura, a qual pode ser conceituada, por meio de três grupos díspares, porém inter-relacionados. A principal diferença que se considera fundamental entre estes três grupos reside na escala e na intensidade em que são aplicados, as quais foram variáveis para o presente estudo. Para o autor, o primeiro refere-se à agricultura camponesa e representaria as unidades de produção pequenas e vulneráveis, cuja relevância é de importância secundária na visão estritamente capitalista do campo. No lado oposto, estaria a agricultura capitalista: imponente, forte e importante. A situação intermediária seria representada pela

agricultura empresarial, que está se movimentando na escala entre unidades pequenas e unidades grandes. Se os agricultores empresariais tiverem sucesso, poderão, atingir os níveis dos agricultores capitalistas – e isso que alguns destes sonham alcançar (PLOEG, 2008).

O autor amplia as variáveis de análise das tipologias e sintetiza um pouco mais os tipos de Lamarche. No caso brasileiro, a agricultura capitalista descrita por ele poderia ser próxima à noção de agronegócio[33], porém, apesar de existirem agricultores familiares completamente inseridos neste modelo de produção, a representatividade destes entre os cooperados da Cresol Vale Europeu foi pouco significativa. Isso se deve ao peso da família, bem como a estrutura fundiária da agricultura catarinense, com o predomínio de pequenas propriedades.

A agricultura camponesa se baseia principalmente no uso sustentado do capital ecológico, sendo direcionada para manutenção e melhoramento das condições de vida dos camponeses. Uma das características desse tipo de agricultura é, muitas vezes, a multifuncionalidade, sendo a mão-de-obra necessariamente familiar (ou mobilizada dentro da comunidade rural através de relações de reciprocidade). A produção é orientada para o mercado, mas também para a reprodução da unidade agrícola e da família (PLOEG, 2008). Esse modelo de agricultura também foi muito pouco encontrado na pesquisa de campo e algumas vezes, inclusive, vaticinado ao desaparecimento por gestores e técnicos de ATER devido ao baixo nível de competitividade destes em face do profissionalismo e competitividade da agricultura catarinense.

O grupo intermediário, denominado como: agricultura do tipo empresarial, é essencialmente (embora não exclusivamente), baseado em capital financeiro e industrial (sob a forma de crédito, insumos industriais e tecnologias), sendo sua expansão atual realizada, basicamente, por meio do aumento em escala, uma de suas características mais cruciais e necessárias. A produção é altamente especializada e completamente orientada para o mercado. Os agricultores empresariais tornam-se ativamente dependentes dos mercados (especialmente de mercados de insumos), enquanto os camponeses tentam distanciar suas práticas agrícolas desses mesmos mercados, por meio de uma

[33] O significado original de agronegócio está relacionado como o conjunto de atividades produtivas ligadas aos negócios agrícolas, desde insumos, sementes até o produto final. O termo é tradução literal do inglês "*agribusiness*" e começou a ser popularizado no Brasil a partir dos anos 90 (SAUER, 2008). No entanto, no Brasil, o termo carrega consigo uma forte conotação política, pois o conceito de agronegócio está calcado no trinômio: latifúndio-monocultura-exportação, com a utilização de pesados investimos, "insumos modernos" e maquinário.

multiplicidade de mecanismos muito inteligentes. É frequente surgirem formas de agricultura empresarial após programas governamentais de "modernização" da agricultura. Essas formas implicam uma industrialização parcial do processo de trabalho, e muitos empresários aspiram a um maior desenvolvimento nessa direção (PLOEG, 2008). A agricultura empresarial pode ser considerada a mais numerosa entre os cooperados da Cresol Vale Europeu, com diferentes gradientes de relação com o mercado e, portanto, de escala e intensidade de produção. No caso deste tipo de agricultura, quando efeitos internos à unidade de produção combinados com efeitos externos relacionados ao contexto, modificam e ampliam a relação de intensidade e escala alguns destes agricultores chegam ao grupo de "agricultores capitalistas".

Aproximando para o contexto da pesquisa, existem agricultores que tem necessidade do custeio, devido à falta de capital de giro para custear a lavoura e acessam o crédito para realizar a movimentação dentro do estabelecimento, às vezes possuindo vários contratos, nas palavras de um técnico: "vai vencer um, faz outro para pagar". Também existe a realidade do agricultor que teria condições de custear a safra, mas faz o crédito por causa do seguro, para a garantia do Proagro.

Conforme vimos anteriormente, no item que apresentou a receita bruta dos cooperados, o público pronafiano é majoritário (98%) dentre os cooperados agricultores familiares que acessam o crédito rural na Cresol Vale Europeu. Destes, a maioria (aproximadamente 43%) encontra-se na faixa intermediária de receita bruta, R$ 80 a 200 mil. A segunda maior participação nos contratos (20,5%) é da faixa entre R$ 40-80 mil e a terceira (19%) está na faixa limite do Pronaf R$ 200 a 415 mil. Porém, analisando a distribuição de recursos oficiais do crédito rural e comparando o número de estabelecimentos, Belik, 2014 (p. 367) aponta que: "há um contingente de estabelecimentos que não poderiam ser enquadrados como pronafianos e ficam com quase 30% dos recursos disponíveis". O que pode ser, de certa forma comprovado, no trecho de um gestor da cooperativa, que acredita que o fato do limite de renda bruta (R$ 360 mil/ano[34]) não ser condizente com o mercado:

> Uma coisa que acontece na Cresol e acontece em outros bancos também é que o produtor pronafiano e os produtores em geral não declaram a renda que ganham e a renda não passa por dentro das instituições. Existem muitos produtores que não se classificariam mais como pronafianos (Entrevistado 26).

[34] Limite alterado para R$ 415 mil na safra 2019-2020.

Utilizando a abordagem dos autores, correlacionando aos dados encontrados na pesquisa e de forma a simplificar a análise sobre os perfis de agricultores cooperados que acessam o crédito rural, utilizar-se-á como exemplo uma gangorra. Na qual em uma das extremidades estão os camponeses, ou agricultores familiares com receita bruta anual até R$ 80 mil. Em geral esses agricultores: recebem ou já receberam políticas públicas sociais; são atendidos preferencialmente pelos serviços públicos de ATER; comercializam sua produção para atravessadores, em circuitos curtos (feiras) ou via políticas públicas (PNAE, PAA); possuem mão-de-obra predominante da própria família; utilizam maiormente o crédito de custeio para custear sua produção; empregam processo produtivo com baixo à médio uso de tecnologia.

Já na outra extremidade da gangorra (numericamente bem inferior a outra ponta) encontram-se os agricultores consolidados economicamente, que possuem, eventualmente, receita anual acima do limite do Pronaf (R$ 415 mil) ou mesmo superior a R$ 2 milhões. Esses agricultores: não acessam políticas públicas sociais; contratam serviços de assistência técnica quando necessitam ou recebem de empresas de insumos ou agropecuárias; comercializam sua produção com grandes redes varejistas, empresas, frigoríficos (pecuaristas) ou são integrados (granjas); eventualmente podem contar com ajuda de familiares, mas possuem a maior parte de mão-de-obra contratada; utilizam maiormente o crédito de investimento para incremento de tecnologia e produtividade no processo produtivo; aplicam processo produtivo altamente tecnificado.

Na parte mediana estão a grande maioria dos agricultores, que poderiam ser denominados de agricultores consolidados, ou empresariais para usar a denominação de Ploeg (2008), que possuem R$ 80 e R$ 415 mil de receita bruta anual. Esses agricultores: eventualmente alguns já acessaram políticas públicas sociais; recebem assistência técnica de empresas de insumos ou agropecuárias; recorrem a diversas formas de comercialização (atravessadores, cooperativas, negócio próprio, CEASA, redes varejistas, etc); mesclam uso de mão-de-obra da família com contratações eventuais de mão-de-obra, ou ainda recorrem ao uso de mão-de-obra contratada permanente; utilizam tanto o crédito de custeio como o investimento; empregam processo produtivo com uso de tecnologia.

Essa denominação de “agricultores empresariais” não deve receber uma tradução literal, pois a maior parte desse grupo de agricultores não possui o rigor contábil de uma empresa capitalista:

> Mas ainda esse modelo de empresa é bem raro, o cara que administra e consegue separar conta da produção, com conta salário, a grande maioria dos produtores não sabe ainda quanto ganha, isso é extremamente importante. (Técnico de ATER - Entrevistado 31).

O exemplo da gangorra foi utilizado, pois representa a constante oscilação e a consequente incerteza que os agricultores enfrentam. Para equilibrar-se na atividade precisam lidar com as instabilidades climáticas, oscilações nos preços dos insumos e de venda dos seus produtos, inconstância de algumas políticas públicas, (in) disponibilidade de mão-de-obra, dentre outros fatores externos à propriedade. Quanto ao padrão tecno-produtivo, não foi utilizado como uma variável nessa classificação, pois 99% dos contratos de crédito dos cooperados no período foram descritos como convencionais. A questão do tamanho dos estabelecimentos também não se demonstrou uma variável importante para compor essa classificação, conforme descrito anteriormente no item que abordou esse tema.

Sobre o histórico de evolução do acesso ao crédito, os agricultores foram evoluindo seu patamar econômico e muitos pronafianos, que no início acessavam o crédito de custeio de R$ 20, R$ 15 mil, atualmente estão em outra condição, acessando R$ 50, R$ 100 mil de operação. Além do fato de que muitos agricultores já conseguiram sair dessa faixa do custeio e não acessam mais o crédito nessa modalidade, acessando um investimento para otimizar o processo produtivo, adquirindo mais tecnologia, maquinário maior, construindo galpão, mas o custeio já tem o capital de giro garantido. Esse contexto depende da região, aquelas que possuem características mais agrícolas, de grãos, acessam mais o custeio. Na região de Águas Mornas, Angelina, os agricultores têm muito dinheiro aplicado e não querem operar com o custeio. Já nas regiões mais altas, como Ituporanga, que possui plantios de grãos, os agricultores necessitam de um recurso maior para fazer a lavoura, assim, os cooperados acessam mais o custeio e isso tem implicações diretas na renda dos agricultores. Os grandes produtores, com renda acima do Pronamp, enquadrados como demais produtores são aqueles cooperados, por exemplo das grande integradoras, das granjas de suínos que possuem mais de R$ 2 milhões de renda e são pouco numerosos também.

Em Águas Mornas, por exemplo, a Cooperativa não conseguiria mais atender o cooperado por falta de produtos e recursos em função da capitalização dos agricultores locais. Esses cooperados evoluíram, se transformaram em “agricultores empresários” e a Cooperativa teve que “entregá-los” para um banco porque não poderia mais atendê-los.

Esse quadro foi alterado pelo recente processo de incorporação, o que ampliou as capacidades patrimoniais para fazer esse atendimento. Ou seja, se aproveitou recursos oriundos de outras regiões onde havia depósitos, mas pouca demanda de crédito rural. Isso aliado à evolução tecnológica, permitiu que a Cooperativa conseguisse atender até os produtores mais capitalizados. Mas ocorreram situações em que a Cooperativa perdeu cooperados por não possuir condições de atendê-los. Nas palavras de um gestor: "ajudamos a desenvolver eles, mas entregamos porque não tínhamos mais condições de atender".

No trabalho de uma cooperativa de crédito, o desenvolvimento econômico do cooperado é condição *sine qua non* para o seu sucesso. Por isso, é natural que a Cooperativa promova e incentive o desenvolvimento da racionalidade econômica entre os cooperados. Porém, pelo que foi possível constatar, o crédito e o enfoque dado ao fator econômico por parte da Cooperativa, por si só, não são suficientes para sentenciar que todos agricultores irão "evoluir", passando a se diferenciar de camponeses à agricultores empresários. Evidentemente que esses fatores pesam muito no processo seletivo de acesso ao crédito, porém existem muitas outras variáveis que são responsáveis por estabelecer essa equação da diferenciação social na agricultura, tais como; o perfil empreendedor e o grau de racionalidade econômica do cooperado, a mão de obra disponível e a participação da família, o contexto regional, dentre outros aspectos.

Quando comparado com as outras duas categorias apontadas por Ploeg, os agricultores empresariais se relacionam de forma diferente com o processo de produção, bem como com o mundo exterior. Ou seja, eles se constituem – independentemente de sua dimensão – em uma categoria social que se difere em muitos aspectos das categorias dos agricultores capitalistas e dos camponeses. Os diferentes modos de estruturação afetam profundamente a magnitude do valor agregado, sua redistribuição, bem como a natureza, qualidade e sustentabilidade dos processos de produção e os alimentos que resultam desses processos (PLOEG, 2008).

Gonzales-Vega (1998) avalia que o crédito por si só não converte em empresário agrícola quem não tem essa capacidade. Da mesma forma que as previsões de extinção do campesinato não seguiram essa orientação determinística no decurso da expansão das relações capitalistas no campo. A questão de trazer essa discussão da diferenciação social junto à discussão sobre o perfil dos agricultores que estão acessando o crédito rural, acontece devido ao que foi algumas vezes enfatizado por agricultores, técnicos e gestores

durante a pesquisa de campo. Como nesse trecho destacado abaixo: o qual enfatiza que o "perfil do camponês em Santa Catarina é minoria, é um agricultor que tá sobrevivendo, se mantendo não vai mais sobrar espaço":

> Eu vi isso em alguns agricultores que eu visitei para fazer projeto. Pessoal tá se endividando, tá com o custo de produção alto, então se não produzir não vai continuar. (Técnico de ATER - Entrevistado 31).

Outra questão interessante que foi observada, trata do papel central que o desenvolvimento tecnológico exerce atualmente na agricultura. Inclusive sendo um agente de exclusão social no campo, pois, como foi possível observar, os agricultores necessitam aumentar a sua produção e produtividade seguidamente para conseguir custear sua produção e quem não investe em tecnologia para promover esse aumento de produtividade vai ficando para trás na luta pela sobrevivência.

O sucesso econômico dos agricultores cooperados é maior naqueles que possuem maior relação com o mercado, tem maior garantia de comercialização da produção e são especialistas em determinada cultura, pois o mercado sabe que o seu produto tem qualidade. Portanto, esse quadro é paradoxal, pois do ponto de vista da autonomia é recomendável que o agricultor tenha maior diversidade de produção, mas nem sempre essa diversidade é um processo simples, pois envolve maior demanda de mão de obra e articulação com mercado que vai adquirir essa produção.

Outro fator que foi observado nessa relação com o mercado, é que alguns agricultores pronafianos, quando conseguem incrementar mais tecnologia, eles conseguem ir se desvencilhando do atravessador e estabelecer um contato direto com o mercado. Porém, esses cooperados começam a vivenciar uma situação: em que o mercado quer comprar sua cultura/mercadoria e eles chegam num padrão que não dão conta de produzir sozinhos. Então vão precisando de mais mercadorias para poder entregar e isso faz com que ele vá se transformando em atravessador. Segundo os gestores e conforme foi possível observar, isso tem acontecido de forma recorrente: "Comecei a produzir, cheguei num porte bom, fechei com mercado, não consigo entregar tudo, preciso de mais produção pra poder entregar e vou atravessar" (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 25).

No campo, ocorrem correlações empíricas inquestionáveis entre a dimensão e a escala da agricultura e entre os diferentes tipos de agricultura. Contudo, o cerne dessa diferença se encontra em outro lugar, ou seja, nas diferentes formas de organizar o social e o material. Como o exemplo: "os camponeses produzem campos e criam gado que são

diferentes daqueles produzidos por agricultores empresariais e capitalistas, o modo de produção também difere entre as três categorias" (PLOEG, 2008 p. 18). Esse aspecto apontado pelo autor ficou evidente durante a pesquisa de campo e dialoga com outras teorias discutidas neste trabalho, além de aproximar-se da estratégia de relacionamento da Cresol, que busca atender essas diferentes formas de fazer agricultura e viver no meio rural, conforme veremos a seguir.

4.1 LAÇOS SOCIAIS NO USO DO CRÉDITO RURAL NA CRESOL VALE EUROPEU

Essa seção complementa o que foi apresentado no item 3.3.2 Motivações dos associados da Cooperativa, pois foi onde as ideias e conexões entre os universos teóricos e empíricos que originaram esse tópico apareceram, durante sistematização e análise das pesquisa de campo realizada para elaboração desta dissertação. Aqui, sobressai a contribuição das finanças solidárias e da Nova Sociologia Econômica para a descrição e reflexão dos aspectos relacionados ao cooperativismo de crédito solidário e a agricultura familiar encontrados na pesquisa.

Assim, durante a etapa de campo foi observado uma situação que o pesquisador denominou de "Jeito Cresol", referindo-se ao tipo de atendimento prestado pela Cooperativa aos agricultores. Em muitos relatos foram mencionadas situações do dia-dia, como nesse exemplo: "quando está faltando um documento, está faltando alguma questão, o pessoal da cooperativa (colaboradores) vai atrás, quer resolver e às vezes se utiliza das redes sociais (whats app) para facilitar a comunicação, algo que um banco não faria". Tem o desejo de querer contribuir, ver desenrolar, como que um compromisso com o agricultor, uma marca, um diferencial com relação à outras organizações financeiras. Isso se traduz parcialmente a estratégia da Cresol, que nas palavras de um gestor e comentado anteriormente neste trabalho, deseja: "oferecer tecnologia e atender com simplicidade", talvez reconfigurando a noção de "finanças de proximidade" para o mundo atual, em que imperam as conexões digitais:

> Oferecer tecnologia e atender com simplicidade, uma coisa não exclui a outra quando a gente fala assim o Sistema Cresol e a gente divulga isso através dos nossos veículos de comunicação, nós somos referências no rural, mas o que é ser referência? Só fazer ágil? Só atender rápido? Não é, mas a gente avalia assim, que é um conjunto de coisas, mas principalmente é você estar perto, com o diretor, senão, com um técnico que é parceiro, se não, é com as empresas também, são os atores que envolvem o crédito nos municípios. É você estar próximo da Secretaria da Agricultura, estar próximo do padre da Paróquia.

> Porque eles estão em contato também com os agricultores, então você faz a diferença por aí, aí você vira referência justamente por essa *relação de proximidade* (Gestor da Central Baser - Entrevistado 30).

Os sistemas de proximidade buscam acomodar-se às necessidades e às capacidades de seus clientes, são conhecidos pela proximidade geográfica, temporal e social com seu público, pela liberdade de utilização dos fundos em fins produtivos, pela simplicidade dos procedimentos para liberar crédito (BÚRIGO, 2007). Por isso, a questão da proximidade é um elemento central para o cooperativismo de crédito, pois fortalece o espírito cooperativista e segundo Lancelin (1996, p. 20):

> Quanto mais uma instituição de crédito é próxima do local onde vivem os beneficiários, mais suas atividades funcionam bem, mais o serviços prestado é melhor. Daí a questão da implantação das agências e de sua circunscrição (comunidade, paróquia). Nesse contexto, a confiança só é efetiva se nos conhecemos ou se somos conhecidos.

Essa questão levantada no final da entrevista sobre a relação de proximidade, motivou a reflexão sobre uma situação que aconteceu durante a fase de campo com uma entrevistada. Na ocasião, fazia pouco tempo que a cooperada estava na cooperativa, mas quis acessar um crédito, então recebeu a visita do gerente em sua propriedade para conversar, causando perplexidade na cooperada, devido à atenção especial dispensada com ela. Segue seu relato para contextualizar o episódio:

> Achei bem legal que eles vieram aqui, o gerente da Cresol esteve aqui, o do Banco do Brasil nem sabe que eu existo. O gerente, veio aqui ver e porque, quando a gente começou com a produção, a gente começou pequeno, com a nossa renda, mas a gente precisava ampliar. Íamos fazer 2 financiamentos (...) Então ele veio aqui, ver o que nós pretendíamos fazer e em cima disso ele nos deu todo o apoio pra gente seguir em frente (Agricultora familiar - Entrevistada 16).

Esse relato da entrevistada materializa um dos conceitos/princípios do cooperativismo de crédito, a chamada finanças de proximidade (SERVET; VALLAT, 2001). A disponibilização de um produto financeiro apropriado às necessidades dos seus usuários contribui com o sucesso da atividade e diminui os riscos do crédito. Assim, um planejamento conduzido pela demanda pretende reconhecer e desenvolver sistemas de governança com objetivo de criar laços sociais entre as instituições financeiras e seus beneficiários (MAGALHÃES, 2004). A finalidade é buscar estruturar um modelo organizacional que na literatura internacional é denominado de "instituições intermediárias: organizações que unam a capacidade gerencial desenvolvida na experiência bancária com a construção de laços sociais que reforcem a confiança e a

cooperação, típicos do mercado financeiro informal" (GENTIL; HUGON, 1996 *apud* MAGALHÃES, 2004 p. 218).

Os caminhos da pesquisa, conectando exemplos empíricos com a teoria e fazendo ligações entre os conceitos, nos leva agora à reflexão sobre o papel dos laços sociais, no fortalecimento desse tecido econômico e social cooperativo. As cooperativas de crédito fundamentam seus sistemas de governança em mecanismos de estímulo, caracterizados pelo que Mark Granovetter (1991) denomina de "força dos laços fracos". O que possibilita à essas instituições a ampliação de horizontes, pelos quais a aprendizagem e a inovação orientam o processo e produzem comportamentos muito mais edificantes com relação aos processos localizados de desenvolvimento (ABRAMOVAY; MAGALHÃES; SCHRODER, 2010). A Cooperativa como agente de desenvolvimento, que conecta o cooperado agricultor familiar à política pública do governo federal, a qual disponibiliza o recurso que este necessita para ampliar a sua produção.

Retomando a ideia-força: "oferecer tecnologia e atender com simplicidade", também tem grande impacto em municípios pequenos, trabalhando com um público que é preterido pelos grandes bancos e de certa forma pelas redes digitais de informação. Em muitos municípios pequenos impera outra lógica nas relações sociais, pois, diferentemente dos grandes centros urbanos, as pessoas se conhecem mais, tem círculos de amizade próximos, são parentes, ou possuem relações de parentesco. Os laços fortes verificados junto à família são importantes para o desenvolvimento da confiança mútua que pode atuar como propulsor da cooperação. Assim, outro conceito básico para o cooperativismo, a confiança, pode ser conectado nessa colcha de retalhos que liga a parte teórica e empírica no cooperativismo de crédito rural com interação solidária no interior de Santa Catarina. Pois afinal, a confiança tem uma relação estreita com a proximidade, pois "toda relação de confiança apoia-se na proximidade" (LANCELIN, 1996 p. 20).

As cooperativas dispõem de sistemas internos de governança e reagem a estímulos que as obrigam, de forma constante, a unir os laços fortes de que se originam: os conhecimentos locais, a confiança decorrente de experiências comuns, o sentimento de pertencer à mesma trajetória histórica, à laços fracos dos quais depende sua existência e que se materializam no permanente contato com técnicos do Banco Central, na necessidade de fechar as contas, lançar novos produtos financeiros e aprimorar, constantemente, seus sistemas de avaliação, a partir do compartilhamento de experiências externas. A consequência é que o círculo de relações sociais dos dirigentes cooperativistas

é amplo e diversificado e um grande incentivo para que participem de instâncias locais de planejamento territorial (ABRAMOVAY; MAGALHÃES; SCHRODER, 2010).

Esse cenário de expansão da Cresol traz uma reflexão, que seria uma espécie de paradoxo que a Cooperativa enfrenta, entre o "Jeito Cresol" fundamentado na relação de proximidade *versus* o crescimento econômico. Isso resgata as reflexões dos cooperados na época da incorporação/fusão, que aconteceu em 2018: A Cooperativa vai crescer e como vai ficar o atendimento aos pequenos? Surgem então as questões como: até que ponto o desenvolvimento do cooperado e o investimento nas soluções tecnológicas podem se configurar num processo de ruptura, de afastamento ou de abandono da questão da proximidade? Antes o cooperado agricultor familiar, não tinha acesso ao crédito e era excluído das políticas públicas, teve na Cresol a ajuda que necessitava para se desenvolver economicamente. Com essa ajuda – certamente por outros motivos também – ele se tornou um "empresário rural". A racionalidade econômica (*Homos economicus*) agora dominante neste agricultor, deixará espaço para a proximidade e o relacionamento?

Evidentemente que não se trata de um determinismo, uma vez que a cultura e a economia são dinâmicas, a própria existência da agricultura familiar comprova isso, sempre se adaptando aos contextos políticos e econômicos do momento. Nesse sentido, o diferencial da Cresol com relação ao relacionamento com o cooperado e a manutenção de um dos princípios do cooperativismo de crédito solidário vai perdurar? Aqui vale ler o depoimento de um gestor:

> Quando nos dão a chance de poder estar inserido na propriedade, porque às vezes esbarra, a gente sente que o agricultor não se sente bem quando visita muito, ou está muito na propriedade, tem pessoas que não gostam. Mas quando a gente sente essa liberdade e são em muitos e muitos casos que isso acontece, a gente recebe retorno por parte deles: Poxa, vocês estiveram aqui antes da liberação, depois da liberação, me atenderam na questão das minhas dúvidas, o técnico está aqui de modo muito mais efetivo quando eu fazia no Banco do Brasil, por exemplo. Isso solidifica nosso trabalho, quando percebe que uma ação está dando certo. Uma preocupação que chegou até nós, quando a gente criou o projeto da Vale Europeu, por exemplo, foi esse contexto, perguntas para mim, pra todos envolvidos como presidentes: Vai ficar gigante essa cooperativa, vocês ainda vão conseguir fazer esse trabalho de estar próximo à propriedade, de acompanhar os créditos, as liberações, enfim o processo? O nosso sócio já tem essa cultura imbuída nele, que nos cobra para isso (Gestor da Cooperativa - Entrevistado 27).

O trecho abaixo coloca a questão da proximidade, exemplificando as facilidades na contratação do crédito, do atendimento e o papel dos técnicos e das visitas para estreitar os laços com os agricultores e finaliza enfatizando o crescimento das cooperativas e as "ramificações" que estão se desenvolvendo:

> Eles tentam facilitar ao máximo, tem uma estrutura menor, cooperativa é mais concentrado, já os bancos tem um milhão de outras coisas/atendimentos, a cooperativa é mais humanizada, para o banco você é só um número. Outra coisa é que as cooperativas têm colocado pessoas que fazem visitas ao agricultor, pra ver como é que está e isso aí facilita bastante essa proximidade. Eu acredito que essas cooperativas, não é que vão esquecer os grandes, mas assim, estão também focados nesses pequenos agricultores, nesses, que por um motivo ou outro não estavam conseguindo acessar nos bancos maiores. As cooperativas tem um potencial enorme pra crescer, tanto é que a gente vê que estão abrindo várias agências e estão ramificando, fazendo ramificações e isso aí é bom, é legal, mais pessoas que tem acesso ao crédito (Técnico de ATER - Entrevistado 33).

Portanto, a continuidade de uma cooperativa de crédito solidária não depende unicamente da qualidade de suas relações com seu quadro social, pois é bastante regulada por padrões de funcionamento estabelecidos por instituições externas. Ademais, é subordinada ao ambiente institucional e pelas estruturas de governança que orientam as transações, ligados diretamente à sua capacidade econômica e financeira (FREITAS; FREITAS, 2013). Apesar dessa relação – dos laços fortes, da proximidade, do relacionamento – serem fundamentais, o sistema de governança e os incentivos a que se submetem afastam-nas, obrigatoriamente, do ambiente estritamente local e as colocam em contato com realidades dos quais seus integrantes, agricultores familiares, não faziam parte. Dentre estes, o controle do Banco Central é a base de um processo permanente de avaliação e auto avaliação, da procura de métodos mais eficientes na gestão e de sustentabilidade financeira nas transações. A assimilação de uma lógica de funcionamento que vai além dos preceitos da relação local constitui um fator determinante de abertura e que possibilita a estas organizações participarem de instâncias de debate acerca dos problemas regionais, em que buscam representar o posicionamento de suas bases, os agricultores familiares, numa disputa de espaços com outros segmentos sociais (ABRAMOVAY; MAGALHÃES; SCHRODER, 2010).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs a estudar o uso do crédito rural pela Cooperativa de Crédito Solidário Cresol Vale Europeu, avaliando suas implicações em termos de desenvolvimento rural e para a governança da cooperativa. Por se tratar de um tema abrangente, para buscar esse objetivo foi necessário cumprir diversas etapas metodológicas e organizar as ações com bastante antecedência. A tentativa foi sempre

conectar as informações fornecidas pela Cooperativa (análise quantitativa), com o trabalho de campo (análise qualitativa).

A proposta da pesquisa de categorizar os usuários do crédito rural da Cresol Vale Europeu foi o maior desafio da pesquisa, em função do tempo necessário para articular a obtenção dos dados junto à Central Baser e realizar posteriormente a sua análise. Para isso foi preciso organizar de forma sistemática os dados de uso do crédito rural, em "tipos" ou "perfis" de agricultores familiares cooperados, à luz do referencial teórico. Por mais que os agricultores da região estudada não apresentem uma diversidade cultural tão significativa (maior parte são "colonos", descendentes de imigrantes europeus), encaixar toda a diversidade de modos de fazer agricultura em tipologias ou perfis se revelou uma tarefa complexa e desafiadora.

O levantamento do uso do crédito rural na Cresol Vale Europeu foi a parte mais instigante da pesquisa, pois por meio dele foi possível analisar *in loco* o funcionamento da política pública mais importante para a agricultura familiar no Brasil, o Pronaf. A qual, a despeito de seus problemas, possibilita que muitos agricultores familiares prossigam no meio rural, produzindo alimentos e vivendo com qualidade.

A pesquisa gerou uma oportunidade de aprofundar conhecimentos, baseados em recortes das histórias de vida dos agricultores reveladoras do modo como conectam desejos, aspirações, e exprimem a "batalha" para se viver na e da agricultura. Em suma, representou uma grande experiência no âmbito do desenvolvimento rural, em um estado de forte presença da agricultura familiar.

De forma geral, foi possível constatar que a política de crédito rural da Cooperativa Vale Europeu atende as expectativas do quadro social, sobretudo dos agricultores familiares. Pelos depoimentos dos agricultores, gestores e técnicos foi possível encontrar uma quase unanimidade de respostas positivas a respeito dos benefícios da política de crédito rural e do papel da Cresol. Essa opinião foi ratificada pelos números da Cooperativa, que demonstram o grande crescimento das operações de crédito rural durante o período estudado.

Quanto aos limitantes da política, pode-se citar a obrigatoriedade da contratação do Proagro, haja visto que algumas culturas demonstraram problemas na operacionalização do seguro. Uma necessária adequação também é observada quando se pensa no modelo de agricultura que está sendo beneficiada pelas políticas de crédito rural. No caso da Cresol Vale Europeu, somente 1% das operações foram realizadas por

agricultores que escolheram o tipo de cultivo orgânico e agroecológico e isso é preocupante, uma vez que o pacote convencional apesar de ter cadeias produtivas mais estruturadas, apresenta riscos à saúde da população e à autonomia dos produtores.

Este ponto é mais preocupante ainda, quando se constata a elevação crescente do custo de produção, conforme relatado por técnicos e agricultores, sendo necessário aumentar a produtividade para que seja possível fechar a equação da produção e da qualidade de vida e viabilizar a reprodução social da agricultura familiar. A pergunta que fica é até quando esse quadro pode se sustentar? E a que custo para os agricultores e para a sociedade como um todo? Sobretudo com um cenário de subsídio do governo à agricultura, pelos quais muitas vezes esses recursos estão abastecendo empresas multinacionais do setor de agroquímicos e o produtor fica com cada vez menos.

A predominância dos contratos de crédito inseridos na lógica de produção convencional soma-se ao baixo número de operações nos subprogramas que foram criados para favorecer uma produção mais sustentável – Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco e também aqueles que foram criados para ampliar o acesso à públicos marginalizados, como o Pronaf Jovem, Pronaf Mulher. Isso também é apontado em outras pesquisas que estudam o uso do crédito rural e uma possível solução para esse contexto seria tornar essas modalidades mais atrativas, com redução da taxa de juros, melhoria nas condições de pagamento, entre outros aspectos que facilitem e ampliem o acesso à esses subprogramas.

Do ponto de vista da governança da Cresol Vale Europeu, com relação ao crédito rural, foi possível constatar que a Cooperativa conseguiu organizar um sólido processo, com a ênfase no relacionamento com o cooperado. Essa ênfase na proximidade das relações representa uma política interna da Cresol e um eixo transversal à todas as suas frentes de atuação. O processo garante legitimidade, respaldo e pertencimento da Cooperativa frente aos cooperados. Esse relacionamento, que remonta a um processo de luta dos agricultores contra a exclusão financeira, materializado pela criação da cooperativa de crédito é hoje um *case* de sucesso do cooperativismo de crédito solidário. Por meio da estratégia “oferecer tecnologia com simplicidade” a Cooperativa consegue atualizar e revigorar a estratégia de relacionamento com o cooperado, face ao processo de evolução tecnológica por que o mundo está passando. Mas o desafio que está colocado é como dar continuidade a esse relacionamento já que a população do campo está envelhecendo e os sócios fundadores também. Então, manter esse espírito do

cooperativismo vivo entre os antigos e os novos cooperados é uma questão que exige aprimoramento das estratégias de governança. Essas transformações estruturais do meio rural apontam que a Cooperativa está diante de um cenário muito diferente do que moldou a sua história até os dias de hoje. Aqui se observa como a educação cooperativista pode contribuir de maneira decisiva.

Nesse campo, que conecta a educação com a governança, destaque para o Programa de Empreendedorismo Rural realizado pela Cooperativa. O Programa parece apresentar excelentes resultados em diferentes culturas e atividades produtivas, até mesmo na comercialização da produção, sendo muito bem avaliado por gestores, técnicos e agricultores. Lamentável que o conjunto dos agricultores familiares catarinenses e até mesmo do Brasil não contam com esse acompanhamento técnico personalizado aos projetos de crédito. Se assim fosse, seguramente o panorama da agricultura familiar seria outro no país.

No entanto, um ponto questionável do Programa que merece ser destacado é a questão da seleção das famílias participantes. Pois, conforme citado anteriormente neste trabalho, inicialmente a Cooperativa trabalhou com agricultores com dificuldades financeiras e os resultado não foram satisfatórios. Porém, quando refletimos sobre os objetivos iniciais da cooperativa e a importância que foi direcionada ao contexto do cooperativismo solidário e, mais ainda, quando olhamos para o sétimo princípio do Cooperativismo: Interesse pela comunidade, é fundamental observar outros aspectos dos resultados, que não somente a análise da viabilidade econômica. Em outra perspectiva, o Programa poderia trabalhar segundo o critério de cooperados com menos receita bruta anual, atividade diferenciada da predominante na região, metodologias participativas, etc.

Pelo que foi possível constatar, no tocante ao crédito rural a expansão da Cooperativa com a entrada do público urbano e a recente incorporação das cinco cooperativas não teve implicações significativas na sua governança. Evidentemente que alguns processos internos podem ter sido alterados, mas nada que represente risco à uma governança já implantada e que vinha funcionando a contento. Os depoimentos e o desempenho do crédito rural da Cooperativa reforçam esse quadro favorável, até mesmo com a possibilidade de aumento da capacidade de atendimento aos agricultores. Isso pode ser relacionado a uma estratégia de maior fortalecimento de apoio ao meio rural em municípios cuja importância das atividades industriais e de serviços são destaque.

Um ponto que chamou atenção nesse aspecto ocorreu durante a fase de campo da pesquisa, quando um cooperado, recém-ingresso na Cooperativa – agricultor "pronampiano" em transição para "grande produtor" – ao ser perguntado sobre os aspectos que fazem com que ele se mantenha cooperado, prontamente respondeu: "falta de capital de giro". Sem mesmo dar tempo para que lhe desse as opções disponíveis de resposta. Isso de certa forma evidenciou a falta de compromisso do cooperado com os ideais do cooperativismo, ou como denominou um gestor da Cresol: o "cooperativismo romântico". Portanto, apesar de ser saudável que venham novos sócios, a entrada desse tipo de público que não se identifique com o cooperativismo é um ponto a ser acompanhado pelos gestores da Cooperativa, de forma a não deixar que o relacionamento com o cooperado agricultor familiar seja prejudicado pela questão da racionalidade econômica de alguns "agricultores empresários".

Esse parece ser um exemplo isolado e que não deve tomar grandes proporções, mas são sinais que precisam ser observadas em estudos futuros. Ou seja, se o fortalecimento de relações cada vez mais capitalistas no campo podem selecionar a atuação para esse público com viés mais empresarial.

Ainda como sugestões de novas pesquisas, poderiam ser melhor investigadas as razões para o baixo acesso de agricultores familiares agroecológicos e orgânicos ao crédito rural, como no caso do subprograma Pronaf agroecologia. Porque somente somete 1% dos recursos parecem estar indo para esse tipo de produção, em uma região com tanta demanda de produtos orgânicos e agroecológicos? Qual o papel dos atores sociais do território, para buscar alternativas a esse cenário do "mais do mesmo", de modo que a Cooperativa possa qualificar sua atuação num projeto de desenvolvimento rural mais sustentável? Como sugestão poderia se discutir, a viabilidade da criação grupos de trabalho com a participação de pesquisadores de universidades, representantes da Epagri, agricultores familiares, sindicatos, ONG, cooperativa e demais parceiros com o intuito de pensar estratégias para diversificar o uso do crédito rural. Ou pelo menos juntar organizações locais para elaboração de projetos mais diversificados.

Outra possibilidade de pesquisa que essa dissertação não conseguiu aprofundar trata da questão que envolve a pluriatividade entre os agricultores familiares, pois esta pesquisa só questionou se existia alguém da família com atividades remuneradas fora do estabelecimento agrícola, mas é importante investigar mais a fundo o perfil de quem trabalha, a idade, as atividades econômicas que estão absorvendo essa mão de obra dos

agricultores, que estão em busca de estratégias para viabilizar a reprodução social de suas famílias.

Outro ponto a se estudar mais é a questão dos indicadores de mensuração e avaliação da qualidade de vida. O Pronaf está conseguindo influenciar aspectos envolvidos na melhoria da vida dos agricultores que estão acessando essas políticas?

É necessário também avançar na investigação sobre o público de agricultores que não está acessando o crédito rural, pois, devido ao tempo necessário para a sistematização das informações levantadas em campo, não foi possível realizar uma análise mais detida com esse grupo de agricultores associados. Essa investigação é importante para avaliar a representatividade desse grupo entre o conjunto de agricultores que segue vivendo e produzindo no meio rural, além de conhecer de forma mais detalhada, as estratégias desenvolvidas por esses agricultores que não estão acessando as políticas oficiais de crédito rural. À primeira vista, esse quadro parece não ter tanta relevância, pois as cooperativas de crédito conseguem disponibilizar aos agricultores o acesso à política, mas uma investigação mais criteriosa pode surpreender.

Observa-se que muitos agricultores pronafianos associados vão ter que migrar ou já passaram a condição de pronampianos. É importante entender como essa diferenciação social dos agricultores está ocorrendo e qual o comportamento da Cooperativa diante desse processo.

Ainda como sugestão de pesquisas, por se tratar do primeiro ano após a incorporação, também não foi possível e nem era o objetivo da pesquisa, aprofundar em questões relacionadas a esse processo. De toda forma, é importante para os pesquisadores que acompanham o cooperativismo de crédito, sobretudo o cooperativismo solidário, verificar quais resultados e impactos que esse processo está provocando nas cooperativas e para a agricultura familiar nos territórios[35].

Finalmente, também não foi possível conhecer quais os produtos e atividades que os agricultores associados da Cooperativa mais investiram recursos nos últimos anos. A análise desses dados é um elemento fundamental para se tecer cenários sobre o uso do

[35] Segundo o BC "nos últimos anos, tem-se observado aumento do número de cooperativas de crédito incorporadas. Entre janeiro de 2012 e dezembro de 2018, 272 cooperativas de crédito singulares passaram por esse processo. A redução foi mais intensa no sistema Cresol, que promoveu dezenove incorporações no ano, o que significou decréscimo de mais de 17% na sua quantidade de singulares" (BANCO CENTRAL, 2018, p. 7).

crédito rural e formular estratégias que fortaleçam o desenvolvimento rural sustentável na área de atuação da Cooperativa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume; Fapesp; ADS-CUT; Sebrae, 2004. 246 p.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3ª edição. São Paulo (SP): Edusp, 2012. 296 p.

ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo; SCHRÖDER, Mônica. **Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações brasileiras de agricultores familiares**. Sociologias, Porto Alegre, v. 12, n. 24, 2010.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sergio. **(Des)caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra apobreza e a desigualdade social no Brasil rural**. I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza e a Desigualdade. Natal, 2010. Disponível em: www.cchla.ufrn.br.

_____, Joacir Rufino; SCHNEIDER, Sergio. **O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro**. In: Catia Grisa; Sergio Schneider. (Org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural. 1.ed.Porto Alegre: UFRGS, 2015, v. 1, p. 53-81.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018. **Panorama do sistema nacional de crédito cooperativo.** Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/coopcredpanorama/9_panorama_sncc_2018.pdf, acessado em: 20 de novembro de 2019 às 21h41.

_____, **Matriz de dados do crédito rural**. 2016. Brasília: BCB, 2017a. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/MICRRURAL/> Acessado em: 10 de janeiro de 2019.

_____, 2019. **Balancete/Balanco Geral, Instituicoes financeiras**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/concorrenciasfn, acessado em: 02/12/2019.

_____, 2020. **Matriz de dados do crédito rural**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/reportmicrrural/?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcMunicipio.rdl&nome=Quantidade%20e%20Valor%20dos%20Contratos%20por%20Munic%C3%ADpio&exibeparametros=true&botoesExportar=true, acessado em 26 de janeiro de 2020.

BASSO, Dirceu; GEHLEN, Ivaldo. **Agricultores familiares e diversos**. Revista Orbis Latina. Volume 5, nº 2, jan a dez/2015. Edição Especial. p. 22-38.

BASSO, Dirceu; SILVA, Nardel Luiz Soares da; ZONIN, Wilson João; Vanildo Heleno Pereira. **Agricultura familiar, cooperativismo de crédito solidário e crédito rural: um processo interinstitucional objetivando o desenvolvimento rural**. In: ZAMBOM, Maximiliane Alavarse et al (Org.). Ética do cuidado, legislação e tecnologia na agropecuária. Marechal Cândido Rondon, p. 54-73, 2017.

BASSO, Dirceu; DAVID, Ari de; SILVA, Nardel Luiz Soares da. A Ação de Extensão Rural da Cooperativa Central Cresol Baser: Desafios e Oportunidades. In: Anais do II Seminário Internacional de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável Unioeste - Foz do Iguaçu - PR, 2019. p. 1128-1148.

BASSO, Dirceu; SILVA, Nardel Luiz Soares da; DAVID, Ari de. Estratégias dos Agricultores Familiares Modernos com racionalidade em transição que vivenciaram o Programa de Extensão Rural da Cresol Baser. REVISTA ORBIS LATINA, v. 09, p. 231-248, 2019.

BELIK, Walter. **O financiamento da agropecuária brasileira no período recente**. In: BRASIL. Governo Federal. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (Ed.).Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro. Brasília: Ipea, p. 329-374, 2014.

BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015**: **avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____, Gilson Alceu. **Uma análise do cenário financeiro atual e as microfinanças das cooperativas de crédito solidário**. In: VOLLES, Adriana et al (Org.). Ensaios sobre o cooperativismo solidário. Londrina: Midiograf, Cap. VI - p. 459-464, 2010.

BRANDEBURG, Alfio. **Ecologização da agricultura familiar e ruralidade**. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 152-167 p. 2017.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Cooperativa de crédito rural**: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte? Chapecó: Argos, 2007.

_____, Fábio Luiz. **Finanças e solidariedade: cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. Chapecó-SC, Argos 2010a. 454 p.

_____, Fábio Luiz. **Sistema Nacional de Crédito Rural: uma trajetória de privilégios, crises e oportunidades**. In: VOLLES, A. et al. Ensaios sobre o cooperativismo solidário. Francisco Beltrão: Infocos/Cresol Baser, p.426-458, 2010b.

BÚRIGO, Fábio Luiz et al. **Guia de constituição de cooperativas de crédito rural com pescadores, agricultores e agricultores familiares**. Universidade Federal de Santa Catarina – Instituto de assessoria para o desenvolvimento humano. Blumenau: Nova Letra, 2011.

BÚRIGO, Fábio Luiz; WESZ JUNIOR, Valdemar João; CAPELLESSO, Adinor José; CAZELLA; Ademir Antônio. **O Sistema Nacional de Crédito Rural no Brasil**: principais continuidades e descontinuidades no período 2003-2014, 2019. *No prelo*.

CANÇADO, Airton Cardoso; SOUZA, Maria de Fátima Arruda; PEREIRA, José Roberto. **Os princípios cooperativistas e a identidade do movimento cooperativista em xeque.** Revista Gestão e Organizações Cooperativas - RGC, v. 01, n. 2, p. 63–72, 2014.

CAPELESSO, Adinor José. **Crédito e Seguro da Agricultura Familiar: Políticas Públicas de Apoio à Sustentabilidade ou de Subsídio a Sistemas Produtivos de Baixa Eficiência**. Tese (Doutorado) –. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Florianópolis, 2016. 357 p.

CARNEIRO, Maria José; PALM, Juliano Luis; ALVARENGA, André Costa. **Informando política pública: uma revisão bibliográfica sobre Pronaf e qualidade de vida (2006-2013)**. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário. 108-130 p. 2017.

CARVALHO, Paulo Afonso Franciso de. **Chayanov e a Teoria do Cooperativismo**. In: CARVALHO, Horacio Martins de (org.). Chayanov e o campesinato.1ª ed. São Paulo: Expressão Popular 2014. 217-228p.

CAZELLA, Ademir Antônio. Contribuições metodológicas da sócio-antropologia para o desenvolvimento territorial sustentável. In: **Eisforia**. Desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos. Florianópolis: PPGAGR, 2006. p. 225-247.

_____, Ademir Antônio; BÚRIGO, Fábio Luiz. **Sistemas territoriais de financiamento rural:** para pensar o caso brasileiro. Emancipação, Ponta Grossa, v. 2, n. 13, p.297-312. 2013.

CAZELLA, Ademir Antônio, et al. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Revista Política & Sociedade**. v. 15. Edição Especial, 2016.

CHAYANOV, Alexander. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, (Estudos Rurais). Revisão e tradução de Regina Vargas. 2017. 296 p.

CENTRAL CRESOL BASER, Relatório anual 2018. Disponível em https://www.cresol.com.br/site/relatorios/, acessado em 23 de novembro de 2019 às 16h58.

COLONIESE, Carla; LOURENCI, Analice; RODRIGUES, Luíza Maria da Silva. Sistema Cresol: Uma família que cresce com você. In: VOLLES, Adriana et al (Org.). **Ensaios sobre o cooperativismo solidário**. Londrina: Midiograf, Cap. 1. p. 12-18, 2010.

CRESOL, Cooperativa de crédito rural com interação solidária. **Relatório de atividades e balanço social 2018**. Cresol Vale Europeu, 2019.

CUPANI, Alberto Oscar. **Filosofia da ciência**. Florianópolis-SC: UFSC, 2009. (Licenciatura à distância FILOSOFIA/EAD/UFSC).

DAGNESE, Felipe. **Ambiente institucional e governança em cooperativas de crédito:** estudo de caso do território Meio Oeste Contestado. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas - Universidade Federal de Santa Catarina. 199 f. 2016.

DE GRANDI, Alessandra Bueno. **Relações de gênero em famílias agricultoras em Santa Catarina**. In: PAULILO; Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson (orgs). Agricultura e Espaço Rural em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC. 39-70 p. 2003.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Ícone; Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

_____, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

EPAGRI, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2017-2018**. Disponível em: http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Sintese_2017_18.pdf, acessado em: 10 de dezembro de 2019.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Segunda Versão (Resumida) do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março de 1995.

FLACH, Affonso Augusto Bulcão. **Governança cooperativa: um desafio permanente**. In: MAGRI, Cledir A. et al (Org.). Cooperativismo de crédito solidário: Reflexões e boas práticas. Passo Fundo: Ifibe, p. 105-136, 2010.

FOSSÁ, Juliano Luiz; MATTEI, Lauro; SCHNEIDER, Sérgio. **Acesso e distribuição do Pronaf entre agricultores familiares no estado de Santa Catarina**. *No prelo*.

FREITAS, Alair Ferreira de; FREITAS, Alan Ferreira de. **Análise institucional de mudanças organizacionais em um sistema cooperativo de crédito solidário em Minas Gerais**. Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 47(4): 999-1019, jul./ago. 2013.

GENTIL, Dominique; HUGON, Philippe. **"Au-delà du dualisme financier"**. Tiers Monde. Paris: Institut d'Étude du Developpment économique et social, Université de Paris – Pantheón-Sorbonne, 1996.

GODOI, Tamissa Gabrielle; BÚRIGO, Fábio Luiz; CAZELLA, Ademir Antônio. **Sustentabilidade dos financiamentos do PRONAF para a agricultura familiar**. Desenvolvimento, Meio Ambiente (UFPR), v. 38, p. 637-661 ago. 2016.

GONÇALVES SILVA, Gercina; LUCHESE CHEUNG, Thelma; VILPOUX, Olivier Francois; TEIXEIRA SANCHES, Fabricia. **Capital Social e Cooperação na Agricultura Familiar: Uma Análise Comparativa entre os Estados de Mato Grosso do Sul e Santa Catarina**. Organizações Rurais & Agroindustriais, vol. 16, núm. 2, maio-agosto, 2014, pp. 153-166. Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, Brasilet al, 2014.

GONZALES-VEGA, C. **Servicios Financieros Rurales: Experiencias del Pasado, Enfoque del Presente**. Economics and Sociology Occasional Paper, n. 2530, Columbus, The Ohio State University, p. 1-19. Nov. 1998.

GRANOVETTER, Mark. Economic institution as social construction: a framework for analysis. In: **Conference on economics of conventions**, Paris. p.1-21, 1991.

_____, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE electron**., São Paulo, v. 6, n. 1, June 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482007000100006&lng=en&nrm=iso>, acessado em 27 de setembro de 2018.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa, estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Valdemar João; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 2, p. 323-346, 2014.

_____, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019. **Censo Agropecuário** 2017. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017, acessado em 29 de novembro de 2019, às 13h27.

_____, 2019. **Censo Agropecuário** 2017. Disponível em: https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/coleta-censo-agro-2017/estabelecimentos-censo-agro-2017.html, acessado em: 17 de janeiro de 2020.

IBGE, 2019. **Censo Agropecuário** 2017 – Informativo para mídia.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: do mito à realidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 348 p. 2 v. Tradução de Frédéric Bazin. 1998.

LANCELIN, Marcel. **Elementos de reflexão para a Construção de um Sistema de Crédito Cooperativo**: Seminário de Crédito Rural Cooperativo, 1996.

LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental; Tradução de Sandra Valenzuela; revisão técnica de Paulo Freire Vieira. – 2ª ed.. – São Paulo: Cortez, 2002.

LEITE, Sérgio Pereira. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: Leite, S. (org). **Políticas públicas e agricultura no brasil**. Porto Alegre, Ed. da Universidade, 2001.

LEITE, Sérgio Pereira; WESZ JUNIOR Valdemar João. **Estado, políticas públicas e agronegócio no Brasil: revisitando o papel do crédito rural**. Revista Pós Ciências Sociais, v. 11, n. 22, 2014.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales. **Planejamento de Serviços Financeiros para Famílias de Baixa Renda**. In: ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). Laços financeiros na luta contra a pobreza. São Paulo: Annablume; Fapesp; ADS-CUT; Sebrae, 2004. 217-246 p.

MATTEI, Lauro. Análise da produção acadêmica sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) entre 1996 e 2006. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 56-97, 2010.

_____, Lauro. O Papel e a Importância da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural Brasileiro Contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste-REN**, Fortaleza, v. 45, n. 2, p. 1-09, abr./jun. 2014.

MATSUNAGA, Minoru et alii. **Metodologia de custo de produção utilizada pelo IEA**. Agricultura em São Paulo, SP, 23(1):123-139, 1976.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1973.

MARTIN, Nelson Batista, et al. **Custos: sistema de custo de produção agrícola**. Informações Econômicas, v. 24, n. 9, 1994.

MUSSOI, Eros Marion. **Agricultura Familiar: Reflexão a Partir de Novas Perspectivas**. In: VIEIRA, Paulo Freire (org.). A Pequena Produção e o Modelo Catarinense de Desenvolvimento. Florianópolis: APED, 25-58p. 2002.

NICOLUZZI André Luiz. **Crédito Rural: uma análise da evolução de suas normas baseadas nas aplicações na Cresol Águas Mornas**. Trabalho de conclusão do curso de Agronomia, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, p. 79, 2015.

NIEDERLE, Paulo André; ESCHER, Fabiano; CONTERATO, Marcelo Antônio. **Estilos de agricultura: capturando a diversidade do rural contemporâneo**. In: CONTERATO, M. et al. (Org.). Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014, p. 205-225.

NIEDERLE, Paulo André; FIALHO, Marco Antônio Verardi; CONTERATO, Marcelo Antônio. **A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil - aprendizagens, esquecimentos e novidades**. Revista de Economia e Sociologia Rural (Impresso), v. 52, p. 9-24, 2014.

OLIVEIRA, Guilherme Resende; ARAÚJO, Fernando Moreira de; QUEIROZ, Carlos César de. **A Importância da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e do Crédito Rural para a Agricultura Familiar em Goiás**. Bol. Goia. Geogr. (Online). Goiânia, v. 37, n. 3, p. 528-551, set./dez. 2017.

PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson. Agricultura e Espaço Rural em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC. 311 p. 2003.

PÉREZ, Stéfani Tamara. **Programa Agentes Comunitários de Desenvolvimento: Uma análise sobre os limites e potencialidades da iniciativa da Cresol no município de Águas Mornas – SC**. Trabalho de conclusão do curso de Agronomia, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, p. 55, 2017.

PLOEG, Jan Douwe van Der. **Camponeses e impérios alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

_____, Jan Douwe van Der. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 114-140.

, Jan Douwe van Der. **Camponeses e a arte da agricultura**: **um manifesto chayanoviano**. Porto Alegre: Editora Unesp e Ufrgs, (Estudos Camponeses e Mudança Agrária). Tradução Cláudia Freire. 2016. 192 p.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1988, 142 p.

RISSON, Cláudio. Boas práticas cooperativas. In: MAGRI, Cledir A. et al (Org.). **Cooperativismo de crédito solidário:** Reflexões e boas práticas. Passo Fundo: Ifibe, p. 15-28, 2010.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil : entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro :Garamond; col. Terra Mater, 2009.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília: Embrapa, 2008.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, Coleção Estudos Rurais.

SCHNEIDER, Sérgio; CAZELLA, Ademir Antônio; MATTEI, Lauro. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. C.; MARQUES, P. E. M. (Org.). Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, p. 21-49, 2004.

_____, Sérgio; CASSOL, Abel. **Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas**. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. 82-107 p.

SCHMIDT, Wilson et al. **Associativismo e Cooperativismo: O Terceiro Setor no Desenvolvimento Rural Catarinense**. In: VIEIRA, Paulo Freire (org.). A Pequena Produção e o Modelo Catarinense de Desenvolvimento. Florianópolis: APED, 59-112p. 2002.

SCHRÖDER, Mônica. **As organizações financeiras da agricultura familiar e a importância dos vínculos sociais: o caso do Sistema Cresol, no Sul do Brasil**. In: XXVIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2004, Caxambu - MG. Anais do XXVIII Encontro anual da ANPOCS, 2004.

_____, Mônica. **Finanças, comunidades e inovações**: organizações financeiras na agricultura familiar: o Sistema Cresol. Orientada por Ângela Antônia Kageyama. Campinas, SP. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2005.

SCHEJTMAN, Alexander; BERDEGUÉ, Julio A. **Desarrollo territorial rural**: borrador de trabajo. Santiago de Chile: Rimisp, 2004. 54p.

SERVET, Jean-Michel; VALLAT, David (orgs.). **Exclusion et liens financiers**. Rapport du Centre Walras – 2001. Paris: Economica, 2001.

SOUZA, Paulo Marcelo de; NEY, Marlon Gomes; FORNAZIER, A. **Análise da Evolução do Valor dos Financiamentos do Pronaf-Crédito (1999-2010): número, valor médio e localização geográfica dos contratos**. RESR, Piracicaba – SP, v. 51, n. 2, p. 237-254, 2013. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032013000200002. Acesso em 20 de fevereiro de 2019.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **Visões de Mundo Rural dos Jovens: da invisibilidade social à busca da cidadania**. In: Bernardete W. Aued e Maria Ignez S. Paulilo. (Org.). Agricultura Familiar. 01ed.Florianópolis: Insullar, 2004, v. , p. 153-170.

_____, Valmir Luiz. **As representações de rural no pensamento social contemporâneo**. In: O mundo rural no horizonte dos jovens. Editora da UFSC, Florianópolis, 2006. 236 p.

TOLEDO, Eliziário Noé Boeira. **O Pronaf em Salvador das Missões: contradições de uma política de crédito**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre, 2009, 186 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov**. In: FERREIRA, A. D. D. e BRANDENBURG, A. (Org**.).** Para pensar outra agricultura. Curitiba, Ed. UFPR, 1998, pp. 29-49.

_____, Maria de Nazareth Baudel. **Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov**. In: CARVALHO, Horacio Martins de (org.). Chayanov e o campesinato.1ª ed. São Paulo: Expressão Popular 2014. 141-162p.

_____, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. In: TEDESCO, J.C. Agricultura familiar; realidades e perspectivas. Passo Fundo, EdUPF, 1999. pp.23-56.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Brasília: Editora da UnB, vol 1, 464 p., 2000.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada com o (a) chefe/responsável do estabelecimento agrícola

Identificação Geral

Nome_____Município _____ Localidade: _____

1. Sexo?

1. Feminino 2. Masculino

2. Qual etnia?

1. Italiana 2. Alemã 3. Polonesa 4. Indígena 5. Austríaca 6. Brasileira 7. Cabocla 8. Outros _____

3. Qual a sua idade? _____

4. Estado Civil? 1. Casado ou união estável 2. Solteiro 3. Viúvo 4. Separado

5. Qual a sua formação escolar? 1. Sem escolaridade 2. Ensino fundamental incompleto 3. Ensino fundamental completo 4. Ensino médio incompleto 5. Ensino médio completo 6. Técnico agrícola 7. Ensino superior

6. Se tem filhos (as) em idade de estudos ou na vida ativa, eles (as) auxiliam no estabelecimento?

1. Sim 2. Não 3. Fora da agricultura 4. Não se aplica

7. Algum membro da família tem atividade remunerada fora do estabelecimento?

1. Sim 2. Não

8. Se 'sim', especifique: _____

9. A renda familiar líquida total, por mês, em Reais, é da ordem de: _____

10. Algum membro da família é ligado a alguma destas organizações socioeconômicas coletivas? (Múltipla Escolha) 1. Cooperativa 2. Associação agropecuária 3. Conselho municipal 4. Organização comunitária e social 5. Sindicato (Fetaesc-STR, Fetraf-Sintraf, Faesc-SR) 6. Partido ou organização político-partidária 7. Outro Você pode marcar diversas casas (5 no máximo).

11. Se 'outro', especifique: _____

O estabelecimento agrícola

12. De que forma você teve acesso ao estabelecimento agrícola? (Múltipla escolha) 1. Terra da família 2. Herança 3. Compra/Recurso próprio 4. Crédito fundiário/Banco da

terra 5. Posse 6. Arrendamento/Parceria 7. Assentamento Você pode marcar diversas casas.

13. Tamanho total do estabelecimento? _____ há

14. Nos últimos 5 anos você acessou alguma forma de financiamento relacionado ao estabelecimento? 1. Sim 2. Não

15. Se sim, qual agência financiadora _____

16. Se sim, para qual finalidade? (Múltipla escolha) 1. Custeio 2. Comercialização 3. Investimento infraestrutura 4. Investimento em animais 5. Outra finalidade Você pode marcar diversas casas.

17. Se 'outra', especifique: _____

18. Que atividade(s) você explora economicamente (produz para venda) em sua propriedade (marque da mais importante para a menos importante): ( ) Gado de leite ( ) Gado de corte ( ) Suínos ( ) Caprinos ( ) Aves ( ) Ovos ( ) Mel ( ) Soja ( ) Milho ( ) Sorgo ( ) Reflorestamento ( ) Frutas ( ) Verduras ( ) Legumes ( ) Turismo e Lazer ( ) Artesanato ( ) Agroindústria ( ) Outros, quais?

19. Quais os canais utilizados para comercialização da produção? Qual a relação com o mercado?

20. Que tipo de produção predomina em sua propriedade: ( ) Convencional ( ) Em transição agroecológica ( ) Agroecológica ( ) Orgânica ( ) Transgênica ( ) Pecuária ( ) Outra, qual?

Agricultores que não acessaram o crédito nos últimos 5 anos.

21. Qual a estratégia utilizada para financiar a produção agropecuária no estabelecimento?

Políticas Públicas/ATER

22. Você já acessou Políticas Públicas PRODUTIVAS que existem na sua região? (Múltipla escolha) 1. Pronaf 2. Compras institucionais (PAA/PNAE) 3. Seguro agrícola 4. Crédito fundiário (PNCF/Banco da Terra) 5. Microbacias 6. SC Rural 7. Pronat / PTC 8. Pronamp 9. Não acesso Você pode marcar diversas casas.

23. O acesso aos recursos do PRONAF tem permitido a você e sua família: 1. Produzir mais (aumentar sua escala de produção)? 2. Produzir melhor, com mais qualidade? 3. Gerar mais renda e qualidade de vida?

24. Qual é o procedimento para se obter um crédito de custeio ou de investimento do PRONAF na cooperativa de crédito? Que garantias são exigidas?

25. Em Bancos ou em Cooperativas de Crédito você já enfrentou problemas ao tentar acessar alguma linha de financiamento do PRONAF? Qual foi o problema? Para a obtenção de crédito de custeio e investimento do PRONAF nota-se uma imperativa necessidade de adaptar-se a novas práticas agropecuárias mais tecnificadas? Você concorda?

26. Existe um acompanhamento aos estabelecimentos rurais (assistência técnica)? Ela é adequada? Quem realiza esse trabalho?

27. Os profissionais que fornecem assistência técnica e extensão rural e que elaboram projetos técnicos para financiamentos rurais fomentam uma produção agropecuária mais dependente de insumos externos (adubos químicos, defensivos, sementes transgênicas, etc.) e uma inserção no mercado das cadeias produtivas agroindustriais e de commodities (grãos, mercado futuro, etc.)?

28. A cooperativa orienta sobre o crédito mais adequado para a propriedade rural? Essa orientação ocorre de que forma?

29. Que fatores mantém você associado a cooperativa? ( ) a forma de pensar e de atuar junto à sociedade (ideologia) ( ) as políticas públicas (PRONAF, etc.) ( ) as taxas ( ) os juros ( ) é um dos fundadores ( ) a facilidade ( ) processos menos burocráticos ( ) o atendimento ( ) a amizade ( ) relação parental ( ) a proximidade de casa ( ) a orientação técnica fornecida ao crédito rural ( ) a participação na gestão ( ) a participação nas sobras ( ) a diversidade de serviços financeiros ( ) as atividades sociais que realiza ( ) os programas sociais que possui ( ) os cursos de formação ( ) é dirigida por agricultores ( ) os membros do conselho de administração são conhecidos e costumam visitar as comunidades rurais ( ) outro: _____

30. O que significa desenvolvimento do meio rural para você? O que precisa para se chegar a isso?

31. A cooperativa está contribuindo para se chegar a esse quadro? Se não, quais seriam os passos necessários para se alcançar?

32.Você já acessou Políticas Públicas SOCIAIS que existem na sua região? (Múltipla escolha) 1. Aposentadoria 2. Bolsa Família 3. Habitação Rural 4. Arcas das Letras 5. Ponto de Cultura 6. SESC/SENAR 7. Curso de Formação _____ 8. Outros _____ 9. Não acesso Você pode marcar diversas casas.

33. Se nesses 5 últimos anos você não acessou algum tipo de crédito, qual seria a principal razão?

_____

34. Como você tem acesso as informações referentes as políticas públicas? 1. Prefeitura 2. Epagri 3. Cooperativa 4. Sindicato 5. Associações 6. Ong 7. Agricultores 8. Outros _____ [ ] [ ] [ ] Ordenar 3 respostas.

35. Qual(is) a(s) principal(is) melhoria(s) no acesso as políticas públicas nos últimos anos? E o que piorou?_____

36. Você está satisfeito e tem vontade de continuar vivendo no meio rural?

1. Sim 2. Não

37. Outros comentários (se necessário, escrever no verso da folha):

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturada com gestores da Cresol Vale Europeu / Agentes Comunitários e Técnicos de ATER

Identificação do entrevistado

1.1 Nome:

1.2 Sexo:

1.3 Município:

1.4 Fone comercial:

1.5 Celular:

1.6 Correio eletrônico:

1.7 Data:

1.8 Entrevista número:

1.9 Formação/escolaridade:

( ) Ensino fundamental incompleto;

( ) Ensino fundamental completo;

( ) Ensino médio incompleto;

( ) Ensino médio completo;

( ) Curso Técnico, qual?

( ) Curso superior incompleto;

( ) Curso superior completo, qual?

( ) Pós-graduação: especialização, mestrado, doutorado, etc. Qual?

1.10 Qual o cargo que ocupa na cooperativa atualmente? Quanto tempo faz que exerce esse cargo?

1.11 Já ocupou outro(s) cargo(s) na cooperativa?

1.12 Quanto tempo faz que está envolvido com a cooperativa?

1.13 Já trabalhou em outra(s) Instituição(ões) Financeira(s) (cooperativa, bancos públicos, bancos privados, outra)? Qual(is)? Por quanto tempo?

1.14 Você exerce outra(s) atividade(s) fora da cooperativa?

( ) Agricultura, qual(is)?

( ) Comércio, qual(is)?

( ) Indústria, qual(is)?

( ) Turismo e Lazer, qual(is)?

( ) Política, qual(is)?

( ) Outra, qual(is)?

1.15 Profissão:

Crédito rural e políticas públicas

2. Como você avalia a política de crédito rural?

3. Como você avalia o desempenho do crédito rural na cooperativa?

4. Na sua opinião o crédito rural da cooperativa está conseguindo atender um grande público de agricultores familiares da região? Se não, porque?

5. Existem agricultores familiares que não estão acessando o crédito rural? Porque? E o que poderia ser feito para incluir os segmentos que estão excluídos da política.

6. Quais os critérios (garantias) utilizados para a aprovação de projetos de crédito rural e porque são utilizados? Se próprios ou oficiais, os critérios utilizados são os mesmos?

7. As ações (normas, regulamentos, etc.) do Banco Central atendem às especificidades ou particularidades da cooperativa? Quais são essas especificidades e particularidades?

8. O acesso aos recursos do PRONAF tem efetivamente permitido ao agricultor familiar:

- Produzir mais (aumentar sua escala de produção)?
- Produzir melhor, com mais qualidade?
- Gerar mais renda e qualidade de vida?

9. A Cooperativa tem encontrado problemas na operacionalização de linhas de crédito do PRONAF? Se sim, destaque um dos problemas e uma solução possível.

10. Os financiamentos no âmbito do PRONAF custeio e investimento tem apoiado mais a ampliação da escala de produção dos agricultores familiares e a utilização de insumos modernos nos sistemas produtivos?

11. Quais políticas públicas estaduais estão presentes no meio rural da sua região? - Dentre estas políticas públicas, quais são as mais importantes para o meio rural? Por quê? - Quais políticas públicas voltadas ao meio rural estão faltando ser implementadas pelo governo estadual?

12. Quais políticas públicas federais estão presentes no meio rural da sua região? (Políticas produtivas e sociais) - Dentre estas políticas públicas, quais são as mais importantes para o meio rural? Por quê? - Quais políticas públicas voltadas ao meio rural estão faltando ser implementadas pelo governo federal?

12. Na sua região, existe articulação entre as políticas públicas estaduais e federais? - Se sim, como é esta articulação? - Quais são os pontos negativos e positivos?

Governança

13. Que transformações ou mudanças de ordem econômica e social estão ocorrendo no meio rural na região de atuação da cooperativa? De que forma afetam a cooperativa? Como a cooperativa tem lidado com essas mudanças?

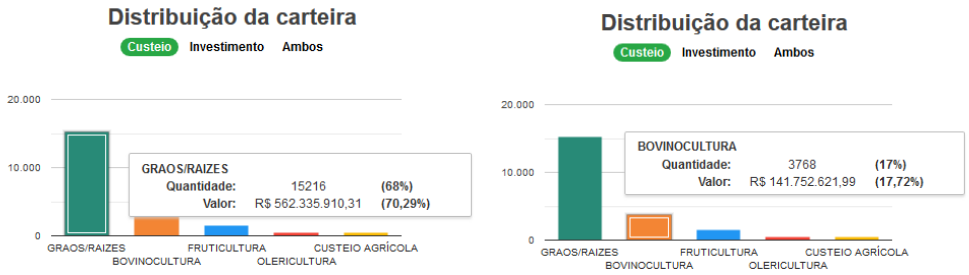
14. A cooperativa possui algum programa/ação institucional voltada para a assistência técnica e extensão rural dos produtores rurais financiados? Como se dá esse acompanhamento? Que resultados estão sendo obtidos com a implementação dessa prática?

15. Quais produtos e serviços voltados ao meio rural estão faltando ser implementadas pela cooperativa?

ANEXO A – Principais atividades produtivas financiadas pelos agricultores cooperados da Central Cresol Baser

Abaixo estão reunidas as informações da distribuição da carteira de crédito agrícola da safra 2019-2020. Primeiramente, estão dispostos os contratos de custeio, com detalhamento dos usos principais: grãos e raízes (esquerda) e bovinocultura ao lado direito (Figura 21). A interpretação está localizada abaixo dos gráficos, na fala do gestor da cooperativa.

Figura 21: Principais usos do crédito rural na Central Cresol Baser (custeio).

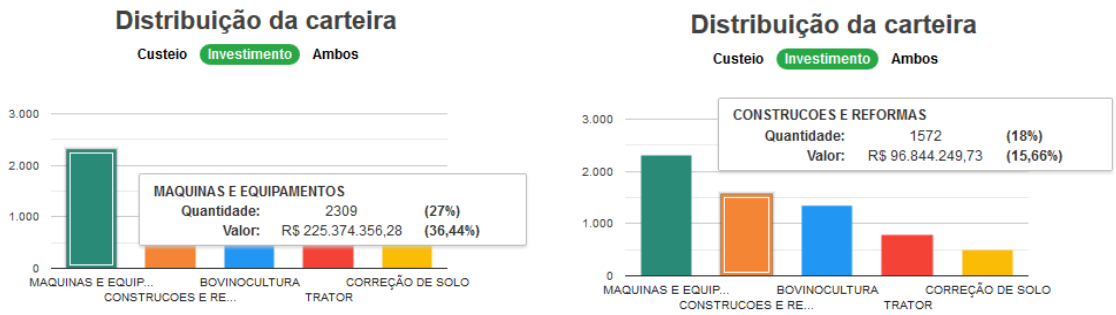


Fonte: Central Cresol Baser.

> Se a gente for pegar muito em regiões que a gente atua, 70% um pouquinho mais está em grãos e commodities. Hoje tenho só nessa safra, 68% do total das operações realizadas de custeio, está em grãos e raízes. Aí tenho um montante de 17% [lado direito] que é para bovinocultura geral não só leiteira, mas a maior parte dela é leiteira desses 17%. Temos 68% de grãos e raízes, dá R$ 562 milhões aí para bovinocultura dá R$ 141 milhões e aí 7% para olericultura que dá R$ 10,9 milhões (Gestor da Central Cresol Baser - Entrevistado 30).

Abaixo segue mais dois gráficos referentes aos contratos de investimento, com o detalhe para os principais usos contratados: máquinas e equipamentos no lado esquerda e para construções e reformas no lado direito. O depoimento do gestor da cooperativa auxilia na interpretação das informações (Figura **22**).

Figura 22: Principais usos do crédito rural na Central Cresol Baser (investimento).



Fonte: Central Cresol Baser.

Olhando para área de investimento, isso é uma questão que a gente também se preocupava, tinha uma época que a gente só financiava bovinocultura, só gado. Agora, de 3 anos para cá, isso inverteu, pra máquinas e equipamentos, que é o que fomenta a produção, 27%, do volume de operações é para máquinas e equipamentos e soma R$ 206 milhões. Para construção, que entra galpão, entra reformas também, 18% do volume, que dá R$ 93 milhões. Para correção do solo tem 5%, é algo que não aparecia no nosso radar aqui, agricultor investindo em correção de solo, isso se deu bastante por aquele incentivo de ter a taxa reduzida, 3% para pagar em 6 anos, o agricultor investiu bastante, isso dá R$ 123 milhões. E aí considerando a atividade para bovinocultura em geral, entre cercas, pastagem, ele tem 16% do volume, R$ 61 milhões. Então às vezes, o percentual de contrato é um pouco maior e o volume de recursos é um pouco menor, por que são operações menores, são valores menores, valor médio menor (Gestor da Central Cresol Baser - Entrevistado 30).